

ENCADERNAÇÃO

OFFICINA DE

Natale Salatêo

Ponte Preta

R. Victoriano dos Anjos

N. 258

Telephone, 2437

CAMPINAS

E DOURAÇÃO

Confecciona-se Pastas

401.6936761-7

25.00
NIST
A

ALCEU AMOROSO LIMA

(TRISTÃO DE ATHAYDE)

NO LIMIAR DA IDADE NOVA

Plus je vais, moins je crois à l'efficacité
d'une révolution sociale extraordinaire, soudaine, improvisée, merveilleuse, avec ou sans
fusil et dictature personnelle et plus je crois
à l'efficacité d'un travail social modeste, lent
moléculaire, définitif — PÉGUY.



1013
no 1021
6-2-33

LIVRARIA JOSÉ OLYMPIO EDITORA
Rua do Ouvidor, 110 — Rio
1935

Livraria João Amendola

GENRAL OSORIO, 937

—CAMPINAS —

OBRAS DO AUTOR:

- AFONSO ARINOS — 197 pags. - 1923.
ESTUDOS — I série - 419 pags. - 1927.
2.^a ed. - 1929 - Com prefacio.
ESTUDOS — II série - 383 pags. - 1928.
2.^a ed. - 328 pags. - 1934.
ESTUDOS — III série - 2 vols. - I - 319 pags.; II - 301 pags. - 1929.
ESTUDOS — IV série - 335 - X pags. - 1931.
ESTUDOS — V série - 338 pags. - 1933.
TENTATIVA DE ITINERARIO — 56 pags. - 1929.
DE PIO VI A PIO XI — 59 pags. - 1929.
FREUD — 50 pags. - 1929.
ESBOÇO DE UMA INTRODUÇÃO À ECONOMIA MODERNA —
1.^a ed. - 502 pags. - 1930.
2.^a - 399 pags. - Rio - 1933.
PREPARAÇÃO À SOCIOLOGIA - 156 pags. - 1931.
2.^a ed. revista e aumentada - 254 pags.
DEBATES PEDAGOGICOS — 180 pags. - 1931.
PROBLEMAS DA BURGUESIA - 242 pags. - 1932.
ECONOMIA PRE-POLITICA — 228 pags. - 1932.
AS REPERCUSSÕES DO CATOLICISMO — 34 pags. (1.^a e 2.^a ed.) - 1932.
POLITICA - 286 pags. - 1.^a e 2.^a ed. - 1932.
PELA REFORMA SOCIAL — 238 pags. - 1933.
CONTRA-REVOLUÇÃO ESPIRITUAL - 250 pags. - 1933.
INTRODUÇÃO AO DIREITO MODERNO — 315 pags. - 1933.

Tradução

- FRAGMENTS DE SOCIOLOGIE CHRÉTIENNE - Vol. da coleção
"Questions disputées" — Trad. por Jean Duriau - Ed. Desclée de Brouwer.

a

JACQUES MARITAIN

NO LIMIAR

Todo homem que pensa, hoje em dia, compreende e sente que estamos vivendo uma grande vespera da historia. Que será o dia de amanhã, ninguém ao certo poderá dizer. Quando será, muito menos. A maioria espera que não seja senão a repetição dos dias de hoje. São os conformados, que ainda julgam inabalavel a ordem social existente. Ou são os conformistas, que têm interesse em que não se mude a ordem existente, pois dela sabem colher o que lhes interessa, para a sua vida ociosa e parasitaria.

Outros predizem com segurança que o dia de amanhã terá esta ou aquela feição social, á medida da feição revolucionaria que a sua posição ideologica imprime á realidade social. E temos reacionarios e revolucionarios predizendo a éra comunista ou nacional-socialista de amanhã com o rigor com que os astrônomos determinam a marcha de um eclipse dentro em um seculo.

Certos, enfim, pressentem a aproximação de grandes coisas; compreendem que os horizontes do amanhã contêm revelações sensacionais; divisam ao longe a aproximação de acontecimentos que hão de

transformar por algum tempo a face da terra; ouvem a maré crescente das classes inseguras e vêem nos céos os vãos imensos dos misterios, mas recusam-se a adivinhar o que o futuro esconde nas prégas do seu manto ou quando muito arriscam algumas timidas predições, na base de observações dos fenomenos passados ou contemporaneos.

Entre esses ultimos é que nos alistamos. Este livro indica um estado de espirito, tão nitidamente anti-conformista ou conformado, como anti-determinista e profetico.

Vemos, clara como agua, a vacilação das colunas que hoje sustentam o mundo. Mas não sabemos dizer qual será a construção do mundo de amanhã.

Só uma coisa é certa, indubitável, ensinada pela razão e pela fé, confirmada pela experiencia de dois mil anos de historia: a intangibilidade da Igreja, seja sob a cupola de S. Pedro, seja nas catacumbas renovadas. Assente na rocha viva que não é deste mundo, pois é o proprio Filho de Deus em seu Corpo Mistico, vê a Igreja ha vinte seculos nascerem e morrerem as civilizações, não com a indiferença de um Demiurgo platonico, mas com a maternal e inquieta solicitude de Mãe que vê os filhos nascerem e crescerem em seu seio, misturados a filhos espurios que vêm de regaços malditos e contaminam a sua prole imaculada. E a Igreja procura salvar a uns e a outros. Fala-lhes a voz da razão, do bom senso, da bondade, do sacrificio, e vê desolada, que as civilizações repontam, florescem e morrem com a mesma frequente inconciencia com que os homens vivem sem compreender e sem dignificar a vida. Sempre, porém, se salva alguma coisa. E de cada vida que passa, de cada civili-

zação que se apaga, tira a Igreja mésses abundantes do fio de ouro com que vai tecendo o manto de glória do Criador.

Estamos no fim de um desses ciclos e no início de outro que se lhe vai seguir. Todos os olhos se voltam, ou saudosos para o que agoniza, ou gulosos para a hora crepuscular que passa, ou ansiosos para a aurora que se anuncia. E como nos inscrevemos entre estes ultimos, aqui deixamos reunidas neste volume as paginas interrogativas que ha muito vimos debuxando no limiar da Idade Nova.

Espreitamos o horizonte, galgamos os montículos da planície, tentamos por todos os meios descobrir o que será esse misterioso dia de amanhã, Mas com isso procuramos não ficar apenas no inutil diletantismo da curiosidade e da procura. As linhas e roteiros que ousamos traçar, apoiados nos documentos, nos espiritos, nas obras ou nas observações, que permitam a indicação de rôtas, não muito arbitrárias, aí ficam na esperança de servirem de alguma coisa em nossa marcha.

Pois estamos todos em marcha. Estamos em plena escalada, em serviço do Cristo e da sua Igreja, que nos mandam para frente, como exploradores das selvas misteriosas e colaboradores humildes e anônimos na grande obra de conquista para Deus, das civilizações presentes ou futuras, que Ele vai empreendendo invariavelmente através de todas as idades.

Não é, pois, por diletantismo, profetismo ou "messianismo", que aqui deixamos registados os nossos toscos cadernos de campo, na exploração e nos estudos preparatorios, em que estamos lançados nos arredores dos horizontes misteriosos, além dos quais

se esconde, como a "Vupabussú" da lenda, a Nova Idade do mundo. E' unicamente para servir Àquele, que é de todos os tempos, sempre novo e sempre o mesmo, pois a "verdade" não envelhece, o "caminho" não tem fim e a "vida" sempre se renova.

T. de A.

Rio, Setembro de 1935.

I

IDADE NOVA

Que é a Idade Nova? Definí-la seria conhecê-la. Conhecê-la seria viver nela. E se nela vivessemos não estaríamos aqui a perscrutar as suas linhas futuras, distantes, imprecisas.

A Idade Nova é, por natureza, aquela com que sonhamos ou que entrevemos como consequencia daquela em que vivemos.

Ha, portanto, uma dupla Idade Nova: a que desejamos que seja, e a que será.

Em todas as coisas humanas o angulo de veracidade varia na proporção inversa daquele que medeia entre essas duas linhas. E como, no caso em apreço, ambas as linhas se apresentam recobertas de imprecisão, bem vemos o cuidado com que devemos pisar em tal terreno, para não cair na pura utopia.

E' fáto, entretanto, que existe em nossos dias,

uma grande preocupação do futuro. Nas épocas de serenidade ou plenitude, vivem os homens no presente. Nas épocas de decadência, no passado. Nas épocas de inquietação, no futuro. Vivemos hoje uma hora de inquietação mundial e, portanto, um momento em que mais se pensa no futuro que no presente ou no passado. E daí a importância que, para todos nós, representa o problema da Idade Nova. Sentindo-o latente ou patente em todos nós, em tudo o que se dá, a cada hora, em todo o mundo, vivemos, cada dia, á espera do imprevisto. Passamos, em vinte anos, de uma éra social em que nada ocorria, em que tudo era mediocre e igual, a uma época em que tudo é desmedido e gigantesco, em que tudo parece cada manhã nascer de novo e esgotar rapidamente a nossa capacidade de surpresa. E se a fáse em que, de momento, nos encontramos é de relativa conformidade com o presente, e de um cansaço geral, depois de anos de vibração e de expectativa angustiada de transformações radicais e imediatas da ordem social, continúa a ser indiscutível que o mundo moderno se debate na expectativa, envolvido numa atmosfera de aventura e de messianismo. Nada de menos rígido, de menos solido, de menos estavel, do que o momento social em que vivemos. E daí o grande triunfo do oportunismo, o mêdo que os homens têm de tomar atitude, de optar por uma solução, de submeter-se a principios, que o mundo de amanhã poderá deitar por terra. E o resultado é esse grande aspecto de provisório no mundo. Tudo se faz por pouco tempo; tudo se aprende superficialmente; tudo se aceita *pelas duvidas*; tudo se subordina ao precavido *póde ser* das épocas de transição.

Ao mesmo tempo que isso se dá entre aqueles que não ousam enfrentar os riscos da vida e desafiar os acontecimentos e os aplausos da galeria — outros se lançam afoitamente demais nas aventuras e jogam as grandes cartadas, que fazem estremecer o mundo em seus fundamentos e preparam, em campo aberto, os caminhos da Idade Nova, dominando os acontecimentos e imprimindo-lhes o cunho decisivo da vontade humana. Vivemos, assim, entre o espírito de conformismo oportunista e o espírito aventureiro.

Já aí vemos delinearem-se duas grandes famílias humanas, que em tudo se orientam diversamente — a dos que julgam o homem capaz de vencer os acontecimentos, e a dos que vêem os acontecimentos governando o homem, considerando-o simples élo numa cadeia inflexível de fenômenos que ultrapassam as suas forças de oposição e criação. Deterministas e indeterministas encaram diversamente a Idade Nova.

Para aqueles, não passa a mesma de consequência lógica do presente e das leis históricas inflexíveis. Para estes, não será mais que uma criação, ou da vontade soberana do homem ou das forças obscuras do seu irracionalismo e do seu instinto.

Não somos dos que divisam na história uma sequência lógica de acontecimentos, cientificamente previsíveis; não fundamos a mesma, como Karl Marx, na base de uma evolução monolinear predeterminada por fatores econômicos e técnicos conhecidos, nem como Spengler, na ordem de círculos culturais de âmbito também objetivamente predeterminados por fatores ideológicos. Falta em ambos o que torna a vida humana sobre a terra uma participação dos

elementos que fazem do homem o que ele é: a razão e a liberdade. Sêr racional e livre, naquilo que o transforma num ente á parte, — ser instintivo e sêrvo, naquilo que o subordina ás leis das especies animais, — é o homem solicitado eternamente e a cada instante pelos dois planos em que gravita: o da liberdade e o da servidão, o da intelligencia e o dos instintos. E a sua historia, tanto individual como social, não póde deixar de ser uma função dessa sua dupla natureza de sêr animal e de sêr racional: um subordinado aos acontecimentos e o outro dirigindo os acontecimentos; um obedecendo ao determinismo das leis historico-sociais e o outro alterando essas leis, tornando-as precárias, introduzindo na sequência previsível dos fátos, a cunha violenta da sua vontade, da sua capacidade de imprevisto.

Daí a dupla surpresa, de um lado, daqueles que vêem na historia apenas os fatôres psicológicos (rationais ou irracionais) e o cunho deixado pelos grandes homens, pelos genios condutores dos acontecimentos, — de outro, daqueles que tudo querem submeter á lógica inflexível dos acontecimentos, seja na fórmula da lei dos três estados de Comte, seja na fórmula da lei das três classes de Marx, seja na fórmula da lei das três idades de Spengler ou das três posições dialéticas de Hegel. Uns e outros esbarram deante da natureza duplice do homem, e portanto, da historia da sua vida na terra. Quando julgam enfeixar a realidade em leis imutaveis, vem o imprevisto da vontade ou do instinto e a face dos acontecimentos se muda. Quando, ao contrario, se deixam levar pelos fatôres de invenção e abandonam os grandes ritmos constantes da evolução, vêem com surpresa que nem

mesmo no imprevisto ha uma repetição inflexível da historia da sociedade humana.

Não basta, porém, essa percepção da dupla natureza do homem, se quizermos ter dele e de sua historia uma visão completa. O plano da natureza — em sua dupla posição, determinista e indeterminista, repetitiva e inventiva, serva e livre, instintiva e racional, — não esgota a natureza humana. Esta inclui tambem o plano da graça: o da manifestação divina.

A vida sobrenatural completa a vida natural. E completa-a, não *depois* dela, não quando cessa a primeira para começar a segunda. Não. Completa-a *simultaneamente*. Completa-a, inserindo-se nela a cada momento, misturando-se a todo instante ao seu desenvolvimento normal. Porque sobrenatural não é o anormal e sim o normal da natureza *completa* do homem e de sua historia. O homem vive, ao mesmo tempo, em três planos. O *inferior*, que lhe é comum com os animais, instintivista e gregarista, subordinado a leis naturais tão inflexíveis, como as que a física revêla na existência dos astros e dos seres inaminados. O *médio*, que lhe é próprio, onde se afirma como sêr racional e livre, capaz de vencer os acontecimentos, ou mesmo como sêr instintivo á parte, individual e imprevisto, também superior ao destino por moveis diversos e obscuros. E, finalmente, o plano *superior*, que faz do homem um reflexo da Divindade, que o mostra como participando da graça santificante que é, para nós, o mesmo que a vida é para os corpos inanimados, -- o ingresso num plano superior de vitalidade. A vida humana, participa, assim, desses três planos de *ascensão* e intensificação. E a historia do ho-

mem em suas instituições também o acompanha nessa participação triplice.

Sendo assim, não basta vêr, na historia, o dominio das leis naturais e sociais, ou então, a vitória da vontade livre do homem sobre os fatos. Acima de um e outros desses elementos, acima da *lei* e da *liberdade*, encontramos um plano superior, que nos recoloca de novo no dominio da *Lei*, do *Plano*, da *Ordem*, mas de uma lei, de um plano, de uma ordem, essencialmente misteriosos, porque participam do próprio misterio insondavel da Providencia Divina.

Falar da Idade Nova, portanto, é contar, ao mesmo tempo, com esses três elementos indispensaveis para termos da historia do homem sobre a terra uma visão multilateral e de acôrdo com a infinita complexidade de sua natureza.

Ha, desta sorte, na Idade Nova que se anuncia, no seculo em que vivemos, essa triplicidade de fatores, suficientes para nos tornar modestos perante qualquer veleidade longinqua de profecia: o *determinismo historico* que fará do nosso proximo futuro qualquer coisa de não muito diverso do presente e ligado a êle pelo influxo dos mesmos fatores iminentes; o *indeterminismo humano*, que permitirá ao homem fazer da Idade Nova, qualquer coisa de relativamente imprevisto, modificando o curso fatal dos acontecimentos; e finalmente o *plano providencial divino*, que leva as nossas leis e a nossa liberdade, para um futuro predeterminado e eterno, de que temos conhecimento pela Revelação.

Quais serão, porém, os fenômenos essenciais para a preparação da Idade Nova em nossa atual sociedade

de, desprezados os aspectos particulares, nacionais ou continentais do problema?

Fixemo-los em quatro, sem que isso implique a exclusão de qualquer outro:

- a decadência da Burguesia,
- a ascensão do Proletariado,
- a importancia da Máquina,
- a primazia do Espirito.

Devemos entender por Burguesia, não apenas uma classe social, mas uma concepção geral da vida, baseada na egolatria da mediocridade, e no primado da vida privada sobre a vida publica e a vida apostolica. Essa concepção é que vejo irremediavelmente condenada, arrastando consigo a decadência da classe que a representou no palco da historia. A civilização ocidental — que é hoje e será, ainda, com toda probabilidade, na próxima Idade Nova, a orientadora da civilização universal, mesmo contando com o deperecimento numerico da raça branca e a maré crescente das raças de côr, mais prolificas e menos cansadas de viver — a civilização ocidental, em grande parte, ainda, se acha dominada por essa fórmula de espirito, que se deixou empolgar por duas idéas fundamentais — a natureza e o indivíduo, o exterior sensível e o subjetivo. Entre esses dois polos se joga todo o destino do mundo, para a idolatria burguesa da vida. As leis da natureza tudo dominam, por um lado. As do instinto, por outro. De modo que todo o drama da vida se passa ao alcance dos nossos sentidos.

Nesse tremendo jogo de sombras em que estamos envolvidos, será então impossivel qualquer pre-

visão sobre esse futuro próximo, que tanto nos seduz e tão profundamente já governa os nossos atos, com a sua misteriosa atração?

Num estudo sumário como este, certamente. Limitemo-nos às indicações mais breves e mais modestas, do que julgamos entrevêr nas nevoas do horizonte. E como a Idade Nova está virtualmente contida na Idade Atual — sempre dentro da combinação daquela triplice ordem de fatores — vamos passar os olhos pelos fenômenos que, a meu vêr, têm um significado decisivo para a elaboração que se está fazendo dessa Idade Nova, em que todos pensam e que ninguém consegue definir com segurança.

Esses fenômenos que, na sociedade presente, estão influenciando decisivamente para a idade futura, podem ser distribuídos, talvez, em duas séries, segundo a ordem de sua importancia, relativa ou absoluta. Podemos, portanto, distribuí-los em:

- a) acidentais, e
- b) essenciais.

Uns e outros são, como já disse, *decisivos*, para a elaboração da Idade Nova, mas entre si parecem apresentar um grão maior ou menor de influencia, que admite porventura essa divisão bipartida.

A quatro reduziremos os mais importantes fenômenos acidentais que, na sociedade actual, contribuem decisivamente para a formação da Idade Nova:

- 1 — a Guerra internacional,
- 2 — a Revolução política e social,
- 3 — a Crise Econômica,
- 4 — a Reação Nacional.

A Guerra marcou em 1914 o fim do século XIX e, portanto, o início da Idade Nova, cujos prolegômenos estamos vivendo. Pois o sentido do nosso tempo é o da elaboração profunda da Idade Nova. Somos, nós outros, a matéria prima que está começando a fatúra dessa nova idade social. Estamos em plena ebulição de um novo mundo e daí toda a angústia, toda a instabilidade, toda a insegurança, toda a agitação em que nos movemos, sem rumo certo e sem construções estaveis. Estamos em plena gestação de uma nova fase social, mas como a vida não cessa e os limites entre as épocas sociais são sempre imprecisos, estamos morrendo e nascendo ao mesmo tempo, pois em nós se está processando o fim de uma idade e o início de outra. Daí a grande perplexidade em que vivemos, entre desesperos e gritos de excel-sior, entre a visão dolorosa de ruínas e de sangue e o espetáculo de um nascimento gigantesco que torna precarios todos os planos e reparaveis todas as catástrofes.

A Guerra foi o sinal com que se findou o século passado e com ele o que podemos chamar, em correlação, a idade velha e foi também o alarme doloroso com que se rasgaram as entranhas da terra virgem do século XX para novas elaborações sociais do seu futuro.

Fenômeno capital, sem dúvida, que se vem repetindo desde então, por esta ou aquela forma, neste ou naquêlê continente, do nosso Prata ou do nosso Amazonas ao Extremo Oriente das velhas raças re-despertadas á civilização; fenômeno que continúa a ser o pesadêlo do mundo na Europa, fóco ainda hoje da cultura mais moderna e dos mais novos regimens po-

líticos e sociais; fenômeno capital, que pôs de novo em primeira plana os sentimentos e os instintos mais elementares e simples do sêr humano e com isso des-artificializou a sociedade moderna, reintroduzindo-lhe o sentido do heroísmo e a precariedade da vida, — não é, entretanto, específico da idade moderna, pois é de todos os tempos, e portanto, assume para nós um caráter apenas *acidental*.

A *Revolução*, segundo fenômeno que classifiquei de *acidental*, como fator decisivo da Idade Nova, também não é específica de nossos dias, se bem que tenha marcado indelevelmente a nossa época como a *Evolução* marcou o século XIX. Vimos e experimentamos concretamente em nossa vida, que a natureza faz saltos e que a história não é um plano inclinado contínuo e sim uma marcha acidentada e cortada de rupturas.

A *Revolução* e o espírito revolucionário marcaram decisivamente o espírito do nosso tempo, comunicando-lhe o sentimento da violência, que em tudo predomina, e, particularmente, a convicção da precariedade de todas as construções sociais, e a possibilidade que tem o homem de modificar as instituições. Tudo isso se comunica intimamente ao espírito com que se está elaborando a Idade Nova. Mas, nem por isso o fenômeno revolucionário se deve incluir, a meu vêr, entre os essenciais do nosso tempo e muito menos do tempo futuro. A *Revolução* é um fato por natureza *acidental*, como tudo aquilo que visa romper a ordem natural das coisas, e é de todos os tempos. Póde ser evitado, por uma ordem social, que não permita as condições favoráveis ao seu aparecimento e deve ser corrigido pela deformação

que imprime á história. É, pois, um fenômeno que muito contribúe para a Idade Nova, mas que apenas acidentalmente nela se vai inserir.

O mesmo se dá com a *Crise*. Fenômeno que marcou o fim da hipertrofia econômica liberal, como a Guerra marcou o fim do evolucionismo pacifista do século XIX, — desarticulou a *Crise* toda a estrutura capitalista, como a Revolução desarticulou as estruturas políticas, democráticas ou autocráticas. E colócanos em face de uma economia em plena disponibilidade, que está como que passivamente aguardando as novas formas de organização que a Idade Nova começa a experimentar no corpo dolorido e paciente da sociedade atual. Novas modalidades de associação; limitação da propriedade; economia dirigida; intervenção do Estado; contratos coletivos de trabalho; participação nos lucros; salários mínimos, sindicalização generalizada: Estado Corporativo; tudo o que na ordem político-econômico se manifesta como tendência a uma nova forma de Estado e de Economia, para a Idade Nova, — tudo proveio, não da Revolução e da Crise, diretamente, pois todo êsse novo regimen econômico é preconizado por aquêles justamente que combatem tanto a Revolução como o regimen liberal que permitiu a eclosão da crise, no plano econômico, — mas certamente *atualizado* pela premência da justiça social e pela evidência da desordem econômica que se revelou na sociedade capitalista. Fator preponderante na derrubada de uma ordem de coisas, e na iniciação de uma nova organização, — não possui, entretanto, a Crise, um caráter de elemento essencial da Idade Nova. Pois é um acidente provocado por um complexo de causas remotas

e imediatamente por uma hipertrofia econômica artificial. E age no sentido demolidor e não construtor, intervindo, portanto, de modo apenas indireto, a despeito de sua importância, na preparação da Idade Nova.

Temos, finalmente, como quarto fenômeno acidental do momento social em que vivemos e do início da era nova, — a Reação Nacional. Elaborada depois da Guerra e da Revolução, contra o que parecia a marcha inexorável do socialismo cosmopolita, materialista e nivelador, é um fenômeno que marcou também profundamente o nosso tempo e vai deixar indelével o seu sinete na Idade Futura. Mostrou como os elementos nação, raça, família, tradição, iniciativa individual, diferenciação cultural, tudo são elementos indispensáveis a qualquer elaboração social profunda. Mostrou a reação varonil de povos aparentemente mortos; a vitalidade e a imortalidade de fatores e de instituições que o espírito revolucionário, — em sua pretensão de passar de elemento acidental a elemento essencial da história e da civilização moderna — tinha condenado sumariamente. Mostrou, também, o perigo latente da Ditadura e a sua analogia com a Revolução quando inspirada no mesmo instinto materialista do poder e da autoridade autocrática e totalitária, como estamos vendo na Turquia ou na Alemanha. Tudo isso mostra como a Reação Nacional é um dos elementos também decisivos para a elaboração da Idade Nova, que se está processando em nosso tempo. Nem por isso, também, podemos classificá-lo de modo diverso dos demais que anteriormente especificamos. E' igualmente um fenômeno acidental, cuja aparência de essencial nos vem

da importância dos fenômenos opostos, contra os quais se levantou.

Eis aí, em breves e insuficientes palavras, uma súpula possível dos elementos acidentais que em nosso tempo estão contribuindo fortemente para a preparação da Idade Nova. Para muitos são todos êles os verdadeiros acontecimentos essenciais. Outros os classificam de acôrdo com sua tendência própria. Os revolucionários atribuem á Revolução o caráter de absoluto, e vêem a Idade Nova em função dela e tudo mais a ela subordinado. Os Reacionários, ao contrário, vêem a Revolução (no sentido marxista), como um acidente social e só a Contra-Revolução, ou a reação nacional (que alguns também chamam de revolução, por analogia) como essencialmente preparadora da Nova Idade. Outros vêem toda a história do nosso século, como um grande *film* ha dias exhibido, em função exclusiva da Guerra.

Na realidade, são todos fenômenos relativos, que deixarão o seu sinête na sociedade de amanhã, mas sempre em caráter acidental.

A Idade Nova, não poderá ser "prevista", como querem os filósofos do determinismo histórico, seja Comte, seja Spencer, seja Marx, seja Hegel, seja Spengler, que aliás divergem radicalmente entre si, o que já é uma prova da fragilidade dos seus prognósticos. Não está, por outro lado, sujeita ao simples capricho da vontade ou do instinto humano, como querem os filósofos do indeterminismo, sejam os psicologistas como Carlyle ou Emerson, sejam os intuitivistas como esse curiosissimo Pitirim Sorokim.

A Idade Nova não poderá ser prevista, nem será totalmente imprevista. Nem será necessariamente

“positiva”, como queria Augusto Comte, ou “comunista”, como queria Marx — nem totalmente entregue ao domínio da vontade ou do instinto humano. Será, como todas as épocas históricas, uma resultante da lógica interior dos acontecimentos, “o que tem de ser”, combinado com o domínio que o homem tem sobre êles, “o que póde ser” e tudo subordinado ao mistério divino, “o que deve ser”, cujo Plano supremo realizamos, como instrumentos animados, de uma sinfonia imensa e inaudita, de que a nossa ignorância nos julga autores ou cujo Amor é negado pela nossa estulticie.

Por outro lado, o indivíduo é que representa a razão de ser de todas as coisas. E a sua lei só é ultrapassada pelas leis do mundo físico. Naturalismo e individualismo marcaram a classe social, cuja decadência nos fornece hoje um dos traços essenciais da preparação á Idade Nova. Decadência biológica, pela diminuição numérica das famílias, em virtude do néo-maltusianismo generalizado e dos desregramentos sexuais. Decadência económica pelo esbanjamento dos patrimónios e pela crise do capitalismo. Decadência cultural pelo cepticismo filosófico e pela superficialidade dos estudos. Decadência política pelo desprestígio do regimen eleitoral e parlamentar, pelo laicismo e pelo triunfo das ditaduras. Decadência moral, pelo mundanismo generalizado, pela febre do prazer, pela vaga de amoralismo ou de néo-moralismos interessados. Decadência religiosa, enfim, pela indiferença da maioria, pelo agnosticismo de tantos e pelo sentimentalismo religioso de outros.

Todos êsses traços, que representam sîntomas generalizados em nossa sociedade atual, mostram a

irremediável dissolução da burguesia clássica, afundada no seu egoísmo, na sua obsessão do dinheiro, no seu sexualismo exasperado, no seu abandono de todas as disciplinas do espírito. Essa morte lenta de uma classe social, que se defende violentamente por todos os meios, é um dos sintomas marcantes da nossa época e portanto do início da Idade Nova. A burguesia infiltra os venenos de sua concepção desastrosa da vida, em todos os sectores sociais. E serve-se de todas as armas na esperança de não morrer de todo. Não se limita a permanecer em suas trincheiras liberais. Vai além. Invade os domínios alheios. Faz-se revolucionária ou reacionária, na incerteza do partido que triunfará, mas na esperança de que ou a Revolução Social ou a Reação Autoritária Nacional, será a Idade Nova, que ela não quer perder, pois acima de tudo ama a vida, como aquêlê moribundo da *Bête Humaine*, de Zola. E temos os burgueses revolucionários ou reacionários. Faz-se, também, cristã, de nome, e procura invadir a Igreja, por todos os lados. E temos o catolicismo burguês.

Ou então, permanece em seu *habitat* natural e temos o imenso conformismo burguês, que quer apenas que tudo continue como está e considera seus inimigos todos os que aspiram a outra coisa, — sejam os revolucionários da extrema esquerda, que ameaçam com a Revolução Social; sejam os Reacionários da extrema direita, que ameaçam com o Estado Totalitário; sejam os Cristãos, que também ousam tirar-lhes o sono, embora com uma ameaça muito mais suave, para eles, pois já pouco efeito faz sobre suas

almas esclarecidas e emancipadas — a... do Inferno.

Essa decadência da Burguesia é um fenômeno capital na formação da Idade Nova, em todas as sociedades do mundo ocidental, onde essa classe alcançou os maiores triunfos de sua história, cheia de grandes feitos e de êrros lamentáveis.

A *ascensão do proletariado* é o segundo fenômeno capital da preparação á Idade Nova. Formado pela burguesia, nascido e crescido á sua sombra, o proletariado é filho e vítima de todos os êrros da classe que o gerou. Pela instrução generalizada, que baixou o nível intelectual da Burguesia, mas elevou o do proletariado; pelo pauperismo oriundo das injustiças sociais e provocador das revoltas criadoras; pelo índice numérico, em virtude da prolificidade clássica das classes mais simples e menos egoístas; pela tendência natural á capilaridade de todas as sociedades humanas; pelos êrros e pecados tremendos das classes superiores e responsáveis pelo govêrno das nações; pela intervenção da Guerra, da Revolução, da Crise e da Reação, de todos os fenômenos acidentais que já estudámos, — assiste o mundo moderno a êsse fenômeno essencial para a Idade Nova — a ascensão de uma nova camada social.

O ritmo normal de toda a sociedade e particularmente das democráticas, é a ascensão gradativa das classes sociais. E essa ascensão se faz óra de modo violento, óra de fôrma pacífica. Érra o socialismo sistemático ao generalizar, como processo de formação histórica, a luta das classes. Tanto a luta, como a cooperação das classes, são fenômenos correntes na sociedade. A história se faz de uma ou de outra

coisa, concomitantemente. O que é comum, é a ascensão dos inferiores e a sua maior ou menor incorporação ao organismo social. Todo critério de perfeição social se baseia exatadamente na maior ou menor inserção de todas as classes no corpo da sociedade. E a Idade Nova, se quizer ser uma idade menos efêmera do que foi a era burguesa, deve fugir tanto á separação radical das classes, que foi o desastre social da concepção burguesa da sociedade, como á supressão da variedade de classes, a que aspira a filosofia proletária da vida, que nada mais é do que a resultante lógica de todos os êrros parciais e de todas as atitudes ainda dúbias e tímidas da filosofia burguesa da vida.

Tanto a luta de classes, portanto, como a aliança ou a cooperação das classes, são processos e métodos naturais, que a história tem empregado em sua evolução e que estão sendo, ainda uma vez, postos em prática na atual preparação da Idade Nova. Os proletaristas, discípulos e continuadores dos burguesistas, pretendem criar uma Idade Nova á feição proletária, baseada numa filosofia proletária, numa política proletária, numa arte proletária, numa religião proletária, enfim, no totalitarismo proletário, que seria uma ditadura muito mais cruel que a do liberalismo democrático ou do reacionarismo autoritário, tão violentamente denunciados pelos líricos da Revolução.

A ascensão social do proletariado expressa pela sua cultura, pela sua liberdade econômica, pelo seu bem estar maior e segurança de vida, pela sua participação no governo político e econômico da sociedade, é fenômeno essencial da Idade Nova em gestação. E suas manifestações se vão processar violenta ou

pacíficamente conforme o maior ou menor grão de inteligência, de coragem, de espírito de sacrifício e de agudeza de vistas, dos que são mais diretamente responsáveis por essa misteriosa e inelutável formação social. Não creio que a Idade Nova seja a Idade Proletária, como quer o socialismo integral. Seria isso uma deformação da natureza humana e da complexidade social, que não duraria por muito tempo e representaria um monstruoso artifício social. A Idade Nova, se não fôr apenas uma intensificação dos êrros da sociedade atual, será a variedade e a harmonia das classes sociais e não a opressão de uma pelas outras ou o aniquilamento de todas por uma só. A injustiça, mesmo quando pretende combater outra injustiça, é sempre estéril. E assim é o proletarismo atual, que pretende talhar a Idade Nova á semelhança de sua falsa e cruel filosofia da vida.

A ascensão do proletariado, portanto, é outro fenômeno essencial no processo da elaboração dolorosa da Idade Nova, de que estamos participando. E' um fenômeno construtivo, ao passo que a decadência da burguesia é um fenômeno dissolvente. Cada um dos quais arrastando consigo toda a espécie de problemas, a que hoje se prende a sorte da civilização.

Apontámos, como essencial, também, a *importância crescente da máquina*.

A máquina é a extensão dos membros materiais do homem. E' o fruto do seu espírito de invenção, que marca o seu domínio sôbre a natureza, o que é ótimo, mas também facilita as suas veleidades de insurreição contra Deus, o que é péssimo. Podemos discutir sôbre o maior ou menor malefício da máquina. O que não podemos é impedir a importância

crescente que vai tendo na civilização moderna e que fatalmente terá na Idade Nova. Foi ela que permitiu a potência da civilização burguesa, pelo surto industrial que enriqueceu os povos que a inventaram primeiro e primeiro a empregaram. Foi ela, também, foi a sua hipertrofia que provocou a Crise moderna e com ela um dos fatores capitais da decadência dessa mesma classe social. E' ela ainda que está provocando o lirismo dos novos bárbaros, que fazem do industrialismo uma espécie monstruosa de religião da matéria.

E, tecnicamente, prossegue invariável o seu progresso, que de tão contínuo, já não surpreende como devêra.

Tudo isso mostra que a revolução industrial do século XVIII, continúa a agir sobre nós e vai operar direta e indiretamente, na elaboração da Idade Nova. Como a máquina, porém, é uma arma de dois gumes, que pôde libertar ou escravizar o homem, bem se vê que o problema de sua incorporação á civilização futura é um problema menos técnico que ético. Colocar a máquina a serviço do homem, para o arrancar á servidão da máquina e do materialismo inconsciente, que dessa posição emana, — sob a fórmula da chamada "filosofia do conforto" ou qualquer outra, — é um dos problemas mais delicados da nossa época de transição social, em que a máquina invade todos os domínios e pôde ser indistintamente aplicada ao bem e ao mal, á vida ou á morte, á destruição social ou á felicidade humana, pelo alívio aos trabalhos servis ou pela propagação da beleza humana ou, até mesmo, da voz de Deus. A máquina é, pois, com todo o cortejo de problemas técnicos e éticos

que arrasta, um elemento essencial da Idade Nova.

Indicámos, finalmente, como outro de seus elementos essenciais, a *primazia do Espírito*.

De duas maneiras podemos entender essa sentença. Ou *espírito* significa as faculdades intelectuais do homem, sua cultura, sua ciência, a afirmação de sua superioridade psíquica e do seu domínio sobre a natureza e sobre a sociedade. Ou Espírito significa a vida íntima de Deus, revelada aos homens pelo Cristo e trazida á sociedade pela Igreja.

Em âmbos os sentidos, o humano e o divino, o que parte do homem e vai ou não a Deus (pois muitas vezes fica em caminho e se esquece d'Ele, por Suas obras) e o que desce de Deus para o homem, — em âmbos os sentidos encontramos o fenômeno na preparação á Idade Nova, que estamos vivendo. E tudo devemos fazer para que não venha apenas representar uma falsa primazia do espírito, mas que seja realmente uma etapa superior na vitória do verdadeiro Espírito.

O primeiro sentido dessa primazia espiritual é insuficiente e póde levar ás maiores e mais contraproducentes aberrações. E' o falso *humanismo*, que na civilização atual adquiriu um sentido completamente errado e Massis chamou de "humanismo inhumano". O homem se fez o centro do universo. Divinizou o seu próprio espírito. Criou civilizações inspiradas nêsse deslocamento da razão de ser das coisas. E as arrastou á ruína, preparando-se para com êle inspirar as novas fórmulas sociais, por uma maneira ainda mais desastrosa e exclusiva. O resultado foi a Guerra e o seu cortejo de sofrimentos; a Revolução e o triunfo dos novos bárbaros.

Será o *humanismo néo-burguês*, que faz da *curiosidade* intelectual a razão de ser da cultura, mostrando mais uma vez o seu diletantismo e o seu culto egoísta da liberdade anárquica. Será o *humanismo puramente cultural*, esse *culto da cultura*, que hipertrofia o intelecto humano em prejuízo da harmonia completa do homem. Ou será o *humanismo proletário*, materialista, técnico, classista, animado por um lado de um sonho muito justo de extensão da cultura às massas e, por outro, deformando irremediavelmente o ser humano, pela supressão nêle de tudo o que o leva à compreensão da verdade total do universo.

Todas essas formas de humanismo diminuído, representarão, na Idade Nova, uma falsa primazia intelectual e espiritual, se ficarem apenas nessa concepção parcial da cultura. Isto é, si esse culto da cultura fizer da cultura, que é um *meio* de chegar à verdade, um *fim em si*, um *substitutivo à santificação*, como querem os culturalistas do presente e, seguramente, da Idade Nova. Pois a santidade é uma finalidade vital, mas a cultura apenas um método de inteligência.

Só o verdadeiro humanismo, que é por natureza limitado pelas regiões superiores do heroísmo e da santidade, aquêle que Maritain costuma chamar de "humanismo integral", pois inclui todos os grãos do conhecimento humano e comunica o amor da Perfeição, só êle poderá salvar a Idade Nova de um envelhecimento prematuro, provocado por toda a falsa filosofia, social ou individual, da vida.

Esse humanismo cristão revelou, em nossos dias, a sua vitalidade profunda. Na hora mesma em que tantos previam a sua decadência, depois de um sé-

culo de negações pessoais e de aberrações sociais de toda espécie, é ele que se prepara para levar á nova idade social, em que vamos entrar, as mesmas verdades eternas com que ha dois mil anos vem arrancando as idades sociais á sua inclinação para o egoísmo e para os abusos, pois somos dos que não aceitam passivamente a Idade Nova que os êrros modernos nos estão preparando, mas desejamos modelá-la, quanto possível, á imagem da Verdade.

Estamos no preâmbulo, não só de uma Idade Nova, mas de uma Nova Cristandade. E como a função social do Espírito Divino não é de *criar* civilizações (função essencialmente temporal, que cabe aos homens e aos Estados) e sim de *sobrenaturaliza-las*, prepara-se a Igreja e prepara os seus fieis, não para impôr uma Idade Nova cristã, que se viésse colocar *ao lado* da Idade Nova, tal como a querem os socialistas, os nacionalistas ou os liberais, — e sim para espiritualizar a Idade Nova, ou as idades novas, que surgirem das grandes forças subconcientes ou concientes, que estão elaborando, entre nós, o mundo social de amanhã.

Essa, a primazia do Espírito, no verdadeiro sentido da expressão. A máxima preocupação da Igreja, em nossos tempos, não é a salvação de civilizações condenadas a desaparecer por seus próprios êrros e sim a inspiração cristã das novas fórmulas sociais que estão surgindo. Pois o que de mais preciso se pôde prevêr para a Idade Nova é que não será uniforme, como querem os socialistas, e sim variada, como a natureza humana e a complexidade social o exigem imperiosamente. Não haverá, podemos afirmá-lo sem qualquer veleidade ridícula de profecia, *uma* Idade

Nova. Haverá varias modalidades continentais, raciais e culturais de Idade Nova, de acôrdo com as particularidades geográficas, históricas, psicológicas, intelectuais, morais das várias nacionalidades ou dos vários ciclos culturais do universo.

E sôbre *todas* elas prepara-se a Nova Cristandade a exercer sua influência espiritual, a verdadeira primazia do Espírito.

E essa primazia, qualquer que seja a modalidade temporal da Idade Nova, em suas variadas manifestações sociais, se fará sempre, em toda parte, por certos traços comuns, que marcarão as fórmulas particulares de Idade Nova, que se deixarem impregnar de espírito cristão.

Pois essa atuação se faz tanto sôbre os *costumes* como sôbre as *instituições*. O problema da Idade Nova não é apenas um problema de *espírito*, nem apenas um problema de *estrutura*. E' a combinação das duas coisas, e a um tempo um problema humano e institucional. A instituição — seja ela doméstica, política ou econômica, — não é qualquer coisa de separado do homem, como julgava o individualismo liberal. E sim alguma coisa a que êle está íntima e mesmo indissoluvelmente ligado. Somos sempre homens de uma família, de uma nação, de uma raça, de uma associação qualquer, de uma cultura, de uma igreja. Só artificialmente podemos distinguir em nós, na sociedade, o que é do homem isolado e o que é do homem inserido nos grupos em que nasce e se fórma. De modo que o problema da formação da Idade Nova, em face da primazia do Espírito, não exclúe nem a atuação sôbre as instituições, nem a ação sôbre as consciências. E, por isso, depois de termos rapidamente

estudado os direitos da Idade Nova, passemos a vêr os seus *deveres*, se quizer ser melhor que a atual.

Três traços comuns podemos divisar nêsse caminho de uma bôa Idade Nova:

1 — Téocentrismo;

2 — Personalismo;

3 — Grupalismo.

1 — *Téocentrismo*, isto é, primado essencial do único Absoluto verdadeiro, relação constante das coisas temporais á verdadeira fonte de toda autoridade, de todo bem, de toda vida — a Trindade Divina. E daí a espiritualização necessária da Idade Nova, quaisquer que sejam as modalidades de suas novas instituições e as particularidades psicológicas do homem novo. Esse zêlo contínuo pelos direitos do sôbrenatural, tão esquecido em todos os messianismos sociais modernos, é o grande traço caraterístico, próprio, original da verdadeira primazia do Espírito, distinta de todas essas deformações puramente culturais. E na defesa dêsse direito é que a Igreja começa desde já a preparar sua atuação sôbre a Idade Nova, quaisquer que sejam as predições dos profetas do materialismo ou do diletantismo futuro.

2 — *Personalismo*, isto é, dignidade suprema da pessoa humana na sociedade, sob o modelo constante da Pessoa por excelência, que é o Cristo. A razão e a revelação nos mostram que a verdade última das coisas se atinge, não pelo caminho da *natureza*, mas pelos caminhos da *conciência*. A natureza exterior é apenas o trampolim da inteligência. O sentido do universo é *pessoal* e não *inanimado*. Foi a falsa ciência, a falsa concepção de ciência sob o modelo das ciências naturais (que são apenas uma parte do conheci-

mento científico e não toda a ciência), que deificou a natureza inanimada, que seria a verdade última e íntima das coisas, de que o homem fôra apenas uma consequência *acidental*. O humanismo cristão, ao contrário, nos mostra pela razão e pela fé, que não é a pessoa humana um produto *acidental* da natureza exterior; essa natureza é que é uma diminuição *acidental* da Pessoa, por excelência, ao passo que o homem é um produto *essencial* da natureza das coisas. A essência do universo é *peçoal, inteligente, providencial*, e não *impessoal, inanimada*, filha do acaso, como quer uma falsa ciência.

O homem está, portanto, em coincidência profunda com o universo. A pessoa *precede* a natureza, o sentido pessoal do universo é *anterior* ao espectáculo das coisas inanimadas. O homem é ontologicamente e não apenas tecnicamente, superior á natureza exterior. E' êle, — e com êle toda a sequência de valores de que êle é o gráo mais baixo na escala ascendente, — é êle que prevalece, por natureza, sobre a natureza e as suas leis deterministas e cegas.

Esse humanismo cristão, que nos mostra assim o universo como sendo de essência *espiritual*, em sentido radicalmente oposto ao que nos ensina o naturalismo moderno, é que nos faz compreender que o verdadeiro sentido da dignidade suprema do sêr humano é a sua consonância essencial com o sentido íntimo do universo, que é, repito, de caráter intelectual, pessoal, vital e não puramente inerte e passivo, como o que nos pretende revelar uma falsa cultura e uma ciência insuficiente.

Esse *sentido pessoal* da vida, que tão largas repercussões vai ter no domínio da vida social e por-

tanto dessa Idade Nova, cujos traços estamos hoje procurando divisar no horizonte, — será o segundo traço comum da Nova Cristandade em sua penetração profunda nos vários sectores da Idade Nova em formação.

3 — Chamamos de *grupalismo* á terceira dessas manifestações de verdadeira primazia do Espírito na Idade Nova. E' uma tendência comum a todas as correntes atuais para a Idade Nova. O sentido da coletividade se impõe a todos os que sentem o êrro do individualismo moderno. E daí a restauração do sentido da socialidade, que póde ir desde o êrro da eliminação da personalidade livre ou da justa autonomia hierárquica dos grupos até o verdadeiro senso da comunidade que é a base da verdadeira sociologia. Esse espírito de comunidade, distribuído hierárquicamente pelos grupos sociaes, desde o biológico ao espiritual, marca a penetração do terceiro traço uniforme do espírito cristão na Idade Nova. A família, como grupo não apenas de direito privado, mas de direito público; a economia e o trabalho organizados corporativamente, de modo a assegurar os direitos do trabalho em sua posição hierarquicamente superior aos direitos do capital; o Estado reintegrado na dignidade de suas funções temporais, tanto na ordem política, como na ordem econômica; a educação, em sua subordinação natural á Família, ao Estado, e á Igreja e assegurada a todos em sua verdadeira finalidade, de formação física, intelectual, moral e religiosa do sêr humano; a Sociedade das Nações, tornando a humanidade realmente solidária em suas relações e em suas variedades naturais e procurando a manutenção constante da paz, e, emfim, a Igreja, o grupo sôbrenatu-

ral, em sua missão de espiritualizadora das sociedades humanas, trazendo sempre aos costumes e às instituições a sua vigilância incansável.

Esse *sentido grupal* da sociedade não obedecerá por certo a uma uniformidade geral de organização na Idade Nova.

Mas só será verdadeiro se essa Nova Idade compreender que a sociedade é um conjunto de grupos organicamente distribuídos e não mecânicamente equiparados, com deveres e direitos recíprocos e uma hierarquia de valores que dá a cada um sua verdadeira função e dignidade. O progresso social será uma obra de colaboração desses grupos desiguais e não de equiparação, de confusão, de hostilidade ou de supressão de uns pelos outros, como querem várias soluções erradas da organização social na Idade Nova.

Este terceiro traço comum da primazia do Espírito na Idade Nova, representa, portanto, a recusa a todo totalitarismo, a toda parcelização, a todo falso nivelamento igualitário dos grupos sociais.

A Nova Cristandade, por essas três notas típicas de sua penetração social, vai defender na Idade Nova temporal a verdadeira primazia dos valores espirituais. E justamente para esse fim é que devemos ter hoje os olhos voltados para a Idade Nova. O futuro dirá até que ponto os homens e as nações terão o bom senso de aceitar os ensinamentos da verdadeira sabedoria, de modo a realizar, pacificamente e com justiça e caridade a transição laboriosa que está hoje sofrendo o Mundo, entre o sangue, a crueldade, a morte, a opressão, enfim, em pleno domínio da Força desencadeada.

A Idade Nova continúa a desafiar a nossa vaidade de desvendá-la. Ora a vemos clara no horizonte e para ela nos encaminhamos, prontos a fixar-lhe os traços essenciais. Ora nos foge das mãos, esfuma-se na sombra e chegamos a duvidar de que realmente venha a existir nas linhas em que a prefigurámos. Seja como fôr, o provável é que não seja ainda a idade última para os homens na terra.

Creio na sua existência futura, diversa da idade atual e procurei delinear alguns dos caminhos que a ela nos vão conduzindo. Evitei, de propósito, qualquer traço definitivo, pois não podemos sondar o misterio porvindoiro, muito menos em suas particularidades. E, como disse, não penso que seja uma só, uniforme e universal, e sim pluralista e variada, na base de certos traços comuns.

Será mais estável que a atual? Será mais justa que a de hoje? Será mais digna da sua missão de permitir ao homem a expansão plena de suas virtualidades terrenas e a preparação do seu destino imortal?

Não sei. O que sei é que devemos todos trabalhar para que assim a tenhamos. Sejam tenazes e pacientes. Fechemos os ouvidos a toda a zoadada dos cínicos ou dos brutais. Façamos humildemente, quotidianamente, o propósito de tudo empreender nas possibilidades do nosso esforço, de nossa posição, de nossos conhecimentos, para legar a nossos filhos um mundo que não será jámais perfeito, mas poderá permitir melhor a cada homem uma vida mais digna e mais humana. E teremos assim preparado uma Idade Nova que não será, por certo, o Paraíso; mas estará, quem sabe, um pouco mais longe do Inferno em que vivemos...

E mesmo que não sejamos felizes e tenha o mundo, em sua Idade Próxima, de passar pelo crivo da miséria integral e da nova barbaria, consolemo-nos com a certeza da vitória final do Espírito, pois, como dizia ha pouco Maritain, de maneira inexcedível: — “O miserável estado do mundo moderno, cadáver do mundo cristão, faz desejar com particular intensidade a reinvenção de uma civilização verdadeira. Se entretanto devesse ficar vão esse desejo, continuando a dissolução universal, consolar-nos-íamos por vêr, á medida que o mundo se desfaz, concentrarem-se as coisas do espírito ali onde se vive no mundo sem se pertencer ao mundo; a arte e a poesia estão incluídas nêsse número de coisas, juntamente com a metafísica e a sabedoria. E a caridade dos santos conduzirá o côro. Nada disso tem, aqui na terra, habitação permanente, morando em tétos de acaso, á espera de que cesse o tempo. Se o espírito que boiava sôbre as águas deve agora planar sôbre as ruínas, que importa; basta que êle venha. O que é certo, entretanto, é que estamos chegando a uma éra em que toda esperança que se colocar abaixo do coração do Cristo será desiludida”. (*Frontières de la Poésie* — p. 41).

Sejam essas palavras o nosso viático, para empreendermos a grande aventura da Idade Nova.

IDADE MÉDIA, não: IDADE NOVA

Pensa muita gente que a Igreja vive preocupada com a Idade Média. Erro crasso. A grande preocupação católica dos nossos dias é a Idade Nova. Para ela é que se voltam as atenções de todos os que meditam seriamente no sentido histórico da Igreja e nas condições especialíssimas da época em que vivemos. Tudo indica, realmente, que estamos chegando ao fim de uma forma de civilização e que os futuros decênios do nosso século verão o germinar, ainda obscuro e confuso, de novas modalidades sociais e políticas. A Igreja não as teme. Acompanha de perto o seu desabrochar, ao mesmo tempo que vê desaparecer sem saudade uma civilização que traiu o Espírito Divino e julgou poder assentar as suas construções apenas no Espírito Humano. O humanismo burguês faliu. E hoje nos encontramos em face de um grave dilema: ou levamos a sociedade a novas formas de Estado, que se constituam pelo reconhecimento do primado dos valores espirituais transcendentais, ou veremos a accessão de uma nova ditadura social, a do proletariado, que nasce já contagiada pelos piores venenos com que a burguesia contaminou a socieda-

de ocidental: o primado do econômico, a febre do conforto, a ilusão do progresso material, a hipertrofia e a dissolução da personalidade humana, a negação de Deus.

Para muitos, tudo isso é confuso e duvidoso. De vez em quando, parece-lhes que o dia de amanhã verá o triunfo radical da vaga rubra com o seu imperialismo mecânico e o seu ímpeto de destruição de todo o passado. Em outros momentos, como o atual, negam o perigo comunista e apontam para os regimens ditatoriais que empolgam as multidões européas, completamente desiludidas da nunca alcançada felicidade prometida pela democracia liberal.

E oscilantes entre esses dois extremos, incapazes de optar, acabam ficando no conformismo burguês e gozando a vida, á espera do que revelará o dia de amanhã.

Nos arraiais católicos não deixa de reinar também a perplexidade. A contaminação burguesa também os atingiu. E, para muitos, os que denunciam a podridão interior dêsse edifício liberal são apenas cúmplices dos pregadores da revolução social-materialista.

Ora, é preciso cada vez mais esclarecer esse mal-entendido e mostrar, sem temor das consequências, que a doutrina social que defendemos é mais radicalmente transformadora das condições profundas da vida social, do que as mais violentas mutações revolucionárias.

Por muito tempo, estiveram essas verdades como que escondidas ou atenuadas, e ainda hoje, os que ousam apontar para elas são, muitas vezes, apontados como *heterodoxos*, quando não *comunistas*... Eu mesmo já verifiquei, ha tempos, com certa ironia, que

tinha o meu nome classificado na polícia, entre os "suspeitos", provavelmente, porque escrevera sobre o "problema da burguesia", um livro em que dizia certas verdades a essa classe social a que pertenco e a cujo suicídio assistimos, no meio dos artifícios e sedativos com que procuram mascarar-lo.

Para os marxistas, ao contrário, não somos senão os aliados do capitalismo. E ligam a Igreja á Idade Burguesa, como os positivistas a ligam á Idade Média...

Tudo isso, porém, é desconhecimento, total ou parcial, da nossa verdadeira posição, ou dos que nos crismam de "comunistas encapotados", porque combatemos a concepção burguesa da vida, ou dos que nos chamam de "burgueses reacionários", porque enfrentamos os erros socialistas e recusamos o materialismo histórico ou dialético.

Onde está, em tudo isso, a verdade? Com quem ficamos, afinal? Com os socialistas, que combatem a burguesia? Com a burguesia, que defende os seus capitais? Ou com os reacionários, que esmagam o imperialismo soviético em nome da Raça ou da Nação?

Com nenhum dos três, diremos nós. A Igreja é hoje a grande Isolada dos dias que correm. Quaisquer que sejam os seus triunfos ou as suas amarguras, aclamada por uns ou amaldiçoada por outros, sua posição é hoje, mais que nunca, a de uma solidão comovente, incompreendida ou amada com fervor, mas sempre só, sempre diversa, sempre estranha e imprevisível em um "mundo" que só a compreende quando renuncia ao "espírito" de si mesmo.

Essa solidão, entretanto, não representa uma

evasão, nem mesmo uma evasiva. E', apenas, a condição de quem vive *para* o mundo, mas não é *do* mundo. E portanto não se confunde, como luminosamente pôs em foco Maritain, com nenhuma forma de civilização, nem mesmo aquelas, como a medieval, que se inspiraram de seus princípios.

Falei aí em um nome que, para muitos de nós, evoca o que ha de mais belo e de mais puro na natureza humana. Não tenho a felicidade de conhecer pessoalmente Jacques Maritain. Quem o viu, porém, e passou alguns momentos entre as paredes estudiosas e as arvores de seu retiro, em Meudon, guarda de sua figura, jovem e grizalha, iluminada por uns olhos de quem vive na seára do trigo divino, uma impressão indelével. Para nós, seus longinquos discípulos e amigos, só nos resta a alegria e a lição dos seus livros. Essas, porém, já bastam para fazer do admirável convertido de Léon Bloy e do Père Clérissac, uma das figuras humanas que mais profundamente influíram, não só na inteligência, mas ainda na vida íntima dos seus mais remotos companheiros ou sucessores de geração.

Não vou aquí falar de Jacques Maritain, de sua obra já hoje considerável, de sua restauração tomista no pensamento moderno, da sua crítica ao bergsonismo, de seus imortais perfís de Luthéro, Rousseau e Descartes, de seu interesse pelo pensamento hindú, de seu senso estético, de sua irradiação pelo mundo intelectual moderno.

Desejo apenas indicar a sua posição *sociológica* e a considerável importância de suas investigações sobre o problema político moderno.

Quando o seu nome começou a tornar-se conhe-

cido entre nós, ha uns quinze anos, si tanto, vinha ligado ao de Henri Massis, como parentesco espiritual e intelectual, bem como ao de Maurras e da "Action Française", como parentesco politico. Nêsse tempo, ainda, não haviam os princípios maurrasianos, de restauração da Autoridade, de condenação do demo-liberalismo e de apologia do nacionalismo integral, iniciado a sua marcha vitoriosa... fóra de França. O "positivismo monárquico", da escola de Maurras, ainda fazia papel de simples elocubrações doutrinárias e utópicas, sem qualquer possibilidade de realização prática. Maritain, porém, em um folheto em que estudava o "genio político" de Maurras tradicionalista e o paradoxo de seu "positivismo" mais ou menos comteano, começou a interessar-se pelo assunto e a mostrar o que havia de novo, de prático e de sólido no pensamento maurrasiano, ao lado de suas fragilidades doutrinárias.

Veio, depois, o caso tremendo da condenação da *Action Française* e de sua concepção puramente naturalista da Igreja. Separaram-se os campos. Massis ficou com Maurras, Maritain ficou com a Igreja. E em volumes de colaboração ou de sua propria autoria, como "Pourquoi Rome a parlé", "Clairvoyance de Rome" ou "Primauté du Spirituel", começou Maritain a aprofundar o delicadissimo problema da organização política moderna em face dos princípios da filosofia cristã.

Esse problema de pura atualidade é que ele aborda, mais uma vez, com a luminosa profundez de sempre e uma originalidade nunca procurada, em um recente volume da coleção "Questions Disputées", onde

já tinha dado, sobre problemas análogos, o seu "Religion et Culture".

Quero referir-me a "Du régime temporel et de la Liberté" (Desclée de Brouwer & Cie. — 1933).

O realismo crítico de Aristóteles e Santo Tomás não é apenas uma "filosofia do sêr" ou do "senso comum", e sim também uma "filosofia da liberdade". Essa "filosofia", em vez de opôr o mundo da liberdade ao mundo da natureza ou do sêr, une-os sem os confundir, fundando o primeiro sobre o segundo". (p. 5). Em suma, a ética supõe a metafísica, e os homens e as sociedades se comportam de acôrdo com a concepção geral que possuem da existência.

Não é o lugar aquí de entrar em detalhes sobre essa parte doutrinária da "política" de Maritain e do estudo profundo que faz das várias concepções da palavra "liberdade". Baseado na distinção entre a "liberdade de escolha", no sentido do pleno arbítrio individual, fase primária da liberdade, e a "liberdade de autonomia" (p. 35), fase terminal da mesma, que representa o domínio pleno da personalidade humana, — mostra Maritain como as filosofias políticas modernas oscilaram entre o abuso da primeira (liberalismo ou individualismo, a partir de Rousseau e Kant) e a incompreensão da segunda (Hegel-Nietzsche, e modernamente o super-humanismo de aparente contradição social com Lenin ou Hitler). O abuso da "liberdade individual" e a dissolução da "liberdade no Estado" — eis o balanço dessa incompreensão moderna de um termo, que representa a própria característica da pessoa humana, livre e racional por natureza.

A liberdade, tal como a compreende o "huma-

nismo integral” de Maritain, leva a um regimen de sociedade que diverge de um e de outro dos antecedentes. E Maritain assim o define — “a sociedade política... se destina, pelo próprio fim terrestre que a especifica, ao desenvolvimento de condições de meio que elevam de tal modo a multidão a um grão de vida material, intelectual e moral conveniente ao bem e á paz do todo, — que cada pessoa nela se acha ajudada positivamente á conquista progressiva de sua liberdade de autonomia” p. 51).

Para muitos leitores, parecerá abstrato e árido êsse modo de expressão. Ele se explica, entretanto, pela necessidade de definir, com precisão filosófica (e a filosofia, para um Maritain, não é, como para um Keyserling, uma simples *arte*, que permite, portanto, todas as fantasias...) os fundamentos essenciais de tudo o que vêmos na sociedade moderna.

A’ medida que a experiência social de tempos intensos, como o nosso, nos vai revelando aspétos inéditos da realidade, compreendemos que a posição da Igreja, em face do Estado e da política, adquire de dia para dia uma feição toda particular. Dois traços parecem caracterizar essa posição:

a) de um lado, a recusa em participar *diretamente* dos embates puramente políticos, o que é fácil de verificar em face de fatos recentes e conhecidos, como sejam a invariável determinação de conservar a ação católica “fóra e acima dos partidos”; a aceitação fácil da dissolução de partidos católicos tradicionais, como o “popular” italiano e o do “Centro” alemão; a retirada cada vez mais rigorosa do cléro da política militante, como acaba de dar-se, em Dezembro findo, na Austria, onde por todo um século par-

ticipou o cléro das lutas políticas, especialmente no partido "cristão social". Tudo isso são provas de que a Igreja não quer meter-se na política militante e muito menos aliar-se com um Estado, seja êle qual fôr. O que ela defende é a sua *independencia* e a sua *colaboração* com os Estados, para alcançar os seus *fins espirituais* que não contrariam, e antes se conciliam, com a finalidade temporal dos Estados.

b) Por outro lado, embora admitindo a existência de partidos diferentes e de regimens diversos, dada a grande amplidão do campo livre em matéria de organização política; embora não tendo uma sociología exclusivamente sua, como não tem uma filosofia exclusivamente própria — em todo o caso podemos vêr que a sua doutrina social procura, cada vez mais, estudar a realidade em face dos grandes e imutáveis princípios éticos e metafísicos. E daí vai concluindo, de modo mais ou menos conjectural, mas sempre com um equilíbrio e uma serenidade que contrastam com a precipitação e o nervosismo ambientes.

E' preciso que essas observações preliminares fiquem bem claras, antes de vêrmos como encara Maritain o problema da organização política moderna, em face do rigor dos principios éticos mais gerais e intangíveis.

Para nós mesmos, e muito particularmente para as novas gerações, ha todo o interesse em acompanhar essa marcha da sociología cristã em contáto com a realidade política moderna e em contraste com os vários sistemas que se defrontam. Ha uma tendência geral a ligar a sociología cristã a qualquer dos regimens ditatoriais modernos — o fascismo e o hitlerismo principalmente — que reagiram contra o libera-

lismo maçônico, na Italia, ou contra o marxismo confessado ou inconfessado na Alemanha. E mesmo entre nós, o surto sadio do integralismo, do nacionalismo ou do patrianovismo começa a levar certos espíritos moços, dos mais devotados, dos mais ardentes e dos mais concientes, a ligar a doutrina social católica á sua exclusiva concepção política nacionalista, autoritária ou monarquista. Ao passo que outros, menos esclarecidos ou mais anacrônicos, vêm a posição social católica — ou como substancialmente ligada á fórmula “liberal-democrática” de governo ou como simples elemento de “conservação” e “pacifismo” social. Tanto uns como outros se enganam ou exageram. Nem a filosofia política *autoritária*, por si só, nem a *libertária* ou *liberal* se confundem com a que se inspira nos princípios gerais da ética racional e cristã. E dos regimens políticos atuais, o *austriaco* de *Dolffuss*, é o único que expressamente se inspira nesses princípios. Reconheço que o probléma é delicadissimo e que é preciso tratar dêle com o máximo cuidado, sem a pretensão aliás de evitar os malentendidos.

Desde já, porém, posso advertir a todos os que desejam sinceramente esclarecer o assunto, pondo a sua consciência de homem acima das suas inclinações políticas — que é preciso e diria mesmo indispensável a leitura destas páginas meditadas e orientadoras de Maritain.

Seu mérito inicial é mostrar que, filosoficamente, a idéa de *liberdade* está no âmago de toda a solução social que quizermos dar, de acôrdo com os princípios mais puros da ética e da metafísica.

Praticamente vemos que, enquanto no século

XIX, em face das ameaças que pesavam sobre o *princípio de autoridade*, desmoralizado pelo liberalismo democrático ambiente, de inspiração maçônica, levantou-se a Igreja em sua defesa — agora no século XX, é o *princípio de liberdade* que começa a achar-se ameaçado e portanto a Igreja, ciosa do equilíbrio entre os grandes princípios que governam a sociedade, cada vez mais se apresenta em defesa dêsse último.

O século XIX aclamava a *soberania total do indivíduo*, ao passo que o século XX, pelos seus regimens mais modernos — comunismo, fascismo, hitleirismo, etc. — proclama a *soberania total do Estado*. São duas fórmulas *totalitárias* que ferem sempre o princípio contrário. E como a doutrina social católica é essencialmente o equilíbrio entre a *autoridade* e a *liberdade* obtido pelo complemento da *caridade* — não podemos identificar de modo algum qualquer desses regimens com o que seria uma sociedade moderna organizada de acôrdo com os mais puros princípios da moral cristã.

E' esse problema, de solução naturalmente um pouco conjectural, que Maritain estuda no seu pequeno, mas substancial volume.

A filosofia política inspirada nos princípios do cristianismo integral, não se confunde, nem com o liberalismo individualista presidencial ou parlamentar, do século XIX, com a sua democracia agnóstica; nem, por outro lado, com os regimens autoritários do imperialismo de classe (comunismo), de raça, (hitleirismo ou racismo) ou de nação (fascismo ou nacionalismo integral), três *falsas místicas* profanas,

que representam cada qual o abuso de uma idéia justa, em grão decrescente de êrro.

A filosofia política cristã, escreve Maritain, "faz da justiça e da amizade os fundamentos próprios da vida da sociedade" (p. 53), e é simultâneamente *comunitária* e *personalista*, isto é, coloca o bem comum superior aos bens particulares e, ao mesmo tempo, vê na sociedade um meio para a formação mais ampla e perfeita da *personalidade* de cada membro do corpo social.

Daí a grande iniquidade dos regimens democrático-liberais que julgaram resolver o problema do bem estar social de cada homem dando-lhe apenas liberdade política. Nesse ponto é perfeitamente justa a crítica socialista que á emancipação política das massas precisa succeder uma emancipação econômica. Apenas, entendem mal um e outro têrmo os socialistas, porque os deformam, mesmo historicamente, á luz de um materialismo que lhes obnubila a visão objetiva da natureza humana e do passado histórico.

Não ha, pois, aliança alguma substancial entre o dominio da burguesia, ainda hoje patente nos países ocidentais, e a doutrina social do humanismo cristão.

E' certo que os meios católicos se deixaram também contaminar por muitos êrros da filosofia *burguesa* da vida, como hoje, em reação, começam a deixar-se dominar pelos êrros da filosofia *proletária* ou *autoritária* da vida. Sempre o equilibrio a defender sem ecletismo; sempre a harmonia a encontrar entre principios levados a exageros que os destroem, negando os principios complementares que os completam, como o de liberdade completa o de autoridade e o de universalidade o de nacionalidade.

Essa reação, porém, nem é oportunista nem reacionária. Oportunista não é porque nega todo o pragmatismo, dos regimens democrático-liberais, mostrando que ha principios éticos imutáveis, que devem governar, todas as sociedades humanas, quaisquer que sejam as diversidades de tipos sociais e políticos que apresentam. A adaptação se dá apenas no que é accidental e nunca em matéria substancial ou de principios.

Reacionária também não é essa filosofia política, pois as condições históricas de hoje diferem radicalmente das condições medievais, de modo que a civilização cristã que procuramos realizar só pôde ser moldada em *novas* matrizes. Pois que hoje — “trabalhando no seio de uma civilização outrora cristã que se desfaz e cuja quédia tende para a barbaria — temos de preparar para um mundo novo habitações menos altaneiras (que na Idade Média) destinadas ao abrigo do homem (p. 65).

Como se vê, não trabalha Maritain no reino da Utopia e sim no da triste e humilde realidade contemporânea. Não alimenta ilusões sobre o mundo moderno, mesmo se conseguirmos *arrancá-lo á barbaria*.

Ao contrário do aqodamento de tantos jovens que — fazendo-se comunistas, nazistas ou fascistas, ou, entre nós, marxistas, integralistas, nacionalistas ou patrianovistas — julgam poder realizar totalmente em nosso tempo, os mais puros ideais políticos — contenta-se Maritain com um futuro muito menos luminoso, em conjunto, mas muito mais provável e consentâneo com o que realmente queremos: a purificação das almas.

Dentro desses limites, acredita Maritain que, se conseguirmos organizar uma sociedade "comunitária e personalista", e portanto baseada num conceito verdadeiro do homem e de suas exigências — apresentará essa sociedade três características fundamentais, de tipo:

- a) corporativo;
- b) autoritário;
- c) pluralista.

a) A organização *corporativa* renasceu espontaneamente no mundo moderno, sem que para isso se precisasse de modo algum copiar o que havia também naturalmente nascido na Idade Média, assim que a sociedade se reorganizou depois das grandes invasões. Modernamente, também, tende a organização grupal a constituir toda a estrutura política e econômica da sociedade. Não se confundem esses grupos com os serviços públicos do Estado liberal, possuindo autonomia e responsabilidade próprias.

Quanto à direção suprema de uma sociedade assim organizada, pondera Maritain — "que as vantagens da hereditariedade assinaladas por Pascal e que Santo Tomás notava como acidentais e que se referem antes de tudo à estabilidade no exercício da autoridade, devem ceder, nas condições históricas em que a eficiência importa mais que a estabilidade, às vantagens de uma designação do gerente em chefe do bem comum, pelos órgãos qualificados da comunidade". (p. 67, not. 1).

Como se vê, longe de afirmar que da doutrina política de Santo Tomás — (e sabemos que Maritain

é hoje uma das mais incontestáveis autoridades no assunto) se deva concluir necessariamente pela monarquia hereditária, opta Maritain pelo regimen de eleição, pelo sufrágio qualitativo do “gerente em chefe do bem comum”, pois que o princípio de eficiência deve primar o de estabilidade.

O segundo caráter do regimen delineado por Maritain, como o mais consentâneo com uma sã filosofia política nas condições modernas da sociedade — é o da autoridade ou da “aristocracia” (p. 67). Essa aristocracia nova seria, não mais a do sangue, como na Idade Média, ou a do *dinheiro*, como na Idade Burguesa e sim a do *trabalho*. “Em um mundo em que os valores sociais estivessem em função, antes de tudo, não mais do nascimento, nem da riqueza, mas do trabalho, os chefes que os vários órgãos sociais se designassem, em todos os graus, constituiriam uma verdadeira aristocracia popular” (p. 68).

E nesse sentido, de um predomínio total do trabalho, material, intelectual e espiritual — é que se entende o caráter *autoritário* e *aristocrático* dessa Idade Nova a que aspiramos e que Maritain procura delinear com mão de mestre.

c) Finalmente, o terceiro caráter dessa sociedade é ser de *tipo pluralista*. “Entendemos por sociedade de tipo pluralista uma sociedade na qual, contrariamente á concepção estritamente unitária que predomina desde o Renascimento — agrupa o Estado em uma ordem vital e não mecânica, fórmulas de legislação fundamentalmente diversas e estatutos de vida social heterogenios” (p. 71).

Esse *pluralismo*, portanto, atenderia não só ás diversidades regionais da nação, com as suas necessá-

rias autonomías, mas ainda ás próprias estruturas da sociedade civil. Assim, por exemplo, combina Maritain o regimen econômico distributista com o de concentração, fazendo variar o estatuto da economia industrial em face do da economia agrária.

A indústria moderna exige, pelas condições de sua produção, uma certa coletivização, que faz quebrar a moldura da economia doméstica (p. 72).

De sorte que, nessa ordem social, a indústria se organizaria de modo a que a propriedade passasse, não ao Estado, mas “aos organismos corporativos compostos de operários, de técnicos e de fornecedores de capitais, organismos esses considerados como pessoas morais, de modo que o regimen de co-propriedade se substitua ao do salariado” (ibid.).

Como se vê, a superstição da propriedade individual não pesa, de modo algum, nesse esboço profético que faz Maritain, de uma sociedade cristã futura, possível, provável mesmo (pois está no extremo oposto de qualquer utopia) e fundada na *justiça* e na *variedade* dos homens e grupos sociais em vez de o *ser na desigualdade* e na *separação de classes*, como na Democracia: *na ação direta* e no *monopólio partidário*, como nos Estados totalitários da direita, ou no *igualitarismo compulsório*, como no socialismo materialista.

Mas como, por outro lado, não temos a superstição da propriedade colétiva, dos marxistas — “é para a restauração e o reforço da economia familiar e camponesa que, sob fórmulas modernas e gozando as vantagens do maquinismo como as da organização corporativa, devia tender o estatuto da economia agrícola” (p. 73).

Distribuição da propriedade agrícola e concentração da propriedade industrial — eis a formula do pluralismo de Maritain na ordem econômica.

Nessa concepção do “État laïque chrétien” defendida pelo humanismo integral, apresentam-se as relações entre a Igreja e o Estado sob a forma de “colaboração” (p. 82) e não mais de união ou de separação. Em matéria de ensino, o que essa filosofia política recomenda é a *repartição proporcional*, isto é, a subvenção pelo Estado das escolas livres e confessionais, que é aliás recusada tanto pelo Estado Leigo da burguesia liberal, que entregava o ensino aos particulares, como pelo Estado totalitário, confessado ou inconfessado (como dos nossos “pioneiros”) que aspira sempre ao monopólio governamental e burocrático da educação e instrução, pública e particular.

Como se vê, o mais ortodoxo dos filósofos contemporâneos, aquele que mais trabalhou pela restauração dos princípios da filosofia tomista, como únicos capazes de salvar a inteligência moderna do caos idealista e da barbarização materialista — esse incomparável Jacques Maritain, enfim, não hesita em prevêr para os futuros decênios as mais radicais transformações da sociedade moderna. Verdadeiro discípulo de Leon Bloy, tem páginas candentes sobre o mundo moderno, escrevendo com franqueza que — “o ateísmo comunista não é mais do que o deísmo burguês pelo avesso (p. 117), pois a burguesia contaminou o proletariado com os seus próprios venenos naturalistas e anti-cristãos e a revolução social é filha do egoísmo, da sensualidade, do luxo, da hipocrisia ou da cobiça, da burguesia atual que se diz ainda cristã, mas procede já como se não o fosse.

E em face dessa falência do liberalismo burguês, herdeiro e sucessor de todas as heresias anteriores, encontra-se a Igreja Católica solitária, hoje, como ha quinze séculos, perante uma civilização que ela tentou salvar, mas de cuja convalescença desesperou, deixando-a afundar-se com os seus êrros e os seus pecados, nas sombras do passado, e nas páginas frias da história. A Igreja, hoje em dia, vai cortando uma a uma as amarras que a prendiam á civilização burguêsa, como outróra cortou as que a prenderam á civilização romana, feudal ou absolutista. Ela procura sempre espiritualizá-las. Mas quando sente que começam a traír o seu espírito e a perseverar no pecado, entrega-as á sua própria sorte, pois é o sinal patente de que as invadiu o espírito do Anti-Cristo. E' o que se dá com a civilização liberal burguêsa. E por isso póde Maritain escrever: — "O catolicismo manterá sempre os principios e as verdades que dominam toda a cultura e protegerá sempre tudo aquilo que, no mundo atual, subsiste em conformidade com os seus principios. Mas parece que se orienta decididamente para novos tipos culturais" (p. 118).

E o tipo cultural cristão, mais consentâneo com as condições do mundo moderno, é que Maritain estuda nessas páginas magistrais. Depois de procurar, em suas obras anteriores, a adequação da "filosofia perene" com as exigências da ciência atual — procura êle agora a conformidade da sociologia perene com os dados da sociedade contemporânea. E' o que êle chama "o esforço profano cristão" (p. 134), no sentido de cristianizar o Estado. Mesmo, porém, que falte esse nosso esforço, restará sempre ao cristianismo a tarefa de dar ao mundo e aos homens, em qualquer re-

gimen, mesmo os mais autenticamente heterodoxos e hostis, uma seiva que só êle póde dar.

De momento, a sua tarefa social é mostrar, de um lado, a incompatibilidade, diréta ou indiréta, entre a sua doutrina e a ordem social moderna, aceita mesmo entre católicos e, de outro lado, procurar as “nóvas fórmãs culturais”, para que devem encaminhar-se os nossos esforços profanos.

Felizmente, começa a haver uma reação contra aquela aliança inconciênte entre catolicismo e burguesia (com a sua filosofia particular da vida) que predominou no século passado e se estende, em certos meios, até nossos dias. Hoje, como pondera Maritain — “o laicato cristão começa a ter uma consciência explícita, refletida, deliberada, ao mesmo tempo de sua missão cultural própria e da realidade particular do universo social como tal” (p. 147).

E a ruína da civilização burguesa não nos deve intimidar, pois “é possível que as contas do mundo atual sejam pesadas demais e que acabe mal. Mas o fim de um mundo não é o fim do mundo” (p. 153).

E nós, cristãos, devemos trabalhar, portanto, *por um mundo novo* e não defender o cadáver de um mundo decrépito, corrompido de liberalismo e de socialismo, nem nos devemos empenhar de corpo e alma, em restaurações autoritárias que não são mais, por vezes, do que a deificação da força ou do superhomem nietszcheano e anti-cristão.

A transformação que devemos esperar é uma revolução muito mais profunda do que a promovida pela “literatura revolucionária” (p. 154), pois, como acrescenta Maritain numa frase que vai muito longe

— “mais vale ser revolucionário, que dizer-se revolucionário (p. 158).

Essa renovação temporal cristã, entretanto, depende do que êle chama “a purificação dos meios” (p. 155).

Nisso estão a nossa fraqueza e a nossa força.

Nossa fraqueza, porque não podemos adoptar a fórmula que Lenine préguou invariavelmente a seus companheiros e discípulos, que os fins justificam os meios e portanto o aniquilamento da burguesia justificava o assassinio, a mentira, o roubo, a hipocrisia, a calúnia, tudo. Agir assim é fácil. Basta seguir a inclinação do animal. E vêr como as teses comunistas proliferam facilmente no meio da mocidade, que sente as suas paixões justificadas e mesmo aduladas, ao passo que nós as retificamos e exigimos, dos moços como dos adultos, virtudes morais, heróicas e secretas, de contensão e domínio de suas inclinações passionais.

Mas, nessa mesma exigência de sacrifício, está a força do trabalho cristão, mais obscuro, mais mediocre de aparência, mais demorado, mas também mais fecundo e duradouro. “A Igreja não leva mais os Imperios a Canossa. Ela concentra o seu imenso poder em uma luta dura e obscura, em um trabalho humilde de proteção das almas” (p. 171).

Quem não souber compreender essa atitude, não só estará longe do espírito cristão, mas ainda acusará a Igreja de “oportunista” ou de “retrógrada”, de “timorata” ou de “utopista”, de “liberal” ou de “eclectica”, como hoje vemos, não apenas em bocas inimigas, mas também em muitas que a preço perfuma, em outras horas, mas que se julgam em condições de dar

regras a quem atravessou os séculos e os regimes, sempre intacta em sua pureza essencial e sempre fiel á sua missão divina.

Por isso, diz Maritain, “uma renovação social cristã será obra de santidade, ou nada será” (p. 172). E estudando, praticamente, essa possibilidade de transformações sociais profundas, preservada a necessária pureza dos meios empregados, mostra que isso não será obra *diréta* da Igreja, “que tem fins não temporais, mas eternos e espirituais, essencialmente supra-políticos e supra-sociais” (p. 172), nem mesmo da “ação católica”, em si, que é também trabalho de *espiritualização* universal da sociedade e não de política militante (p. 173). Para empreender essa obra, apela Maritain, não para um partido católico, a cujo fracasso assistimos, mas para — “um partido político desta ou daquela denominação, porém formado ou dirigido pelos católicos (p. 175), mesmo que não congregasse exclusivamente católicos” (p. 176).

O essencial é que os meios sejam tão puros quanto os fins. “Uma revolução cristã não póde ter éxito senão por meios de que precisamente os outros não seriam capazes” (p. 178).

Essa é a distinção fundamental e a advertência luminosa de quem, como ninguém, soube penetrar no amago do tema.

Nós, católicos, queremos uma revolução, que poderá mesmo ser a mais radical das revoluções. Apenas, será uma revolução silenciosa e não teatral, pois — “as grandes operações da história, as grandes revoluções resultam assim normalmente de um esforço secreto de crescimento e da ascensão interior

de uma ordem nova que se fórma por si mesma" (p. 192).

Para ela devem dirigir-se todos os nossos esforços, quer no plano espiritual puro, quer no plano da ação religiosa, quer no plano da ação profana.

Sem precipitações, sem a sêde de realizações imediatas do revolucionário ou do reacionário, sem a vaidade de fazermos qualquer coisa por *nós mesmos*, — sem a ilusão das realizações temporárias *perfeitas*, neste mundo moderno em que lutamos, trabalhemos silenciosamente, com a consciência continua de sermos apenas uma ínfima partícula do Corpo Místico de que participamos, com a máxima docilidade á Providência e com a paciência invencível dos que têm por sí as promessas da eternidade.

MARITAIN E A IDADE NOVA

Jacques Maritain é uma das grandes clareiras do século XX. Na floresta sombria em que os sistemas filosóficos se multiplicam inútilmente, ora transformando o pensamento numa trituração idealista do espírito, ora fazendo do espírito um simples reflexo da matéria, algumas clareiras se abrem onde uma visão mais ampla se descortina e o céu se desvenda de novo acima das árvores que o escondem.

Se Heidegger, Gentile ou Bergson, preparam os espíritos para uma visão mais completa da realidade, rompendo com os laços estreitos do naturalismo do século XIX, outros não se satisfazem com a redução da filosofia ao campo do estritamente *humano*, mesmo quando respeitamos os direitos supremos do espírito. E sóbem então a uma verdade mais alta, ao plano das realidades subsistentes no absoluto de sua permanência divina, acima de todas as coisas criadas, ao espírito em si, a Deus, enfim. E Peter Wust, na Alemanha, Fulton Sheen nos Estados Unidos, Agostinho Gemelli, na Itália, Jacques Maritain ou Gabriel Marcel, Edouard Le Roy ou Maurice Blondel, em França, — para ficar apenas no plano dos

puros metafísicos — restauram os laços partidos entre a ordem natural e a ordem sobrenatural, nos filósofos modernos de primeira linha, e nos apresentam um universo recomposto em sua plenitude e sôbre o qual repousa a nossa sêde de totalização.

A conversão de Jacques Maritain, ha cerca de 30 anos, logo seis anos após o início deste século trágico em que vivemos, ia marcar um momento capital na história do mundo moderno, pois desde então pôde recompôr, em sí, essa unidade completa das coisas, e preparar-se para levá-la á sua geração e á época, que iria receber de sua passagem, um sinête tão profundo e mesmo indelével.

Renunciando á vaidade de criar um sistema filosófico autónomo, como tantos outros que julgam ser o conhecimento da verdade apenas a expressão de um ponto de vista individual, — veio Maritain integrar-se na grande corrente filosófica perene, aristotélico-tomista-moderna, que sofre oscilações ao longo dos séculos, com o aparecimento de adéptos mais ou menos luminosos, mas que atravessa as épocas históricas, os continentes e as civilizações, como um grande fio de colar que prende as pérolas do pensamento humano através das idades e das latitudes. Maritain renunciou a ser a perola isolada e veio colocar-se no fio de um colar que seria o mais belo adereço da humanidade, se não fosse o próprio pensamento humano em sua máxima irradiação.

Essa mesma renúncia á vaidade de refazer sózinho o trabalho dos séculos e de prescindir da luz indispensável da revelação divina — levou Maritain a deixar os páramos da metafísica pura, para descer ao plano da filosofia prática, da arte, da política, da

economia, para aplicar ao mundo moderno em seus aspectos mais temporais e correntes, esses mesmos princípios ontológicos que veio redescobrir depois de longa e atormentada pesquisa.

Não foi sem saudade que Maritain deixou a contemplação pura para ingressar em campos mais confusos e materiais. Não foi, principalmente, sem a precaução de negar-se, sistematicamente, a ingressar na luta partidária ou na atividade prático-prática, como ele diz. Continua a ser um filósofo que elucida as coisas pelos primeiros princípios do ser. Mas sendo um filósofo que sabe ser a vida maior do que o pensamento, não abandona as folhas pelas raízes e apenas procura, com a luz irradiante do seu genio, explicar a natureza dos ramos pelo estudo profundo das raízes. Daí a solidez da sua crítica às condições do mundo moderno, e a verosimilhança das orientações que nos indica para a obra necessária de remodelação social da civilização.

Não foi sem um choque accidental e de certo modo pessoal, que a linha metafísica de Maritain se incurvou para o lado das coisas temporais.

De longe, para nós, o caso da *Action Française*, pouca ou nenhuma repercussão encontrou. Os meios católicos brasileiros viviam, até então, inteiramente penetrados de liberalismo político. Foi Jackson de Figueiredo o primeiro que se levantou contra essa confusão absurda, como D. Vital, a seu tempo, se levantara contra a penetração da Maçonaria nos meios católicos.

Jackson veio mostrar que o liberalismo, como doutrina mesmo inconciente (que era o caso nos

meios católicos), não era mais do que o espírito maçom sem a Loja Maçonica, a função sem o órgão.

Causou surpresa essa revelação, e mesmo escândalo. E como o espírito brasileiro é naturalmente inclinado ao liberalismo, do mesmo modo que o espírito espanhol é naturalmente inclinado ao autoritarismo (seja da direita seja da esquerda) — a prégação política de Jackson ficou limitada a um pequeno horizonte, encontrando aliás menos eco ainda nos meios católicos do que fóra dêles. Creio poder afirmar que Jackson de Figueiredo foi mais compreendido pelos não-católicos do que por seus companheiros de crença, exercendo sôbre estes menos influência que sôbre os outros. Nossa obra, depois de Jackson, tem sido apenas trazer para os meios católicos a semente que êle lançára longe dêles.

O caso, porém, é que entre nós, não havia ambiente para se compreender o que foi para o catolicismo francês o que se pôde chamar sem exagero o *drama da Action Française*. A *élite* do catolicismo francês estava nela, pois a República, em França, fôra absorvida pelo Grande Oriente e vinha seguindo, ha muito, uma política de perseguição religiosa e laicismo opressor das conciências católicas. O *ralliement* á República solicitado por Leão XIII, dos católicos francêses, quasi não fôra obedecido. A condenação por Pio X do movimento *sillonista* (que era a "democracia cristã", considerada como o único sistema político recomendado pela Igreja) veio ainda concentrar mais uma parte considerável dos católicos francêses nas fileiras do movimento monarquista, empreendido por um discípulo genial de Augusto Comte, Charles Maurras. Não era o Comte anti-meta-

físico, que o nosso anacrônico positivismo-religioso ou sectário apresenta e sim o Comte, grande filósofo político. adversário de todo romantismo social restaurador do sentido da autoridade nas funções do Estado.

Maritain, então amigo íntimo de Massis, tanto que eram frequentemente citados juntos, Massis-Maritain, como na Inglaterra Chesterton-Belloc, — Maritain, sem ser da *Action Française*, estava entre aqueles que consideravam Maurras como guia em matéria político-social.

Quando vieram as primeiras advertências, contra o movimento da *Action Française*, Maritain, interpellado, foi estudar o problema e publicou então um folheto a que modestamente deu o título apenas de *Une opinion sur Charles Maurras et le devoir des catholiques* (Plon 1926).

Estudando então o problema, no seu duplo aspecto, teórico — como relação entre a política e a teologia, e prático, — como possibilidade para os católicos de seguirem a um chefe impio — esperava ainda Maritain a possibilidade de um acôrdo e perguntava — “por que não se organizam os católicos da *Action Française* entre sí, no seio mesmo do seu partido, em um grupo especial, religioso e não político”? (p. 61).

Depois da condenação — que veio ser o *pendant*, um século mais tarde, da condenação do *Avenir*, de Lammenais, mostrando como a Igreja advérte sempre os seus fiéis sobre os perigos de se deixarem absorver por um movimento estritamente político, seja da esquerda, seja da direita — depois da condenação, separou-se naturalmente Maritain de modo radical do movimento e colaborou nos volumes *Pourquoi Rome a parlé* e *Clairvoyance de Rome*, que teólogos e filóso-

sofos francêses escreveram para defender o ato da Santa Sé contra as acusações e as incompreensões dos insurrétos em face da condenação de Roma.

Foi esse o choque que determinou em Maritain o interesse pelos têmeas menos puramente filosóficos, que eram e continuam a ser os da sua predileção natural, levando-o, — por necessidade de esclarecer as inúmeras conciências dós que nêle vêm um guia e um chefe, — ao terreno da sociologia aplicada.

Já nesse opusculo que citei, sôbre Maurras, teve ocasião Maritain de mostrar, em grandes linhas, a doutrina católica sôbre o problema político, condenando o puro *empirismo*, em que se baseava o realismo positivo de Maurras, bem como o *nacionalismo integral* de sua doutrina. “E’ claro, escrevia Maritain, que a exasperação dos particularismos nacionais no mundo moderno é um dos perigos contra os quais deve preservar-se o espírito católico, que é um espírito de universalidade” (op. cit., p. 55). Distingue, então, Maritain, no nacionalismo, o que nêle ha de justo, como reação contra os “mitos humanitarios” de um falso internacionalismo, negador das *nações* como grupos naturais, irredutíveis, ou contra os êrros individualistas, — e o que em outro sentido do nacionalismo, ha nêle de falso, de perigoso e de anti-cristão. “O nacionalismo... como sinónimo de *racismo*... é um êrro muito pernicioso... uma ilusão materialista contrária ao direito natural e destruidora da civilização” (ib., p. 69).

Outro ponto interessante para o estudo da sociedade moderna, já então ventilado por Maritain, é o do têrmo *democracia*, no qual distingue três sentidos possíveis, o de “democracia social”, como elevação

das classes laboriosas, “mais que nunca oprimidas no mundo moderno”, e que é justo e recomendado pelas Encíclicas; o de “democracia política”, que é um dos regimens possíveis, recomendados por Aristóteles e S. Tomás; e o de “democratismo”, que é a democracia de Rousseau e do liberalismo constitucional moderno que leva o mundo fatalmente á revolução social materialista e á ditadura dos novos bárbaros.

Longe me levaria o estudo demorado de todos os problemas sociais em que Maritain desde então tocou, a partir desse opusculo inicial de suas preocupações socio-políticas, e nas obras que se lhe seguiram. Em *Primauté du Spirituel* (Plon, 1927), inspirado ainda nos debates levantados pela condenação da *Action Française*, sustenta a tése do direito de intervenção indiréta *ratione peccati*, que a Igreja, como poder espiritual tem sôbre o Estado, como poder político e gerente do bem comum da sociedade. Em *Religion et Culture* (Desclée de Brouwer, 1930) estuda o problema geral da civilização moderna, no sentido ontologico do têrmo, no decurso histórico de suas fâses e nas suas relações com o sentimento religioso do homem. Mostra aí, de modo luminoso, a evolução do mundo moderno em suas três fâses mais recentes, — o “naturalismo cristão” do século XVII, ainda penetrado de sentido religioso, mas já preocupado de autonomia. E’ o que chama o momento *clássico* da cultura moderna. Em seguida o “otimismo racionalista”, que é o “momento burguês de nossa cultura” e no qual o “espírito de riqueza” julgou poder tranquilamente tomar posse da terra. E enfim, hoje em dia, uma nova fâse, a do “pessimismo materialista”, que é o momento *revolucionário* da civiliza-

ção moderna, e no qual o homem se considera de modo definitivo, como fim de si mesmo, e chega, como hoje vemos na Rússia, “a um combate deliberado contra a lei natural e contra o seu autor” (op. cit. p. 30).

Mostra ainda, como tese fundamental desse novo opusculo, pequeno em tamanho, mas revelador de novos horizontes a cada página, “o erro que ha em considerar o Catolicismo, como se fôra uma sociedade terrestre ou uma civilização terrestre... É mistér, não sómente, deixar de confundir a Igreja com qualquer espécie de civilização, mas ainda com a própria civilização cristã ou o mundo cristão, o Catolicismo com um mundo católico” (p. 58|59).

Há vários temas maritainianos, que começam hoje a ser moêda corrente mesmo fóra dos meios católicos. Um dêles, como se sabe, é o da famosa distinção entre *indivíduo* e *pessoa*, que está em Santo Tomás, que Garrigou-Lagrange expôs antes de Maritain, mas que este exprimiu de modo inexcedível, no seu *Trois Reformateurs* e foi o primeiro a aplicar ao estudo do problema social.

Outro tema é êsse da distinção entre *Igreja Católica* e *Civilização católica*, que é dos mais esclarecedores da sociologia de Maritain. Por êle compreendemos melhor a pureza do Corpo Místico de Cristo, sua imutabilidade essencial, — em face das imperfeições dos seus membros e das variações de sua sociabilidade através dos tempos.

Outro tema maritainiano que aquí podemos consignar, por êle exposto pela primeira vez, creio eu, no seu volume sôbre *Le Docteur Angélique*, é o do contraste entre o que foi a civilização cristã medie-

val e o que pôde ser hoje em dia, nas condições sombrias do mundo moderno, a cristandade. Ao passo que a primeira se apresentava "como um castelo no meio da planície", a segunda se nos revela como "o exército das estrelas lançado pelo céu afóra". E' a imagem da unidade e da multiplicidade, unidas pelo mesmo néxo comum de privilégios, mas radicalmente distintas em suas estruturas efêmeras.

Esse têma também nos ajuda a compreender melhor o sentido das repercussões sociais dos grandes principios da Bôa Nova, que Jesus Cristo prégou aos seus vizinhos da Palestina e a todos os séculos da história humana.

Maritain vê a história da humanidade como um grande Cruzeiro. De um lado, o sentido vertical da história, como uma luta contínua entre dois movimentos contrários: um que a leva para o alto como uma nostalgia constante da ordem sobrenatural e um apêlo contínuo da voz insilenciável do Cristo — e outro a atrái para baixo para os domínios do príncipe do mundo e para a sedução indelével do pecado de Adão (*Le Docteur Angélique* - Hartmann, 1919, p. 111).

E ao mesmo tempo, como um cruzamento a êsse movimento vertical da história, um movimento horizontal, que a vai levando ao longo do tempo e que está, por sua vez, submetido a um duplo ritmo: o elemento estático, ou "fátos de resistência", que "no mundo moderno, no mundo da destruição capitalista e positivista, no movimento da civilização anti-teológica e anti-metafísica, é esse miserável produto, que se chama o homem moderno, êsse sêr cortado de suas raízes ontológicas e de todos os seus objéto

transcendentes e que, por ter procurado o seu centro em si mesmo, não é mais, segundo a palavra de Hermann Hesse, do que um lobo uivando de desespero para a eternidade" (p. 71).

E de outro lado, o "elemento dinâmico", que no mundo atual — "é um profundo, um imenso desejo de metafísica, um grande impulso para a metafísica, para a restauração dos valores ontológicos. O mundo que quer ser, que quer surgir do futuro, não é um mundo do positivismo, é um mundo da metafísica". (op. cit. p. 72).

Como se vê, foge a sociologia de Maritain tanto ao pessimismo como ao otimismo. Ele não condena, em bloco, o mundo moderno, nem por outro lado o aceita integralmente. É um restaurador da filosofia tomista e, portanto, da escolástica medieval, em sua grande pureza, mas está longe de ser um medievalista e, ao contrário, reage contra certo romantismo medieval que, modernamente, se introduziu em nossos meios, como reação contra a deturpação estúpida que da era medieval fizeram e fazem os primários de todos os matizes. "A civilização medieval, por maior e mais bela que tenha sido, e mais bela ainda nas recordações purificadas da história que era na realidade vivida, a civilização medieval ficou muito longe de realizar plenamente a noção cristã de civilização" (*Religion et Culture* - p. 40).

E mostra como o que modernamente podemos realizar, em matéria de civilização cristã, terá de seguir uma linha diversa da civilização medieval, pois basta dizer que a nossa terá de ser diversitária, ao passo que aquela foi unitária (ibid. p. 48).

Essa posição sociológica de Maritain, conside-

rando a história da humanidade como uma resultante contínua daquêlas quatro grandes forças ascensionais e descensionais, umas, estáticas e dinâmicas, outras, forças essas que êle mesmo descreve ainda como sendo o drama contínuo da liberdade humana em face da liberdade divina, pois "a história é feita sobretudo pelo cruzamento e pela confusão, pela pesquisa e pelo conflito da liberdade incriada e da liberdade criada; ela é como que inventada a cada momento do tempo pelas iniciativas concordes ou discordes dessas duas liberdades" (*Du Régime temporel et de la liberté* — Desclée de Brouwer, - p. 33) essa sociologia de Maritain êle a denomina recentemente de "humanismo integral" e faz sua exposição mais detalhada nêsse volume, que é uma das obras capitais do pensamento social dos nossos dias.

Houve, no século passado, um romantismo da Liberdade. Essa palavra mágica parecia resumir todas as esperanças das nações como dos indivíduos. Ao seu apêlo, tudo se curvava, como se fôsse ela a medida de todas as coisas. Para algumas gerações, conciente ou inconcientemente, foi a Liberdade uma espécie de sucessora de Deus que haviam destronado, de suas inteligências e de seus corações.

E, hoje, ainda ha quem assim o pense. Ha poucos dias ouvi um speaker, que todas as noites espalha pelo radio, aos quatro cantos da cidade, com voz harmoniosa e adocicada, algumas ondas de banalidades enfáticas, fazer a apologia comovida do "liberalismo", ao comunicar que o novo ministério belga era um ministério "liberal"... Ainda se encontram dêsses números, em nosso meio, aliás compreendidos

fácilmente por um público que vive de meias idéas e de hábitos adquiridos ha um século, por seus antepassados.

Nos meios mais avançados e inteligentes, porém, já não vigora hoje o romantismo da liberdade e sim o da autoridade. E a mesma candura, com que outróra se endeusou a palavra mágica da revolução francesa, hoje se emprega para fazer crêr que basta uma passagem ao extremo opôsto, da liberdade para a autoridade, do regimen liberal para o totalitário, do federalismo ao unitarismo, para que surja do êrro a verdade, e se tenha encontrado a salvação social da humanidade.

Maritain, — que traz á Sociología o rigôr das suas distinções filosóficas, arrancando-a ao pragmatismo e ao positivismo que de Augusto Comte aos sociólogos norte-americanos deturparam o sentido da ciência social — Maritain não se deixou levar por nenhum dêsses dois utopismos. E estudando a sociedade moderna e a Idade Nova, que é hoje a grande preocupação social da Igreja, colocou o problema da liberdade na base do seu humanismo integral, pois o homem se distingue do animal, pela *razão* e pela *liberdade*. O desdém pela liberdade, pois, ainda ha pouco manifestado entre nós por um joven sociólogo da extrema direita, o sr. Miguel Reale, convertido do comunismo ao integralismo, se não é um resto de naturalismo filosófico, é um sinal de romantismo sociológico, que Maritain teve a sagacidade de evitar, advertindo-nos a todos nós, que no Brasil iniciámos a reação contra o liberalismo, que ha três espécies de filosofías da liberdade.

Uma baseada em Kant, que considêra a liberda-

de como um *fin em sí* e foi a concepção *bien périnée* *aujourd'hui* do liberalismo que dominou o século XIX.

A essa concepção “burguesa”, da liberdade opõe Maritain, uma segunda concepção, a que êle chama de “imperialista ou ditatorial”, que se funda em Hegel e concebe a liberdade como uma “ação transitiva, produtôra e dominante, de efetivação material e realizações de potência. E é á comunidade política, ela própria, que pede a realização dessa liberdade na história, porque vê no Estado, a mais alta expressão das forças imanentes em evolução”. (*Du régime temporel et de la liberté*, p. 48).

E' o indivíduo que realiza a sua liberdade, como fim em sí, — dizia a democracia liberal. E' o Estado que a realiza como expressão da soberania do homem superior, diz agora a reação autoritária moderna.

A essas duas concepções da liberdade, a individualista e a imperialista, opõe Maritain o conceito cristão de liberdade, baseado nos principios da filosofia perene e que êle chama de “filosofia política comunitária e personalista”.

Como *comunitária* essa concepção de sociedade livre coloca o bem comum acima do bem próprio e subordina os indivíduos á sociedade. “Nessa filosofia política, a sociedade civil está essencialmente ordenada, não á liberdade de escolha de cada um, mas a um bem comum temporal, que é a réta vida terrestre de marca, não apenas material, mas moral” (p. 50).

Como *personalista*, essa concepção coloca o bem da pessoa humana acima do *indivíduo* e do *Estado*. A sociedade tende assim, não ao liberalismo, da democracia liberal, nem ao estatismo, confessado ou dis-

farçado do Estado totalitário, mas “á realização e ao progresso da liberdade interior das pessoas, (que) faz da justiça e da amizade os próprios fundamentos da vida social” (p. 53).

Estamos em plena idade nova, tal como a prevê Maritain, na base de uma filosofia política cristã, mais adequada às condições do mundo moderno, isto é, “de uma civilização outróra cristã, que se dissolve e cuja quéda tende á barbaria” (p. 65).

Essa Idade Nova, segundo Maritain, será socialmente *corporativa, autoritária e pluralista*.

Corporativa, isto é, baseada, tanto econômica como politicamente, em corpos orgânicos, dirigidos por chefes responsáveis. Na escolha do “gerente supremo do bem comum”, como chama ao Rei ou Presidente da nova cidade, prefere Maritain, por motivos de “eficiência”, a “designação”... pelos órgãos qualificados da comunidade, (p. 67, not. 7) á sucessão por “herança” ou por sufrágio universal.

Autoritária, isto é, aristocrática, mas não formada por uma aristocracia de sangue ou de dinheiro, mas por uma nova aristocracia do trabalho ou popular, que nasça da ascensão justa da classe laboriosa, hoje oprimida ou opressora.

Pluralista, enfim, será, segundo Maritain, essa Idade Nova, em reação contra a tendência unitária desde o Renascimento, que vem hipertrofiando o Estado, em prejuízo dos demais grupos sociais, famílias, municípios, sindicatos, empresas econômicas, etc. Essa “heterogeneidade orgânica” virá modificar, radicalmente, tanto a economia capitalista como a economia socialista, que hoje vigoram nos dois extremos da sociedade moderna. O estatuto da nova eco-

nomia industrial, nessa sociedade transformada á luz da filosofia perene, tenderia á "coletivização", mas na base dos "interesses da pessoa humana e do bem comum", passando a direção dos interesses econômicos industriais a "organismos corporativos compostos de operários, técnicos e fornecedores de fundos, considerados como pessoas morais, de tal sorte, que o regimen da co-propriedade se substitua ao do salariado e que o dinheiro, incorporado em virtude de um contrato de associação e não de empréstimo, seja o servidor e não o senhor dos valores humanos" (p. 72).

Ao passo que o estatuto da nova economia agrária, tenderá a uma "restauração e a um reforço da economia familiar e da propriedade familiar e camponesa", cujo interesse primará sobre os de toda outra ordem econômica.

Nesse Estado pluralista serão asseguradas as liberdades de todas as posições, mesmo heréticas, por meio de estatutos jurídicos apropriados. E as relações entre os poderes temporal e espiritual, nesse Estado que Maritain chama de *Etat laique chrétien* (p. 82) serão feitas na base de "colaboração e no auxílio mútuo, para bem da comunidade, sem que o Cléro seja estipendiado pelo Estado, nem este se imiscua no governo da Igreja" (p. 82, not. 1).

Quanto ao ensino, o regimen será o da "proporcional escolar", em que os recursos arrecadados serão distribuídos proporcionalmente ás crenças religiosas ou orientações filosóficas da população, pelas escolas totalmente informadas pelo espírito dos que as fundarem ou nelas ingressarem.

A Igreja, em todos os momentos da história, mostrou que não se prendia a nenhum regimen social, a nenhuma classe, que houvesse traído os seus principios teológicos e metafísicos. E' o que está succedendo com êste mundo moderno, e a sua burguesia racionalista, capitalista e enfatuada, que julgou poder guardar suas posições intactas, mesmo depois de cortar as raízes espirituais que lhe davam vida e saúde.

Hoje, como diz Maritain, o mundo parece "orientar-se decididamente para novos tipos culturais" (p 118). A Igreja respeita e venera os mortos, mesmo os regimens mortos, mas não se deixa oprimir ou arrastar por nenhum dêles. A Igreja está vendo (embora dentro dela muitos não o queiram vêr) o naufrágio de uma civilização. "Ela compreende a melancolia do espectáculo, mas é na direção da vida que ela se volta... E o fim de um mundo não é o fim do mundo". (p. 153).

Mas a sociologia de Maritain, não é uma simples especulação ou uma observação histórica.

Como todo pensamento católico, que é sempre uma física e uma metafísica da *vida* e não da pura *abstração*, — a sociologia de Maritain é uma sociologia vital, por excelência, e que chega portanto ao estudo dos meios práticos dessa "renovação cristã da sociedade", que será a Idade Nova de amanhã.

E êle vê, de um lado, nas condições sombrias destes *tempi brutti* que vivemos, como dizia ha pouco em Roma um Jesuita eminente, vê a Igreja "concentrar sua força imensa, numa luta rude e obscura, num trabalho humilde de salvação das almas" (p. 171). De outro, vê "o laicato cristão começar a ter

uma consciência explícita, refletida, deliberada, a um tempo, de sua missão cultural e própria e do universo social como tal". (p. 147).

E se a Igreja, na sua missão, organiza a "ação católica", na ordem propriamente espiritual (p. 172), vê Maritain a necessidade de uma organização política desse laicato, não sob a fôrma de um "partido católico", que expressamente condena (p. 175), mas de um ou mais partidos, (caso a multiplicidade partidária subsista), todos dirigidos por *católicos* e *animados por um espírito comum* na base dos grandes princípios metafísicos e éticos da filosofia perene, da moral perene e da economia perene e por meios rigorosamente "purificados".

E Maritain, lançando os seus grandes olhos claros, habituados a sondar as maiores alturas do pensamento humano e a penetrar muito além dos horizontes comuns das coisas da terra, nos diz que — "a Idade Nova, de que vemos as primeiras claridades, será — para os cristãos e para a cristandade, qualquer que seja o seu destino no mundo — não uma idade teocrática ou uma idade humanista, mas uma idade mais humana que o humanismo e mais divina que a teocracia, uma idade em que a importancia e a nobreza da criatura serão mais do que nunca reconhecidas, mas enquanto ela pertence a Deus e Deus vive nela" (p. 186).

Com este panorama profético do novo mundo social cristão de amanhã, termino estas breves considerações em torno da visão sociológica de Jacques Maritain.

Nem o olhar sombrio do desesperado, nem o olhar irónico do desencantado, nem o olhar apático

do despreocupado. E sim os olhos vivos e puros do homem, que depois de percorrer todos os horizontes do pensamento e ter passado anos em meditação das mais profundas essências do Sêr Divino, vem trazer a um mundo cansado e confuso, a mensagem clara de sua confiança na salvação de tudo o que fôr alto e nobre, mas a certeza da perdição de tudo o que fôr vasio de vida verdadeira e contaminado pelo mal do mundo sem Deus.

A sociologia de Maritain, portanto, como a sua filosofia, é um *humanismo integral*, que tira do homem tudo o que sua natureza pôde dar, sem permitir, entretanto, que usurpe o posto supremo na hierarquia dos valores eternos. E' uma *sociologia da vida*, que não fica apenas no terreno das aparências ou da abstração e penétra fundo no âmago da história da humanidade e no corpo dos acontecimentos mais atuais. É uma *sociologia perene* que se constrói na base de princípios eternos sem se prender entretanto ao passado, antes admitindo e prevendo as renovações sociais mais audazes, para o presente e para o futuro.

Vemos, pois, que o grande renovador da metafísica em nossa geração também é um extraordinário revelador das verdades sociais esquecidas ou deturpadas, em nossos dias.

A sociologia de Maritain é um reflexo de sua filosofia, que por sua vez se embebe na filosofia perene por êle genialmente repensada e atualizada. E a mesma luz que a sua metafísica projéta na penumbra do pensamento moderno projéta a sua sociologia na nossa inquietação social.

Tanto uma como outra constituem uma das maiores felicidades do nosso tempo.

LUTAS DE TRANSIÇÃO

O pronunciamento da Suprema Corte norte-americana contra o *New Deal* é um dos fenômenos mais significativos da era de transição que estamos vivendo.

Entre todas as experiências sociais de hoje, caracteriza-se a de Roosevelt por um admirável senso de adaptação da mentalidade democrática moderna e particularmente americana á necessidade imprescindível de subordinar a vida de um povo a um plano uniforme, harmonioso e estável.

Roosevelt compreendeu perfeitamente que o individualismo político e económico levaria a mais rica e a mais sólida nação do mundo, de desastre em desastre, de crise em crise. Os Estados Unidos representavam, no início do século XX, o fruto mais primoroso do industrialismo contemporâneo, dos progressos da técnica, do funcionamento normal da democracia, da felicidade temporal assegurada por uma filosofia, ao mesmo tempo, utilitária e sentimental da vida. Era a flôr do século XIX. O argumento final do capitalismo, do agnosticismo, do laicismo, da pedagogia moderna, do néo-moralismo, de toda a empáfia do homem livre do século XX. O triunfo da Burguesia.

E no entanto, qualquer coisa de secreto corroía esse gigante de técnica e liberdade. A crise de 1929 foi para muita gente uma bomba. A de 1907 estava esquecida há muito tempo e a “prosperity” parecia assegurada para sempre, mórmente depois dos imensos lucros que a Grande Guerra proporcionára às suas gigantescas indústrias. Bruscamente, baqueava o colosso. Falências clamorosas, fábricas fechadas, o *Stock Exchange* alucinado, preços em declínio assustador, os mercados bloqueados e pairando como uma nuvem negra sôbre esse montão de ruínas, o espectro do desemprego. De 1920 a 1933, o número de pessoas sem ocupação, nos Estados Unidos, passou de um milhão a 12 milhões! (informações do *Committee on Economic Security* — 1934). Em julho de 1934 dezessete milhões de pessoas viviam na dependência do amparo público e particular. Era a falência do industrialismo liberal, da anarquia capitalista, que o presidente Hoover havia, por todos os meios, encarecido e apoiado.

Roosevelt viu lucidamente esse quadro desolador. E sendo um homem da fibra dos grandes estadistas, não se limitou aos paliativos. Recorreu às grandes medidas. Lançou-se afoitamente numa experiência social que ia abrir novos horizontes á América do século XX. E vendo claramente que o êrro fôra a megalomania, a ilusão da máquina, a utopia da prosperidade econômica indefinida, como filosofia da vida, — deu um novo sentido á economia da mais rica nação do globo. Integrou a economia na ordem da vida pública, arrancando-a dos limites da vida particular, em que a mantinham os egoísmos hereditários e um direito individualista. Interveiu

afoitamente nos mercados, regulou as condições do trabalho, depreciou a moeda, fixou preços e salários, deu á vida econômica norte-americana um sentido novo: o da colaboração entre as classes para a segurança coletiva. "*Among our objectives I place the security of the men, women and children of the nation first*", são palavras textuais do grande presidente americano.

Ao primado da prosperidade substituiu Roosevelt o primado da segurança. A' economia do lucro, a da satisfação das necessidades. A' supremacia de uma classe, a cooperação de todas. E no meio de resistências e obstáculos quasi insuperáveis, em luta contra dois adversários implacáveis: de um lado, o velho individualismo *yankee*, furiosamente apegado aos seus preconceitos anacrônicos, e de outro, o comunismo organizado, procurando impedir por todos os meios a obra de uma reforma pacífica, em que Roosevelt apelára até para a cooperação das grandes famílias espirituais da nacionalidade, — lançou-se esse abridor de caminhos, esse Mussolini americano, numa gigantesca tentativa de abrir para a América as portas da Idade Nova.

Pois bem, na hora em que se começam a colher os primeiros frutos dessa iniciativa memorável, quando os desempregados diminuem, o trabalho se normaliza, as perspectivas de êxito começam a coroar os planos do ousado iniciador da economia organizada contra a anarquia econômica — nessa hora é que o velho jurisdicismo lança uma sentença quicá de morte sobre essa admirável tentativa de vida nova. A sentença da Suprema Corte representa o triunfo, espere-mos que momentâneo, desse detestável e orgulhoso

yankismo, contra o qual tantas vezes tenho levantado inutilmente o meu embargo.

E' a expressão bem eloquente do sistema democrático puro da divisão de poderes, sem um laço profundo e supremo que os reuna: é o judiciário levantando-se contra o executivo, desconhecendo as exigências do século novo, apegado ao texto examine de velhas leis e destruindo com uma sentença abstrata de juristas de camera, todo o esforço salvador de um grande homem, todo o início de uma economia nova, corrigida dos êrros e abusos da economia liberal. E' o apriorismo jurídico e político em todo o seu esplendor. A divisão dos poderes, no Estado, é racional e necessária, como já o afirmára Aristóteles. Mas a Democracia, de Montesquieu, até nós, fez desse *método* político um *dogma* e criando erradamente a separação dos poderes como *principio* político e não como *meio* de eficiência prática da administração pública, dissociou-os entre si, alimentando dentro do próprio Estado as forças que se entrechocam e destróem a sua unidade. Estamos assistindo agora a um episódio dessa degeneração democrática de uma regra tradicional e justa de divisão do trabalho político, dentro da unidade do Estado.

E' o velho direito liberal insurgindo-se contra o direito social, que não direi *novo*, como Gurvitch (que erradamente o data de Leibnitz), pois é velho como toda concepção verdadeira do direito. E' uma escaramuça ou, de preferência, uma batalha da luta a que o mundo moderno está assistindo, entre as últimas forças da Democracia individualista de Rousseau e Jefferson e da economia de Manchester e Chicago, contra as novas concepções de uma política e

de uma economia ao que parece, mais orgânicas e racionais.

Não creio que um homem da estatura de Roosevelt se resigne a vêr por terra todo o seu plano de transição social sem revolução, abatido pelos preconceitos de um *yankismo* serodio e de uma superstição de velhas fórmulas já desmoralizadas pela realidade trágica da insegurança e do desemprego. Será que o terceiro *poder* do Estado, o legislativo, possa restabelecer o equilíbrio na luta entre os dois outros, o judiciário anacrônico e o executivo profético?

O futuro o dirá. De momento, o que podemos afirmar é que a experiência não será apenas um episódio trivial de mudança de orientação ministerial, como a que vemos na política senil do parlamentarismo socialista francês.

A orientação e os métodos de Roosevelt constituem uma das lições mais memoráveis da época de transformação em que vivemos, entre uma civilização individualista que se suicida e novas formas de organização política e social que lutam pelo predomínio. Ninguém pôde prevêr o resultado da luta. Mas, no fim, só a boa razão triunfará. E a Idade Nova, para a qual marchamos, será aquilo que o bom senso dos homens o quizer.

A JOVEN CHINA E O VELHO BRASIL

A palavra mais exáta e coérente que se pronunciou em torno do triste debate das “médias” foi, sem dúvida, *mirabile dictu*, a do sr. Zoroastro Gouvêa: — “Voto pelo projéto, pois é o melhor meio de apressar a dissolução da sociedade burguêsa”.

Por esta vez estou de pleno acôrdio com o *leader* comunista. Tanto da parte dos deputados que votaram esse infeliz projéto, como da parte dos estudantes, que dêle julgam beneficiar, — houve apenas uma cumplicidade a mais no suicídio de uma fôrma de civilização, na renúncia de uma classe que dia a dia se abandona.

Compreendo, pois, que o sr. Edgard Sanchez tenha subscrito o projéto, e tenha votado a seu favor a bancada comunista. Estão no seu papel, colaborando para a destruição de um estado de coisas que combatem violentamente. Todos os demais, porém, que votaram no mesmo sentido, deram apenas o testemunho da inconsciência com que os regimens se dissolvem e com que os homens se aniquilam nos momentos de transição social como o nosso.

Agora, o que torna mais grave o caso dêsse escandaloso prenuncio das atividades legislativas nor-

mais da primeira Câmara Constitucional é que isso ocorreu num momento em que, por todo o mundo, a mocidade se afirma e se levanta, numa impressionante arrancada de força viva e de consciência do dever. Estou longe, naturalmente, de aceitar os ideais contraditórios de todos esses movimentos juvenís, que vão da China do "tríplice demismo" á mocidade católica universitária do México, heróicamente oposta á ditadura anti-cristã dos Calles e Cárdenas, passando pelos jovens comunistas da Rússia e pela "Giovinetza" fascista ou pela Juventude hitlerista. São contraditórios muitos desses ideais, e alguns mesmo inexoravelmente condenáveis. Mas representam, em toda a parte, uma afirmação de trabalho conciente, de dever cívico, de espírito de sacrifício, de varonilidade prematura. As transformações sociais nesses países foram feitas pelos moços. E do ponto de vista cultural, mesmo em nações que passam por decadentes, como a França, basta correr os olhos por um desenho, tirado do natural, que a última *Illustration* nos dá, dos grandes salões da "Bibliothèque Sainte Geneviève", apinhados de jovens, de âmbos os sexos, estudando e discutindo, para se vêr a consciência que, por toda parte, tem a mocidade da sua responsabilidade nesta hora.

Aquí, o que este escandaloso projéto simboliza é, pelo contrário, o culto da incultura, o pragmatismo profissional, a caça ao diploma, a anarquia académica, a ausência de ideal. O que nele vemos repontar é, mais uma vez, esse mal atróz que nos corrompe — o envelhecimento prematuro. Só uma mocidade precocemente encanecida póde acumpliciar-se, alegremente, com um golpe desses em sua própria

dignidade juvenil. Um poeta norte-americano vivia dizendo que não ha maior ilusão do que nos chamarmos, nós americanos, de raças novas e novas civilizações, quando somos apenas o envelhecimento transatlântico do velho mundo. Não creio no pessimismo desse poeta, mas convenhamos em que uma lei como essa nos leva á tentação de acompanhá-lo. Quando os moços da velha China, da mais velha das civilizações, se alvoroçam nos estudos, multiplicando-se os colégios, as faculdades e as Universidades, por tantas das grandes cidades chinêsas, infelizmente tão mal orientadas de pensamento, — é profundamente triste que num país que está na sua infância, comparado com a China, já possamos vêr esse espectáculo de decrepitude de uma mocidade que só se interessa por suprimir todos os obstáculos á aferição do seu mérito cultural e se contenta com médias miseravelmente baixas, como 30 ou 40, ultrapassadas fácilmente pelos estudantes mais vadios e menos inteligentes. É tirar todo o estímulo ao valôr. É equiparar os estudantes que estudam aos estudantes preguiçosos. É dar um premio á madraçaria e á “gazeta”.

Nenhum espectáculo mais doloroso, se fosse geral, do que essa mocidade utilitária e sem ideal, enquanto por todo o mundo os moços despertam para viver heróicamente o seu destino!

Que será de nós, se uma reacção violenta não despertar esses moços precocemente envelhecidos! Que será de nós se os grupos de moços decididos e firmes que conhecemos em todos os grãos do ensino, não se resolverem a reagir contra a degradação crescente do seu próprio preparo para serem dignos ama-

nhã de estar á frente da nossa civilização? Que será do Brasil futuro se os moços de hoje, em vez de aplaudirem inconcientemente os velhos que os corrompem com os seus favores, não reagirem decididamente contra essa marcha precipitada para o abismo?

SÊSAMO NÃO SE ABRE...

Quer a Igreja alcançar a Idade Nova, através do período de transição que estamos atravessando, por meio de uma Reforma e não de uma Revolução (isto é, por uma transformação lenta dos costumes e das instituições, não por mutações dramáticas e bruscas de regimens).

Não temos, assim, a pretensão de recomendar qualquer "Sêsamo" misterioso, que abra num fechar de olhos as portas do Reino da Prosperidade, julgando, ao contrário, que não é uma geração, nem um século porventura, que poderão corrigir êrros que datam de três, quatro ou mais séculos de história. E sabemos que destruir é muito mais fácil que reconstruir.

O que a Igreja póde fazer, imediatamente, e o está fazendo, não é resolver, por si só, o problema dos sem-trabalho, fruto de um regimén econômico nascido *contra os principios* que Ela defende, — e sim colaborar com o Estado e os particulares nêsse e noutros sentidos, para que os seus principios sejam restaurados e, em consequência dêles, melhorada a situação da sociedade.

Para que haja trabalho para todos e mais bem

remunerado, é preciso começar por liquidar um regimen econômico que viveu sob a ilusão da soberania do capital e equiparou o trabalho, sob o título de “mão de obra”, a qualquer outra despesa material, sujeitando-o cegamente á lei da oferta e da procura. Pode-se fazer isso *orgânicamente*, por meio da organização corporativa — e é o que a Igreja recomenda vivamente — como se póde tentar fazer *mecanicamente*, apelando para a Ditadura do Proletariado, ou *anárquicamente*, voltando, como quiz o gabinete Flandin em França, aos dógmas de um neo-liberalismo, que reduzisse de novo ao mínimo a intervenção do Estado na ordem econômica.

O caminho orgânico é o que parece melhor corresponder aos ideais de justiça social e aos métodos humanos — e não violentos — que a Igreja invariavelmente recomenda. Ao Estado compete cada vez mais considerar a ordem econômica como um sector de ordem pública, tão capital para o bem comum, como o da ordem política e o da ordem espiritual.

E como o *trabalho* é a atividade básica da economia e tóca de perto essa *personalidade humana*, que cabe á Igreja defender por todos os meios, facilitando a sua eclosão natural e as condições de sua vida sobrenatural, — compete ao Estado encaminhar o regimen social para o amparo do trabalho em todas as sua modalidades. De modo que, num caso particular, o élo dos juros estrangeiros teria de subordinar-se ao dos salários, se o problema realmente se apresentasse com a simplicidade de uma *corrente única*. O sistema de *repercussões*, porém, é o que domina em toda ordem social e o deslocamento de uma engrenagem vai imediatamente repercutir, e do modo

mais imprevisto, nos mais longínquos recantos da ordem pública.

A reforma social, portanto, depende de mil e um fatores, agindo ao mesmo tempo e refletindo-se todos uns nos outros, fatores espirituais, morais, culturais, políticos, econômicos, sociais, geográficos, etc., que não podem ser desprezados.

Daí a lei do imprevisto, que é o fundamento de toda a vida social. E que torna precárias todas as revoluções, aconselhando, ao contrário, o trabalho múltiplo, prudente e lento, como o da Igreja, para colaborar com o Estado e não usurpar suas funções.

Um Estado Ético-Corporativo, que assuma a direção superior, não apenas da Política, mas da Economia Nacional como um todo único, para realizar pacificamente a supremacia do Trabalho e a justa distribuição do Capital — é a linha geral da reforma política a que devemos aspirar. E a Igreja, livre em seus movimentos, pura em seus elementos e forte em suas organizações — poderá então dedicar-se melhor á sua taréfa educativa. Não para realizar essa — “escóla única socialista que a nossa Igreja não pôde sem escândalo combater”, como diz um missivista anônimo, — escóla essa que seria apenas, no regimen do Estado laicisado, um elemento a mais de desagregação social e infiltração materialista. Mas para realizar a verdadeira educação cristã, que a todos se dirige e não apenas aos privilegiados do dinheiro, da inteligência ou da classe, como se dá com os regimens educativos, burgueses ou socialista, que negam a educação “humanista”, para sobrecarregar de conhecimentos “científicos” ou “técnicos” a cabeça ainda mal estruturada da adolescência.

PARA ONDE VAMOS?

Póde-se dizer que foi Benjamin Kidd, ao publicar, em 1902, o seu "Western Civilisation", o primeiro que viu, no limiar do século XX, o êrro de todo o evolucionismo anterior, afirmando, ao menos implicitamente, que o fáto de vir "depois", era motivo de ser "melhor". Essa corrente de espírito foi a que hoje levou ao socialismo integral, resultado lógico e final de todo o movimento naturalista moderno, desde os fins da Idade Média, movimento esse de que o "evolucionismo" do século XX foi um simples episódio e não uma exegese final.

Por muitos anos, porém, mesmo os que não participavam da inclinação socialista e ficavam apenas no agnosticismo ceptico, aceitaram a noção do progresso contínuo, ao longo do tempo e muito particularmente dos últimos três séculos. O Renascimento era realmente a aurora de uma nova história. E só com êle *começara* a libertação da espécie humana, equiparada no caso á civilização ocidental. A Enciclopédia, a "Aufklaerung", a Revolução Francêsa eram episódios de purificação da história, no limiar de cuja modernização vitalizadora estavam Descartes e Galileu, Kant e Rousseau, Locke e Voltaire.

Foi êsse o sentido da história em que foi educada a nossa adolescência.

Um dos maiores esforços que tivemos de fazer, e que entregámos, como obra feita (sem que muitos suspeitem quanto custou), aos nossos sucessores, da nova geração, — foi o de inverter o sentido da história contemporânea e vermos que ela não tinha de ser necessariamente considerada como uma *ascensão*, mas podia ser também encarada como uma “*decadência*”. E outra tarefa foi mostrar, dada uma determinada concepção geral das coisas, que repila a deificação da matéria e aceite a espiritualidade da natureza humana, diversa dos elementos fisio-psicológicos naturais de que é feita — que a consequência fatal era encarar a história moderna, ao menos em parte, como uma desagregação e uma deficiência.

Nesse esforço verdadeiramente renovador, uma das figuras que mais se destacaram foi sem dúvida a de Nicoláo Berdiaeff. Seu livro sôbre a “Nova Idade Média”, traduzido pouco depois de finda a guerra, foi uma revelação. E pôde-se mesmo dizer, que dele data a relativa vulgarização ao menos entre nós, de um modo de encarar a história moderna, em completa divergência com os hábitos anteriores. Spengler, do ponto de vista naturalista e Berdiaeff, do ponto de vista espiritual — foram os transformadores de nossos preconceitos evolucionistas, em matéria histórica. E além disso, foi Berdiaeff o primeiro pensador russo do século XX, sinão o primeiro pensador russo moderno, que transpôs as fronteiras slavas e influenciou sôbre o ocidente.

A “literatura” russa fôra revelada por Vogué e adquiriu imensa popularidade, no século XIX. O pen-

samento russo, porém, ficára concentrado em Tolstoi, que servia para os gastos da erudição barata e que, além disso, era mais conhecido por seus romances, como Dostoiewski. Os demais pensadores, muito especializados, como os "nihilistas" exilados, de Kropotkin a Bakounin, tinham a atuação limitada a pequenos círculos ou diluída na revolucionária literatura de cordel. Berdiaeff rompeu êsse isolamento, pois seu mestre, Solovieff, era pouco e mal conhecido. E se considerarmos então o carácter de sua obra, tão diversa do pensador russo convencional que o ocidente apreciava, podemos nêle encontrar uma verdadeira revelação do espiritualismo russo construtor e não individualista como o de Tolstoi.

Na reação profunda e fundamentada, não só contra o sentido "ascensional" da história moderna, mas ainda contra o "naturalismo histórico" generalizado, apoia-se a grande e indelével atuação intelectual de Berdiaeff. Nesse sentido, o mais importante dos seus livros será o "Der Sinn der Geschichte", em que expõe a sua filosofia espiritual da história, em radical oposição ao materialismo histórico dominante em muitos, mesmo naqueles que se recusam às consequências dêsse método histórico.

Não é, porém, a obra toda de Berdiaeff que tento examinar. Deixo totalmente de lado a sua filosofia, que reclama um estudo demorado e uma crítica rigorosa, pois assenta em bases frágeis e perigosas. Limito-me á sua obra social, muito bem resumida em alguns estudos reunidos em volume, de tradução inglesa, sob o título "The End of our time". (Sheed and Ward. Londres — 1933).

Logo no primeiro estudo desenvolve Berdiaeff

a sua tese principal, isto é, que “estamos assistindo ao fim do Renascimento” (p. 13). O Renascimento, encarando o mundo em oposição á Idade Média, fez deslocar o centro das coisas de Deus para o Homem. E o que hoje estamos vivendo é exatamente o fim desse “humanismo”, elaborado pelo Renascimento e que veio dar á história um novo sentido. “A fé no homem e nas forças autônomas que constituíam a sua força estão sacudidas em suas fundações” (p. 14). Toda a história moderna representa “o triunfo do homem natural sôbre o homem espiritual” (p. 24) e com isso a separação entre êle e as fontes da vida e o seu sentido profundo, até chegarmos hoje á “negação do homem” (p. 28).

Assim considerada a história moderna, pôde-se dizer com Berdiaeff que — “o Renascimento foi o ponto de partida dos tempos modernos, e a Reforma, a “Aufklaerung”, a Revolução Francêsa, o Positivismo, o Anarquismo, são partes de sua desintegração”. (página 32).

E o que significa o “fim do Renascimento”, de que estamos participando? “Significa a deslocação da estrutura orgânica da vida que êle tinha articulado” (p. 41), a ilusão elaborada pelo homem de que era livre de todos os laços e o triunfo da máquina, amesquinhando o homem mais do que o auxiliando na sua luta contra a natureza. “Nossos tempos colocaram a máquina entre o homem e a natureza” (p. 43) e com isso artificializaram o homem.

E assistimos “ao paradoxo da destruição do homem por sí mesmo em consequência de sua confiança em suas próprias forças” (p. 49). E’ no socialismo que melhor se vê essa absorção do homem, transfor-

mado apenas em uma “categoria econômica” (p. 51), e convertido em célula de uma “classe”, que é o valôr que o substitue. E essa evolução histórica, que levou o homem ao aniquilamento por hipertrofia, colocou, também, a sociedade moderna em face de situações imprevistas, e que desmentem radicalmente o otimismo histórico que por muito tempo prevaleceu. “Estamos participando hoje do início da barbarização da Europa” (p. 57), tanto exterior como interiormente, e nela é que Berdiaeff vê “a nova Idade Média” (p. 69).

Na revolução russa não distingue Berdiaeff “uma aurora iniciando um novo dia e sim o “crepusculo de um dia que se foi” (p. 73), o que é realmente o que nos ensina uma observação objetiva da história moderna.

Berdiaeff compára os nossos tempos com aqueles em que se afundou a Antiguidade e vê, nessa transição, para uma nova *dark age*, que foi o primeiro período da Idade Média, uma ruptura com o racionalismo anterior, da civilização dominante e a passagem — “para um irracionalismo ou antes para um super-racionalismo de tipo medieval” (p. 75). O que para nós representa o “velho mundo” para o qual não podemos nem devemos voltar, é justamente — “o mundo da história moderna, um mundo de profétas racionalistas, de individualismo e humanismo, liberalismo e teorias democráticas, de monarquias nacionais imponentes, e política imperialista, de um sistema econômico monstruoso composto de industrialismo e capitalismo... e finalmente do Socialismo, como coroa-mento de toda a história contemporânea” (p. 78).

Desse mundo moderno é que devemos fugir,

porque nêle está a degradação do homem e a negação de todo sentido divino da história. E como não ha esperanças de passarmos pacificamente de um cáos tão sombrio e de uma ruptúra tão radical com as fontes “puras” da vida, — para uma civilização equilibrada, serena, de predomínio pacífico dos valores espirituais, — diz Berdiaeff, que a única salvação está em ingressarmos de novo, por meio de lutas e sofrimentos, em um mundo dominado pela “religião”, ao contrário do mundo “neutro” que levou a história moderna ao cáos em que nos encontramos. Estamos assistindo ao fracasso de todas as fórmulas “jurídicas ou políticas”, de sociedade e vendo que “as bases de um governo não são jurídicas e sim socio-biológicas” (p. 89). Não é, pois, ao “direito” e sim á “energía” biológica que Berdiaeff confia a reconstrução da sociedade, o que é confirmado pela história, que nos mostra as civilizações deperecendo pelo suicídio biológico, como se deu outróra na Grecia e hoje em França e, em geral, por toda a sociedade burguêsa, que ainda estranha a sua expulsão dos governos, pelas classes ou pelas raças mais prolíficas, e mais corajosas em aceitar a vida e a sua fecundidade!

Essa decadência moral e social da burguesia, essa ruptúra com o Espírito é comunicada por ela ao socialismo — que “toma da sociedade capitalista seu materialismo, seu ateísmo, seus profétas baratos, sua hostilidade contra o espírito e toda vida espiritual, seu esforço incessante pelo éxito e pelo divertimento, sua petulancia pessoal e sua incapacidade de vida interior” (p. 93).

Todo esse traçado dos vícios burgueses, incor-

porados pelo socialismo á sua própria civilização, é o que justamente uma “nova idade média” “virá repelir, combater, substituir, embora á custa de grandes lutas e sofrimentos e de uma diminuição de ritmos, no crescente progresso material concomitante com o racionalismo e a técnica do homem moderno”.

Quando procura delinear os traços dessa “nova Idade Média”, mostra Berdiaeff que “é mais facil apanhar as suas características negativas que positivas” (p. 103). Mas o traço geral é que, em oposição radical a essa “despiritualização” da história que tanto o humanismo, como o capitalismo burguês ou o comunismo proletário representam — verá a “nova Idade Média” uma irrupção do espírito “religioso” em todos os terrenos. “O conhecimento, a moralidade, a arte, o Estado, a economia, tudo deve tornar-se religioso não por uma coação externa mas livremente e de dentro para fóra” (p. 105) e isso porque o grande ensinamento da experiência histórica dos últimos quatro séculos é que — “onde não ha Deus, não ha homem” (p. 80), frase de profunda verdade, que explica o aparente paradoxo do fracasso do *humanismo* contemporâneo post-renascentista.

“Deus deve voltar a ser o centro de toda a nossa vida” (p. 106), pois “a Bolsa e a Imprensa não serão mais os senhores do mundo. A vida social será simplificada... Os homens se formarão em grupos unificados, não sob emblemas políticos, que são sempre secundários e geralmente contrafeitos, mas sob motivos econômicos de importância imediata... e esses (grupos) substituirão as presentes castas e classes” (p. 113). E toda a sociedade, como já dizia Maritain, num estado de espírito muito menos “profético” e

muito mais “realista” que o de Berdiaeff, e toda a sociedade será dominada — “pelo princípio do trabalho, tanto espiritual como material” (p. 115).

Essa “nova Idade Média”, reação contra o *ecnomismo* moderno fará, enfim, que — “o centro de gravidade (social) seja deslocado dos meios de subsistência, nos quais os homens de hoje se sentem exclusivamente absorvidos, para os últimos fins da vida” (p. 116).

Em contraste com essas profecias da nova sociedade, para onde devem tender os esforços de todos aqueles que repelem o materialismo histórico, tanto burguês como proletário, estuda em seguida Berdiaeff a “Revolução Russa” e o “sentido geral da filosofia soviética”. No primeiro mostra o sentido profundo, espiritual, inevitável quasi, da revolução russa, e, por isso mesmo, a impossibilidade de ser vencida pelas armas da força. “O bolchevismo só pôde ser vencido por dentro, espiritualmente, e só depois pela política. Devemos encontrar um novo princípio espiritual para a organização da autoridade e da cultura” (p. 141).

Só uma nova organização da sociedade, numa base realmente religiosa, pôde vencer o que ha de justo no ataque do comunismo ás misérias do capitalismo e á decadência do homem burguês. Tanto mais quanto a maior força do bolchevismo não está nos seus falsos princípios, nem no progresso industrial que tenha imprimido á Rússia, e, sim, no novo “tipo antropológico” (p. 157) que a Revolução provocou e que hoje se apossou de todas as posições, com o máximo cinismo, mas também com energia, coragem,

décisão, vontade, confiança e disposição para morrer por sua causa.

Se não fizermos o mesmo do ponto de vista superior do espírito, a “barbarização” não verá nunca o seu fim. E é nesse sentido que ao improvisado *ascetismo revolucionário* temos de responder com o nosso imemorial *ascetismo* cristão. Ha diversos graus de ascetismo. O mais empírico é o *ascetismo esportivo*, tão vulgar nas sociedades burguesas. Vem depois o *ascetismo político*, revolucionário ou reacionário, que o joven russo do Partido Comunista ostenta, como ostenta o joven fascista ou nazista. Mas ha um grau ainda superior dessa vitória do espírito sôbre as facilidades da vida e as seduções do mundo, que é o *ascetismo religioso* e, no seu amplo círculo, o mais puro entre todos, a *santidade cristã*. Ou aparecem no limiar dessa “nova idade média” de Berdiaeff, homens dessa tempera, cujo ascetismo cristão domina tudo o mais, ou então serão vãs suas profecias e mergulharemos na barbaria científica.

Mas não posso terminar o registro das diretrizes sociais desse pensador, que representa para a Revolução Russa o mesmo que para a Revolução Francêsa representou Joseph de Maistre — sem referir-me, embora sumariamente, ao magnífico estudo sôbre a “filosofia soviética” com que os editores completaram esta pequena sumula de sua obra sociológica.

“A filosofia soviética é uma teologia: tem a sua revelação, seus livros sagrados, sua autoridade eclesiástica, seus mestres oficiais, supõe a existência de uma ortodoxia e de inúmeras heresias” (p. 211). Do mesmo modo que o comércio e a indústria, que o exército e a ciência, — também a literatura e a filosofia

fazem parte do plano geral do Estado, na filosofia materialista integral, que a Rússia tenta implantar. "O traço mais característico da filosofia Marx-Leninista é a idéia de uma união indissolúvel entre teoria e prática; para ela o pecado imperdoável é a ruptura entre a filosofia e a política, entre a especulação e a construção social" (p. 216). A filosofia está ao serviço do Estado e é apenas a serva da política, como na Idade Média era considerada como *ancilla theologiae*. Em vez de ser a serva de uma ciência superior, passa agora a ser de uma ciência inferior á sua própria dignidade.

A luta essencial travada nesse campo da filosofia soviética mais recente (pois o estudo de Berdiaeff é baseado nas obras filosóficas e revistas russas mais modernas) é a que se dá entre o materialismo mecânico de Buckarin, Timiriazew e outros "herejes" e o materialismo dialético de Deborin, Kasev, etc., que é a ortodoxia filosófica do Estado Soviético. O que a distingue é a sua concepção "dinâmica" da matéria e de tudo o que dela deriva (ao ver desses "filósofos") — em face da concepção "estática" do materialismo mecânico. Segundo essa filosofia oficial dos Soviets, o homem é o criador da história; a sociedade é fruto da ação humana e não das condições exteriores, do "meio" como se dizia; as revoluções são feitas e não se produzem por si mesmas, etc. O principio do "auto-dinamismo" domina toda a filosofia oficial soviética. "O darwinismo, que é obrigatório em biologia, é expressamente *condenado* em sociologia" (p. 225). De modo que o "naturalismo" e o "biologismo" são repelidos em sociologia e o que prevalece, no materialismo dialético, é uma espécie de "titanismo social"

(p. 227), de “auto-dinamismo” (p. 238), que longe de aceitar o *determinismo* psicológico ou histórico, chega ao contrário, e de modo imprevisto para muita gente, a uma renovação da “liberdade”, apenas como atributo da “matéria”, em vez de o ser do “espírito”, como nós afirmámos. Esse *indeterminismo*, como última consequência do materialismo moderno, mostra bem como são anacrônicos os ataques ao livre arbítrio que continuamos a ouvir até hoje, da boca dos que se dizem “emancipados” e “livres pensadores”...

Eis aí alguns dados da sociologia espiritual de Berdiaeff e de seus estudos sobre a posição mais recente do materialismo dialético dominante na Rússia. Em ambos nos defrontamos com os dois caminhos opostos perante os quais se encontra o pensamento contemporâneo. Apenas, enquanto este último (o materialismo dialético) é uma tentativa desesperada de deificação da matéria, — encontramos naquela (a sociologia cristã) a fórmula imortal do primado natural do Espírito, que a civilização “moderna” tinha esquecido, mas que se encontra na própria natureza das coisas, e tem de ser renovado se quisermos salvar a sociedade da mais espantosa barbaria de que ha memória entre os homens.

O ESTADO E A RELIGIÃO NO SÉCULO XX

Si considerarmos os regimens políticos atualmente em vigor, nas grandes nações do mundo moderno, poderemos talvez reduzi-los a três grandes espécies, que chamariamos:

governos liberais,
governos nacionais,
governos socialistas.

Os primeiros são os que se apoiam numa Constituição, escrita ou não. Os segundos, os que se fundam, expressa e diretamente sobre a Nação, dirigida por um Chefe pessoal. Os terceiros os que realizam a dominação de uma classe social e um novo regimen de propriedade.

Entre os governos liberais, poderíamos ainda fazer uma distinção, conforme sejam monárquicos ou republicanos. Aqueles mantendo a permanência de uma Família á testa do podêr, com certas atribuições constitucionais do Rei, e estes decapitando regularmente a sua administração política, de 4 em 4 ou de 7 em 7 anos, embora mantendo a continuidade de suas organizações administrativas, único laço no tempo que estabiliza tais regimens.

Feita essa distinção, nos governos *liberais*, poderemos enumerar entre os liberais-monárquicos: a Inglaterra, a Bélgica, a Holanda, os Países Escandinavios e alguns Balcânicos. E entre os liberais-republicanos, a Polónia, a Suíça, os Estados Unidos e a América do Sul, inclusive o Brasil.

Entre os governos *nacionais*, temos: a Itália, a Alemanha, Portugal, a Turquia, a Áustria, e, no extremo-orientes, o Japão.

Os *socialistas* confessados são a Rússia, o México e uma pequena parte da China.

Feita, em linhas sumárias, a distribuição nesse mapa político dos principais governos modernos, — vejamos nos mais significativos desses países, como se operam as relações do Estado com a Igreja.

Só depois poderemos concluir, objetivamente, quais as relações genéricas entre cada uma dessas divisões e a Religião.

Nos regimens liberais-monárquicos encontrámos geralmente uma religião de Estado: o protestantismo, na Inglaterra, na Holanda ou nos países Escandinavios; o Catolicismo na Bélgica; o cisma ortodoxo nos países Balcânicos. E' mais ou menos ampla a tolerância com os demais cultos, mais larga na Holanda, onde os católicos têm tido ocasiões de ter metade dos ministros, de seu crêdo, e mais estreita nos países escandinavios, em alguns dos quais foi tão forte a marca do luteranismo, que a Companhia de Jesus até hoje não pôde nêles estabelecer-se. Em regra, não conheceram esses países a cisão que entre o passado e o presente cavou a revolução francesa. Não houve neles uma solução de continuidade, na tradição religiosa de união entre o governo e a religião dominante no

povo, de modo que mantêm até hoje as relações estreitas entre o Estado e a religião da maioria. O conflito religioso nesses países, não se processou, como mudança religiosa, de uma confissão a outra, como foi o caso típico da Inglaterra, antes de Henrique VIII, e depois dêle, com o *intermezzo* trágico dos Stuarts.

Os países liberais-republicanos são justamente aqueles que tiveram mudanças radicais de regimen e sofreram a influência profunda do abismo que a Revolução de 1789 abriu, entre o *ancien régime* e o presente.

Nêles se quebrou violentamente a tradição das relações íntimas entre o Estado e a Igreja, vindas da Idade Média. E os govêrnos que se erigiram sôbre as ruínas das revoluções ou das guerras ou sob o influxo da ideologia revolucionária da burguesia liberal, criaram o dogma da separação entre o Estado e a Igreja em uns, e entre o Estado e a Religião em outros países.

No primeiro tipo, isto é, nos regimens de separação entre o Estado e a Igreja, mas não entre o Estado e a Religião, estava a República Norte-Americana de 1776. Nela não houve exclusão categórica da religião pelo Estado. Houve separação entre o Estado e qualquer igreja ou confissão religiosa, preservando-se no Estado o respeito uniforme a todas as religiões e uma atitude de veneração religiosa oficial. Como era de prevêr, foi-se diluindo com os tempos esse frágil laço e o laicismo se agravando com o consequente desaparecimento de toda expressão religiosa por parte do Estado. De modo que um Presidente, como o atual, da grande República Norte-Americana, Franklin Roo-

sevelt, se viu forçado a incluir na sua revolução legal e económica, também uma nova atitude em face da Religião, convocando expressamente as três grandes confissões religiosas do país — quaisquer que fossem as subdivisões da primeira — isto é, protestantes, católicos e judeus, para um entendimento direto no sentido da aplicação do *New Deal*. Esse fato representa uma reação considerável contra a secularização progressiva que o Estado republicano-liberal, na América do Norte, ia assumindo, sem nunca chegar, entretanto, á posição extremada de outros regimens semelhantes.

Quero referir-me, particularmente, á França. Poucos anos depois da independência norte-americana (1776) iniciava-se a grande revolução francesa (1789). E, como se sabe, partiram ambas do mesmo movimento de idéas do século XVIII, que o racionalismo dos Enciclopedistas e o sentimentalismo de Rousseau iam fazer frutificar nesses mesmos regimens políticos destinados a abranger grande número de países, e particularmente toda a América.

A França republicana, com as breves interrupções dos governos, monárquicos e imperial, lançou o dogma da separação radical não só entre o Estado e a Igreja, mas ainda entre o Estado e a Religião. O Ente Supremo, dos primeiros republicanos revolucionários veio mais tarde a desaparecer totalmente, com a 3^a República, que eliminou totalmente do Estado qualquer sombra de religião, passando, ao contrário, a hostilizar a religião, sob o pretexto de combater o "clericalismo". *Le clericalisme, voilà l'ennemi*, dizia Gambetta. E esse grito de odio impregnou de tal modo a França Republicana, que foi culminar,

no início do século atual, nas leis iníquas de expulsão das congregações religiosas, com que os ministérios Combes e Clemenceau macularam para sempre a sua memória.

A 3ª República Francêsa, manejada pela Maçonaria desde o seu início, alcançou então o ápice de sua lógica separatista, considerando a Igreja como inimiga do Estado, e a Religião como um sinal de atraso mental do povo.

Passada a fase aguda do maçonismo republicano e vindo, por alguns anos, a chamada *union sacrée* da guerra de 1914 a 1918, houve uma sensível alteração na atitude do Estado liberal-republicano, francês, em relação á religião. Reataram-se as relações com a Santa Sé, deixaram-se inaplicadas as famosas *lois laiques* de hostilidade anti-católica e, no estrangeiro, reconhecendo que as congregações religiosas expulsas da França tinham feito, pelo mundo, uma obra de irradiação cultural francêsa, como nunca o Estado soube poder fazer, chega atualmente o governo francês a subvencionar e auxiliar monetariamente a abertura de colégios e asilos, dirigidos por congregações religiosas.

É essa a posição atual do regimen republicano-liberal em França. Secularização teórica absoluta do Estado, leis de perseguição na gaveta mas não revogadas e, na prática, relações muito cordiais com a Igreja, e toda proteção e liberdade á expansão do sentimento e das obras religiosas.

Os curtos anos de idade da segunda e atual República Espanhola, outro exemplo do regimen republicano-liberal, é um *fac-simile* da curva estudada em relação á França. Secularização radical do Estado, per-

seguição á Igreja e á religião e finalmente, relações oficiais reatadas, com a permanência do regimen laico e das leis iníquas. O constitucionalismo da Tcheco-Slovaquia não se afasta desse modelo de separação radical entre a Igreja e o Estado, com plena liberdade religiosa, sucedendo o mesmo com a Suíça.

Quanto ao da Polónia reduz, de certo modo, esse laicismo do Estado, na tradição da velha monarquia polonêsa e da fé católica tradicional do povo polonês. A Constituição considera aí a Igreja Católica, como sendo a do povo e os governos prestam homenagem por uma Concordata, á Igreja Católica. Quanto ao espírito que domina o regimen, entretanto, não é muito diverso do que se vê nos demais países republicano-liberais.

Quanto á América do Sul, teve a independência dos seus povos processada sob a influência das idéas revolucionárias do liberalismo e do racionalismo. Mas, por outro lado, aí por muito tempo dominaram tradições do regimen colonial. Até hoje vemos, na Argentina, o reconhecimento constitucional da união entre a Igreja e o Estado. O mesmo se dá na Colômbia e se deu, por muito tempo, no Chile. Por vezes, extremam-se as atitudes e vemos, no Equador, o sonho magnífico de Garcia Moreno, realizando por algum tempo o regimen do Estado católico. Ao passo que, no Uruguai, a tirania democrática de um Battle y Ordóñez, por vinte e cinco anos, cavou uma separação tão radical entre o Estado sem religião e a religião do povo, que na hora em que o Brasil republicano hospedava, como chefe de Estado, o cardinal Paccioli — não o recebia sequer por cortesia, o governo ditatorial do Uruguai.

No Brasil, a conservação do regimen monárquico preservou, por meio século, a união entre a Igreja e o Estado. União essa, entretanto, que não se fazia á luz dos principios doutrinários da Igreja, conservando a esta sua plena independência — mas ao contrário — contaminada pela tradição regalista e absolutista do marquês de Pombal, que queria a Igreja a serviço do Estado. A posição de Pedro II, por exemplo, em face da questão religiosa, consentindo na prisão, no processo, e na condenação de dois bispos e depois se opondo, de início, como hoje está indiscutivelmente provado, á anistia que o gabinete Caxias lhes queria dar — a posição de Pedro II é a de um monarca católico regalista, que quer a religião protegida pelo govêrno e nêle influindo moralmente, mas a Igreja subordinada ao Estado.

A República no Brasil se fez, em relação a êsse problema, sob o modelo de França, isto é, com a absoluta secularização do Estado sem qualquer tendência ou hostilidade anti-religiosa, como nos Estados Unidos. Pouco a pouco, veio a suceder o mesmo que em França, isto é, a substituição dos preconceitos legais pelas relações officiosas extra-legais, entre o Estado e a Igreja. Basta mencionar a êsse respeito, o considerável trabalho desenvolvido pelo barão do Rio Branco para a obtenção do cardinalato brasileiro. Bem sabemos que não houve nisso a mínima preocupação propriamente religiosa e apenas uma questão de prestígio internacional. E nisso está bem clara a preservação da característica fundamental do regimen liberal-republicano puro, que é relegar a religião para o fôro íntimo e desconhecer-la totalmente como meio de educação popular.

A revolução de 1930 ia implicar num passo avan-
te. Se a República de 1889 chegou a ter com a Igreja,
como escreveu o padre Boubée, S. J. “uma concorda-
ta tácita”, a de 1934 deu um passo avan- te e tem hoje
em dia, constitucionalmente, relações necessárias com
os vários cultos religiosos, pela instituição do casa-
mento religioso com efeitos civis e do ensino religio-
so, facultativo, além da autorização expressa de co-
operar com as igrejas e cultos, em vista do bem co-
mum.

É de registrar que tudo isso foi obtido — não por
iniciativa do governo ou dos cultos protestantes, cis-
mático ou israelita, mas “contra” essas heresias e a
despeito da indiferença do Estado — única e exclusi-
vamente pelo esforço da Igreja Católica. Foi esta que
fez o regimen republicano-liberal dar um passo adian-
te em matéria de liberdade religiosa, no sentido de
facilitar a atuação social da religião tradicional do
povo brasileiro.

Foi a Igreja, e não o regimen, que promoveu a li-
berdade religiosa mais ampla que a constituição de
16 de Julho pôde ostentar, hoje em dia, embora sem
alcançar o ideal da unidade religiosa das leis, como
elemento da unidade religiosa do povo e do Estado.
Este continúa infenso a qualquer impregnação reli-
giosa oficial, e aquele privado dos benefícios da uni-
dade espiritual nas escolas públicas ou na assistência
social, que tão de perto tocam os seus interesses de
família.

O quadro, pois, que apresentam os regimens libe-
rais em matéria religiosa, não é uniforme. Mas, em
todos vemos a união do Estado e a da Religião se
mantendo apenas por tradição, em certos países; re-

laxando-se nos outros até chegarem á separação parcial ou radical entre uma e outra; e finalmente degenerando, em alguns, na hostilidade e na franca perseguição religiosa.

Trato dos regimens socialistas, antes dos nacionais, por serem êles a consequência natural dos regimens liberais. O liberalismo leva naturalmente ao socialismo, pois se aquêle representa uma hipertrofia do indivíduo, cujo interesse passa a ser a base do Estado, é inevitável que se processe um desequilíbrio contrário, pelo desaparecimento do indivíduo na sociedade e a acentuação dos interesses desta contra os daquêles. Por outro lado, sendo o sistema político-liberal a expressão do predomínio de uma classe social, a Burguesia, — é natural que ao subir ao poder uma nova classe social, mude também o regimen do Estado. E é o caso do *Proletariado*, que vem fazer com a Burguesia o mesmo que esta com a Nobrêsa, vindo o socialismo a ser o regimen político da classe proletária, como o liberalismo republicano, sobretudo, foi e é o da classe burguêsa.

Em todos êsses países liberais que rapidamente percorremos, tanto monárquicos como republicanos, sabemos que o socialismo tem feito grandes progressos. Em algumas monarquias liberais, tem havido governos socialistas, como o de Branting, na Suecia, o de Vandervelde, na Bélgica, o de Mac Donald, do primeiro gabinete trabalhista, na Inglaterra.

Em outros, tem havido vitórias efêmeras do socialismo, como se deu com a social-democracia alemã, de Ebert, depois da queda da monarquia, em 1918, e com parte do governo republicano espanhol, no gabinete Azaña.

Em outros, ainda teve o socialismo participação mais ou menos efetiva nos governos liberais republicanos, como em França se vem dando em numerosas flutuações parlamentares, que sempre oscilaram entre uma maior aproximação entre radicais, radicais-socialistas e socialistas-unificados.

Em todos esses casos, trata-se de um socialismo moderado e reformista, que é apenas a ala esquerda do liberalismo. Esse gênero de socialismo não apresenta, em primeira mão, o problema religioso. Preocupado exclusivamente com o problema econômico, e certo de que a religião é apenas um resquício do passado que desaparecerá totalmente quando desaparecer a propriedade individual, esse socialismo manso não se comporta, com a Igreja ou a Religião, de modo diverso dos Estados liberais-republicanos.

Os sistemas verdadeiramente socialistas, porém, que se separam já totalmente da sua fonte liberal, comportam-se de modo muito diverso. Temos, hoje em dia, para campo de nossas observações, dois desses regimens: uma "República Socialista" e uma "República Comunista", o México e a Rússia.

A situação legal do México, em relação á religião, era a mesma da França, isto é, leis de perseguição não aplicadas e consideradas letra morta: os dispositivos da Constituição de 1917, fruto da revolução carranzista contra a tradição da velha oligarquia porfirista.

Quando sob a tirania de Elias Calles, de execranda memória, mas não peor que os seus sucessores, pretendeu o partido revolucionário dominante, depois de inúmeros levantes intermediários, enveredar pelo Estado Socialista, trataram imediatamente de aplicar as

“leis mortas”, em aparência, mas nunca revogadas. E, o resultado nós o temos, nesses últimos anos de perseguição contínua, que dia a dia tornam mais irrespirável o ambiente religioso no México. O martírio da Igreja Católica no México tem sido uma das páginas mais dolorosas do Cristianismo, nos tempos modernos. E está longe de qualquer atenuação, pois não ha mês em que os telegramas não anunciem a recrudescência da perseguição com a prisão de Bispos (como a do Arcebispo Pascoal Diaz ha tempos), a transformação de igrejas em casernas, o fechamento de todas as escolas religiosas particulares, a proibição do culto público, e até a autorização apenas de um padre para 100.000 habitantes, e, no Estado de Tampico, miséria das misérias, a condição de que esse padre único prove que é casado! Isto é, em palavras claras, supressão do clero.

E' a renovação dos tempos de Nero e Diocleciano, em pleno século XX.

E o mesmo que se dá com o Estado mexicano socialista, sucede com o comunista russo.

É do conhecimento de todos que a perseguição religiosa tem sido até hoje uma das armas mais terríveis do regimen soviético. Baseada no dógma de que a religião é o ópio do povo e o aliado natural do capitalismo, opressor do mesmo povo, a política comunista não procura esconder a sua atividade anti-religiosa. E ao passo que o ateísmo é oficialmente estimulado, criam-se á religião, seja ela qual fôr, toda a sorte de obstáculos de ordem legal e social.

O confronto entre a lei constitucional de 1920 e a de 1924 é bem eloquente do caminho de opressão religiosa crescente, trilhado pelo govêrno soviético.

Consignava a 1.^a — “a liberdade de culto e de propaganda religiosa e anti-religiosa”, o que já era equiparar oficialmente duas coisas contraditórias, como si o governo estipulasse, em lei, que tinham curso idêntico a moêda legal e a moêda falsa... A hipocrisia do dispositivo legal é patente. Mas não bastava. E a lei de 1924 estipula: “E’ permitida a liberdade de todos os cultos religiosos e a de propaganda anti-religiosa”. Isto é, só a perseguição religiosa tem o direito de agir públicamente, sob o beneplácito oficial. A religião, essa é obrigada a voltar para as catacumbas!

Só Deus sabe, aliás, que imenso benefício espiritual poderá derivar, para a santidade da religião verdadeira, dessa infame perseguição, que servirá para separar o joio do trigo, a Fé verdadeira das falsas caricaturas do culto.

Não é preciso ir além para mostrar que o Socialismo é um regimen confessada e radicalmente anti-religioso.

Chegamos agora á terceira das divisões a princípio esboçadas: os sistemas políticos nacionais.

São êles, como se sabe, a grande novidade dos tempos modernos. Na hora em que os liberais, de todos os matizes, anunciavam que — “o regimen democrático-liberal é o regimen definitivo de todos os povos livres” (Sampaio Doria), e os socialistas proclamavam a vitória inevitável do socialismo, em todo o mundo, começam a aparecer organizações políticas que combatem tanto o liberalismo, como o socialismo. E não apenas na cabeça dos homens de gabinete ou na fantasia de alguns inovadores utópicos de café, — mas na realidade da política mundial, nas Chancelarias

e nos Parlamentos, nos Palácios de Govêrno e nos Quarteis-Generais. E na Italia, na Alemanha, na Turquia, em Portugal, na Austria ou na Hungria, vemos aparecer um tipo novo de Estado, que veio desmontar as ilusões burguêsas dos liberais e as previsões pseudo-científicas dos socialistas. Não tentarei sequer descrever esse novo tipo de estrutura político, pois longe me levaria a tentativa. Nem é isso o que ora interessa. Desejo apenas marcar a atitude desses sistemas em face da religião e da Igreja.

Também não é uniforme. Sendo regimens de Estado forte, contra o Estado-Opinião do liberalismo utópico (pois o liberalismo realista já se socorre de boas leis de segurança nacional...) — a tendência é absorver a Igreja no Estado ou pelo menos subordinar a Igreja ao Estado, suprimindo toda sua atividade política.

Na Italia, o Estado social novo veio dar todo o prestígio á Igreja, fóra da política, aceitando-lhe mesmo a orientação moral em suas leis, como por exemplo, na legislação penal. A importância que Mussolini atribue ao Pacto de Latrão, substituindo a festa nacional de 20 de Setembro, queda da Roma de Pio IX, pela data da assinatura do Tratado de Latrão, é a prova do novo prestígio da Igreja, como força espiritual e como força moral, para os postulados novos do Estado Nacional. O desaparecimento do "partido popular" é uma consequência da unidade política absoluta desse novo tipo de Estado.

O método de Concordata veio completar esse novo prestígio da Igreja, em materia social. A doutrina católica, em materia de família, é integralmente aceita e propugnada pelo Estado. E mesmo em materia de

educação, onde a tendência totalitária do Estado chegou a entrar em conflito com as exigências intangíveis da Igreja ao direito de educar, já se pode chegar a um *modus vivendi*.

É certo que nos doutrinários puros do Estado totalitário, como Gentili ou na *Giovinezza* entusiasta dos *fascios*, vamos encontrar correntemente a teoria da subordinação da Igreja ao Estado, no modelo do absolutismo monárquico dos séculos XVI a XVIII. Na prática, porém, e sob a direção de chefes políticos realistas, como Mussolini, o entendimento entre a Igreja e o Estado se faz, no sentido de uma atuação mais intensa e livre daquele, no terreno espiritual, a despeito dos perigos latentes e dos obstáculos inesperados.

Na Alemanha, o problema já muda de figura. O Estado Nacional encontra aí, não mais *uma* religião nacional, como na Itália, mas *duas* religiões nacionais — o catolicismo da Renania ou da Baviera e o protestantismo da Prússia ou da Silesia. Políticamente, o procedimento é o mesmo que na Itália, isto é, o Partido Unico e Nacional, substituindo a variedade de partidos, regionais, ideológicos ou confessionais. Longe, porém, de se conceder, como na Itália, liberdade *relativamente* ampla de ação *social*, exagera-se de modo por vezes violento e brutal, a tendência centralizadora e totalitária do Estado. E daí a terrível situação do Catolicismo alemão atual sob o regimen do novo Estado, restrito em suas liberdades ao culto religioso dentro dos templos. Mesmo a liberdade de ensino está esmagada pela unificação de tudo nas mãos do Estado, e o monopólio da educação substitui a liberdade de ensino da Constituição de Wey-

mar. Quanto á Ação Católica, mesmo no sentido puramente *social* está praticamente aniquilada. Pois o Estado absorve todas as tarefas sociais, em suas mãos. A tentativa de criar uma Igreja Nacional Alemã, que seria a única autorizada públicamente a funcionar, está perfeitamente contida dentro da lógica desse Estado Nacional Integral e monopolizador.

Entre os teóricos do novo Estado, como Rozenberg, encontramos então os mais exaltados delírios nacionalistas, em matéria de religião, apresentando-se o *germanismo* como a forma natural da religião da Alemanha, e o *Cristianismo* como um culto estrangeiro que veio desviar a Alemanha dos seus deuses próprios... Seria a desforra do Walhala nórdico contra o Olimpo grego e o Paraíso cristão.

Esse neo-paganismo é a forma religiosa propugnada pelos doutrinários do nacional-socialismo alemão que, como vemos, realiza a perseguição religiosa ao Cristianismo para realizar a volta ao paganismo primitivo.

Na prática, como se dá na Italia, ha uma atenuação sensível de todas essas arestas na política seguida pelo Fuehrer, a quem não raros atribuem certamente a expectativa de jogar a Alemanha, de novo, em ferozes lutas religiosas. É inegável, porém, que esse caminho está aberto, e que a Igreja Católica, como os próprios protestantes mais independentes (como se deu com o grande teólogo protestante Karl Barth, obrigado a expatriar-se), estão sofrendo na Alemanha as consequências de um sistema político, de exagerada centralização autoritária nas mãos do Estado e de nacionalismo exaltado.

Na Turquia, o quadro é ainda peor. A persegui-

ção religiosa sob o govêrno de Mustafá Kemal, atinge tanto os mussulmanos como os cristãos, embora mais a estes que áqueles, pois o nacionalismo tende sempre a proteger os nacionais, mesmo quando combate a religião nacional, em seu aspêto político, como neste caso da Turquia.

Sabemos, por exemplo, que as freiras de Sion vão ser forçadas a abandonar os colégios que aí mantinham, ha longos anos, porque a principio exigiam apenas que as religiosas não usassem a cruz aparente, ao peito; depois exigiram que todas as freiras fossem turcas de nascimento e agora as estão obrigando a despir as vestes religiosas! E' o mesmo processo do México, em outra fôrma de Estado.

Em Portugal, na Austria e na Hungria, ao contrário, o regimen se aproxima do da Italia, com um respeito renovado pela religião e pela Igreja. Portugal e Austria, em sua nova organização corporativa, valeram-se decisivamente da doutrina social da Igreja Católica.

E a obra política de Dolfuss, como se sabe, foi diretamente inspirada na teoria social das Encíclicas.

Eis aí, em rápido esquema, o quadro dos sistemas políticos do século XX em sua posição em face do problema religioso.

Nos *socialistas*, vamos encontrar a hostilidade franca a todas as expressões religiosas.

Nos *liberais*, encontramos ou uma ligação tradicional e convencional, ou uma separação mais ou menos radical, com o desconhecimento de toda função social á Religião, por vezes, e outras a hostilidade franca.

Nos *nacionais* encontramos o reconhecimento da

função social da religião, a aceitação, em certos casos, expressa ou tácita das doutrinas sociais da Igreja Católica, a exclusão de toda atividade religiosa de caráter político e a tentativa, por vezes, de absorção da Igreja pelo Estado, da incorporação do culto às tradições puramente nacionais e a consequente hostilidade a tudo o que se opuser a esse desiderato.

A conclusão necessária é que nenhum regimen político da atualidade, — seja ele liberal, seja nacional, para não falar nos socialistas — realiza o ideal das relações entre o Estado e a Religião tal como o definiu, de modo insuperável, a autoridade suprema de Leão XIII. Em todos êles vemos o Estado, ou fugindo á ação da Igreja e da religião ou usurpando as suas funções. Em parte alguma encontramos aquele equilibrio perfeito, que dá ao Estado a soberania temporal e á Igreja a soberania espiritual, subordinado aquele a esta, em tudo o que disser com a Verdade e a Moralidade.

Se bem que alguns Estados se aproximem desse ideal ou procurem honestamente fazê-lo, — em parte alguma do mundo encontrámos esse systéma.

Mas, ao contrário, o que vemos frequentemente, é a indiferença religiosa, o laicismo pretencioso, o estatismo crescente, a hostilidade velada ou franca, a perseguição limitada ou integral e com tudo isso uma restrição considerável no âmbito da própria liberdade da Igreja e da atuação social da religião

Se é certo que a “ausência de Deus”, como clamava Léon Bloy é a grande chaga dos tempos modernos, sofrem os organismos políticos atuais desse tremendo abandono dos homens.

Como nos espantarmos, depois, que uma angustia tão grande pese sôbre os corações dos homens concientes e que a multidão dos inconcientes desperte, por vezes, cada vez mais frequentes, ao ruído trágico das metralhadoras e ao jorrar do sangue de irmãos?

QUAL A RENOVAÇÃO NECESSÁRIA?

Ha uns vinte anos, opunham-se com sentidos bem claros e delimitados os termos “revolução” e “contra-revolução”. O primeiro exprimia o sentido histórico que vinha do século XVIII, explodira pela primeira vez em 1789 e no século XIX se bipartira em duas correntes nítidamente diferenciadas: a corrente “burguesa” dominante, que considerava a Revolução como um acontecimento glorioso e útil, mas situando-o “no passado” e dela tirando a doutrina do seu liberalismo político e econômico; e a corrente “socialista”, que via a Revolução Francêsa como uma simples preparação política á nova Revolução social, “do futuro”, cuja função foi claramente delimitada por Marx, como sendo para o proletariado o que a de 89 fôra para a burguesia

Quanto á “contra-revolução”, termo entre nós quasi desconhecido até pouco (como aliás, até 1930, o próprio termo Revolução, que depois disso se banalizou, como sucede tão frequentemente por aqui...) indicava a corrente histórica e ideológica dos que consideravam a Revolução Francêsa como um êrro fa-

tal e uma insurreição suicida contra as grandes verdades mantenedoras da ordem e da paz social.

Desde então, complicou-se de tal modo a realidade social que os dois termos se “interpenetraram”, aliás de um modo muito curioso. Pois, enquanto se generalizava a palavra “revolução”, — passaram muitas das idéas contidas na “contra-revolução” a figurar sob o epíteto revolucionário.

Sorel e Maurras triunfaram ao mesmo tempo. O primeiro, vendo o seu “mito” revolucionário transformar-se no próprio ambiente do século XX; o segundo vendo o seu “nacionalismo” contra-revolucionário triunfar também, da China ás duas Américas, nos movimentos que tomaram, sobretudo na Italia e na Alemanha, o carácter preciso e o nome de “Revolução Nacional”, que até entre nós é usado correntemente nos manifestos políticos mais recentes.

Em tudo isto, na observação objectiva dos fatos sociais mais modernas, o que se vê é a negação do determinismo histórico, sobre o qual revolucionários e contra-revolucionários, Marx ou Comte, edificaram as suas filosofias dos acontecimentos — e a confirmação do imprevisto — como lei fundamental da história.

Estámos, pois, assistindo á vitória simultânea da Revolução e da Contra-Revolução, sob o nome comum de Revolução e o ambiente generalizado do espírito revolucionário contra o espírito evolucionista anterior.

E cada povo, segundo a sua psicologia particular (outro elemento fundamental que Marx e Comte, revolucionários e contra-revolucionários do século passado, desconheciam) — cada nação, segundo o

seu carácter próprio, nos vai dando “a sua revolução” político-social no século XX, sem que se repitam umas às outras, senão em suas linhas gerais. As mais claramente diferenciadas se manifestam por conceitos evidentes como a “ditadura do proletariado” ou o “plano quinquenal” na Rússia; o “Estado Totalitário” ou a “Organização Nacional Corporativa” na Italia; o “Nacional-Socialismo” ou o “Primado da Raça” na Alemanha. Mas, por toda parte, assume a Revolução aspétos diferentes, si bem que menos precisos. Na China, o “tríplice-demismo” de Sun-Yat-Sen, patriarca da República, até a mão de ferro de Chang-Kai-Chek; na Turquia, o realismo anti-mao-metano e autoritário de Mustafá-Kemal; na Austria, o corporativismo cristão de Dolfuss; na Espanha, o republicanismo liberal, maçónico e socializante, a principio, hoje reposto em bases tradicionais, pela magnífica ação renovadora e ibérica de Gil Robles; em Portugal, a restauração financeira de Salazar, á sombra da ditadura militar e uma nova Constituição, de sabor lusitano; no México, a ditadura militar e civil da demagogia indianista; em Cuba, a anarquia; nos Estados Unidos, a Economía Planeada, de Roosevelt e Johnson, bruscamente instaurada e levada avante para salvar o país da bancarrota ou da revolução dos sem-trabalho; na América Latina, as várias revoluções nacionais, umas anti-ditatoriais, como a peruana, outras presidencialistas, como a uruguaia, outras de ditadura sem ditador, como a brasileira, etc., etc.

E poderíamos prosseguir, para lembrar como o espírito revolucionário se espalhou pelo mundo mo-

derno em fórmulas que nem de longe poderiam ser previstas pelos revolucionários de há vinte anos.

E hoje, ainda há muita gente cega aos acontecimentos, e que raciocina como em outros tempos, considerando a revolução como o faziam os compendios de história, os manifestos comunistas ou a declamação dos demagogos, sem compreender a sua imensa complexidade e as variações consideráveis que têm ultimamente sofrido.

Esta última verdade parece bem conquistada, em face dos acontecimentos sociais mais recentes e contra o simplismo revolucionário de muitos marxistas atrasados, que ainda acreditam num só tipo de Revolução, fatal como o curso dos astros.

Entre os espíritos mais modernos, porém, esse mito da revolução padronizada está em franco declínio, e as pesquisas se lançam já à busca de outros campos, num estudo mais inteligente e mais objetivo do problema. É o que justamente vem fazendo em França um grupo de moços, que procura aprofundar o estudo das revoluções contemporâneas e o sentido revolucionário que o espírito francês poderá dar ao século XX, se a França não der a sua demissão de orientadora do pensamento, de que por tantos séculos teve a primazia. Tomou esse grupo o nome de "Ordre Nouveau" e acaba de publicar o seu primeiro livro fundamental em que dois de seus fundadores, B. Aron e A. Dandieu, expõem os princípios gerais do grupo, em *La Révolution Necessaire*, (ed. Bernard Brasset, 1934).

Em Outubro de 1933, em plena mocidade e sem vêr o efeito de seu grande e forte livro, morria Arnaud Dandieu e na revista *Esprit* alguém escrevia que

esse representava para a França o que foi o "Capital" para a Alemanha.

Era ousada demais a profecia e não a endossaremos de modo algum. Mas, incontestavelmente, o que esse grupo vem fazer é qualquer coisa que marcará, pois representa idéas que ainda não se incorporaram em um movimento concreto.

Em quatro pontos principais podemos marcar a diferença entre a "revolução necessária", pregada por esse grupo e os princípios que têm ultimamente dominado os grandes movimentos revolucionários do século XX, na extrema esquerda ou na extrema direita.

Propugna a "descentralização" em vez da "centralização";

Defende a "variedade" e não a "unidade";

Busca primordialmente a "liberdade" e não a "autoridade";

Coloca a acentuação no "Homem" e não no "Estado".



As grandes revoluções modernas são centralistas e tendem a concentrar o poder no centro político das nações ou mesmo no centro político do universo, como seria a sede da III.^a Internacional.

Aron e Dandieu, neste livro-manifesto, prégam, ao contrário, o "federalismo". Procuram criar uma estrutura política nova que visa exatamente proteger a maleabilidade política e os direitos das autonomias locais.

As grandes revoluções modernas são "unitá-

rias". Pretendem estabelecer um sistema de governo que padronize a organização nacional ou internacional. O pensamento animador deste grupo é, ao contrário, defender a "variedade social", criar uma estrutura tal que, realizando a justiça social como quer o socialismo, não prejudique, como êle, a variedade social e defendendo a variedade, como quer o liberalismo, não sufoque, como este, a justiça.

As grandes revoluções modernas são "autoritárias". Depois do descalabro social a que levou o mundo o individualismo do século passado, era natural a reação contrária. E o principio de autoridade, depois de esmagado, passou a animar as organizações revolucionárias, da extrema esquerda ou da extrema direita, em que sempre o governo é exercido "de cima para baixo" e não "de baixo para cima", como teóricamente ao menos se dava nas democracias. Este novo movimento, sem voltar às ideologias democrático-liberais, repudiava também o romantismo autoritário dos nossos dias e procura restaurar os direitos da liberdade, tão esquecidos hoje e confundidos na mesma justa condenação do liberalismo, que é, no fundo, a negação prática da liberdade verdadeira, como os acontecimentos históricos o demonstraram.

Finalmente, as grandes revoluções modernas são feitas com o acento agudo no "Estado". Tanto o comunismo como o fascismo ou o nazismo, representam um movimento de concentração estatal. A intervenção absoluta do Estado Totalitário em todos os domínios da vida nacional ou internacional visa dar ao novo Leviatan as prerrogativas que Hobbes sonhava para êle. Ao contrário, neste movimento da "revolução personalista", o que se pretende é colocar o Ho-

mem, a Pessoa Humana, no centro da vida social, reduzindo o Estado a suas funções coordenadoras. "Lembremos que nossa crítica, como nossa construção se levanta sobre dois princípios. Consiste o primeiro em afirmar a "totalidade" dos fenômenos humanos, particularmente sociais. É tão impossível separar o econômico do psicológico, como a alma do corpo ou o espírito da matéria... O segundo princípio é que a Sociedade humana constitui uma "tensão", sendo por isso personalista e anti-estatista por essência. Entre o homem, considerado como universal, e o homem considerado em sua particularidade racial, local e cultural; entre o homem tal como é e tal como quer ser, ha uma tensão permanente, cuja depressão é marcada pelos períodos de imperialismo e de anarquía, em que os determinismos econômicos, a centralização monstruosa, o desemprego endêmico, a guerra sem freio e sem objetivo, se abrigam sob a autoridade da razão de Estado; períodos de declínio, períodos de fraqueza semelhantes ao que atravessamos... A fé personalista é o motor indispensável da Revolução necessária." (pgs. 272|275).

Essas quatro posições fundamentais, que parece poderem inferir-se do sistema revolucionário de Aron e Dandieu, são todas elas admiravelmente adequadas á reforma social baseada nos mais puros princípios doutrinários e na mais objetiva observação do mundo moderno e de suas necessidades. Parecem aceitáveis como o verdadeiro caminho dessa Idade Nova que procurámos.

Mas não se limitam os autores deste grande livro aos princípios gerais de uma fórmula revolucionária consentânea com a natureza, ao mesmo tempo mate-

rial e espiritual do homem (negada, ao mesmo tempo, por idealistas e materialistas, cartesianos ou marxistas). Chegam, também, aos problemas candentes da economia e, mais particularmente ainda, ao problema central e dolorosamente sensível dos nossos tempos: o do Trabalho. E fixam, depois de uma análise demorada, os quatro fins a atingir, que peço licença para transcrever, na íntegra:

“Suprimir a condição proletária, o que, em termos humanos significa suprimir os destinos consagrados inteiramente a um trabalho animalizante e estreito;

Substituir, o mais possível, a mão de obra humana, desqualificada, pela máquina;

Prender cada vez mais o trabalho técnico ou artesão ao trabalho criador, na moldura das corporações... Em vez de proletarizar o laboratório, é preciso restituir à corporação o seu caráter espiritual;

Organizar uma força de trabalho indiferenciado, bastante plástico e homogenio, de modo a poder ser utilizada proporcionalmente às necessidades, sem provocar nem desemprego nem falta de mão de obra” (pgs. 249-250).

Como consequência desses quatro objetivos, temos a “desproletarização”, que é o verdadeiro ideal social do trabalho; um desenvolvimento extremo do “maquinismo” colocando a máquina ao serviço do homem, de modo a diminuir ao máximo o trabalho servil; a organização “corporativa”, defensora dos direitos orgânicos do trabalho, e enfim, a criação de um serviço “civil” (que ha muito venho prégando. cf. “Política”, pg. 236) e que visa repartir por todo o corpo social a parte menos humana do trabalho, exigido pela sociedade.

Como se vê, tanto nos princípios gerais que orientam esses propugnadores da revolução “personalista” contra as revoluções “estatistas” dos nossos dias, como na aplicação desses princípios ao problema concreto do Trabalho, estou frequentemente de acôrdo com os autores deste livro.

Queremos “desproletarizar” o operariado, arrancando-o á condição servil em que vive e tornando-o capaz da plena expansão de sua dignidade pessoal, e não “proletarizar” a sociedade, como quer a falsa justiça social do socialismo comunista.

Queremos “humanizar a máquina”, colocando-a ao serviço do homem, no que seja poupar a este a parte mais pesada do trabalho, — e não “mecanizar o homem” como quer o neo-capitalismo moderno, de mãos dadas com o neo-comunismo stalinista.

Queremos o “Estado-Ético-Corporativo”, (ou “sociedade corporativa”, como propõe Van Acker), que respeite os direitos dos grupos naturais que o compõem, Família, Sindicato, Escóla, Município, Nação, etc., etc., e não o “Estado Totalitário”, que dê direitos a esses grupos em vez de apenas os reconhecer e coordenar.

Queremos o “Serviço Social”, que distribúa equitativa e porporcionalmente os onus mais duros do trabalho, considerando a este em sua feição humana e moral — e não os “privilégios de classe”, seja da burguesia, seja do proletariado, como querem as sociologias naturalistas.

E por isso podemos subscrevêr a concepção humana do Trabalho e a solução racional de sua organização, propostas por esse grupo de reformadores sociais.

São ótimas, no correr do livro, as fórmulas em que os seus autores procuram consubstanciar a sua doutrina, como esta, por exemplo: — “preferir a liberdade á autoridade, a economia de trabalho ao produtivismo, a descentralização á concentração”. (p. 196).

E’ uma expressão feliz da nossa concepção maleável da sociedade, contra as concepções rígidas, que hoje estão em vóga. Se o sentido geral dessa “revolução personalista”, de Aron e Dardieu, que eles situam a igual distância da “revolução utópica”, de um lado, e da “revolução materialista” de outro (p. 259) — coincide com a estrutura social que me parece mais de acôrdo com a natureza eterna das coisas e com as necessidades efêmeras do momento histórico em que entramos, depois da Guerra, da Revolução e da Crise — muito teríamos que discordar dos seus autores num exame analítico de sua obra.

Em primeiro lugar, a crença de que só o processo e a atitude revolucionária podem corrigir os êrros das más revoluções. Somos pela Reforma e não pela Revolução e o triunfo das idéas sadias dessa “revolução necessária” se póde fazer sem “violência” e sem ruptúras bruscas.

Mas não é apenas no método de ação que discordo e sim também na própria ação. Uma “bôa-revolução” fracassará como uma “má-revolução”, se julgar que bastam as renovações “sociais” para corrigir os males sociais. Só uma reforma “interior” do homem póde impedir a decadência social. Toda revolução que permaneça apenas no plano “social” é incompleta e portanto desnecessária e, afinal contraproducente, pois agrava os próprios males que pretendeu curar.

Só as transformações sociais e morais profundas, exteriores e interiores, pôdem corrigir realmente os males e injustiças sociais. De outro modo é ficar “no mesmo plano” e não chegar a resultado algum positivo. E’ preciso mudar de plano. E para isso, deslocar o problema ou antes completar a solução social com uma solução moral.

Em seguida, é de notar que a “revolução personalista”, aquí prégada, investindo contra a hipertrofia do Estado, modernamente defendida por gregos e troianos, cái no extremo oposto, tirando ao Estado as funções políticas que pertencem “á sua natureza”, para transformá-lo em um simples órgão administrativo de distribuição econômica” (p. 22), o que seria voltar aos êrros do individualismo ou da anarquia, mesmo intencionalmente grafada “an-arquía” (p. 27) como querem os autores.

Outro grave êrro social, é a completa omissão de toda função social e política da Família, e a redução excessiva da intervenção das Corporações (p. 145), na sociedade.

Falso, também, o conceito meramente naturalista que faz do “espírito” (p. 151), o que permite cair num simples “psicologismo social” tão errado quanto o materialismo social, contra o qual tão inteligentemente se insurgem.

Muito haveria que objétar, também, contra o valor “ilimitado” que dá á “pessoa humana” (p. 152) e sobre a concepção infeliz que têm do “Cristianismo” (p. 210).

Nada disso, porém, infirma o valor considerável desta obra e a sua grande importância, no campo das idéas e os fenômenos sociais.

Toda uma série de conceitos justos — a Pessoa, como centro da sociedade, o Estado, a serviço do Bem Comum humano, a liberdade, a distribuição política, o primado do espiritual, a concepção moral do trabalho, a desproletarização da sociedade, etc., toda essa série de conceitos coincidem com o que esperamos de uma Nova Idade Social, não que venha realizar o Paraíso na terra, mas que a faça libertar-se do inferno dourado em que ainda vive. Sem esquecer todavia, que a única “revolução necessária” é a que se faz na sombra do coração humano.

O PERSONALISMO

Conta-se que o último livro lido pelo Rei Alberto foi esse “La Révolution Nécessaire”, que acabamos de estudar. E á margem do título encontraram a seguinte observação do punho do soberano belga: “Oui, celle des âmes”.

Ha, hoje em dia, um grande movimento, não só intelectual, mas político mesmo e social, nesse sentido. Perante o vulto que têm tomado os acontecimentos e a absorção crescente dos homens pelas instituições — surgiu em muitos espíritos a necessidade de defender as essenciais liberdades humanas, bem como a preocupação de *humanizar* as diferentes atividades sociais.

Nada de mais urgente e sadío. O mundo moderno chegou, em grande parte, a esse estranho paradoxo: a escravização do homem ás forças que êle mesmo desencadeára, em nome de sua libertação. O homem *freudiano* é um escravo dos seus próprios instintos, na ilusão dos desrecalcamentos. A “civilização” *spengleriana*, uma etapa inexorável num processo histórico puramente naturalista, a despeito do seu culto da técnica, domínio do homem sôbre a natureza. A

revolução marxista uma vitória da *massa* e do conformismo de classe, em nome da libertação dos oprimidos. E a própria burguesia decadente, depois de ter exaltado por um século os "direitos do homem" e o liberalismo, em todos os sentidos, está pronta a todas as ditadúras, inclusive a que se proclama anti-burguesa, na preocupação de defender suas posições, caso a revolução social triunfe...

O vulto dos acontecimentos, por outro lado, tem crescido de tal forma, que o homem se sente incapaz de governá-los e debate-se prêso a uma rede de imponderáveis que lhe tolhe os movimentos.

O mesmo se dá com as suas próprias invenções. O mito de Samuel Butler, em pleno século XIX, do homem destruindo a máquina pelo temor de ser por ela devorado, já é infinitamente menos paradoxal que ha um século.

Contra esse esmagamento do homem, num mundo por êle aparelhado para um progresso indefinido, é que se levanta essa ofensiva de defesa do humano, em todos os sectores sociais e intelectuais. *Humanização da economia*, contra o capitalismo sem entranhas e o comunismo nivelador. *Humanização da justiça*, contra o positivismo jurídico burguês, apegado á letra da lei, e o materialismo jurídico revolucionário, anquilador do direito. *Humanização da pedagogia*, contra a obsessão "socializadora", de certo messianismo pedagógico, importado para aqui da Suíça, dos Estados Unidos e da Rússia. *Humanização da arte*, pela reação contra o ornato anacrônico, o abuso da abstração, a geometrização de um modernismo inhumano ou a subordinação da arte á política. Assim por diante.

E nesse último plano, também, *humanização da política*, por um movimento de repulsa a todas as formas e regimens que não tomem por base o respeito á eminente dignidade da pessoa humana, abandonada a sí mesma pelo individualismo liberal, no jogo arbitrário das forças sociais em luta ou absorvida no Estado, pelas várias modalidades do socialismo.



E' eterna a querela entre intelectuais e políticos, entre homens de pensamento e homens de ação. Todos os séculos a viram mais ou menos latente. E a pécha de "político" é lançada até hoje aos homens de pensamento que não se trancam em sua torre de marfim, como no Parlamento do Império se lançou contra José de Alencar, o estigma infamante de "romancista"...

Quem não acompanhou a campanha memorável de Julien Benda contra a *trahison des clercs*? Quem não se espantou com a passagem de Gide ás fileiras comunistas? Como ha vinte anos, (com muito mais razão, pois o ambiente, então, na mocidade que líá, era radicalmente apolítico) nos irritávamos com as atividades políticas de Anatole France, de Maurras ou de Léon Daudet! O lugar comum, que então corria sem discussão era o mito das "idéas forças" de Fouille, a convicção de uma incompatibilidade orgânica entre *l'esprit et la cité*.

Essa dissociação, entre o pensamento e a ação, entre as idéas e a sua realização, tão típica da filosofia burguêsa da vida, vai sendo aos poucos superada,

pelas próprias exigências da vida: “Perante a trágica derrota dos homens de ação e de negócios”, escreve Léopold Levau, em *L’Esprit et la cité*, esmagados pelo materialismo — que eles fomentaram ou não — só ha recurso essencial para a espiritualidade. Por que hão de as idéas conduzir o mundo? Primeiramente, estão longe as idéas de constituir toda a espiritualidade. E depois, não devemos acreditar que elas conduzam o mundo. Para isso seria preciso que a maioria dos homens fosse a elas acessíveis, quando elas só interessam e movem eficazmente uma escassa minoria. O que conduz o mundo, são antes e acima de tudo, “as realidades motoras”, realidade religiosa, realidade política, realidade econômica, este ou aquêlê complexo de tais realidades. Então, não teria importância alguma a idéa pura? Muito pelo contrário, é enorme a importância da idéa, mas com a condição de finalmente incarnar-se” (pgs. 123-124).

Excelên-te observação que a vida confirma a todo momento e que justifica todo esse movimento de *incarnação de idéas*, que levou tantos “clérigos” a trocarem as delícias das idéas puras pelas árduas veredas das idéas incarnadas.

Denis de Rougemont foi, um dêles e nas palavras iniciais do seu notável livro *Politique de la personne* (Ed. Je Sers” - Paris - 1935) encontrá-mos um éco da tragédia de toda uma geração.

“Tenho pela política uma espécie de aversão natural (p. 7). Fazer política não é da minha escôlha e sim uma obrigação a que me decido, maldizendo a desordem do nosso tempo ” (p. 29).

Muitos de nós poderiam fazer suas essas sentenças, que Lenine chamaria de “sentimentalismo bur-

guês" e são talvez incompreensíveis para as gerações mais moças, que hoje estão surgindo e que vêm na política não mais uma atividade inferior, como nós víamos, mas a exemplo dos gregos ou dos romanos e em regra das épocas florescentes das civilizações, uma nobre atividade humana. Foi a mediocridade da política democrática que tanto desprestigiou essa atividade aos olhos da burguesia intelectual do nosso tempo. E a heroicidade dos tempos modernos vai tornando anacrônica essa posição, entre as novas gerações, ressaltadas as idiosincrasias irreconciliáveis para sempre.

O sentido da política empreendida por Denis de Rougemont, e pelo grupo "Ordre Nouveau" a que pertence, é justamente aquela humanização da política, a que nos referimos. "O homem moderno perdeu a medida do humano" (p. 16), escreve êle, impondo-se, portanto, uma reação que volte a colocá-lo no centro das nossas preocupações. "Uma política á altura do homem é uma política cujo principio de coerência se chama a responsabilidade da pessoa humana... Opõe-se essa política ao gigantismo americano, soviético e capitalista: opõe-se á atomização social da democracia individualista; opõe-se á exploração do homem por suas criações pelo Estado e pelos tagarelas" (p. 22).

O espetáculo que o mundo moderno oferece é o de uma multiplicidade de tentações. "Os moços deste tempo são tentados ao mesmo tempo pelo marxismo, pelo fascismo e pela libertinagem burguesa" (página 196). E entre esses caminhos, o que ele e o seu grupo escolhem é primeiramente a reconciliação en-

tre doutrina e ação: — “O que combatemos com toda a violência é a famosa separação entre doutrina e ação — fundamento do espírito burguês” (página 243).

E em seguida, a acentuação, — não do “indivíduo”, pois que — “a consequencia logica do individualismo é o estatismo, o fascismo ou a ditadura staliniana” (p. 56) — e sim da “pessoa” como centro de toda a vida social, pois — “a verdadeira célula social é a pessoa e não a família” (p. 180).

Já aí vemos uma inflexão exagerada na sadia reação que visava colocar a sociedade na “medida do homem”. A célula social continua a ser hoje como sempre — a família. A pessoa humana (não o “indivíduo”) e a realização do seu destino temporal, constituem o fim da sociedade, pois si o indivíduo existe para a sociedade, esta existe para a pessoa e ambas para Deus. Essa é a medida exata das coisas. O *personalismo*, como em regra todos os *ismos* que generalizam uma *parte* da realidade, torce demais num sentido contrário ao desvio anti-pessoal dos tempos modernos. E tem da pessoa humana um conceito filosoficamente contestável e, portanto, socialmente perigoso. “Pessoa e vocação não são separáveis. E ambas não são possíveis senão no ato único de obediência á ordem de Deus, que se chama — amor do próximo... Ato, presença e compromisso (engagement), essa três palavras definem a pessoa... como uma vocação criadora (pgs. 52|57)... A pessoa é o homem em ato (p. 178)... A assimilação da pessoa a um ato, eis o fato espiritual, o fato humano por excelência, ao qual prende o movimento “Ordre Nou-

veau", de modo imediato, todas as suas instituições" (p. 238).

A ambiguidade dessa terminologia não deixa vêr, no conceito de pessoa, a substância animal racional que a distingue e a elevação á ordem sobrenatural que a especifica. E prescindindo da fé racional, para completar o conceito da razão, não vê o prolongamento místico da Pessoa Divina de Cristo, de modo que coloca a pessoa humana, o *homem* como senhor *absoluto* da ordem temporal, com exclusão da Família, do Estado e da Igreja. "A primazia do espiritual é praticamente a primazia da pessoa. A primazia da pessoa, eis a definição da única autoridade real" p. 64).

Esse personalismo *absoluto*, que partiu tão bem, chega ao fim de sua dialética, por falta de uma concepção filosófica segura e exáta, a um novo absolutismo, o *absolutismo personalista*, que não corrige o êrro, e apenas estabelece um contrapeso ao *absolutismo estatista* do mundo moderno.

O exagero *personalista* é não levar bastante em conta a natureza dos grupos sociais, atribuindo como vimos *toda* autoridade á pessoa humana. Nada de mais sadio do que excluir: "aí onde o homem quer ser total, o Estado nunca será totalitário" (p. 156); mas nada, por outro lado, de mais falso do que escrever que "o Estado nada mais é do que uma máquina destinada a manter as pessoas. Privado de toda a dignidade mística, deve tornar-se simples órgão de economia e distribuição de tarefas servis e mecânicas ou ainda uma administração dotada de uma polícia mínima" (p. 57).

Essa degradação do Estado, em nome da Pessoa, é uma falsa reação contra o estatismo moderno e um

perigoso convite ao impulso contrário da gangorra política, para a degradação da Pessoa em nome do Estado, pronunciada pelos herdeiros de Hobbes ou de Hegel.



·É em Georges Viance (*Préface à une réforme de l'Etat* — Desclée — Paris - 1935), que encontramos uma justa proporcionalidade entre Pessoa e Estado. A princípio, como diz êle, — *eminência do bem comum*, de que a pessoa humana tem necessidade para atingir a sua perfeição, sem a qual não pôde passar, porque é um bem, não exclusivamente, mas principalmente moral; de onde resulta que o homem deve a êle subordinar-se, servi-lo e esforçar-se por crescer-lo, tanto lhe é êle mais necessário e enriquecedor que os seus bens privados, sem contar que serve a todos (p. 170). Subordinação, portanto, do homem ao Estado, gerente do bem comum, não sob o aspéto de uma simples repartição de estatística ou de policia, como quer o personalismo calvinista de Denis de Rougemont — mas como uma instituição natural, cuja dignidade se mede pela elevação da Fonte Suprema de sua Autoridade ontológica e não apenas pragmática.

A essa “*eminência do bem comum*”, entretanto, supéra a *super-eminência da pessoa humana*, que sempre ultrapassa tudo o que encontra na terra, porque está ordenada ao infinito de Deus e tende a Êle, mesmo quando não mais o conhece e se esgôta á procura de seu reflexo nos bens passageiros e desilusionadores”.

Pessoa e Estado têm a sua dignidade própria.

Este, como gerente do bem comum e aquela, como o que existe de mais elevado na ordem das coisas criadas. Bem próprio (indivíduo e pessoa) e bem comum (Nação e Estado) não se opõem, completam-se. “Sto. Tomás, longe de substituir o ideal comum pelo ideal pessoal, sustenta que o ideal pessoal não é realizável senão na medida em que o ideal comum se realiza”. (L. Lachance, *Le concept de droit selon Aristote et Saint Thomas*, p. 197). Ou, como diz o próprio doutor Angelico: — “Não existe identidade entre interesse próprio e interesse comum. Os interesses próprios dividem, ao passo que o interesse comum unifica. A efeitos diferentes correspondem causas diferentes. E’ mistér, além do que móve ao bem próprio de cada um, qualquer coisa que mova ao bem comum do conjunto. Eis porquê encontrámos também um principio diretor em todas as coisas chamadas a formar um todo... E’ preciso, pois, que em toda multidão haja uma direção encarregada de regulá-la”. (De Reg. Princ. Liv. I, cap. I).

O *personalismo*, como vimos, partindo embóra de uma justa preocupação de defender a pessoa humana, chega a um desconhecimento perigoso do *bem comum* e do seu coordenador — o *Estado*.

Daí a necessidade de retificar os seus êrros, pela justa apreciação dos fenômenos sociais, que encontramos luminosamente esclarecidos nos textos tomistas sôbre a *pessoa humana* e o *bem comum*.

Inspirado nêles é que Georges Viance escreveu o seu “prefácio a uma Reforma do Estado”, corrigindo em vários pontos a errada concepção de “pessoa”, do *personalismo* (pgs. 141, 173, etc.). Fazendo uma crítica objetiva e justa ao comunismo, ao fascis-

mo, ao racismo, aos "Estados desordenados" pelo atomismo burguês, mostra os princípios gerais sadios em que deve assentar uma boa filosofia da sociedade: "o bem real da pessoa antes das preferências de cada um; o homem antes das opiniões que tem das coisas; a certeza antes do provável; a lei moral acima das liberdades; a família e os corpos sociais acima dos partidos de opinião; o dinheiro sob a tutela do trabalho" (p. 110).

Esses e outros princípios de uma política sábia e justa são conscienciosamente estudados pelo engenheiro e sociólogo Georges Viance, que coloca o problema da Pessoa e do Estado em suas bases verdadeiras de equilíbrio e hierarquia, sem os excessos contrários do *estatismo* ou do *personalismo*.

Essa é a grande lição do seu livro pequeno, mas suculento, que completa harmoniosamente a leitura de Levaux, que nos ensina a reconciliar o homem do espírito com o cidadão e a de Rougemont, que reage firmemente contra a deshumanização do mundo moderno, e, particularmente, contra o absolutismo estatista, chegando embora a um não menos falso absolutismo personalista, que a sociologia tomista de Georges Viance corrige e supéra.

PERSONALIDADE E CORPORAÇÃO

A idéa corporativa é certamente uma das que mais seguramente se vão impondo na elaboração do Estado Novo, processada a nossos olhos. Representa ela, sem dúvida, uma volta sadia a uma das modalidades mais fecundas da organização cristã da sociedade, na Idade Média, em moldes novos e adaptados às novas condições da sociedade no século XX.

Indagando do motivo, *why the Middle Ages failed*, responde um sociólogo inglês contemporâneo: — “a ordem social medieval era cristã e relativamente estável porque reconhecia o principio dos direitos e deveres recíprocos, tornando o uso dos direitos dependente do cumprimento dos deveres. As idéas, porém, associadas com a revivescência do direito romano, mudaram gradualmente tudo isso, pois a lei romana era tão enfaticamente individualista e capitalista, em espírito, quanto o direito medievo comunal e corporativo”. (Artur J. Penty — *Towards a christian sociology*, p. 78).

Razão não tem, pois, Gurvitch em pretender datar de Leibnitz a origem do “direito social”, como reação ao individualismo jurídico. Toda a tradição

jurídica medieval, como exaustivamente o demonstraram, entre outros, autoridades absolutamente insuspeitas como Otto von Gierke ou os irmãos Carlyle, em suas obras monumentais, — era a do direito social, no sentido em que Gurvitch emprega o termo no seu grande livro, já clássico. E esse direito social era a base de uma sociedade de caráter corporativo.

Foi justamente o racionalismo do século XVIII, consequência por sua vez do espírito de libertação individual que no fim da Idade Média e no Renascimento se desenvolveu (humanismo, nas letras; nominalismo em filosofia; livre exame em religião; absolutismo em política; ascensão dos burgueses, na sociedade, início da economia comercial, contra a economia rural e, logo depois, ascensão da economia industrial) — foi o racionalismo do século XVIII que absorveu, como um estuário, todas as correntes corporativas anteriores. E dessa sua *individação* de todas as coisas — que foi o traço característico desse século, tanto em seu *homem-máquina* como em seu *homem místico* (pois o século XVIII foi, ao mesmo tempo o mais materialista e o mais misticista dos séculos modernos) — dessa redução de tudo á medida do indivíduo resultou a sociedade atomística do século passado.

O socialismo, sombra constante do individualismo, surgiu logo, no mesmo século, pois êle não *sucede* ao seu irmão siamez, — acompanha-lhe os passos e aceita várias de suas teses, como luminosamente o demonstrou, entre outros. Gonnard.

“O socialismo do século XIX, em seu conjunto, está, no seu culto pelo indivíduo, mais próximo do puro individualismo do que da maioria das outras

outras doutrinas econômicas. Como o individualismo, pretende o socialismo arrancar o indivíduo dos deveres ou das subordinações a que pôde estar submetido, para com os corpos coletivos naturais ou históricos, família, nação, etc." (P. Gonnard, *Histoire des doctrines économiques*. Vol. III, p. 18).

Foi justamente contra essa desligação artificial do homem, em relação aos grupos naturais de que faz parte, tão involuntária como voluntariamente, desligação essa promovida por aquêles dois êrros sociais iguais e contrários — o individualismo e o socialismo — que nasceu a idéa corporativa.

O corporatismo não é uma *média* entre os dois sistemas anteriores. Si o fosse, nada traria de fecundo á sociedade, pois da média de dois êrros só pôde resultar um terceiro êrro.

O corporatismo é uma nova fórmula social, que na Idade Média se realizou de certo modo e que volta agora á baila, em novos moldes, como resultado da falência dos dois êrros contrários e iguais — o individualismo e o socialismo. A' subordinação do bem comum ao bem próprio, como queria o primeiro — e ao aniquilamento deste naquele, como queria o segundo, — sucede o corporatismo com maior dóse de bom senso, articulando um no outro, em suas reciprocidades constantes. Nem coloca o Estado ("o mais frio dos monstros frios" de Nietzsche) ao serviço do indivíduo, como queria Spencer; nem colóca o indivíduo ao serviço da coletividade, como querem as diferentes escólas socialistas. A idéa corporativa é uma consequência do reconhecimento de que o homem não pôde ser, socialmente, desligado dos grupos naturais a que pertence. Daí ser o espírito de *comu-*

nidade tão natural ao homem como o espírito de *personalidade*. O homem é, ao mesmo tempo, sêr comum e sêr próprio. A solidariedade e a individualidade são duas notas caraterísticas e inseparáveis de sua natureza. E sempre que se diminui ou, peor ainda, sempre que se aniquila, uma dessas duas notas, o complexo humano se desvirtúa, e com êle tudo o que dêle deriva ou participa. Como pessoa, é o homem um todo; como indivíduo, é membro de um todo maior. Sua personalidade é o que ha de mais perfeito na natureza. *Persona significat id quod est perfectissimum in tota natura* (Sum. Teol. 1, 29, 3). Mas, ao mesmo tempo, somos *membros* da sociedade como partes de um todo maior. *Singuli homines comparantur ad totam civitatem sicut partes hominis ad hominem* (in I Pol. X.)

Nem se perde o homem nos *corpos* de que faz parte (corpos sociais ou Corpo Místico), nem pôde realizar sua personalidade sem passar por essa dupla *incorporação*, natural e sôbrenatural. E aí temos a concepção do verdadeiro corporatismo integral; que não nega ser a pessoa *superior* ao corpo; mas, que considera o corpo — tanto na ordem da natureza como na ordem da graça — como indispensável á plenitude da pessoa.

O corporatismo moderno, em regra, fica muito aquém desse corporatismo integral, concepção total e harmoniosa de *pessoa* e *corpo*, recíprocamente condicionados para a mais perfeita realização da sociedade e do homem.

Encontrámos, abaixo dêle, dois graus descendentes (em amplitude) da idéa corporativa.

Um, é o corporatismo de caráter puramente *eco-*

nômico, tal como o *fascismo* o vem tentando realizar em fôrma lenta, mas viável e fecunda para a ordem e a justiça social.

Outro, mais amplo, é o do corporatismo econômico e *cultural*, que se faz passar também por “corporatismo integral e puro”, tal como o vamos encontrar em *Le Siècle du Corporatisme*, (Paris, 1934), obra recente de Mikail Manoilescu, escritor rumeno, professor de economia política na Escola Politécnica de Bucareste e antigo ministro de Estado.

Antes de estudar, detidamente, a morfologia do Estado Corporativo, dedica Manoilescu a primeira parte do seu livro ao problema do mundo moderno e dos imperativos do século XX.

Quatro são, a seu vêr, esses imperativos: o da *solidariedade nacional*, o da *organização* o da *paz e organização internacional*, e, finalmente, o da *descapitalização*.

Todo regimen que corresponder a essas exigências do século será um regimen adequado ao mesmo. Depois de estudar, na segunda parte, a democracia liberal e o comunismo, em face dos imperativos sociais modernos, conclui por afirmar que só um terceiro regimen político poderá atender áquelas condições, — e será justamente o *corporatismo*. Esta é, a seu vêr, uma imposição do século em que vivemos, e não uma expressão, pura e simples, da natureza da sociedade, em qualquer momento, como quer, por exemplo, a escola *universalista* de Othmar Spann, de Viena.

Para Manoilescu, “o homem não é concebível sem a sociedade, de que é o produto” (p. 73). Ha uma escala social hierárquica representada pelo indivíduo, pela corporação e pelo Estado, em ordem ascendente.

Enquanto o individualismo e o comunismo acentuam o predomínio quer de um, quer de outro extremo da cadeia, acentua o corporatismo o elemento intermediário, a Corporação, grupo social que faz a ligação entre o indivíduo e o Estado. Na Corporação, o homem figura como representando uma certa *função* social e “o principio funcional é o principio fundamental do corporatismo” (p. 210), pois que — “o corporatismo é a doutrina da organização funcional da Nação. As corporações são apenas órgãos que preenchem essas funções” (p. 80). E como a nação é um organismo que depende do bom funcionamento de suas diferentes funções sociais, representam as corporações e o seu dinamismo normal uma condição fundamental para a vida nacional. E o Estado propulsor dessa vida, será tanto mais sadio, quanto mais estimular o bom funcionamento das corporações.

Pois Manoilescu não quer colocar as corporações como simples aparelhos subordinados ao Estado. Ao contrário, considera como traço essencial do corporatismo “a descentralização do Estado ou a pluralidade do poder público” (p. 83).

A separação radical entre direito público e direito privado, que corresponde ao liberalismo político, cede na organização corporativa da sociedade a uma fusão entre os dois ramos tradicionais do direito e a uma melhor distribuição da soberania, como longamente o têm exposto juristas modernos como Georges Renard, Le Fur ou Walter Heinrich. Segundo Manoilescu, “o serviço social é a fonte de todo direito... Logo, todas as corporações são fontes de direito e de soberania. E o seu direito (corporativo) é um direito público” (p. 86). Essa, como sabemos, é

a tese hoje corrente entre juristas fascistas e nacional-socialistas, que dão ao direito corporativo uma autonomia científica e didática, entre os vários ramos do direito (cf. *Dario Guidi*. *Principii Generali di Diritto Corporativo*. 1931. pgs. 175 et passim).

As corporações, portanto, constituem elementos de soberania e de descentralização, não apenas administrativa mas política, sendo as verdadeiras bases do poder público (p. 92).

O corporatismo de Manóiesco, porém, não é apenas econômico, como vimos, e sim “integral”, como êle diz. Seu Estado Corporativo é um feixe completo de todos os grupos corporativos da sociedade nacional, cuja enumeração é feita pelo autor da seguinte forma:

“Corporações não econômicas: a igreja, o exército, a magistratura, as corporações de ciências e artes, das profissões livres, do educação nacional, da saúde pública.

Corporações econômicas: a agricultura, a indústria, os mistéres, o comércio, o crédito, as cooperativas, os transportes” (p. 74, not. 3).

O Estado não é o centralizador das corporações. É, ao mesmo tempo, uma corporação e uma “super-corporação”, pois tem funções próprias (defesa exterior e ordem interna) e funções comuns (coordenação das corporações). No mais, a concepção corporativa de Manóiesco é essencialmente anti-estatista, pois, como diz adiante: — “a grande virtude do corporatismo é justamente criar estados no Estado”. (p. 243).

Muito teríamos que comentar, analysando de perto esse livro riquíssimo em pontos de vista pró-

prios do autor, ou correntes no ambiente de nossos dias. Perfeitamente exata a idéia fundamental de que o século XX é o século do corporatismo, como o século XIX foi o século do liberalismo.

Desde logo, porém, podemos acrescentar que, do mesmo modo que o liberalismo, partindo de uma idéia justa, a *liberdade*, degenerou, exactamente por ter *ilimitado* essa idéia, — assim também o corporatismo, partindo de outra idéia justa, a da "*corporis unitas*", de S. Paulo, (in Rom. 12. 1), pôde degenerar nos mesmos erros sociais do liberalismo, se também não souber reconhecer sensatamente as suas próprias fronteiras.

O verdadeiro corporatismo é aquêlê, como vimos, que sabe compensar a idéia de *incorporação* (tão necessária, não só para reagir contra o individualismo desincorporador, mais ainda corresponder á natureza do homem e da sociedade) com a idéia de *personificação*. Só da *soma* dessas duas idéas pôde nascer uma concepção equilibrada e não desnorteada do Estado Corporativo.

O "corporatismo puro" de Manóiesco nem sempre escapa á crítica que merece o corporatismo *ilimitado*. Se bem que o procure constantemente corrigir, pela sua justíssima idéia de soberania distribuída, de "pluralidade do poder público" e pela limitação de poderes do Estado.

Mesmo aí, porém, vamos encontrá-lo em *contradição* consigo mesmo. Pois ao mesmo tempo que afirma ser uma virtude fundamental do corporatismo permitir a criação de estados no Estado, pela parcela de soberania que cabe a cada corporação, deparamo-nos textos estranhos como este, ao combater a hie-

rarquização corporativa proposta por Spann — “o Estado, portador da tocha nacional, é a única formação social, cuja preeminência se impõe sem qualquer intervenção de criterios arbitrários e exógenos. É o único a criar criterios, que toda a nação é obrigada a aceitar. (pag. 214).

Ou as palavras não têm sentido ou aí está expresso um totalitarismo tão positivo como aquê de Giovanni Gentile ao afirmar que “não é o indivíduo que cria o Estado, mas o Estado que cria o indivíduo”, ou então que — “a única liberdade que a Igreja pôde ter, não é enquanto separada do Estado e acampada em uma esfera externa ao âmbito de ação do Estado, ao instaurar todo direito e toda liberdade, mas compreendida também (a Igreja) ao lado de todas as demais instituições e atividades espirituais, a que o Estado deve garantia e liberdade, dentro do Estado” (*Giovanni Gentile — Che cosa é il fascismo*, p. 195).

É justo, entretanto, acentuar que ao tratar das “corporações sociais e culturais” e particularmente da Igreja (“ou das igrejas”) Manoilescu se sente constrangido e tem sentenças que poderiam ser subscritas por um teólogo dos mais ortodoxos.

“A Igreja representa o protótipo da corporação. Ela existe, primeiramente, “antes do Estado”. É inútil demonstrá-lo. Está, em seguida, “fóra do Estado”, (contra o estatismo, de Gentili, lembro eu). Enfim, é “independente do Estado” ou tem o mesmo direito de independencia que o Estado” (p. 227). Tudo isso está rigorosamente certo. E o Estado Corporativo de futuro, se quiser ficar dentro de uma concepção corporativa certa, terá de pautar-se por es-

tes magníficos princípios aqui expostos em duas páginas magistrais. E devemos acentuar ainda a afirmação, tanto mais insuspeita quanto provém de um escritor *não católico* de que a Igreja Católica — “é a mais venerável das forças espirituais da humanidade” (p. 228).

E acrescenta que “no Estado de amanhã já não poderá falar-se de “separação” entre a igreja e o Estado” (ibid.).

Tudo isso indica que Manoilescu, mesmo nos quadros do seu “corporatismo integral”, só na ordem temporal, sabe olhar a realidade com olhos de verdadeiro homem de ciência. E daí a considerável importância do seu livro, que apesar de várias divergências doutrinárias, das perigosas consequências da autonomia que dá á Corporação Educativa e da pouca importância que de fato atribue á Família no seu tratado (embora diga o contrário á pag. 80), é um dos mais perfeitos estudos que modernamente se têm feito sobre o problema corporativo. E deve constituir objeto de meditação para todos os que estão empenhados na preparação do Estado Novo.



No mesmo terreno de idéas, também acaba de ser publicado um excelente volume, sobre o problema do trabalho em face do corporatismo .

Assina-o Paul Chanson e intitula-se *Les droits du travailleur et le corporatisme* - (Ed. Desclée de Brouwer Cie., Paris, 1935).

É o primeiro volume de uma nova coleção “Lumiére Ouvrière”, dedicada — por essa benemêrita

casa editora, que tantos serviços vem prestando á causa da verdadeira Cultura, nesta época de incoerência cultural, — ao estudo do problema operário. Sabemos a importância fundamental e central desse problema na formação da nova sociedade, que deve ser nossa preocupação máxima nestes tempos. E este primeiro volume começa por uma reivindicação dos “direitos do trabalhador”, em sua personalidade, em sua família, em seu patrimônio e na parcela justa que tem no poder político e na ordem econômica. Estuda, em seguida, a desordem social introduzida pelo liberalismo, pelo absolutismo patronal e pela luta de classes, mostrando que a ordem social só pôde nascer da “organização profissional” e do “justo salário social”. E para isso, só a “economia organizada” (fórmula que, a exemplo de Manoilescu, (op. cit. p. 47|48), prefere á “economia dirigida”) poderá vencer as consequências tremendas da desordem econômica capitalista.

E entra então no estudo das novas instituições político-sociais que poderão defender eficientemente os “direitos do trabalhador” na nova sociedade, dedicando um capítulo a cada uma das instituições sociais básicas para essa nova organização da sociedade: o Estado, o Sindicato, a Corporação.

Tudo isso é quasi que exclusivamente, fundado na doutrina das Encíclicas, que permitem, como se vê, a elaboração de toda uma nova ordem social, estritamente baseada no “principio da justiça” e não mais no do “interesse”, como hoje em dia.

Como se vê, o principio “corporativo” é não apenas uma idéa vitoriosa e imperativa, “em nosso século”, como observa Manoilescu, mas corresponde

de fáto a uma consequência institucional da natureza do homem e da sociedade quando harmonizadas com o "princípio da personalidade", que distingue o sêr humano.

Personalidade e corporação, portanto, são dois marcos fundamentais de toda vida social organizada e justa. Logo, devem ser elementos básicos da sociedade melhor que antevemos no horizonte da Idade Nova.

NÉO-INDIVIDUALISMO

Não ha, evidentemente, nos Estados Unidos, como não ha atualmente em qualquer país do mundo, uma perfeita unidade de pensamento. As correntes de idéas, aí mais talvez que em qualquer grande nação, têm curso franco e convivem amigável ou hostilmente. A divisão entre populações urbanas e populações rurais, entre habitantes do Norte e do Sul, entre homens da direita e da esquerda, entre republicanos e democratas, entre católicos e protestantes, tudo influi consideravelmente para a caracterização do mapa intelectual norte-americano.

Ha, porém, no meio dessa variedade tão natural, num país que tem o culto da liberdade, um curso de idéas predominantes, um estado de espírito que representa não só o temperamento "normal" do povo — mas ainda o momento ideológico desse povo no século XX e a sua originalidade na concepção geral da vida. Esse meio termo é bem representado, a meu vêr, por um pensador da tempera de Overstreet (*H. A. Overstreet — We move in new directions* - W. W. Norton & C.^o - New York - 1933), que traduz o americano 100 % do século XX, no domínio das idéas. E a

leitura deste livro, em que apresenta a sumula da sua própria concepção da vida, e do juízo que faz do pensamento “moderno” — é também um admirável resumo do “yankismo” de nossos dias.

Si o que representava esse “yankismo” no século passado, era o “individualismo”, podemos dizer que hoje ainda é na base do indivíduo, que vêm todas as coisas da vida e da sociedade, mas com uma acentuação marcada sobre esta última de modo a podermos taxar de “néo-individualismo” a posição típica do norte-americanismo moderno.

Na conclusão da primeira parte de sua obra resume perfeitamente o autor suas idéas básicas e mostra o sentido desse novo estado de espírito norte-americano em face das grandes mutações do momento e da expectativa de uma nova modalidade social e ideológica no decorrer do novo século.

— “O drama da história humana é uma revelação contínua do que a vida humana potencialmente contém. Estamos hoje em dia, no limiar de uma nova revelação. Acreditamos, como nunca, no direito do indivíduo ao desenvolvimento das forças que tem em si e á realização de interesses que são válidos para êle e para a sua sociedade. Uma civilização futura ha de aceitar, sem dúvida, como sua mais profunda obrigação, a satisfação dessas potências e interesses do indivíduo. Para esse fim, ha de procurar eliminar a injustiça das desigualdades extremas de rendimentos, ha de salvar sua mocidade da pobreza espiritual de uma simples procura dos interesses próprios (seeking forself); ha de permitir a aplicação da inteligência ao *contrôle* da natalidade; ha de socializar os seus processos econômicos e internacionalizar o seu

mundo. Tal civilização pôde ainda custar a vir, mas ha sinais de de já está em caminho" (pg. 77).

Temos aí uma bôa sumula de alguns dogmas do "americanismo", que hoje em dia se coloca a igual distância, mas no mesmo plano, do invidualismo e do socialismo. A igual distância porque a posição do moderno yankismo já não é a do clássico liberalismo que até ha pouco se considerava como típico da civilização yankee. E não chega por outro lado ao socialismo. Nos primeiros capítulos de sua obra, acen-túa a cada momento Overstreet a substituição que se nota nos Estados Unidos, de uma *profit-making economy* (que era a do tipo americano classico) por uma economia socializada, em que o "lucro" desaparece ou se atenúa como objétivo, para dar lugar a uma maior justiça social. As obras de Ford já nos familiarizaram com essa nova posição da economia moderna, nos Estados Unidos, e nesse ponto estamos inteiramente de acôrdo.

A "economia de lucro", que foi a base do capitalismo, está, hoje, liquidada ou condenada a transformar-se radicalmente. Sobrevive apenas pela inércia das coisas naturais e pela impossibilidade de se eliminar de chofre um sistema econômico para substituí-lo por outro. E' certo, porém, que o "lucrativismo", que caraterizou e ainda carateriza largos setôres da economia contemporânea, desde a Revolução Industrial do século XVIII, e é ainda o que vemos geralmente, em nosso empirismo econômico, está fadado a desaparecer em breve. Foi êle o maior causador dessa tremenda situação de desigualdade social, que mantém normalmente no meio de uma civilização orgulhosa de sua técnica e infiel aos seus prin-

cipios morais, o cancro do "pauperismo". A obcecção do lucro, que ainda é para muitos a móla do comércio, da indústria ou da agricultura, é um motivo baixo demais, deprimente da dignidade da natureza humana, e levando necessariamente a sociedade aos desastres sucessivos das crises e das revoluções. Nesse ponto, a moderna economia racionalizada, se encontra com as exigências mais prementes da ética econômica cristã. E a nossa civilização, que se está elaborando nos sofrimentos e na agitação dos dias que correm, ha de basear-se numa economia dirigida e corporativa e não mais empírica e individualista, como a que caraterizou o século burguês.

Ha nesse sentido páginas magníficas nesse livro, que marcam bem vivamente o crepusculo da economia liberal nesses mesmos Estados Unidos que foram, no século passado, os seus propagandistas mais entusiásticos! A substituição de motivos individuais, por motivos sociais na organização do trabalho nacional e mundial é o que carateriza toda essa nova posição ideológica e sociológica. E a política de Roosevelt, apoiada no *intelligence trust*, é bem a expressão desse novo estado de espírito, perfeitamente racional e justo.

Se nesse ponto estamos inteiramente de acôrdo com a nova atitude norte-americana — estamos longe certamente de endossar tudo o mais. E, ao contrário, colocamo-nos em posição diametralmente oposta a esse relativismo, a esse naturalismo, que domina e impregna toda essa filosofia da vida.

O centro dessa filosofia da vida é o relativismo absoluto.

"Nossa atitude mais moderna é a rejeição do ab-

soluto" (pag. 213). Nessa sentença está resumido o principio fundamental do moderno yankismo. E' o que êle tem de comum com grandes setôres do pensamento atual em todo o mundo. A frase famosa de Comte, de que o único absoluto que nos resta é a relatividade de todas as coisas; a sentença do "Jardim d'Epicure", que toda a nossa mocidade intelectual ha vinte anos repetia deliciadamente *les cieux que nous croyions incorruptibles ne connaissent d'éternel que l'é-éternel écoulement des choses* (cito de memória, sem verificar a exatidão perfeita dos têrmos. — Tudo isso que ha quatro lustros era simples atitude intelectual começa hoje a traduzir-se em átos e posições sociais. — E o pensador norte-americano resume essa atitude dominante na sentença em que rejeita, calmamente, todo absoluto. E reduz a quatro pontos o que chama "as quatro intolerâncias" (pag. 211) da civilização em que vivemos: as intolerâncias religiosa, nacional, econômica e racial.

Equipára a "religião instituida" ao nacionalismo, ao individualismo econômico, e aos preconceitos de raça. E vê nos quatro fenômenos a mesma traição ao relativismo absoluto e á convivência e igualdade necessária de todas as crenças, de todos os países, de todas as raças e de todos os homens na retribuição do seu trabalho. Não pretende como socialismo, combater radicalmente a Religião ou a Economía individualista, a Pátria ou a idéa de Raça. E por isso é que escrevi, de início, que a sua posição era equidistante do individualismo e do socialismo. Quer apenas tornar "relativos" esses quatro "absolutos" que nos foram transmitidos por um passado que devemos ani-

quilar em nós, pelo *habit of welcoming the new*" (pag. 93).

Essa equidistancia, porém, se faz "no mesmo plano", como se vê. Overstreet, e com êle todo esse néo-individualismo americano do século XX, não se confunde nem com o individualismo, nem com o socialismo (e tão pouco com a reação fascista ou autoritária e nacionalista, contra âmbos). Não se confundindo, embora, com qualquer dos dois, coloca-se, entretanto, no mesmo plano que âmbos, isto é: — "o naturalismo". Todos partem do mesmo presuposto. Todos acreditam que a "natureza criada" é visível, esgota a realidade das coisas, e que a "razão humana" é capaz de penetrar, todos os mistérios da natureza inanimada, animada ou social.

O "naturalismo" e o "racionalismo" são, portanto, os dois novos "absolutos" que a ingenua ilusão de Overstreet reintroduz num universo que o seu primarismo intelectual pretende tornar uniformemente relativo. E outros muitos novos absolutos se vão encontrando de capítulo em capítulo.

O absoluto da "Tolerância", segundo o qual nenhuma idéa possui o direito de sôbrepôr-se às demais. O absoluto da "ciência", único terreno moderno, diz êle, "intangível aos rudes golpes de nossas desilusões" (p. 224).

O absoluto do "Internacionalismo" cosmopolita, que acaba com o "idealismo das nações" (p. 271).

O absoluto do "Conforto" e do repouso (*leisure*) que êle converte em um dogma, como bom *average american*, da nova civilização:

Leisure becomes civilizing factor (pg. 239), diz êle. E toda essa nova civilização é baseada na utiliza-

ção do maior repouso que a tecnologia e o racionalismo econômico e político vão permitir aos homens. A civilização atual, obrigando a maioria dos homens a absorverem toda a sua vida no trabalho quotidiano pela subsistência, não permite que eles realizem a sua potencialidade humana. A nova civilização tem por fim permitir a cada homem a realização de todas as suas virtualidades, organizando para isso a sociedade de tal forma que cada indivíduo tenha o repouso suficiente para cuidar dessa sua expansão humana. É o mesmo ideal que alguns sociólogos ingleses sustentam sob o nome de "Leisure State". E a preocupação que o Fascismo tem demonstrado pelas obras sociais do "Depois do Trabalho", é baseada na mesma circunstância de lazeres crescentes permitidos pela limitação de horas de trabalho.

Overstreet distingue, aliás, o "leisure of fulfillment", que é o ideal da nova idade, do "leisure of escape", que é o que hoje temos em nossa feia civilização individualista.

Tudo isso está muito bem, e no seu monumental "Der moderne Kapitalismus", Sombart mostrou que na Idade Média os dias de repouso, durante o ano, quase que equivaliam aos dias de trabalho. Foi justamente a revolução industrial e a economia de produção, sua sucessora no capitalismo, que levaram a civilização moderna a essa trepidação, a essa luta infernal pela vida, que encontrou, nos Estados Unidos do século XIX, o seu tipo humano perfeito no "self made man" endeusado pela concepção burguesa e darwiniana da vida.

Agora, vêm os Overstreet e aplaudem não mais o "self made man" dos seus avós, e sim o "society ma-

de man" e substituem os "leisure of escape" dos "week-end" e das "parties" campestres, pelos "leisure of fulfillment" do néo-individualismo.

Tudo no mesmo plano, tudo fadado aos mesmos abusos, às mesmas degenerações, aos mesmos insucessos, aos mesmos ataques dos futuros Overstreets...

Um embaixador chinês, nos Estados Unidos, ouvia, numa recepção, o filho de um milionário gabar-se de ter batido de 10 minutos o record de automóvel entre Nova York e Filadelfia. "E em que é que o senhor empregou esses dez minutos?" perguntou mansamente o misterioso asiático...

O *emprego* do "leisure" é que é tudo. E, se fôr feito na base dessa filosofia néo-individualista da vida que Overstreet e a massa de seus leitores e admiradores representam, — está seguramente fadado a uma falência idêntica á das demais tentativas americanas de resolver o problema da vida, a seu próprio geito.

Essa falência sucessiva, não sou eu, no meu anti-yankismo, que o proclama. *É o próprio Overstreet.*

Termina seu livro historiando rapidamente as sete derrotas "the seven defeats" (pg. 266), que têm sofrido até hoje o que êle chama as "sete aventuras" (pg. 263) do povo norte-americano. E que são, a seu vêr, as seguintes: a aventura da liberdade religiosa dos "Pilgrim Fathers"; a aventura representativa da democracia; a aventura educativa; a aventura da emancipação dos escravos; a aventura técnicológica; a aventura contra a "sex-tyranny"; finalmente, a aventura da Guerra Européa.

Em páginas que se contam entre as mais interessantes deste livro e que iluminam muita coisa obs-

curecida pelo sentimentalismo dos nossos yanquistas patricios — mostra Overstreet, uma por uma, a falência de todas essas tentativas de “pioneering” de um povo romântico e idealista. Si me não sentisse a isso obstado, transcreveria todo o juízo desse “100 % american” sôbre as aventuras do seu povo, particularmente em matéria de religião e de educação, que transtornaram a cabeça de tantos dos nossos patricios... Reporto-me apenas ao livro em questão. E lembraria ao seu autor, se algum dia, o que reputo pouco provável, perlustar estas linhas, que a “nova aventura” (pg. 239) em que está entrando o seu grande povo, fatalmente se destina a uma nova derrota, como as sete outras procedentes, se não quizer vêr que o êrro não está no seu magnífico espírito de “pioneering” mas na falsa base filosófica da vida, que os seus próprios intelectuais, como Overstreet e tantos outros colocam no centro dessas “adventures”.

O êrro está em julgar que tudo é relativo. O êrro está em equiparar o único verdadeiro Absoluto com as “intolerâncias” dos seus adeptos ou com os falsos absolutos que se levantam sempre quando os homens se afastam do único Absoluto autêntico.

No dia em que esse grande povo voltasse ao Cristianismo integral e readquirisse portanto o verdadeiro sentido da hierarquía entre o único Absoluto e a relatividade de todas as demais coisas humanas — então sim, teria empreendido uma aventura de êxito imortal e que o tornaria invencível e benemérito.

U. S. A. NA ENCRUZILHADA

Vimos, em Overstreet, o que a América do Norte pensa do futuro. Vejamos, agora, o que ela pensa de si mesma, no livro "*America as americans see it*" - edição de Fred J. Ringel. Harcourt, Brace and C.^o - Nova York, 1932. Tivemos ocasião, ha alguns anos atrás, de examinar uma obra de 30 americanos que sob a direção, si não me engano, de Harold Stearns, se haviam reunido para dar um balanço na sua própria civilização. *America as americans see it* é uma tentativa análoga, já de 47 escritores em vez de 30 e com resultados um pouco mais ecléticos. Havia, no inquérito anterior, certa unidade de apreciação e uma curiosa uniformidade no pessimismo, que muito contrastava com o ambiente de otimismo rotariano, que tão vivamente simboliza o temperamento norteamericano, em sua ingenuidade um tanto pueril. É sabido que o Brasil, em face dos Estados Unidos, é como um asilo de velhos, ao lado de um "Kindergarten"... Se êles pecam por infantís, pecámos nós por envelhecidos. Se nêles nos chocam o primarismo do pensamento, a ingenuidade das atitudes, a brutalidade de certos procedimentos, os máos modos, a ale-

gria ruidosa, um idealismo de folhetim junto a um utilitarismo muito terra a terra, tudo o que caracteriza as crianças crescidas prematuramente, — é fácil apontar em nós os defeitos contrários, do amadurecimento prematuro, do espírito, de uma raça decrépita, de um cepticismo precoce, de uma inconstância, de um cansaço, de uma passividade diante da vida que distingue as civilizações extenuadas.

Temos, portanto, êles e nós, de lutar contra males opostos, que por vezes se encontram a igual distância do ideal a atingir.

O que hoje nos interessa, entretanto, é o que pensam os americanos de si mesmos. No inquérito de ha anos por "thirty americans", o pessimismo era a nota dominante, ao contrário da opinião corrente por lá, pois o livro era anterior a 1920, e escrito nesse período de após-guerra que foi, para os norte-americanos o apice da "prosperity" e da ingenua convicção no funcionamento indefinido de uma máquina de produzir civilização, que tenderia sempre para um maior progresso, dentro das mesmas linhas da democracia política e de liberdade econômica.

1929, porém, marcou uma data capital para o pensamento norte-americano. Cessou a prosperidade, começaram as dúvidas quanto á perfeição do "sistema", iniciou-se, como vimos em Overstreet, a transição da era "individual" para a era "social".

Este inquérito foi feito e publicado depois de 1929 e os Estados Unidos sentiam a onda de depressão e a Crise sucedera ás maravilhas do progresso.

Um dos contribuintes deste inquérito, o famoso economista Stuart Chase, representando o que ha de mais "americano" em matéria de americanismo, es-

tuda “o coração da indústria americana”, que viu funcionar, maravilhado, sómente esses anos de 1922 a 1929 e que fizeram de sua indústria “the wonder of the world” (p. 20). Stuart Chase, lírico da técnica, não vê na crise de 1929 nenhum argumento contra o industrialismo e apenas uma transição da racionalização econômica “privada” (Taylor) para um “national super-management” (p. 38) que será a nova fase da maravilha industrial norte-americana de amanhã.

Chase cita com visível entusiasmo os “index numbers” da indústria de automóveis, de 1914 a 1925, abaixo transcritos, pois mostram de modo mais eloquente que quaisquer considerações, o “produtivismo” norte-americano, hoje imitado pelos comunistas, no seu endeusamento da produção material por meio de planos quinquenais:

	1914	1919	1925
Produção física	100	353	988
Horas de trabalho por homem	100	250	319
Produção por operário.	100	141	310
Salários	100	468	510
Força motríz	100	270	485
Custo por automóvel	100	149	69

Dessas cifras tira Chase o formulário para a “new science of management”:

Aumento considerável da produção.

Aumento menor nas horas-homem.

Aumento na capacidade individual de trabalho.

Salários maiores;

Força motriz e máquinas em ascensão.

Custo reduzido.

Esse lirismo da produção, endossado por Stuart Chase, e pela generalidade dos economistas norte-americanos, é o mesmo do industrialismo soviético. Já tenho, muitas vezes, apontado para o fenômeno, mostrando como na essência das duas civilizações, existe o mesmo *economismo*, que julga os valores humanos em termos quantitativos.

Até nos socialistas norte-americanos a posição é a mesma. Upton Sinclair, o famoso autor de "Oil", o romancista do proletariado e político socialista, responde também a este inquérito. E a sua solução é idêntica á do economista burguês Stuart Chase, apenas em termos políticos e não diretamente tecnológicos, que são, como diz outro dos participantes desta obra colétiva — "o módo dominante do pensamento na América". (*Scot Buchanan*, p. 135).

Upton Sinclair, com o "sense of humour" que muitos norte-americanos herdaram dos ingleses, conta que na sua família é corrente a troça de que — "sempre que qualquer coisa anda mal, se o leiteiro chegou tarde, se o tétó rachou, eu respondo: "vote na cédula socialista". E assim eu digo em relação ás desordens de toda espécie em nossa comunidade, que isso é apenas consequência da desigualdade econômica e dos privilégios especiais... É impossível a um sistema político democrático coexistir com um sistema econômico autocrático" (p. 180). O socialista Upton Sinclair e o tecnologista Stuart Chase vêm âmbos o remédio para tudo na passagem de uma economia autocrática para uma economia democrática,

de um taylorismo das indústrias privadas para um "national super-management".

Tudo o mais está certo. O caminho é o mesmo, apenas o objétivo está um pouco mais longe. Industrialismo, democracia, economismo, utilitarismo, "big standard of living", secularização da sociedade, tudo está "pour le mieux dans le meilleur des mondes". O que é preciso apenas é o que Overstreet chama a passagem do individual ao social e que Upton Sinclair leva do social ao socialista.

Mesmo em criaturas mais humanizadas, como Sherwood Andersen, esse lirismo tecnológico acaba vencendo as restrições do artista, que o espetáculo da invasão da máquina inquietára a principio.

"The machine dominates american life" (p. 13) diz êle com certa inquietação: expulsa o operário da fábrica; despovoa os campos; sacrifica os pequenos industriais e comerciantes; leva a uma filosofia do gasto ("spend, spend, becomes the cry", p. 14) que êle não vê sem certa hesitação. Mas o sentimento de americanismo latente, dessa conformidade com o ambiente ideológico, que Waldo Frank soube tão magnificamente vencer, volta a reassumir o seu domínio e êle termina exclamando:

"Se deve haver um novo mundo, desejamos que seja um mundo americano... Se a máquina realmente nos preparou um novo mundo, vamos de qualquer maneira começar o movimento de experiência desse novo mundo. Deus queira seja melhor que o atual" (p. 17).

A atitude geral dos que respondem a este inquérito é essa, ao mesmo tempo crítica e conformista, mas na expectativa de uma nova era muito próxima

e mais radiante, que a atual de depressão e de insegurança.

De momento, o que procuram é o equilíbrio. O "mot d'ordre" que, no tempo de Coolidge e Hoover, era — "Prosperity", palavra mágica que iluminou os sonhos norte-americanos de potência, grandeza e imperialismo tecnológico, nesse decênio de ouro - 1920-1929 - passou agora na América de Roosevelt, a ser — "Security". O baque sofrido em 1929 foi porventura o maior de toda a história da América, pois constituiu o fim brusco e inesperado do mais orgulhoso e do mais sedutor dos sonhos, de um século de progressos, em todos os sentidos. O doloroso despertar da crise de 1929 foi uma decepção tremenda. Foi o desmoronar de um castelo, que essa orgulhosa civilização julgára poder construir na base exclusiva, da riqueza, do dinamismo, da técnica e da bôa vontade. Era todo o século XIX, agnóstico, evolucionista, progressista, liberal, que vinha esbarrar diante da própria hipertrofia das idéas e das forças que êle soltára, pelo mundo, confiante e sorridente, chamando de obscurantistas e retrogrados os que falavam em Deus, os que apontavam para a tradição, os que se acolhiam á sombra da Cruz, mostrando a inanidade de todo êsse sonho louco de falsa libertação do homem.

Hoje, a América do Norte está muito mais humana, mais conciente das suas idolatrias perigosas, mais em condições de ouvir a voz do bom senso, embora ainda muito longe de reconhecer onde está a verdadeira Sabedoria. Neste livro ainda encontrá-mos espalhadas, por todas as páginas, dezenas de atitudes, opiniões e fatos que demonstram a precariedade da modificação que a crise de 1929 trouxe.

Não quero senão registrar aqui, o que nêle se diz da “vida de colégio”, na América, pátria modelo de todo esse pedagogismo da “escôla nova”, que os nossos pedagogos oficiais e oficiosos nos apresentam como a salvação do Brasil.

John Hel Jor., escrevendo sobre “College, Life”, acentúa três pontos capitais que distinguem, na realidade, a escôla norte-americana. Cito no original para conservar melhor a autenticidade e o sentido desse depoimento, que me abstenho de comentar:

— “Sex is one of the most popular studies at the American Colleges and I venture to say that more is known about it than any thing else” (pg. 232);

— “Drinking is one of the most serious studies at college today and is one of the most difficult. Drinking is done seriously” (pg. 232);

— A college is judged by and large by its athletics”. (pg. 233).

O ensino de religião que os dirigentes da nossa pedagogia municipal consideram anti-pedagógico, porque não o vêem sempre nas escôlas públicas norte-americanas, foi substituído, como se vê, pela Sexualidade, pela Bebida científica e pelo Atletismo...

Esse estado de espírito, que graças a Deus não é generalizado nessa formidável civilização onde tudo é grande, tanto para o bem como para o mal, é conse-

quencia do pragmatismo exagerado, de mania do "fáto", como dominando tudo.



Há outro livro, também recente e que nos dá uma visão da América não já vista pelos homens como este de que falei mas pelas mulheres: *America through Women's Eyes* - Edited by Mary Beard. The-Macmillan C^o. - 1933). Neste outro inquérito feminino, diz-nos uma escritora norte-americana moderna, Lilian Lymes, que — "transportamos para os fáto a fé que outr'ora tínhamos no Céu, na Constituição, na Feminidade (Womanhood) americana" (pag. 481).

Fráse exáta e reveladora. O *puritanismo* inicial, o *constitucionalismo* jefersoniano, o *feminismo*, afinal, foram etapas fundamentais do *americanismo*. E a tudo isso, diz uma norte-americana, sucedeu o en Deusamento do fáto, que a filosofia pragmática tanto concorreu para disseminar.

E daí a fragilidade dessa fortissima civilização baseada num exagerado empirismo e, portanto, numa contínua mutação não apenas de fórmulas ou regimens, o qual seria sinal de vida, mas de *principios*, o que é sinal de desagregação e de morte.

Este livro não é feito, como o inquérito masculino, de capítulos escritos adréde para a obra. É composto de páginas já publicadas, de escritoras não só de hoje, mas de varios períodos da história americana, de modo que nos dá um resumo extremamente sintético e ilustrativo, de toda a história dos Estados Unidos, vista por olhos femininos.

A observação de todos os viajantes, de que a vida norte-americana é hoje dominada pelas mulheres, é confirmada por este livro. E Eunice Fuller Barnard resume a situação, dizendo: "As mulheres indubitavelmente dominam, como o conferencista estrangeiro (Keyserling) bem observou, não só o mercado das idéas como o mercado dos produtos" (pag. 505).

Este outro inquérito confirma também a verificação, anteriormente feita, de que o ano de 1929 é o gonzo da história moderna dos Estados Unidos. Sobre êle gira a porta de uma nova era, a da "depressão" e agora a da busca de uma nova civilização. "Na era macia da "prosperity" para os Estados Unidos, que se seguiu á grande guerra, o pensamento igualmente aceito assumia a natureza de um automatismo mecânico... até que o "crash" de 1929 trouxe dúvidas á perfeição existente e sua sombra intelectual. Então, bruscamente, com a força de um terremoto ou de uma resaca, a suspeita da imperfeição se levantou por por toda parte e os canhões do cepticismo e da crítica foram assestados", escreve a editora do livro (pag. 479). A maior maravilha norte-americana, que era a sua prosperidade econômica, baseada no mito da liberdade, da máquina e da produção indefinida que os russos comunistas, como vimos, estão hoje imitando) — faliu rumorosamente. "Depois de 300 anos de aventuras (pioneering), de trabalho no campo, em casa, nas lojas, nas fábricas, de divisão de classes, de participação nas lutas sociais e industriais na disputa de privilégios, na frequência a conferências, na prática profissional, na experiência das artes e na preocupação de cultura (learning) — a mulher america-

na viu a sua economia baixando de eficiência e ameaçada de desintegração" (pg. 546).

E daí nasceu essa "humanização" do estado de espírito norte-americano de hoje, que é um dos sintomas mais felizes dessa nova era rooseveltiana, que sucedeu ao orgulhoso yankismo de Hoover e tantos outros.

E mesmo no que diz respeito á mulher, encontrá-mos uma certa modificação de que este livro nos trás já algumas luzes e que merece ser meditada por algumas de nossas "feministas" revolucionárias. Vejo, com satisfação, na pena da propria editora, uma sentença em que ha muito, nas minhas aulas, procuro resumir a concepção "católica" da mulher, em face das concepções "burguesa" e "feminista" ou socialista.

Mary Beard escreve: — "De agora em diante o "posto da mulher na evolução da sociedade, isto é, "na vida prática e no pensamento, ha-de necessariamente ser tratado de outra maneira. muito mais realista. A concepção da mulher como homem ha-de "desaparecer, ao mesmo tempo que a concepção da "mulher como uma criança ou um passatempo. Ha de "ser verificado, então, pela exploração social e histórica, que a mulher é mulher (that woman is woman" (p. 4).

De pleníssimo acôrdo. Apenas, o que a experiência está ensinando ás feministas norte-americanas, já nos ensina ha séculos a sabedoria da Igreja e é dos principios fundamentais de qualquer espécie de civilização católica. A civilização burguesa fez da mulher "uma boneca". O feminismo e a civilização proletária querem fazer da mulher "um homem". O que

o Cristianismo ensina é que a mulher é acima de tudo Mulher.

Muito me alegro de vêr isto, como sumula de toda uma revisão do pensamento feminino na história da América, pois de lá é que nos têm vindo inúmeras deturpações do papel da mulher na sociedade. E o trágico capítulo deste livro sobre "o papel da mulher na secularização da sociedade" (p. 173) norte-americana, isto é, na sua repaganização, é uma das páginas mais negras do mundo moderno e que explica bem a "falência" de tanta coisa que o otimismo norte-americano julgou intangível.

Em suma, tanto o inquêrito dos homens como o das mulheres mostram, nos Estados Unidos de hoje, uma imensa nação que viu, com estupefação, o desmoronamento dos seus ídolos de ontem e agora se encontra em plena disponibilidade ou para a adoção de novos ídolos ou para a vitória sobre êles.

Queira a Providência permitir, em seus mistérios do futuro, que essa força social imensa se volte para a Verdade e não para novas e desastradas idolatrias!

RENOVAÇÃO SOCIAL

As fórmulas sociais muito simples são incomparáveis meios de combate. Mas nem correspondem à natureza das coisas, nem se prestam às construções duradoras. A realidade social é eminentemente complexa, e as fórmulas doutrinárias devem refletir essa complexidade se quiserem passar da abstração à ação. Tem sido essa a história de todas as revoluções de idéas, que se convertem em transformações sociais efetivas. Umas ha, porém, que mesmo na fase doutrinária já fôgem a fórmulas exageradamente incisivas ou demagógicas e que, por isso mesmo, perdem muito em poder de repercussão popular, embora ganhem em realismo social.

É esse o caso do complexo de idéas sociais, que ha longos anos procuro exprimir em livros, cursos, conferências, etc., todas prêsas ao sólido substrato dos postulados fundamentais da fé católica, mas aflo-rando em construções sociais, aceitáveis por muitos que se mantenham em sectores opostos no problema da consciência do destino humano e da responsabilidade transcendental da nossa condúta.

Vejo, últimamente, que a mesma insatisfação em face das excessivas simplificações dos partidos e dos regimens políticos modernos, vem levantando grande

número de espíritos que procuram organizar em corpo de doutrina essas idéas apenas em parte coincidentes com a reação anti-marxista e anti-liberal dos últimos anos.

Foi o que nos revelou a análise do livro, pequeno mas muito grande, de Maritain — “Du Régime Temporel et de la liberté” onde êle nos mostra a necessidade imprescindível de não encarmos apenas os fins a atingir, mas também os meios a empregar, pelo que êle chama “*la porification des moyens*”.

Foi o que também examinámos na obra desigual de Aron e Dandieu, baseada em quatro princípios essenciais dessa nova reforma social, tão em desacôrdo com certos dógmas da política moderna: o primado da descentralização, da variedade, da liberdade e do homem, ao invés da primazia da centralização, da unidade, da autoridade e do Estado, que os regimens modernos propugnam.

Disso tratam igualmente dois documentos recentes: o último livro de Daniel Rops e o manifesto de um grupo de escritores e artistas francêses, depois dos acontecimentos de 6 de Fevereiro de 1934.

Já em seu livro anterior *Le Monde sans âme*, fizêra Daniel Rops uma crítica agudissima sôbre a desespirtualização do mundo moderno, como causa de sua desordem. Daniel Rops se celebrizára por ter analisado, em sí e em torno de sí, a inquietude moderna (*Notre Inquiétude*, 1926). Logo depois da guerra, quando a vaga de materialismo freudiano invadiu o mundo, como um nevoeiro venenoso, uma geração de inquietos, com Jacques Rivière, Marcel Arland, Daniel Rops, Alain Fournier e tantos outros, todos mais ou menos influenciados por Gide, pergun-

tou angustiadamente a todos os ventos qual a razão de ser da vida. Era a consciência da inquietude mais moderna que nascia. E sempre me lembro de que a primeira investida suprarrealista começou por um inquérito sobre o suicídio.

Entretanto, já no começo desse admirável *Monde sans âme*, de 1932, dava Daniel Rops o seu *dieu à une inquiétude*, em termos de uma sobriedade comovente, que concluía mostrando — “quanto é vã toda inquietude que se satisfaz consigo mesma” (p. 13).

Neste seu novo livro *Eléments de notre destin* (Spes, 1934), prossegue no seu caminho, que é o de toda uma geração, que soube passar pela inquietude moderna, sem se deixar vencer por ela, nem comprazer-se em seu romantismo. Por mais desadequado que seja o “mundo sem alma” de nossos dias, a um espírito que vê nas qualidades da alma humana, o critério mais seguro de superioridade de todas as coisas, — não tem êle o direito de cruzar os braços. Teria o de evadir-se por uma tangente qualquer, estética, como a de um Valéry, ou conformista como a de um Maurois.

Mas se a tragédia das personagens de Maurois é o embate das ilusões contra a rudeza do mundo, — a dos homens da tempera de Daniel Rops muito mais nosso íntimo que um Maurois, é a do “homem de alma” contra um “mundo sem alma”.

Mas o “homem de alma” não se conforma com o estado atual do mundo, nem se contenta com a angústia da sua inadaptação. Procura uma “nova ordem de coisas”. E por mais remota que esta lhe pareça, orienta por ela a sua vida. Foi o que fez Daniel Rops, depois de vencer a sua inquietude. E procurou então

estudar os "elementos do nosso destino", neste mundo sem alma em que vivemos, mas que podemos melhorar, reinsuflando-lhe mesmo uma alma, menos morta que adormecida.

Toda a filosofia política e moral do livro, que não é apenas, como disse, do seu autor, mas de um grupo grande de espíritos do nossa tempo, está resumida nas várias teses de sua conclusão que é um programa de pensamento e de ação social. Vêr êsses vários itens é conhecer todo o sentido desse movimento ético-social.

1º — "Nenhuma civilização verdadeira se póde fundar senão sôbre o respeito á pessoa humana e a seus valores eternos". A primazia da personalidade sôbre a massa é o que guia, portanto, essa renovação social. O interesse colétivo, que hoje figura como *ultima ratio*, em todas as bôcas, não póde ir ao ponto de atentar contra os interesses mais altos da *pessoa humana*, cujos direitos são superiores aos do todo social. E' um principio de direito natural que os regimens políticos modernos estão longe de respeitar em sua intangibilidade. Se o indivíduo se deve á coletividade, como a parte está para o todo, este tem de ceder perante um todo superior que é o da pessoa racional, — livre e imortal em sua substância.

2º — "O papel do homem sôbre a terra não é produzir, nem consumir... Uma verdadeira civilização é anti-produtivista".

Fórmula, porventura, um pouco rígida como todas as que procuram fixar um estado de espírito contrário ao ambiente. Toda a civilização moderna ou antes *modernista* (isto é, que faz da sua modernidade um critério de valor), seja ela capitalista, seja anti-

capitalista, — baseia-se no dógma econômico da produção indefinida.

Mostra, com razão, Daniel Rops que esse produtivismo é um êrro fatal para as civilizações e que o aumento indefinido dos bens produzidos não resolve o problema social, como pensam Ford ou Stalin.

Era o que, já no fim da Idade Média, pensava o grande teólogo e economista Santo Antonino de Florença, que Werner Sombart tanto admira, quando escrevia — “que a produção é feita para o homem e não o homem para a produção”.

3º — “O regimen econômico deve ser fundado nas necessidades reais do homem e não no desejo egoista e incoerente do lucro”.

O êrro fatal da economia capitalista é inverter os termos dessa proposição ou julgar, ao menos, que as necessidades econômicas serão satisfeitas tanto melhor quanto mais livre fôr esse instinto do lucro.

Numa sociedade racionalmente organizada, isto é, feita segundo a justiça e a caridade, não ha lugar para uma economia exclusivamente de lucro e portanto anárquica e individualista, e sim para uma economia a serviço das necessidades do homem e portanto organizada e corporativa.

4º — “Uma verdadeira civilização é anti-estatista e descentralizada”.

Modernamente é o contrário que se dá. E o abuso da política spenceriana e burguesa, do indivíduo contra o Estado, defendendo-se deste como de um monstro fiscal alimentador de parasitas e inimigo do trabalho livre e do homem independente, — esse abuso de individualismo degenerou hoje em dia no socialismo franco ou disfarçado, que quer o monopólio

sindical (como entre nós o nosso liberalíssimo Ministério do Trabalho da Revolução de 1930 até hoje...) e o monopólio integral do Estado comunista.

Daniel Rops se manifesta, com razão, contra êsse exagero estatista e centralizador, pugnando por um justo federalismo político, e pelo respeito aos grupos naturais que o Estado deve coordenar mas não absorver.

5º — “Uma “civilização” que conclui por destruir a família, a pátria, a profissão ou por apresentar delas imagem deformada e odiosa, trai os valores eternos”.

Esse respeito aos grupos sociais e às instituições tradicionais é o único meio de evitar o artifício social e construir a sociedade de acôrdo com a natureza do homem, que nela se reflète. O socialismo, eliminando a família e a pátria e hipertrofiando a profissão, e o liberalismo, preparando essa taréfa por seus dógmas individualistas, são regimens anti-naturais e portanto anti-sociais e efêmeros.

6º — “A propriedade é um dos fundamentos naturais do homem, contanto que seja concrêta e faça participar o sêr humano de um ritmo espiritual fecundo... A sociedade não deve apenas permitir mas facilitar a acessão de todos ao direito de propriedade”.

Nenhum direito natural tem sido talvez, mais deturpado em sentido que o de propriedade. Entregue pela economia individualista ao arbítrio das acumulações indefinidas, acabou negando-se a si mesmo, pois a sociedade capitalista que, teóricamente, se baseia na economia proprietária, praticamente exclúe dos benefícios da propriedade a maioria de seus membros.

O resultado é que doutrinários apressados vão ao extremo oposto, pretendendo curar um erro com outro ainda mais grave, isto é, o *abuso* da propriedade com a *supressão* da propriedade

Um regime racional, como bem viu Daniel Rops, procura uma distribuição mais equitativa da propriedade, fazendo aceder aos benefícios dela (independência, iniciativa, risco, responsabilidade, etc.) um número cada vez maior de pessoas.

(7º — “A condição proletária, forma moderna da escravidão, deve ser suprimida”)

O egoísmo burguês criou a consciência proletária, baseada no “resentimento”, na “luta de classes” na esperança de uma “ditadura do proletariado”.

Só ha um meio de impedir esse curso catastrófico da história: arrancar ao proletariado os motivos justos de sua revolta. . .

Si a sociedade o fizer, terá em breve desaparecido esse bloco endurecido, inassimilável ao organismo social. Se o não fizer, a história revolucionária enriquecerá cada vez mais os seus fastos...

Impedir a proletarização da sociedade é, portanto, trabalhar pela justiça e pela paz social.

(8º — “Uma verdadeira civilização colocará a máquina, como as instituições, ao serviço do homem, corpo e alma, carne e espírito” !)

O erro não está na máquina e sim na deificação da máquina, que capitalistas e comunistas, de mãos dadas, adoram como a divindade moderna por excelência.

Pôr a máquina a serviço do homem não é impedir o progresso técnico, mas promovê-lo, como su-

bordinado sempre aos principios de hierarquía natural dos valores humanos, em que os direitos da pessoa superam os direitos da produção, sempre que o choque se dêr.

Eis aí a sùmula ideológica desse livro, em que Daniel Rops, depois de ter dito adeus á inquietude, procura "os elementos do nosso destino", neste século desorbitado em que vivemos.



Falei, de início, noutro documento que viera a lume, como manifesto de um grupo aparentado, doutrínaria e efetivamente, com Daniel Rops.

Essa "declaração sôbre a crise atual", que acaba de aparecer sob o título *Pour le Bien Commun* (Desclée de Brouwer, Paris, 1934) foi provocada pelos acontecimentos de 6 de Fevereiro.

Esses dias trágicos já estão sendo comparados ás "Journées de 48", no século passado e marcam o fim da democracia maçónica em França.

Está-se processando aí um movimento de reação nacional análogo ao que se vem dando na Italia, na Alemanha, na Austria, na Península Ibérica. Apenas em vez de apresentar o aspéto teatral e rumoroso de outros movimentos, está se fazendo com uma elegância, uma sobriedade de espírito e gestos, que estão bem na tradição de uma cultura requintada como a da Helade moderna.

Esse documento está subscrito por figuras do porte de Jacques Maritain, Gabriel Marcel, Etienne Gilson, Jacques Copeau, Maurice Briland, Charles Du Bos, para só mencionar os nomes mais conhecidos.

E o espírito que o anima é o mesmo que encontramos nos livros, aqui mesmo recentemente analisados, de Maritain, Rops, Aron, Dandieu, etc., de que está embebida a revista "Esprit", bem como o grupo "Ordre Nouveau".

Como concebem o futuro esses homens da inteligência nova, ansiosos por colaborar na formação do novo mundo, que está nascendo a nossos olhos? Seria longo transcrever mesmo apenas estratos dessas páginas. Basta saber que o sentido é o mesmo que anima as páginas de Rops e representa um esforço profundo de espiritualização da vida político-econômica, e de reação contra o naturalismo social que contaminou as classes dominantes e dominadas do mundo moderno, tanto a burguesia como o proletariado.

Em matéria econômica, apela esse manifesto para "a associação e a co-propriedade", contra "a idéia diretora, hoje dominante, da fecundidade do dinheiro e da acumulação das riquezas"; para as "formas corporativas ou sindicais, no sentido que a filosofia social e cristã pôde dar a essas palavras", e não para "a forma estatista".

Em matéria política — "é nos quadros de uma estrutura política orgânica, junto á estrutura econômica profissional, mas guardando sobre ela uma necessária preeminência, que os cidadãos deveriam eleger seus representantes junto aos órgãos governamentais".

Em matéria social, enfim, "não é o mito da Classe, da Raça, da Nação ou do Estado, e sim a idéia da dignidade da pessoa humana e de sua vocação espiritual, bem como a do bem comum da sociedade, ba-

seado na justiça e no amor, que seriam o principio dinâmico da vida social”.

Em conclusão — “um Estado pluralista, que ajunte em sua unidade orgânica uma diversidade de grupos e de estruturas sociais incarnando liberdades positivas” (p. 22).

Desce, depois, o documento, dos principios gerais aos “meios políticos imediatos”, em que resurge a idéa, já apresentada por Maritain em seu último livro do — “terceiro partido, bastante poderoso para restaurar eficazmente a noção de bem comum”, ou pelo menos “a ação de homens, animados dessa justa idéa do bem comum, compreendendo a necessidade de uma reclassificação geral e decididos a guardar sua liberdade em face dos partidos que dividem a nação” (. 23).

Temos, no Brasil, sem a acuidade certamente de situações que colocam o velho continente perante encruzilhadas decisivas, temos aqui muitos problemas que admitem, já não digo esses mesmos principios, pois são universais, mas ainda soluções práticas muito análogas.

Esse movimento de espiritualização da sociedade é uma das fórmulas mais modernas e vivas da defesa que devemos fazer, dos valores eternos e absolutos, contra o pragmatismo relativista que envenenou a burguesia, no século passado, dando-lhe a ilusão de um domínio permanente da civilização moderna, como está contaminando o proletariado atual e particularmente os seus guias intelectuais burgueses, que já se julgam herdeiros presuntivos, no século XX, dos tronos políticos e econômicos do século XIX...

REVOLUÇÃO E CONTRA-REVOLUÇÃO

Nada de mais difícil do que abraçar, de relance, o panorama do mundo atual.

Tanto na ordem da inteligência, como no domínio dos fenômenos sociais, cresceu por tal modo a complexidade e mesmo, a quantidade das coisas e dos conhecimentos, que cada vez mais se torna o pensamento hodierno domínio dos especialistas, e a sociedade moderna objeto de visões parciais e superficiais.

O pensamento se perde no mar imenso dos conhecimentos especializados de cada sector da ciência (em sentido total e não positivista e parcial, e a visão completa da figura do mundo em que vivemos se vai tornando cada vez mais difícil).

E' incontestável, porém, que para os observadores que se esforçam por encarar os problemas e os acontecimentos *sub specie aeternitatis* e, portanto, sabendo arrancar-se á tirania dos pormenores, restabelecendo a hierarquia nos valores e nos fatos, condição indispensável de ordem — é inegável que para esses já se apresenta o mundo moderno em condições menos confusas. E qualquer de nós, que queira ven-

cer os seus preconceitos individuais e se disponha a olhar o mundo em torno com os olhos da verdadeira objetividade científica, já pôde vislumbrar as grandes linhas da história, através da confusão inegável dos acontecimentos.

A história do presente é a mais difícil de se fazer, porque os “acontecimentos” mascaram as “correntes”, como ao passeante na mata as árvores tapam a floresta.

Ha, na história, dois elementos inseparáveis, mas que compêete ao historiador de verdade “distinguir” sem isolar, pois são na realidade indivisíveis: a “continuidade da vida” e os “fenômenos orientadores”.

O primeiro elemento é o tecido sôbre o qual se desenham os acontecimentos. A vida não pára. Os homens continuam sempre a nascer, viver e morrer, quaisquer que sejam as condições e os regimes sociais, quaisquer que sejam os graus da civilização a que possam atingir, quaisquer que sejam as revoluções e transformações que sofram. Esse fundo humano da história é a base de tudo mais. Não é apenas o leito de um rio sôbre o qual passe a história como uma corrente estranha e indiferente, como nos fazem crêr certos historiadores naturalistas que desligam a história do destino interior e transcendental do homem, fazendo-a viver de uma vida independente das emoções, das paixões, dos conhecimentos, das exigências profundas da natureza humana.

Essa base humana da história, que faz a própria “continuidade da vida”, é muito mais do que isso, pois “é a própria seiva profunda em que mergulham as raízes dos acontecimentos orientadores”. Estes se levantam como árvores da floresta, indicando os cami-

nhos, trazendo á luz do dia as variedades dos terrenos, a maior ou menor uberidade das terras. São os acontecimentos, os imperios, os regimens, as guerras, as revoluções, as idéas — força, os mitos sociais, as civilizações e as culturas, tudo o que o homem constrói sobre a terra e vai marcando a sua passagem pelos continentes e pelos estagios do progresso e do regresso, ao longo do tempo.

A grande dificuldade da história que estamos vivendo, contemporânea a nós, é que a “vida” e os “acontecimentos” de tal forma se confundem, que a tarefa do historiador — “distinguir sem isolar”, se torna de grande dificuldade. E conforme os temperamentos, se ajuizam diversamente as posições recíprocas dos dois elementos. Os comodistas, os tímidos, os conformados, os que trabalham sem pensar, os interessados na permanência dos Estados de fato, — têm a inclinação de reduzir o âmbito dos “acontecimentos” á mediania “corrente da vida”. E acentuam o eterno retorno das coisas, o “nada de novo sob o sol”, a força do que “tem de ser”, etc., etc., segundo as próprias preferências psicológicas.

Ao contrário, os aventureiros, os fortes, os pessoas, os revoltados, os revolucionários, os audazes — acentuam sempre os “acontecimentos” e silenciam ou atenuam a trama da vida, que passa a ser um elemento meramente passivo e obediente á vontade dos homens, que governam os acontecimentos, ao passo que para os primeiros, ao contrário, são os acontecimentos que governam os homens.

Tudo isso torna extremamente rara e difícil uma visão panorâmica dos acontecimentos e da vida, em que nos banhamos atualmente. Até hoje não lêra ne-

nhum livro que me dêsse realmente essa visão extensa do mundo moderno. Creio, agora, poder indicar aos meus leitores uma obra que, se neles produzir o mesmo efeito que em mim, lhes dará luminosamente esse grande lance de vista total que até hoje nenhum autor me déra, ao descrevêr o mundo confuso e decisivo em que vivemos.

O livro é de *Gonzague de Reynold* - "*L'Europe Tragique*" - (ed. Spes - Paris, 1934).

Como se vê, pelo título, não procurou o autor escrever a história do "mundo" moderno, e apenas a do "velho continente", dedicando, porém, dois dos seus magistrais capítulos ao fenômeno norte-americano, intimamente ligado, apesar da doutrina de Monroe e de tudo mais, ao fenômeno europeu. E fez bem.

A despeito de tudo o que se balbucia por aí, depois de qualquer viagem apressada aos Estados Unidos, e a despeito do que o romantismo Gandhista, a formidável expansão japonesa, o despertar da China, o fenômeno africano e os espreguiçamentos esperançosos da nossa América do Sul nos possam fazer crêr, — está longe a Europa de ter chegado ao fim de sua carreira, e a história de nossos dias tem revelado nela um continente em que já não haverá a *douceur de de "fátos"*, que a atitude de olhar piedosamente para a Europa como um continente "de passeio" e "peregrinações" — como foi o de minha geração — já hoje está abandonada por todos os homens que vêm dois palmos diante do nariz.

Ha muita gente "saudosista" por aí. E muitos têm saudades da Europa *fin de siècle*, de 1914. Mas não ha nada a fazer para seu consolo. A Europa é hoje

um continente em que já não haverá a *douceur de vivre*, que nela se gosou no início deste século.

Mas ha, nos seus campos e nas suas cidades, nos seus homens e nas suas idéas, uma febril preparação para o bem e para o mal do mundo de amanhã, uma vigília de armas, de idéas, de imprecações e também de orações que revela uma vitalidade intensa e febril.

E mesmo a loucura belicosa que a contamina e a lepra biológica e moral que a corrompe — e se estendeu a toda a raça branca — do “anti-concepcionismo”, que poderá levar a Europa e o Ocidente á “decadência” prevista por Spengler — estão sendo vigorosamente combatidas, não só pela maior força espiritual do mundo, a Igreja Católica, mas ainda pelos estadistas que estão mostrando aos displicentes e aos deterministas que a história se constrói a golpes de vontade, de virtude, de planos e de sacrifícios: Mussolini e, apesar dos seus êrros terríveis, Hitler.

Escrever, pois, a história panorâmica da Europa, na hora trágica em que vivemos, — não para acumular fatos, como fazem esses eruditos da história, necessários sem dúvida, mas quasi sempre fechados a toda visão profunda e verdadeira do “sentido” da história, do “valor” dos sucessos que a formam — é escrevêr sobre o próprio destino dos homens e da civilização na terra.

Foi o que fez Gonzague de Reynold neste livro memorável, cuja leitura demorada e atenta (pois são quinhentas páginas, desentrelinhadas, mas em que nada se perde) eu recomendo vivamente a todos os que têm olhos para vêr e ouvidos para ouvir o grande tropel da história que resôa e passa diante de nós.

Já contei, por várias vezes, a impressão que teve

a nossa adolescência de viver numa era medíocre, sem grandes acontecimentos, sem nada que a elevasse, acima daquela "continuidade de vida", que nunca cessa. A maior revolução em nossas vidas foi passar bruscamente ao extremo oposto, que é justamente o ponto em que nos encontramos, de viver numa era em que tudo parece ter mudado, em que assistimos aos mais assombrosos acontecimentos, em que vemos a cada momento o mundo abalado em seus alicerces, em que tocamos de perto, como familiares de cada dia, fenômenos históricos, os quais sabemos que hão de marcar, para sempre, o rumo da história dos homens sobre a terra.

Gonzague de Reynold tomou a gigantesca responsabilidade de empreender uma obra como essa, que representa uma visão sintética de toda essa ebulição social contemporânea, em que os acontecimentos envelhecem em seis meses e cada hora nos traz revelações e espétativas sensacionais.

E não veio fazer obra de sensacionalismo, de imediatismo, de vóga, para ser ou parecer atual, como tantos outros que julgam ser modernos porque tratam das coisas modernas, e grandes porque se lançam a grandes empresas.

Gonzague de Reynold estava naturalmente talhado para empreender essa grande obra. Em primeiro lugar pela sua nacionalidade. É suíço. E, si a Holanda, como disse Léon Daudet, é o "balcão da Europa", debruçados do qual podemos vêr passar a história — a Suíça é o mirante da Europa.

Fóra dos acontecimentos, como nós, — mas em pleno coração deles pela sua posição geográfica e social, — está a Suíça em condições de tirar a síntese

se da Europa e, portanto, de interpretar a multiplicidade dos seus gestos e de suas idéas, com um espírito sereno e desanuviado, que de tudo participa, sem sacrificar a superioridade e a transcendente tranquilidade de sua opinião.

Escritor de largos recursos, tendo iniciado a sua atividade literária ha 36 anos, no encerramento mesmo do século passado, autor de mais de 20 volumes de história, de literatura, de poesia, de viagens, especialista em questões internacionais, ligado por natureza e por gosto, tanto á França como á Alemanha e á Italia, de cujos génios nacionais possui o mais íntimo conhecimento — estava Gonzague de Reynold em condições, como poucos, de empreender a ciclópica tarefa de resumir, num volume, as grandes correntes políticas e sociais modernas, que estão levando o mundo a uma nova espécie de civilização.

Dividiu o seu livro em três partes: a Revolução, a Contra-Revolução Nacionalista, a Necessidade de Unidade.

Depois de um capítulo de preparação, cái em cheio no assunto, mostrando que desde o século XVIII entrou o mundo em estado de revolução permanente, que começa com a Revolução Francêsa em 1789 e termina com a Revolução Russa em 1917. Essa é a grande linha mestra do mundo moderno, do século XVIII ao século XX.

E' a grande cadeia de montanhas, a Serra do Espinhaço, de cujas vertentes defluem os vales, as florestas, as cidades da nossa idade moderna.

Liberalismo, democracia, estatismo, socialismo, comunismo — eis os marcos político-sociais sucessivos, dessa marcha á revolução, que começa em Rous-

seau para desaguar afinal, enriquecida de todas as experiências parciais e reduzida á lógica dos seus mais inflexíveis princípios, no regimen Soviético. A lógica dessa sucessão de fenômenos — entremeados do ilogismo aparente da vida em suas manifestações parciais ao longo desse imenso traçado de dois séculos — é o que Gonzague de Reynold expõe em seis capítulos magistrais, cada um dos quais daria a qualquer um de nós para “escrever um livro”... O século XVIII (cap.II); os laços que prendem a Revolução Francêsa á Revolução Russa, (cap. III), o Romantismo, como causa da instabilidade do século XIX e posição psicológica típica do mundo moderno (cap. IV); a história do liberalismo e da democracia, em que se vê o papel decisivo do individualismo e do laicismo na preparação do comunismo (cap. V); os “Estados Unidos e a crise econômica”, em que o autor estuda o considerável fenômeno norte-americano, com a sua filosofia da prosperidade, que tanto tem deslumbrado alguns dos nossos pedagogos e sociólogos, terminando por estudar o “fascismo econômico” de Roosevelt, que é realmente a maior experiência social do novo mundo (cap. VI); terminando esta primeira parte pelo estudo profundo da “Revolução Russa”, em suas origens ideológicas, históricas e psicológicas e sua atual posição no mundo (cap. VII).

Na segunda parte estuda Gonzague de Reynold o fenômeno contra-revolucionário. Foi êle a grande “surpresa” do mundo moderno. Nenhuma filosofia da história do século passado o previra. Ao contrário, o que se anunciava ou era a marcha ao Socialismo, pela revolução, ou a marcha á Democracia, pela evolução, sempre no sentido de um abandono crescente

das grandes idéas formadoras da civilização christã em matéria de sociologia, de filosofia e de teologia.

A contra-revolução, desencadeada pelo Fascismo, hoje acompanhado pelo nacional-socialismo e representada por inúmeros movimentos de reação em todos os países do mundo, desde o saneamento econômico e político do velho e pequeno Portugal, até a gigantesca "ditadúra" financeira de Roosevelt e as tentativas do nosso próprio Integralismo (que a modada democracia liberal dos nossos passadistas políticos, julga ser apenas uma brincadeira de camisas coloridas), a "Contra-Revolução" é hoje o grande fenómeno social do século XX. E é mesmo a grande inovação sociológica do século, pois a Revolução Russa, como já tive ocasião de dizer — "é o crepúsculo de um mundo gasto e não a aurora de um mundo novo", pois é apenas o último élo da cadeia revolucionária, iniciada no século XVIII, com os primórdios do liberalismo e terminada na Rússia, com a integralização do socialismo.

Gonzague de Reynold faz a exposição em três capítulos, do grande fenómeno contra-revolucionário, que hoje é realmente o prenúncio do novo mundo que se abre com o século XX.

A estreiteza de espírito dos socialistas, que é a mesma de todos os partidários de uma religião nova, impede-lhes a visão desse significado profundo e decisivo da contra-revolução nacional no mundo moderno.

O anacronismo de espírito dos liberais-democratas (que formam ainda a maioria dos nossos homens políticos) também lhes fecha totalmente o horizonte,

na visão desta reação anti-revolucionária que se processa no mundo moderno.

Ambos vêm nisto apenas a defesa dos proprietários contra o medo da desapropriação socialista ou a invasão efêmera dos "reacionários", nos estertores da agonia.

E daí a profunda incompreensão que ainda voga, por aí, a respeito do maior fenômeno social dos nossos dias, que "inicia" realmente uma nova fase da história, depois que o ciclo individualista burguês, liberal-democrático da Revolução Francêsa, chegou à sua integralização lógica, no socialismo coletivista, proletário-comunista da Revolução Russa.

E por isso é que, a todos, recomendo com o mais vivo empenho, que leiam este livro, pois estou certo de que, se o lerem sem "parti-pris", sairão dêle com outra visão do mundo moderno, mais justa, mais objetiva, mais verdadeira.

Tanto mais quanto Gonzague de Reynold está longe de fazer, sem mais nem menos, a apologia da Contra-Revolução. Ele analisa a esta com a mesma honestidade, a mesma isenção de ânimo, a mesma luminosa penetração, que dedica a estudar o fenômeno revolucionário.

E não hesita em mostrar detalhadamente, os erros e defeitos da Contra-Revolução política, os exageros a que está sujeita, os perigos do seu empirismo organizador e as ameaças do seu estatismo absorvente.

Toda a terceira parte deste grande livro — principalmente os seus dois capítulos finais, "O antropocentrismo, drama do homem contemporâneo" (cap. XIII) e o "téo-centrismo, a unidade espiritual", (cap. XIV), como condição indispensável para o sa-

neamento, não só da alma moderna, como da civilização futura — toda essa terceira parte é dedicada principalmente, ao estudo do homem e dos seus grandes problemas morais e religiosos.

E depois de mostrar a falência da Revolução, e as esperanças e perigos da necessária Contra-Revolução — mostra Gonzague de Reynold que o homem e suas obras dependem da fidelidade aos valores essenciais do Espírito.

A experiência que hoje temos da precariedade da civilização nos colóca em face de uma dupla possibilidade: o “progresso” ou o “regresso”. Ao passo que os séculos passados, XVIII e XIX, em regra, só viam perante si o progresso.

E é em nós que está a chave de um ou de outro destino da civilização. “Basta que no ponto de partida se produza um êrro, na concepção do homem e da vida, na escala de valores, para que no ponto de chegada desmorone toda uma civilização” (pag. 12).

A demonstração luminosa dessa tése, feita ao longo deste livro, que eu quizera vêr em mãos de todos os nossos homens de responsabilidade, nos deve levar, cada vez mais, a um rigoroso e constante exame de consciência em nossas idéas. Pois da purificação do nosso património intelectual depende certamente o destino do mundo, em que vivemos, e a sorte daquêle em que vão viver os nossos filhos. E o segredo da sabedoria e do equilíbrio, salvadores do mundo, está hoje, como sempre, nos lábios de Jesus-Cristo.

ENTRE O CAPITALISMO E O ANTI-CAPITALISMO

A atmosfera do mundo moderno não é das mais respiráveis. Nem para os poetas, nem para os filósofos. Um homem como Claudel ou um homem como Gabriel Marcel vivem *no* mundo moderno mas não vivem *do* mundo moderno. Este, quando muito os venera de longe ou os tolera de perto. Mas não os ama nem os compreende. Vivem segregados, muito acima do ambiente e sempre incompreendidos pelo grande número. É a grande tragédia do pensamento puro ou da beleza, nestes dias afrodisíacos e utilitários que estamos vivendo. E esse duplo caráter do nosso tempo, a obcecação erótica e pragmática, faz que duas espécies de homens sejam hoje, ao contrário dos poetas e dos filósofos, os homens do dia. Refiro-me aos biólogos, e aos economistas. Esses, sim, vivem no mundo de hoje como peixes na água. Têm por si o interesse das multidões. Têm por si as crises sociais. Têm por si a preocupação de todos. Pois existem numerosos economistas, ou biólogos que inconscientemente ou sistematicamente se desinteressam de todos os problemas estéticos ou especulativos. Mas não existem,

por assim dizer, poetas ou filósofos, de valor, que no entanto se desinteressem dos problemas da raça ou da economia. Um Bergson ou um Wust, um Ortega y Gasset ou um Maritain têm páginas de meditação e de doutrina sobre problemas econômicos ou biológicos. Mas um Fritz ou um Keynes certamente nunca interpretaram Stefan George ou meditaram sobre o Parmenides de Platão.

Respira-se hoje racismo e economismo, como nas Universidades medievais se respirava Aristóteles ou Agostinho. Considera-se a poesia ou a metafísica como pensamentos de luxo. Ao passo que os problemas sexuais ou financeiros, esses, são matéria quotidiana, prática, de interesse imediato e de soluções concretas, de que dependem os nossos destinos aqui na terra. E o homem convencionalmente "moderno" só se preocupa com o seu destino terrestre...

Por isso mesmo, redobra de atualidade a festa pagã que absorve as atenções desta cidade e, em regra, os grandes centros do Brasil. E em torno dela giram problemas que afetam os dois grandes setores de idéas a que me referí. Pois se o Carnaval é a festa dos sentidos e um campo de observações inesgotáveis para os psicanalistas e também *dos* psicanalistas (que em geral são homens que transformaram as suas próprias obsessões genitalistas em objeto de estudo mais ou menos científico) é também um campo imenso de preocupações econômicas. Ha dias, ouvia discutir alguns economistas em torno do Carnaval e eram todos unânimes em afirmar que tanto ou mais importante que o instinto genésico, que nesses dias readquire a ilusão de uma liberdade absoluta, é o instinto do lucro, para o incentivo da festa pagã. Pois

se movimentam no Brasil dezenas de milhares de contos, que passam geralmente das mãos de muitos para as mãos de poucos... O Carnaval é não uma festa economicamente distributista e sim capitalista. Pois uma das tendências naturais do capitalismo, como Marx viu com razão (errando apenas no caráter sistemático que emprestou a essa inclinação, transformando-a logo em lei natural da sociedade), — é a acumulação crescente dos capitais em poucas mãos.

Eis aí como passamos naturalmente, sem esforço ou artifício algum, da festa sensual em que se confundem as multidões e as *élites*, — aquelas com gravidade quasi religiosa (fenômeno dos mais interessantes a estudar na psicologia do nosso povo, que considera o Carnaval mais que um prazer, um dever) e estas, com muito mais malícia, — para o livro de economia pesado e técnico, que passo a comentar:

E' êle uma obra de colaboração: "*Die Wandlungen der Wirtschaft im kapitalistischen Zeitalter* — herausgegeben von Goetz Briefs - (ed. Dr. Walter Rothschild - Berlim. Grunewald, 1932) — e estuda, como diz o título, as transformações da economia na era capitalista.

Para fazer este grande inquêrito, das metamorfoses econômicas da idade capitalista, reuniu Goetz Briefs, professor de ciências econômicas na Escola Técnica Superior de Berlim, um grupo de professores das várias Universidades alemãs. Aí vamos encontrar, além do coordenador dos estudos que corre com os capítulos inicial e final da obra, os seguintes professores de ciências sociais e econômicas: Alfred Meusel, de Aachen; Wilhelm Andrae, de

Graz; George Wunsh e Wilhelm Ropke, de Marburg; Theodor Brauer, de Colonia; Sven Helander, Ritter e von Mering, de Berlim; W. F. Bruck; de Munster; G. A. Salander, de Bremen e Fiedrich Darmstaedter, de Mannheim.

Não pretendo, com essa resenho solene de de universitários germânicos, sacrificar a um dos ídolos dos nossos dias: o *Herr-Professor*. Antes, pelo contrário, a impressão que se tem ao terminar esse livro, de tanta erudição e tanta honestidade de observação dos fenômenos econômicos contemporâneos, é que ha muito fundamento para uma caricatura que apareceu ha tempos numa revista inglesa: no centro, o bezerro de ouro, em torno algumas fileiras de adoradores, servilmente curvados; em seguida, uma multidão de cabeças, voltadas para o ídolo, em espetativa; na periferia numerosas figuras, especialmente de proletários com a clássica *casquette*, que se voltam já desiludidos ou revoltados, e, na primeira plana, curvados sôbre os livros, alguns professores, alheios ao que se passa e meditando, no mundo da lua, sôbre as "leis econômicas" e as teorías sociais. E em cima o título *Economics*.

Uma caricatura bem feita é um verdadeiro comprimido de uma época ou de um acontecimento e diz mais em sua síntese rápida e em seus traços agudos, do que todas as dialéticas possíveis. E por isso não ha partido político que não recorra a esse meio, só comparável ao do cinema, para a sua propaganda, especialmente no desmontar idéas, abusos ou adversários, pois a caricatura é essencialmente negação e por isso ha sempre nela qualquer coisa de demôniaco.

Ao terminar esse livro, poderoso e documentado,

onde tanto se aprende e tantos estudos pressupõe, a impressão que se tem é que realmente os professores são impotentes diante dos acontecimentos, e a riqueza de imprevisto que estes possuem excede de muito todas as possibilidades de redução a sistemas, bem arquitetados, ou mesmo da observação mais escrupulosa.

Não antecipemos, porém, e procuremos dar a esse balanço econômico do mundo moderno a atenção que merece.

Foi justo o critério que presidiu á escolha dos colaboradores. Em assuntos tão diretamente ligados aos interesses imediatos e vitais dos indivíduos e dos partidos, procurou Goetz Briefs o auxílio de economistas e sociólogos, quanto possível, extra-partidários. Aumentou assim o ângulo de incidência, de modo a permitir uma visão a mais objetiva possível do campo de estudo.

E dividiu a este em dois terrenos, a que correspondem as duas partes do livro: o teórico e o prático. A primeira parte se ocupa com "as concepções sociais e econômicas da idade capitalista" e a segunda com "a realidade social e econômica da idade capitalista".

É uma primeira classificação muito necessária, pois frequentemente se confundem os dois campos e fala-se dos doutrinas econômicas como se fossem idênticas aos fatos e vice-versa.

No primeiro capítulo da parte doutrinária, estuda o próprio Goetz Briefs "o liberalismo clássico"; no segundo, expõe Alfred Meusel "o socialismo clássico"; passa-se no terceiro ao "socialismo de Estado", estudado por W. Andreae, e no último capítulo

dessa primeira parte aparecem “os círculos de idéas religiosas e tradicionais”, expondo G. Wunsch “o círculo evangélico” e Th. Brauer o “catolicismo alemão e a evolução social”.

Podemos já adiantar que esse último capítulo é o mais fraco. A exposição do pensamento social, tanto protestante como católico, não tem a amplitude que deveria ter e que um homem como Theodor Bräner podia e devia ter dado, na parte do catolicismo social, se não tivesse limitado o seu capítulo a expôr, de modo muito sucinto e insuficiente, o catolicismo social *na Alemanha*, quando o a que a obra visava era o estudo das correntes econômicas, teóricas e reais, em toda uma época social e portanto em todos os continentes. E a theoria social católica é essencialmente universal.

Já nessa distribuição de materias, porém, podemos acompanhar as grandes divisões de idéas econômicas durante a fase capitalista que desde os fins da Idade Média se desenvolveu, atingindo o seu apogeu no século passado e entrando em franco declínio em nosso século.

O liberalismo, o socialismo e as concepções religiosas da vida — foram as três grandes divisões de tendências em que se distribuíram e ainda hoje se distribuem os espíritos nesse período em que, do ponto de vista econômico dos fatos, predominou o capitalismo.

O economismo moderno representou uma rutura com a unidade cristã da vida, que dominára o ocidente por quize séculos, temperára o pensamento europeu e preparára o surto universal da civilização ocidental, a partir do Renascimento.

Essa ruptura não foi brusca. No seu esplêndido estudo sobre a evolução do liberalismo, parte Goetz Briefs dos fins da Idade Média, para mostrar o conceito *liberal* da vida (direitos natos, leis naturais, individualismo) elevando-se aos poucos a uma concepção filosófica da existência, que foi propriamente — o *liberalismo*. A economia tornou-se então domínio autônomo e a reação contra o mercantilismo e a ingerência do Estado em matéria econômica constituiu a base de sua feição inicial. “O verdadeiro e racional sustentáculo (Trager) da economia, a verdadeira e única substância da sociedade é o indivíduo. O problema propriamente dito do liberalismo clássico foi a demonstração que, a partir desse indivíduo, podiam ser construídas a economia e a sociedade” (p. 7). E com isso entrava em jogo o tema de todo o liberalismo econômico — o interesse individual.

Em Adam Smith, patriarca do liberalismo — nascido em terreno britânico, mas preparado em terreno francês pelos fisiocratas — encontrámos ainda esse interesse envolto em uma atmosfera filosófica e religiosa. “A economia e a forma social estão fortemente circundadas de uma metafísica teológica, que se funda uma ordem estática e absoluta da vida” (p. 15). Ao sistema econômico de Smith, (que foi a transição doutrinária entre o mundo agrário e feudal, penetrado de cristianismo ao menos inconciente, e o mundo industrial e burguês, já inconcientemente também desligado do conceito religioso da vida) — ao sistema de Adam Smith chama Goetz Briefs de “finalismo providencial” (p. 17), em matéria econômica e social. Com Bentham é que o liberalismo adquire a sua figura temporal e mundana. O verdadeiro econo-

mista do capitalismo burguês, em sua fórmula clássica, foi Bentham. Já não se trata de descobrir uma ordem natural, desejada pela Providência e realizando-se pela liberdade dos indivíduos e pelo império de leis econômicas naturais e sagradas. Trata-se de mostrar que tudo gira em torno do interesse e que a moral utilitária é o meio de realização da felicidade geral. Ao passo que Smith sonhava com a "harmonia pre-estabelecida", Bentham se preocupava apenas, "com a máxima felicidade do maior numero" (p. 22).

Com Bentham e Ricardo, o liberalismo capitalista se torna "subentendido" (p. 23). Pensa-se de modo *liberal*, como se fosse o *único* modo de pensar, em matéria econômica. Ainda hoje, entre nós e por toda parte especialmente nos meios econômicos, pensa-se "liberalmente", como se fosse o mesmo que pensar *tout court*. Estamos assistindo, até hoje, á apologia do liberalismo, como se em vez de ser, como é, o causador da crise econômica moderna, fosse uma vítima della. E como se as críticas socialistas e a gastura, que a idade trouxe, tivessem deixado intátos os postulados de Bentham ou Ricardo e principalmente da geração que lhes sucedeu, e que incorporou definitivamente o liberalismo ao capitalismo, por meio da "Escola de Manchester". Nessa transição, vê Goetz Briefs o início da decadência do liberalismo clássico (p. 29) que passa por várias modalidades — "direito natural, deísmo da filosofia moral escocesa, a ética utilitária, o positivismo, o naturalismo biológico" (ibid.), como máscaras para significar "o processo de liberação, da camada burguesa-capitalista dos impelchos difíceis do passado" (ib.).

Vem, então, a terceira fase doutrinária do libe-

ralismo já decadente, representada por Stuart Mill, que está para a queda do *pensamento* liberal como Adam Smith para a sua ascensão. A evolução de Stuart Mill se faz toda na passagem "para a crítica, e a reforma social" (p. 33) e a sua idéia dissociativa do pensamento liberal foi sustentar que, si havia *leis naturais* para a produção, não as havia para a distribuição, que devia ser racionalmente regulamentada. Stuart Mill fecha assim o ciclo do pensamento liberal clássico.

Haveria lugar aqui para o estudo da frase que Otto Mering, no capítulo que, na segunda parte, dedica á "política financeira liberal", chama de "novo liberalismo", distinguindo-o do "velho liberalismo", (p. 301).

Falta, porém, esse capítulo.

O seguinte é um estudo muito mais minucioso das transformações sofridas pelo "socialismo clássico", do professor Alfredo Meusel.

Abandonando as correntes antigas ou utópicas do socialismo, apresenta Meusel o "socialismo clássico" como sendo aquele que Marx e Engels formularam e que ia marcar um dos pontos fundamentais, na história do mundo moderno.

O primeiro grande feito de Marx foi arrancar o socialismo á utopia e colocá-lo no curso natural da história, como uma formação *interior* dos acontecimentos e não uma ideologia a eles aplicada (p. 37).

O segundo traço característico de Marx foi entregar o movimento socialista "á classe proletária" (p. 38).

Constituído por Marx e Engels o corpo do socialismo clássico, começaram as suas transformações.

A evolução teórica do liberalismo, que faltou em capítulo á parte, é delineada por Meusel, mostrando na prática a formação desse fenômeno que entre os socialistas é conhecido por "imperialismo", (p. 46) e que é o capitalismo atual das grandes concentrações, nacionais e internacionais, *trust*, *kartels*, etc. "Nenhum fáto ameaçou tanto a unidade do movimento operário do que essa transformação do capitalismo liberal em imperialismo" (p. 48).

Nasceu, então, o "revisionismo" de Bernstein, primeira grande heresia socialista depois da ortodoxia de Marx-Engels. Três traços principais aponta Meusel no revisionismo: a relativa separação entre socialismo e proletariado, que Marx jungira fortemente; a política de compromissos políticos "extra-muros", que Marx desaconselhava e a "penetração pacífica do socialismo" na sociedade (ps. 50|51).

A partir do revisionismo, estuda Meusel toda uma série de pequenos movimentos de modificação do socialismo clássico, muito particularmente a formação do que êle chama — "o social-imperialismo" (ps. 53 e segs.) que é uma espécie de conciliação entre as teses socialistas da acumulação com as teses néo-liberais da concentração econômica. Foi esse movimento, de certo modo, o precursor, no campo econômico de várias posições do nacional-socialismo ou hitle-rismo, atualmente vitorioso na Alemanha.

Meusel, mostrando as evoluções do socialismo radical, aponta aliás como êle errou em certas previsões e particularmente em três pontos. Primeiro, julgando que a maturidade das condições técnicas de produção já tivessem tornado inúteis as funções do "Unternehmer", do espírito e iniciativa individual.

Em seguida, desconhecendo a resistência do Estado burguês e finalmente desdenhando a força autônoma da "superestrutura ideológica" como dizem os marxistas, da sociedade moderna.

Meusel inclina-se visivelmente pelo socialismo radical e salienta outros erros fundamentais do marxismo, que explicam não só o relativo fracasso, como todas essas fases e modificações por que tem passado. Entre eles, o desconhecimento da natureza do homem, a incompreensão do fator *liberdade*, a precipitação em vêr leis naturais, onde apenas havia tendências sociais, enfim, uma sistematização excessiva, parcial e falsa da realidade histórica.

Meusel termina, dizendo ser impossível prevêr qual dos dois tipos de "emancipação proletária" (p. 79), o radical ou o *moderado* ha de predominar. Mas afirma que o mundo se encontra — "ou entre a decadência para a barbaria, o caos e a negação da história ou entre os fundamentos de uma nova sociedade" (p. 7).

São esses os dois capítulos mais fortes dessa parte doutrinária da obra. No seguinte, estuda W. Andree "o círculo de idéas do socialismo de Estado", em Platão (p. 2), em Fichte (p. 87), em Rodbertus (p. 91), que tanta influência teve sobre Marx, em Lassalle e Wagner (p. 99), na era bismarckiana, como oposição e governo — sintetizando a noção do socialismo idealista" (p. 101) em oposição ao materialismo histórico.

II

A segunda parte desse inquérito coletivo sobre a evolução da economia, durante o domínio do

capitalismo, estuda a realidade econômica do período. E, como sempre, a realidade excede de muito às concepções que a procuram explicar.

Vimos que duas doutrinas econômicas dominam essa época histórica em que ainda nos encontramos: o liberalismo e o socialismo. Cedo, porém, se convertem ambas em concepções gerais da vida, em contraste com a filosofia cristã, negando ambas, direta ou indiretamente, qualquer elemento transcendental na organização da economia humana. A realidade econômica da era capitalista está intimamente ligada a essas três posições doutrinárias, pois não há jamais separação absoluta entre o plano da vida e o plano do espírito. Teoria e prática, interpretação e realidade, doutrina e fatos entrelaçam-se continuamente, reagindo entre si em reciprocidade descontínua.

A observação, pois, da realidade econômica não nos afasta radicalmente do estudo dos sistemas. Passamos apenas a um clima diverso, em que predominam a inconstância e a complexidade.

O estudo dessa realidade é feito de modo mais minucioso que o das doutrinas, encarando-a os vários autores por um certo prisma: o "mercado capitalista", a "concepção liberal do mercado de trabalho", a política "comercial", "industrial" ou "financeira" do liberalismo, o "Estado na era da economia capitalista", a "evolução da estrutura jurídica", e, finalmente, a conclusão de Goetz Briefs, o coordenador da obra, sobre "a nova fase social e econômica".

Cada um desses capítulos mereceria um comentário à parte. Na impossibilidade de o fazer, apontemos aqui e ali os pontos que nos parecem mais cara-

terísticos dessa história da economia moderna, tão útil, não só para quem deseja compreender a confusão ambiente, mas ainda para quem deseja salvar os valores eternos nessa hipertrofia do efêmero, do erótico e do utilitário em que vivemos.

O fenômeno central do liberalismo econômico prático é “o mercado” que marca a transição da economia de consumo para a economia de produção.

Nêle se encontram a oferta e a procura, e no livre jogo entre uma e outra se desenrolam todo o sistema e a prática da economia capitalista, que nos levou á crise econômica moderna e á reação de um socialismo materialista e despótico.

Esse mercado capitalista se divide em várias partes concretas, que o professor Helander resume nas quatro seguintes: — “o mercado de trabalho, o mercado de mercadorias, o mercado de dinheiro (câmbio) e o mercado de capital (crédito)” (p. 170).

Ele mostra como a evolução do capitalismo e as transformações desses mercados, do sentido concreto para o sentido representativo (digamos assim), fez que “outróra se pensasse em mercadorias e hoje em dinheiro” (pag. 175), ou, como dizia Marx, se passasse da fórmula W. (Waren — mercadoria) — G. (Geld — dinheiro) — W. — para a fórmula G. — W. — G., em que a moeda é que passa a ser a base das transações.

O prof. Helander aponta, entretanto, a fase mais recente ainda da economia capitalista, — a tendência aos monopólios e integrações de empresas, — como ultrapassando a realidade observada por Marx, no século XIX (e por êle logo transformada em lei da economia capitalista, segundo o seu hábito de gene-

ralizar o que era apenas fenômeno efêmero e contemporâneo, fazendo o *mercado* em si readquirir grande importância. "O dinheiro em circulação no mercado não é mais o fim último e sim a própria Empresa, que leva a sua vida própria" (pag. 176).

Essa última transformação do capitalismo, caracterizada pelo abandono quasi sistemático do *laissez-faire* e do *laissez-passer*, dos seus primórdios fisiocráticos, — leva também á decadência da lei da oferta e da procura. Pois o *preço* vem a ser consequência de fatores infinitamente mais complexos (de ordem política, psicológica, financeira, social, etc.), e não apenas de fatores econômicos como pensou o liberalismo e se processa, por vezes, em épocas excepcionais de paz e prosperidade.

No capítulo seguinte, sobre "a concepção liberal do mercado de trabalho", estuda o prof. Berger a evolução que no decurso da época capitalista se processou entre a perfeita liberdade do trabalho, considerado como mercadoria e sujeito á lei da oferta e da procura, até a intervenção crescente do Estado, por uma legislação cada vez mais rigorosa de hoje. Fenômenos semelhantes, de um abandono crescente pelo capitalismo dos princípios liberais que a princípio com êle se identificaram, são estudados nos capítulos seguintes, no campo da política comercial e agrária do capitalismo.

Essa tendência é estudada, de modo particular, no capítulo sobre "a política liberal dos profissões" do professor Bruck, em que êle nota como — "é visível no curso da história a passagem da liberdade á limitação (*Gebundenheit*)" (pag. 262). E mostra, então, como toda a tendência atual é para uma "eco-

nomia presa" (Gebundene Wirtschaft) em contraste com a economia livre que o liberalismo sonhou realizar e que o capitalismo fez degenerar na economia injusta e anárquica, que modernamente domina quase todo o mundo.

A característica do capitalismo moderno, portanto, para o prof. Bruck é "a passagem da livre concorrência ao monopólio" (pag. 292-293). Mas esse fenômeno não se dá assim tão simplesmente e não só varia de nação a nação (muito maior na Alemanha, país típico das concentrações industriais, do que na França, terra da economia distribuída), mas ainda se altera pela atitude, ora favorável, ora contrária dos Estados, e essa tendência aglutinadora da economia (pag. 300).

Outro capítulo, do maior interesse, é o que o prof. Salander dedica ao "Estado na época da economia capitalista", em que mostra as duas concepções "repulsa do Estado" (p. 340), e "onipotência do Estado" (p. 340), como sendo as duas correntes que se disputaram o campo do direito público, na era capitalista e que ele simboliza, entre outros, em duas figuras típicas: Humboldt, o negador do Estado, e Hegel, o seu endeusador. Na própria Alemanha, entre "1920 e 1930" (pag. 338), registra ele uma posição em face do Estado, da negação á hipertrofia, pois "o resultado da verdadeira evolução do século XIX é muito outro do que aquele estado naturalmente harmonioso que se esperava da evolução política e econômica do liberalismo" (p. 367).

O Estado, na era capitalista, portanto, passou de uma dissociação radical com a economia, a princípio, a uma crescente interpenetração com o fenômeno eco-

nômico, atualmente (p. 368), o que vai levando a novas modalidades de Estado, em que o conceito de "soberania" se torna mais relativo (p. 370) á medida que se universaliza a economia.

A evolução do Direito, durante a era capitalista, é estudada pelo professor Darmstaedter de Heidelberg. Segundo o seu conceito é o *direito* um fenómeno de relação inter-humana em que entram dois elementos, um de "união" e outro de "separação" (pag. 373). E socialmente o predomínio do elemento jurídico de "separação" é representado pelo *individualismo*, ao passo que o predomínio do elemento "união" é representado pelo *universalismo*.

Nesse sentido, vê Darmstaedter o direito romano como individualista e o direito germânico como universalista.

O instituto jurídico em que predomina o elemento de *separação* entre os homens é a *propriedade*. Aquêle em que predomina o elemento *união* é o *contrato*. E no direito moderno, sempre segundo Darms-taedter, juntam-se e combatem pelo predomínio essas duas correntes (p. 377).

No século XIX, por influência do direito romano e do liberalismo econômico, predominou o individualismo jurídico. E o socialismo teórico, por espírito de reação, repudiou então o Direito (p. 382). Na prática, porém, o que se deu foi uma modificação do direito, concomitante á evolução econômica do liberalismo, pela importância crescente do elemento contratual e nesse pela transição de bilateralidade formal em bilateralidade material (p. 390), em que o elemento "equivalência", "equilíbrio material de prestação e contra prestação" (ib) se tornou predo-

minante. Na bilateralidade formal, acrescenta Darmstaedter, predomina o elemento "separação", ao passo que na bilateralidade material, predomina, o elemento "união" (p. 391). O tipo do instituto jurídico de bilateralidade material é o contrato coletivo de trabalho, "concepção contratual oposta à concepção romana do contrato bilateral" (p. 397).

Nesse mesmo ritmo de evolução no sentido jurídico da reciprocidade e da coparticipação de direitos (em oposição ao individualismo jurídico do início da era capitalista) - vê Darmstaedter o "desaparecimento crescente das fronteiras entre direito político e direito privado" (pgs. 379, 388 e 399). O direito do inquilino é outro instituto jurídico em que Darmstaedter vê expressa a evolução do pensamento jurídico na era capitalista, pelo abandono crescente do individualismo jurídico.

"Por toda parte desperta a tendência de modificar a função do contrato bilateral, transformando-o de instrumento de produção capitalista em intermediário entre ela e a distribuição equitativa de rendimentos. E assim, o problema decisivo do nosso atual desenvolvimento jurídico em vez de ser a estática da propriedade é a dinâmica do contrato bilateral" (página 402).

Essa tendência social do direito é, portanto, a característica de sua evolução moderna, na interdependência constante entre ordem econômica e ordem jurídica. Pois Darmstaedter, apesar de sua admiração por juristas socialistas, como Karl Renner, não subordina o direito à economia, conservando-lhe a sua autonomia, dando-lhe uma função criadora e auxiliadora "schaffend und helfend" (p. 403) e acreditando

que das lutas modernas no campo econômico e político sairá vencedor o que se mostrar “moralmente mais forte” (p. 403).

No capítulo final mostra Goetz Briefs como a evolução do capitalismo foi toda no sentido de uma decadência progressiva do individualismo e do liberalismo. O bolchevismo realiza o tipo máximo da concentração: “o Estado se transformou (aí) em Estado econômico absoluto e a economia em economia pública (pg. 415). E’ a forma de Estado que êle chama de “Betriebsstaat” (Estado funcional?), ao passo que o fascismo realiza o “Normenstaat”, isto é, sem monopólio econômico e apenas com a função de fornecer aos particulares as normas e regras para o funcionamento ordenado da economia nacional.

Em outras nações, encontra-se o liberalismo econômico ou antes o capitalismo, em posições bem variadas, desde a França, em que o “distributismo” (p. 241) predomina até á Alemanha em que a interpenetração de Estado e Economia é maior que em quaisquer outros povos em que ainda domina a economia capitalista (pg. 420).

Por toda a parte, porém, se nota a decadência do liberalismo econômico, segundo os moldes clássicos, pela “nova intervenção do Estado e pela organização dos interesses equilibrados” (pg. 424).

E essas novas modalidades da posição econômica do mundo moderno são assim apresentadas pelo coordenador desse inquérito.

“Um novo pensamento econômico e social começa a surgir. Seus critérios são: 1º — uma concepção voluntarista das coisas econômicas e sociais: a autonomia (Eigengesetzlichkeit) da economia é ne-

gada; ela não está “na natureza”, não é “destino” e sim “tarefa”. 2º — Ao contrário, é cada vez mais acentuada a autonomia e autarquia (*Eigenordnung*) do ser social; a norma social se opõe à norma econômica... O valor *econômico* é de novo incorporado em uma hierarquia de valores. 3º — Uma nova ética: em matéria econômica, primeiramente, a ética do trabalho, a negação do lucro não merecido e do rendimento de especulação; em matéria social, o pensamento do serviço e do dever, pela acção no todo e a subordinação ao todo, com a orientação do nivelamento social pelo nivelamento da economia e das rendas. Os valores do social, do político, do cultural tendem a uma precedência; o pensamento da *satisfação das necessidades*, como novo regulador da economia, tende a substituir o pensamento de *lucro*. 4º — Uma nova versão da ideia de racionalização: a economia deve ser construída por métodos de engenharia; na sua base ha um plano, que deve ser realizado por organização e cooperação... O traço dos tempos se acentua na estática do social e do econômico, na ordem, na estabilidade das relações de produção e consumo” (p. 427).

Dessa luta secular entre capitalismo e anti-capitalismo, expressão econômica da oposição mais geral entre liberalismo e socialismo, está nascendo modernamente uma terceira força. Já existe mesmo, em França, um movimento de ideias da nova geração, em torno da revista “*Esprit*”, que tomou o nome de “*Troisième Force*”.

O socialismo e o capitalismo puros são hoje noções anacrônicas, que só entre povos atrasados ainda apresentam algum prestígio. Teóricamente, os dois

grupos de idéas de tal modo se chocaram, que as novas posições doutrinárias e práticas vêm impregnadas de tradições providas dos dois campos opostos. E as novas correntes do néo-socialismo ou do néo-capitalismo alimentam-se na dupla fonte de origem. Os dois movimentos de idéas erraram nas suas previsões. O liberalismo econômico julgou que a harmonia social entre os homens se obteria pelo aumento automático das riquezas, em virtude da industrialização gradativa do mundo moderno. Foi a grande ilusão norte-americana, de que só despertaram os nossos irmãos do Norte, com as crises sucessivas de que vêm sendo vítimas, até o plano gigantesco da N. R. A., que é um repúdio formal a todo o sentido do capitalismo tradicional norte-americano.

Errou também o socialismo puro, herdeiro natural do capitalismo, julgando poder encampar não só o mundo econômico moderno, mas toda a sociedade, pela revolução integral e o predomínio absoluto da classe proletária e de uma concepção materialista da vida. Desconheceu, como vimos anteriormente, uma série de *dados* irredutíveis da natureza humana e da realidade social, ficando hoje reduzido a setores limitados entre as nações e transformando-se rapidamente em face de fenômenos históricos imprevisíveis e personalidades criadoras de novos rumos nacionais.

O resultado dêsse inquerito, que acabamos de percorrer, em suas linhas gerais, é visivelmente no sentido da *resultante* e não das *componentes*. A economia moderna, solicitada pelas forças antagônicas do capitalismo e do anti-capitalismo, marcha para uma terceira solução, em que entram elementos daquela

dupla proveniência original. O Estado-Normativo, que orienta e dirige sem monopólio a vida econômica da nação, em conjunto com os demais elementos políticos, psicológicos, jurídicos, históricos, morais, religiosos, da vida nacional, está muito mais em contáto com a realidade econômica presente e futura do que o Estado-Funcional, que pretenderia absorver toda a vida econômica do povo. A própria Rússia, na prática, vem abandonando as suas ilusões monopolistas.

Estamos portanto em face de movimentos novos, de resultantes mais ou menos imprevistas, que mostram mais uma vez o êrro dos que, como Karl Marx, querem submeter a história e a sociedade ao jugo de leis naturais inflexíveis, desconhecendo o verdadeiro caráter das leis sociais, de natureza humana e não material, em que os elementos *liberdade* e *imprevisto* são fundamentais.

Quer dizer, então, que o século XIX viveu entre duas forças — capitalismo e anti-capitalismo, e o século XX se libertará dessa luta pela tangente ou pela resultante? A ninguém é dado prevêr o futuro. Quanto é possível, entretanto, concluir, não parece provável que se chegue a qualquer tendência unânime na organização da economia humana, como pretende a *tecnocracia*, que é apenas *uma* das resultantes da luta secular entre liberalismo e socialismo. Os campos continuarão divididos, se bem que de modo menos marcado. Novas doutrinas surgirão, novas modalidades práticas de organização, novos problemas. Alguns fatos parecem irredutíveis entretanto: a acessão das classes proletárias a uma participação maior na vida pública e cultural; a paixão nacional; a força dos Estados; a economia ao mesmo tempo dirigida e

distribuída; a difusão e a penetração crescente das forças religiosas em luta contra um ateísmo militante e um paganismo entorpescente, etc. Todos êsses elementos de ação do extra-econômico sôbre o econômico e vice-versa marcam bem distintamente a sociedade moderna. A famosa relação recíproca da *base á superstrutura* que Marx e Engels, e seus modernos discípulos, dispuzeram cuidadosamente em camadas de baixo para cima (o técnico-econômico, o político, o cultural) — está longe de corresponder, na realidade, á disposição que esses teóricos previam. E a história mais moderna mostra os vários elementos *sociais*, do econômico ao espiritual, se entre-chocarem *no mesmo plano*, com ações e reações recíprocas, que fazem tão forte a ação do homem sôbre a técnica como a desta sôbre aquêle.

No plano natural não póde haver vitória integral de um elemento sôbre outro. Não ha civilizações perfeitas, como não ha, no mundo, a perfeição humana. Se devemos pugnar por mais justiça, na distribuição dos bens econômicos, e fugir dos êrros iguais e contrários do capitalismo e do comunismo, não queiramos enfeixar a realidade em fórmulas preconcebidas, nem julgar que a ordem perfeita é possível sôbre a face da terra. Ao contrário, tenhamos sempre em vista, que é mais fácil, ao homem, chegar na terra ao inferno que ao paraízo. E que os remédios econômicos não bastam para curar os males econômicos.

REHUMANIZAÇÃO DA ECONOMIA

Todo exagero provoca o exagero contrário. Si é isso o que a psicologia nos ensina em nossa vida interior, é o que a história nos revêla na vida dos povos e das civilizações. Não ha desequilíbrios inconseqüentes, pois a ordem e não o acaso é a lei que governa a movimentação de todas as coisas.

O homem moderno, a partir do Renascimento, da Reforma e da era das Grandes Invenções, -- desceu o seu olhar do céu para a terra e substituiu o ascetismo místico medieval, como sentido da vida, por um crescente individualismo científico, que a principio se manifestou como exaltação do valor do homem, como expressão do *humanismo*, distinguindo o início dos tempos modernos.

Essa *exaltação do homem*, porém, iniciada como justa expansão de sua personalidade, logo se transformou em revolta contra a sua subordinação a qualquer autoridade espiritual (Igreja) ou intelectual (Escola), e, como consequência, a qualquer valor transcendental. E o resultado, dois ou três séculos mais tarde, foi a *negação do homem*, pelo seu anonimato nos movimentos imanentes da natureza (naturalis-

mo) e da história (materialismo histórico). A concepção comunista da vida, que é uma das resultantes mais lógicas de todo o sentido moderno da história, representa a vitória expressa das *massas* sobre as *pessoas*. E o materialismo, econômico, burguês ou proletário, sob todas as suas faces e em todas as suas consequências, representa o resultado dêsse aniquilamento progressivo, do valor do *homem* na sociedade, sob a alegação ou a aparência de sua libertação.

Esse duplo desequilíbrio levou a sociedade moderna, no campo da economia, a passar do *individualismo* (em suas diferentes modalidades) dominante no século XIX, ao *socialismo*, também variado e por vezes contraditório às suas origens, dominante neste início do século XX.

Contra essa dupla ruptura do justo valor do *homem*, na sociedade, e contra essa dupla concepção viciada do papel da *economia*, na vida individual ou coletiva, é que hoje em dia se erguem os espíritos mais advertidos e serenos, bem como os movimentos de idéas menos escravizados às variações dos tempos.

A procura, que hoje se faz, de um novo humanismo, que venha corrigir e equilibrar as oscilações sociais dos últimos séculos, está toda voltada para essa insatisfação que nos deixaram os extremismos apontados. Se a história mais recente nos mostra, em toda a parte, essa reação do homem e das suas possibilidades, contra o determinismo cego e também contra a apregoada inclinação necessária á esquerda, — também no domínio das idéas se reage contra essa hipertrofia do fator econômico, que para os nossos primários ainda constitue a maior novidade do pensamento moderno...

Entre essas manifestações culturais, mais positivas e recentes, de uma reação humanista, tivemos o ano passado a contribuição inestimável de Bergson, em seu último livro *Les deux sources de la morale et de la religion*" (Alcan-1932), que mostrou como ainda está poderoso e vivo o pensamento do grande filósofo intuicionista.

Bergson expõe como é diversa de tudo o que rodeia a posição do homem no universo. "Esse aparecimento (do homem), se não estava predeterminado, não foi também um acidente. Embora tenha havido outras linhas de evolução ao lado da que conduz ao homem, e a despeito do que ha de incompleto no próprio homem — pôde-se dizer, sem deixar nunca a experiência, que o homem é a razão de ser da vida sobre o planeta: *c'est l'homme qui est la raison d'être de la vie sur notre planète*". (*Les deux sources*. (p. 274).

Dessa posição excepcional do homem sobre a terra resulta, para Bergson, uma concepção anti-determinista da história, que a história dos nossos dias confirma em toda a extensão da palavra. "Não acreditamos no inconciente, em historia: as grandes correntes subterrâneas, de que tanto se falou, são devidas a que grandes massas de homens foram arrastadas por um ou mais dentre êles. Estes sabiam o que faziam, sem prevêr entretanto as consequências" (p. 333). O século XX, nesse ponto, deu razão a Carlyle contra Marx. Não são os acontecimentos, as infra-estruturas econômicas ou técnicas, a fatalidade geográfica ou étnica, que arrastam os homens. Pódem influir sobre estas e de fáto influem. Mas a liberdade e a vontade humanas podem sobrepujar os aconteci-

mentos, imprimindo á história cursos de evolução inesperados. O "imprevisto" de Bossuet, tão desdenhado, se mostrou muito mais adequado aos *fatos* modernos, que o "materialismo econômico" de Marx. Os homens podem mudar o curso da história, desde que saibam descobrir os êrros de sua evolução. A lei explícita dos três estados" (teológico, metafísico, positivo) de Comte, como a lei implícita das três classes de Marx (nobreza, burguesia, proletariado) foram generalizações precipitadas de observações insuficientes.

Contra o determinismo positivista de Comte, ou contra o determinismo técnico de Marx — levanta-se o humanismo econômico de um Bergson, baseado num conceito muito mais verdadeiro da natureza humana. E de premissas filosóficas mais certas derivam também conclusões mais justas no terreno econômico. Esse aspecto da filosofia bergsoniana ainda não fôra acentuado antes do seu último livro. E vem contribuir poderosamente para lutarmos contra o naturalismo econômico dos marxistas confessados ou encaipotados.

Marx subordinou o homem á técnica mostrando que a história evolvia necessariamente como repercussão das modalidades do aparelhamento produtor.

Bergson vem mostrar como a técnica trouxe ao homem um desequilíbrio tal que precisa ser vencido sob pena de vencer o que ha de mais nobre no ser humano e mais feliz na sociedade: a alegria superior de viver e não o prazer animal de se deixar viver. "As máquinas", escreve Bergson, "vieram dar ao nosso organismo uma extensão tão vasta e um poder tão formidável, tão desproporcionado á sua dimensão e

sua força, que certamente nada de semelhante foi previsto no plano estrutural de nossa espécie... Ora, nesse corpo desmedidamente aumentado, a alma fica o que era, pequena demais agora para enchê-lo, fraca demais para o dirigir. E daí o vazio entre êle e ela" (p. 335).

Daí os êrros de uma civilização que deixou predominar, em sí, o elemento *corpo*, acrescido de modo desmarcado pelo instrumento *máquina*, em detrimento dos valores espirituais.

Para corrigí-los, para operarmos uma reforma social que restaure o equilíbrio perdido, acrescenta Bergson, não é preciso insurgir-se contra o progresso mecânico inevitável e sim guiá-lo para o serviço do homem. A uma civilização desviada do seu curso normal, pela hipertrofia da máquina e suas consequências desastrosas, é preciso substituir uma sociedade mais racional e mais simples.

"Sem contestar os serviços que (o maquinismo) prestou aos homens, desenvolvendo largamente os meios de satisfazer necessidades reais, — nós lhe censuramos o encorajamento que deu às necessidades artificiais, levando ao luxo, favorecendo as cidades em detrimento dos campos, alargando enfim a distância e transformando as relações entre patrão e operário em relações entre o capital e o trabalho" (p. 332).

Para corrigir êsses males era preciso que agora — "a humanidade se dispusesse a simplificar a sua existência, com o mesmo frenesí com que a complicou" (p. 332). Sentença luminosa que os homens do século XX a cada momento devem rememorar.

E para esse *corpo*, aumentado modernamente

pela máquina, é preciso uma *alma* aumentada pela mística. "*La mécanique exigerait une mystique*" (p. 335). Essa mecânica — "não encontrará o seu verdadeiro caminho, não prestará serviços proporcionais ao seu poderío, se a humanidade que ela fez curvar-se ainda mais sobre a terra, não conseguir, através dela, levantar-se de novo e olhar o céu" (p. 335), "*L'homme ne se souleva au dessus de la terre que si un outillage puissant lui fournit le point d'appui... la mystique appelle la mécanique*" (p. 334.).

Bergson, portanto, não néga o progresso mecânico. Não quer contrariar o seu curso. E, ao contrário, vê na base libertadora da técnica moderna a condição para a elevação mística da humanidade, necessária no século XX, como no fundo das selvas primitivas, pois "a natureza humana não muda" (p. 336), e o progresso "mecânico" só deixa de ser pernicioso com um concomitante progresso místico.

Póde-se disputar em torno do sentido das expressões bergsonianas, mas a sua posição em face do desequilíbrio social moderno, mesmo no terreno econômico, é uma demonstração luminosa de que a compreensão justa da *economia* depende das idéas justas sobre a natureza do homem.

Quís relembrar esses textos recentes do grande filósofo moderno, para mostrar como essa concepção do homem e da máquina sobrepujam, de longe, a falsa posição de Marx, que não soube compreender a natureza humana e daí partiu para todos os desvios de sua concepção histórico-social. O deslumbramento do progresso técnico, no século XIX, perturbou todo o conceito filosófico do homem, e Marx, arrastado ao materialismo total de Feuerbach e á dialética infi-

nita de Hegel, deturpou todo o sentido da história desconhecendo a natureza das coisas.

A saturação que esse progresso comunicou ao século XX, vem agora permitir a um pensador como Bergson restaurar o equilíbrio perdido e dar á *técnica* e ao *homem*, os postos que respectivamente lhes cabem na harmonia substancial da natureza e da sociedade. A técnica *para* o homem e não o homem (e com êle a religião, o direito, a economia, etc.) subordinado á evolução da técnica — eis o abismo que separa a visão plana de um Marx da visão espacial de um Bergson.

Essa repercussão que a concepção geral do homem e da vida tem sobre o campo da economia, acaba de ser, mais uma vez, posta em foco por uma obra recente, que se colóca na mesma ordem de idéas.

Quatro longos e documentados estudos constituem a matéria da "*Philosophie Économique*", (Desclée - 1933 - Paris), de J. Vialatoux, e são elles: "A ilusão materialista do liberalismo econômico" pgs. 1 a 68); "a noção da economia política" (pgs. 69 a 116); "a filosofia liberal de Locke" (pgs. 117 a 156) e "economia e população: ensaio sobre o princípio malthusiano" (pgs. 157 a 211).

A explicação da unidade de pensamento, que liga, entre si, esses quatro ensaios de temas e de épocas diferentes, é dada por um *avant propos* sobre "o naturalismo sociológico" (pgs. IX a XXVI) e por um "apêndice" (pgs. 213 a 220), ao capítulo sobre Malthus, com que fecha o volume.

Mostra Vialatoux como a filosofia que inspirou todo o liberalismo econômico, e que derivou de Locke, a cujo estudo dedica um dos seus quatro interes-

santíssimos ensaios, — foi a mesma filosofia naturalista que hoje inspira o socialismo revolucionário.

O êrro inicial que nos trouxe á anarquía económica moderna, e a todo êsse desequilíbrio que Bergson observou com tanta acuidade filosófica, — foi estudar a sociedade pelos mesmos métodos de estudos da natureza inorgânica. Por muito tempo trouxe o primado das ciências filosóficas a ilusão de que as ciências morais e políticas não possuíam qualquer originalidade, nem exigiam métodos diferentes de estudo.

Bergson, ainda no seu último livro, acima citado, mostrou como — “a ciência se prendeu primeiro á matéria; não teve, por três séculos, outro objéto; hoje, ainda, quando não se junta á palavra outro qualificativo, está entendido que se trata de ciência da matéria. (*Les deux sources* - p. 338). E embora justificando essa inversão (*il fallait aller au plus pressé*) mostra Bergson como essa parcialidade comunicou ao pensamento o máo “hábito de tudo vêr no espaço, de tudo explicar pela matéria” (p. 339).

Foi esse e continúa a ser o êrro de todo positivismo *inconciente* que domina muitos mesmo daqueles que se julgam mais afastados do rotulo comteano. E particularmente é esse o engano fatal que penetrou os estudos sociais contemporâneos.

A análise desse “naturalismo” inconciente, da sociología, como de todos os seus ramos modernos, é feita por Vialatoux com grande precisão. E mesmo sem entrarmos, para não alongar mais este capítulo, nos pormenores do seu livro, convém mostrar alguns pontos de maior relevo, cuja meditação de muito serviria aos nossos sociólogos, quási todos participantes

da mesma ilusão de Augusto Comte, no pensar que se colocam para além da metafísica (*numa meta-metafísica*, diria Aristóteles...), quando de fáto são prisioneiros sem querer, como diz Vialatoux — “de uma ontologia metafísica que se ignora: a ontologia materialista” (p. XII).

Uma das confusões, mais frequentes, nesse estado de espírito, é o que poderíamos chamar o *monismo legal*. Damos, geralmente, ao termo lei um sentido uniforme, quando de fáto admite, como mostra Vialatoux, uma tríplice concepção: a lei *política*, a lei *moral* e a lei *física*. A primeira é uma regra imperativa da sociedade; a segunda é a norma interior de um sêr; a terceira é a relação constante entre os fenômenos.

“O *naturalismo* será uma tentativa de redução, e consiste em reduzir os dois primeiros sentidos da palavra ao terceiro” (p. XIX).

E daí a tentativa de construir o que Augusto Comte chama “física social”, fazendo da sociologia uma ciência natural e não uma ciência moral.

Esse movimento de naturalismo filosófico, em sua repercussão social, foi que levou á concepção do *homo oeconomicus*, seccionado “dos laços complexos e ricos que ligam os homens de carne e de alma ás realidades ondulantes e diversas da extensão e da duração, da família, da raça, do clima, do meio, da língua, dos costumes, do hábito, da pequena e da grande pátria, das solidariedades vivas do corpo, do coração e do espírito” (p. 40) e levado — “pela simples atracção *econômica*, que faz gravitar, sem limite nem prazo, no espaço e no tempo puro, sem resistên-

cias psicológicas, os produtores e os mercadores como os produtos e as mercadorias”.

Foi êsse o êrro psicológico tanto do individualismo, como do socialismo: tornar o homem escravo apenas como *monáda* (individualismo) ou como *átomo* (socialismo) da sociedade.

Esse duplo engano da economia moderna pecava pelo mesmo desconhecimento da posição do homem em face da economia, que o eliminou de suas considerações teóricas, o que não se faz sem as peores repercussões práticas.

Ao que Vialatoux responde mostrando como — “o *econômico* é qualquer coisa de humano, é o próprio humano, enquanto a necessidade e o uso das riquezas condicionam sua vida social temporal” (p. 84). E, assim sendo, é capital que, para possuímos uma economia sã, tenhamos uma concepção justa do homem.

Vialatoux estuda, de modo sucinto, as principais teses sobre o homem, a *materialista*, a *idealista* e a *dualista*, mostrando como nenhuma delas satisfaz e que só o conceito do homem como “um composto”, de matéria e espírito, corresponde á natureza das coisas e ás conclusões do raciocínio e da experiência (n. 91).

Todo conceito de *economia*, pois, que desconhecer essa natureza mista do homem, — entre a *necessidade* da sua natureza biológica e a *liberdade* de sua natureza psicológica — redundará em uma *ordem econômica* prática, viciada em suas raízes.

“Para responder ao verdadeiro conceito de ciência, deve ser antropomorfista a disciplina que se ocupa dos fenômenos econômicos humanos e, portan-

to, não apenas mecanista, nem mesmo apenas finalista a geito das ciências do sêr vivo, mas submetida ao princípio de uma *finalidade moral e espiritual*. De outra fôrma, colóca no seu ponto de partida, postúla a negação do humano" (p. 52).

Foi êsse o êrro de toda doutrina econômica naturalista, tanto liberal como socialista, tanto burguesa como proletária, e o resultado é a economia inhumana que nos levou do falso otimismo do século XIX ao ambiente catastrófico em que vivemos. O *naturalismo* é uma falsa concepção da natureza, pois desconhece a distinção fundamental entre "natureza inanimada", "natureza viva" e "natureza moral" (página 109).

E só compreendendo de novo a *natureza moral*, específica do homem, como o viu Bergson com toda a lucidez, poderá a filosofia econômica fugir a essa "tentação do inhumano", que Marcel Raymond vê na poesia moderna e que vamos encontrar também na moderna economia. Arrastado por uma filosofia econômica naturalista, deshumanizou o homem a sua economia. Só êle, compreendendo melhor a sua natureza, que participa ao mesmo tempo da ordem física, da ordem biológica e da ordem moral, poderá rehumanizá-la. E' a tarefa econômica do século XX, para além do liberalismo e do socialismo, âmbos ultrapassados e anacrônicos.

R A Ç A

O problema da Raça está na ordem do dia. O que vem provar, mais uma vez, que nada é mais falso do que acreditar — com o *espírito evolucionista*, que herdámos do século XIX e ainda predomina na grande maioria dos nossos contemporâneos — que os problemas e as soluções se *sucedem*.

Assim pensam os *positivistas*, com a sua falsa “lei dos três estados” (teológico, metafísico, positivo). Assim pensam os *socialistas*, com a sua falsa lei das três classes (Nobrêsa, Burguesía, Proletariado).

O que vemos, ao contrário, é que os problemas e as soluções co-existem ou alteram-se, ao longo do tempo, assemelhando-se na complexidade dos seus movimentos, muito mais a um *sistema planetário*, de cursos cruzados e órbitas múltiplas, do que a um *sistema fluvial*, de leito singular e curso contínuo.

Ha vinte e poucos anos, quando se falava no problema das raças, o livro que dominava, entre nós, o pensamento da época era o de Jean Finot, sôbre “A agonia e a morte das raças”.

Dos três elementos que Hegel, na Alemanha e Taine, em França, apresentavam como determinantes

da sociedade — raça, meio e momento — dominavam os dois últimos, ficando longe o primeiro, cuja importância tendia a desaparecer. Aquêles primeiros anos do século XX, que foram também os últimos do século XIX, acreditavam piamente no desaparecimento gradativo das *raças*, como também no das *nações*, no das *famílias*, no das *línguas*. O pensamento dominante (o que nunca exclui pequenos setôres contrários) era que a humanidade caminhava, *inevitavelmente* para o monolinguismo; para o Estado Único como para a fusão das famílias na sociedade em geral. Era o momento em que o *socialismo* fazia, nos espíritos, o seu trabalho de conquista e preparação sub-social, e em que o Esperanto era a esperança da reconciliação sentimental de todos os povos... Muita coisa desde então mudou. E si o socialismo conquistou o poder, em alguns pontos, perdeu, também, em muitos outros, e sobretudo nos espíritos mais livres, aquela sedução secreta ou confessada que exercia, pela convicção de veracidade *científica* dos seus postulados sociais: morte da religião, supressão da propriedade, eliminação das fronteiras, govêrno universal, economia única, e em matéria de Raça, desaparecimento acelerado de toda diferenciação e supressão imediata do problema, a não ser como “libertação das raças oprimidas”.

Tudo isso mudou, óra para um lado, óra para outro. Mas o quadro *simplista*, que então dominava os “espíritos avançados”, se transformou num quadro que, pelo menos se caracteriza por uma inextricável complexidade. Essa modificação é indiscutível, seja qual fôr a posição em que se coloque o observa-

dor de 1935. Dirão uns que é uma crise passageira. Outros que é o triunfo efêmero dos "reacionários". Mas o que não pôdem é negar que houve uma mudança radical, em quatro ou cinco lustros, em relação a todos esses problemas.

O problema da Raça, que o *Zeitgeist* de então apresentava como já inexistente, tal a evidência da "agonia e morte das raças", voltou ao palco e não já como simples corista, mas como "estrela"! E nomes, em vias de esquecimento, como Chamberlain, ou Vacher de Lapouge, voltam ao cartaz, encontrando novamente suas teorias uma surpreendente aceitação.

Dir-se-á que se trata apenas de um movimento "político", e que a Raça foi uma "idéa simples", (pois só com elas se fazem as revoluções) de que um aventureiro como Hitler lançou mão, para arrancar a Alemanha á situação humilhante a que a tinham levado o *Zusammenbruch* de 1918 e o tratado de Versailles, de 1919.

Em primeiro lugar, o *racismo* alemão é coisa muito mais profunda e grave do que uma simples restauração de prestígio político interno de um povo. É um fenômeno que se colóca em pleno curso da história moderna e que alterou todas as previsões dos deterministas sociais.

Em seguida, o movimento de atenção pelo Problema da Raça não se limita á Alemanha e, ao contrário, atinge todas as nações da terra, em todos os continentes.

Nem é apenas um regimen político que por êle se interessa e sim todos êles, democráticos ou autori-

tários, monárquicos ou republicanos, capitalistas ou socialistas.

E não é, ainda, sómente a Sociologia, que se preocupa com ela. Todo um movimento científico *autônomo*, se vem formando, nesses últimos anos, em torno do problema ético, e, hoje, a Eugénia é uma ciência que deu entrada oficialmente no corpo geral das ciências, sejam quais forem os exagêros dos seus introdutores, desde Galton.

Ha, portanto, uma alteração completa no modo apaixonado por que hoje se encaram as questões de Raça, em contraste com a indiferença de ha trinta anos.

Chegou, pois, muito a propósito, o livrinho do nosso patricio, o grande poeta Jorge de Lima (também médico e curioso de antropologia). Tese escrita originalmente e publicada em alemão, intitula-se "*Rassenbildung und Rassenpolitik in Brasilien*". (Verl. Adolf Klein - Leipzig - 1934).

É um pequeno ensaio, de escassas 51 páginas, em que Jorge de Lima expõe o seu pensamento sobre o problema de nossa formação social.

Depois de sugerir tenha sido o Brasil "a Atlântida do mito europeu" (p. 9) passa a estudar o "homem brasileiro", mostrando que — "o elemento ético desenvolve, sem dúvida, uma influência muito maior sobre a evolução dos povos, do que fatores geográficos ou outros materiais do gênero" (p. 13). Ao passo que no resto da América do Sul, a mistura é de sangue branco com índio, no Brasil se faz, incessante, no período da conquista, entre brancos, negros e índios, acentuando nos primeiros "a influência germânica" (p. 24) através dos portugueses.

Estudando o índio, encontrado no Brasil pelos portugueses da conquista, passa a indagar, em capítulo á parte, si a formação ética do Brasil nos leva a uma "mistura racial" ou a um "processo de seleção" e opta por esta segunda alternativa. "Distinguimos, no Brasil, dois períodos de formação ética. Vai o primeiro do século XVI ao último quartel do século XVIII" (p. 25). Nasceram daí os mamelucos, mulattos e cafusos, produtos do hibridismo luso-índio, luso-negro e índio-negro.

"O segundo período começa no início do século XIX e prosegue no presente. Caracteriza-se por uma mistura sanguínea de caráter fortemente europeu e recentemente asiático" (p. 26).

E aí apresenta o essencial de sua tese, que é a "arianização progressiva" da raça brasileira. "Póde-se demonstrar que o quociente da raça branca cresce, no Brasil, de ano para ano" (p. 26). E apresenta algumas estatísticas, é certo que sem grande valor científico, pois ainda nada temos de sistemático nesse sentido, mas que sugerem o seguro e gradativo predomínio da raça branca sobre os mestiços e os negros.

De 1835 a 1890 os "brancos" teriam passado, em números redondos, de 80 mil a 6 milhões, ao passo que os "mestiços" subiram de 600 mil a 4 milhões e os negros permaneceram por volta dos 2 milhões.

Cifras incertas e aproximadas e sobretudo muito antiquadas, pois uma falsa compreensão dos preconceitos de raça fez que o último recenseamento não nos fornecesse dados seguros sobre o assunto. Mas a observação do meio social brasileiro revela que a tese

está certa, e que o desaparecimento precitado dos indígenas, junto á diluição progressiva do sangue africano no afluente europeu, confirmam a sentença do autor de que "a arianização do povo brasileiro se opéra por um processo natural" (p. 49). O que não impede que se torne necessária, segundo êle, uma "política racial" que preserve a "unidade étnica do nosso tipo de povo" (p. 50).

Ha dois modos principais de preservar, biologicamente, a unidade étnica de um povo. Ou impedir o cruzamento de raças radicalmente diversas, ou deixar que se processe a eliminação das raças mais fracas pelas mais fortes.

O primeiro processo é o que tem regulado, na América do Norte, as relações de brancos e pretos. Em 28 Estados da União é proibido o casamento entre as duas raças. (O que não impede que os norte-americanos amaldiçoem Hitler, por fazer o *mesmo* que êles fazem, apenas contra os judeus e não contra os negros...) E um autor, tão equilibrado e prudente em suas conclusões científicas como Samuel Holmes, que aceita como biologicamente inocuo o cruzamento de raças, condena a união de brancos e negros. "A superioridade intelectual do mulato sobre o negro não é motivo suficiente para se advogar o amálgama das raças branca e negra. Se o mulato é mais inteligente que o preto, é aparentemente inferior, no físico, a este, e, de todos os pontos de vista, inferior ao branco. Todo sistema de cruzamento que suponha a substituição de crianças brancas por mestiças, só pôde ser considerado como uma séria ameaça. Deve ser condenado não apenas do ponto de vista biológico,

mas ainda porque levaria á degeneração social e moral. Afirmar, entretanto, que o cruzamento branco-preto é indesejável, por motivos biológicos, não implica que o cruzamento de raças seja mau por si" (*Samuel J. Holmes*) - *The Trend of the Race* - Constable & C^o., 1921, pag. 264).

A teoria do professor de Zoologia da Universidade de California (Berkeley), que é a predominante nos Estados Unidos e torna insolúvel, para ela, o problema negro, é a mesma que na Alemanha levou á política racista de Hitler, que nela se apoia com base científica ou que tal pretenda. "Casamentos entre pessoas de forte dissemelhança de constituição (*Wesensart*), cultura (*Bildung*) e concepção geral da vida (*Weltanschauung*) não costumam dar bom resultado. E particularmente devem ser condenadas as uniões mistas entre raças fortemente diferenciadas" (*E. Fischer, E. Baur, Fritz Lentz. Menschliche Erblichkeitslehre* - J. F. Lehmanns Verl., Muenchen 1927, vol. II, pag. 503) diz um dos tratados alemães mais completos e modernos sobre o assunto, *antes do regimen hitlerista*.

Na Inglaterra, vamos encontrar autores, dos mais recentes que também condenam o cruzamentos de raças heterônomas. "The result of such a cross (entre brancos e pretos) is unfavourable" (*Carr Saunders - The Population Problem*. Clarendon Press - Oxford - 1922, p. 380).

Como se vê, o purismo racial não está hoje tão morto, como se faz crêr geralmente entre nós, para combater as precipitadas conclusões de Vacher de Lapouge, Gobineau ou Agassiz a respeito da nossa mestiçagem racial. Póde-se mesmo dizer que a maio-

ria dos modernos biólogos tende a essa preservação da pureza racial, em oposição, como vimos, às teorias dominantes há 20 ou 30 anos.

Por outro lado, muitos preconceitos foram desaparecendo. E mesmo nesses "puristas" há uma consideração muito mais objetiva e próxima da realidade, do que nos autores, mencionados do século passado.

As diferenças entre as raças humanas são hoje atribuídas a simples variações de hormônios. "As diferenciações raciais consistem, em grande parte, na diferença das secreções internas" (*Baur, Fischer, Lenz*, - op., cit., vol. I, pag. 574; cf. *Paulsen, Keith*, cit, pelos mesmos).

E a história das civilizações testemunha em favor do *melting pot*: - "As tribus nordicas, que migraram para a velha Índia, a Grécia, a Itália, só atingiram o seu maior brilho, depois de misturas variadas com as populações primitivas" (*ibid.*, pag. 577).

Os estudos de Boas sobre os índios da América do Norte e sobre as populações da África do Sul levaram-no a negar os preconceitos correntes contra o hibridismo. E Stuart Holmes, que relata essas e outras observações sobre o assunto, assenta que — "não há motivos para concluir que os híbridos, mesmo de raças distintas, sejam mentalmente menos desenvolvidos que a média da raça inferior. Em geral, a experiência parece mostrar que eles possuem um grau de inteligência mais ou menos intermediário entre as raças de que derivam. Nos povos em que houve muitos cruzamentos (*intermingling*) de raças de diferentes níveis culturais, os produtos mestiços (*mixed breeds*) tendem a ocupar uma posição relativamente avançada

da" (Stuart Holmes - op. cit. pag. 261). E mesmo na América, onde o purismo racial (no que se refere às diferenças de côr) é muito vivo, certos autores já afirmam que não é possível, no estado atual da ciência, tirar conclusões seguras sôbre o problema do cruzamento de raças muito dissemelhantes (ct. *J. G. Wilson - The Crossing of Races - Popular Science*, n. 79, p. 486|495). E outros mostram como as raças se aproximam em suas qualidades e defeitos. "Parece evidente, em geral, do ponto de vista sociológico e etnológico, que as diferenças inerentes á qualidade das raças são muito menores do que se supunha (*Ed. Byron Reuter. Population Problems. J. B. Lippincott (University of Yowa), 1923, pag. 275*).

A segunda alternativa, pois, a que acima aponteí, para a defesa de nossa "unidade étnica", isto é, deixar que se processe a eliminação das raças mais fracas pelas mais fortes — é pois um caminho aberto, em face das mais recentes conclusões de antropologistas e sociólogos que se ocupam com o problema da população. E esse processo é o que está na linha da nossa tradição e da nossa "Welt-anschauung".

A intervenção positiva e dirêta do Estado, nesse assunto, hoje advogada francamente e que o próprio Jorge de Lima propõe, precisa ser cuidadosamente estudada e delimitada para não cair no absurdo "estatismo" moderno, que tanto se dá na Alemanha ditatorial como na Norte América liberal. Autores os mais democráticos do mundo só nos recomendam a execução dos *inferiores* porque os *costumes* ainda não compreendem a sua urgente necessidade (...). Ou para citar textualmente esse trecho, que é uma amostra da mentalidade *científica* do materialismo

moderno: "Numerous coercive measures for restricting the multiplication of the inferior have been proposed and advocated and in some cases put in operation. *Execution* is the most immediately effective way, but is one not generally (...) falling within the mores of the group" (Ed. "B. Reuter", op. cit. n. 316).

Esse texto precioso dá bem idéa dos perigos que, nesse delicado terreno racial, temos de enfrentar contra o materialismo eugênico de uma ciência superficial, pedante e falsa.

O livrinho do sr. Jorge de Lima, embora seja uma tese muito sumária, sôbre tão complexo problema, sem entrar a fundo nas interrogações que levanta e apresentando grandes deficiências, parece-me certo em sua orientação geral. E marca mais uma irradiação do nosso pensamento na "Weltliteratur".

Uma dessas deficiências está nas considerações que faz das raças aborígenes, sem levar em conta nenhuma das conclusões da escola histórico-cultural e ainda apoiado no evolucionismo do século passado.

Nesse ponto, acaba de trazer uma contribuição excelente a tais estudos o 1º volume da grande obra do sr. Yan de Almeida Prado — "Primeiros Povoadores do Brasil".

Tanto no estudo que faz dos judeus, como dos portugueses e dos índios, habitantes do Brasil precabralino, fundado numa documentação abundante e rigorosamente de primeira mão (a bibliografia do fim do volume é preciosa) — coloca-se já agora o sr. Yan de Almeida Prado entre os mais abalisados dos nossos historiadores. O estudo que faz de início do nos-

so povoamento, embora não focalize propriamente o problema racial, será, doravante, indispensável para a sua compreensão. Fôra de desejar que a notável contribuição que trouxe á distribuição tribal dos nossos índios também houvesse trazido á composição étnica dos povoadores brancos. Mostra, aliás, que o afluente luso, da nossa primeira *race breeding*, vinha mesclado de outras raças, pois as tripulações das náos e caravelas eram mixtas. “Na éra dos descobrimentos havia grande mistura nas tripulações. Encontravam-se portugueses a bordo de navios francêses, alemães a bordo de portugueses, inglêses e italianos a serviço dos espanhóis, quando acaso não estavam todos reunidos na mesma caravela” (p. 180). E antes já informára que — “Biscainhos, genovêses, napolitanos, talvez mesmo orientais, davam seu contingente aos embarcadigos que vinham para o novo mundo. Foi, por conseguinte, bem variada a ascendência branca dos primeiros mestiços do litoral, que tantos serviços iam prestar á infiltração portuguesa” (p. 74). Até que ponto essa mistura de raças afetou a pureza do ramo lusitano inicial? A que raças pertenciam os os dois degredados de Cabral e os primeiros 24 povoadores da feitoria de Vespuccio, em Cabo Frio? E as outras, do litoral acima e abaixo? Até que ponto deixaram os francêses seu sangue nos mamelucos através de seus cruzamentos, de que Jean de Lery, Thevet ou Paulmier de Gonneville nos dão noticia?

Respostas que, conhecedor emérito do assunto, como acaba de revelar-se o sr. Yan de Almeida Prado, já agora incluído entre os mestres da nossa historiografia, poderá dar-nos no seu próximo volume,

quando estudar o importantíssimo, o capital problema do *africano*.

Enquanto não tivermos estudos sólidos, como êsse e documentação estatística, só podemos ficar, em matéria de política racial, no terreno impreciso das conjetúras.

ECONOMIA E FINANÇAS DO BRASIL

Uma das ciências que o século XIX julgou ter assente em bases inabaláveis, e que mais tem sido posta á prova pelo século XX, é a Economía Política. E' certo que, no próprio século passado, de dois extremos do horizonte social — da escola social católica e do movimento socialista particularmente de Proudhon e de Marx — lhe eram feitas críticas severas, mostrando-se o seu êrro capital, que era dar o carácter de ciência exáta (*agora e sempre*) a uma ciência hipotética (isto assim sucede, *caso...*)

Uns e outros vindos embora de quadrantes ideológicos totalmente diversos, mostravam a ruptura que a economia política clássica fizera, sem querer, com o *homem* em carne e ôsso e com as suas instituições sociais.

Um dos grandes progressos da ciência econômica, atualmente, é ter-se encaminhado nêsse sentido. Quando julgavam os professores que a sua ciência estava definitivamente formada (tanto assim que ha, para a economia política, compendios de estudo estereotipados como para geometria ou botânica) — veio

a experiência da realidade social e pôs tudo de pernas para o ar.

As leis econômicas e financeiras que haviam assumido um carácter de leis físicas se mostraram, muitas vezes, em contradição com os fatos. Dógmata de política comercial, de geografia econômica, de fiscalidade ou de moeda, sofreram as maiores perturbações. E a realidade financeira e econômica, ha vinte anos, não faz mais do que provocar as maiores desilusões áqueles que se prendem á intangibilidade da ciência clássica.

Em face disso, uns negam a possibilidade de toda ciência, de natureza segura, nesses terrenos flutuantes como o homem e a sua política econômica. Outros se refugiam nos símbolos matemáticos, exagerando a abstração da ciência, para fugir aos desmentidos da realidade complexa e fugitiva.

Outros, enfim, e creio que estes estão no bom caminho, procuram estudar de mais perto a realidade econômica e financeira, em suas variações, em sua complexidade, no jogo das suas liberdades e de seus ritmos, nas suas relações com o homem real e não com o mito do *homo oeconomicus*, no íntimo contacto que tem com as instituições políticas, com os sistemas filosóficos, com os temperamentos individuais, com as religiões, enfim, com a concepção geral da vida. E desistindo de formular leis prematuras, generalizando com precaução, estudando córtices mais limitados da realidade social, acompanhando de perto os acontecimentos sem *parti-pris*, mas também sem preconceito relativista ou ceptico, escrevendo monografias em vez de tratados — estão a meu vêr, no único caminho compatível com uma época de transição de

regimens como a nossa. E vão se aproximando do verdadeiro conceito das ciências econômicas e financeiras, que são ciências eminentemente *concrétas e humanas*, que devem contar, como elemento substancial do seu estudo, com a *liberdade* do seu objeto, o *homem* e com o seu contacto simultâneo com o determinismo da *natureza* e a espiritualidade substancial de sua alma.

Pois bem, é uma dessas monografias de carácter concreto e vivo, sobre a nossa situação econômica e financeira, que nos vem dos Estados Unidos.

O autor, J. F. Normano, atualmente professor de ciências econômicas na Universidade de North Carolina, conhece o Brasil, creio eu, possui uma boa documentação de estatísticas, relatórios, livros, jornais, etc., sobre o assunto; e escreve *Brazilian etudy of economic* (University of North Carolina Press (Chapell Hill, 1935) com um conhecimento não apenas superficial, mas profundo do assunto. Desigual no estudo e na preparação de suas fontes, encontram-se alguns enganos no livro, como na historia da introdução do café no Brasil. Verdadeiro *scholar*, porém, sabe aproveitar as fontes abundantes e autênticas que minuciosamente preparou, e dá-nos um estudo que deve ser lido e meditado por nossos homens públicos. Pois não faz um estudo de gabinete, para homens de gabinete. E, ao contrário, apesar das cifras abundantes com que acompanha suas considerações, — mantém-se sempre em contacto com a realidade viva e trabalha para ser utilizado na política econômica e financeira dos dias de hoje e sobretudo de amanhã.

Na hora em que os maiores desenganos do presente lançam em tantos corações brasileiros a esperança de um novo Estado, de novos métodos de ação, de um novo espírito para arejar o ambiente envenenado em que vivemos desde o centenário da Independência — livros como esse são de meditação necessária a todos os que não desanimam do Brasil, mas preferem o conhecimento desapassionado da realidade, por mais dura que seja, aos lirismos fáceis e utópicos.

Pois bem sabemos que o regimen em que aquí vivemos, em matéria econômico-financeira, é pintar de negro o que foi feito pelos antecessores e de cô-de-rosa o que se está fazendo. Era a história das mensagens oficiais da primeira República e continua a ser a prática indefectível dos políticos revolucionários, depois de 1930. Não se mudou nada. Apenas, o que sucede, é que a situação vai *peorando sempre, financeiramente, e sempre se reconstituindo econômica-mente*.

Dirão os pessimistas que a razão é que, economicamente, é a *natureza* que age e a melhoria vem sem nosso concurso. Ao passo que financeiramente são os *homens* que agem e estes, entre nós, só têm feito, sobretudo durante a República (pois o Império passou da miséria absoluta, em 1822, á melhor posição financeira que até hoje já gozou o Brasil, em 1889), levar o Brasil de moratória em moratória, de baixa em baixa de câmbio, até a lamentável situação em que nos encontramos.

O sr. Normano aplica a toda a nossa história fi-

nanceira o juízo severo mas justo dessa nossa eterna imprevidência. "Nêsse capítulo agitado (finanças) da história brasileira, o único fenômeno tradicional são os *déficits*, as emissões de papel moeda e os aumentos da despesa pública" (p. 117).

Não se pense, porém, que esse estrangeiro tenha o mínimo propósito de nos detraír ou seja pessimista quanto às nossas possibilidades. Longe disso. Seu estudo é feito com a simpatia humana de quem sinceramente se interessa por nós e suas conclusões são francamente otimistas a nosso respeito. Mas, nem quanto a louvores nem quanto a críticas, encontramos aqui esses excessos, que fazem das nossas discussões econômicas e financeiras como outróra das nossas discussões gramaticais, capítulos apaixonados de romance e polêmica.

O plano adotado pelo autor não é banal e se mostra perfeitamente adequado ao seu propósito de fazer um estudo *concreto*, não *livresco*, de nossa vida econômica e financeira.

Versa, no capítulo primeiro, o fenômeno tão bem examinado, pela sociologia norte-americana, pois é o nervo da história dos Estados Unidos: *the moving frontier* (pgs. 3 et passim). Essa deslocação, sobretudo *interior* da fronteira, reflete-se diretamente sobre a vida econômica da nacionalidade. E' a sua colonização interior, sua passagem do desconhecido ao conhecido, pelas *entradas* e *bandeiras* do período colonial e depois sua passagem do deserto ao povoamento e do mato e campo virgem á cultura econômica, pelos homens que levam para a frente a fronteira econômica. Esses homens podem ser distribuídos em quatro tipos principais, que Normano estuda no ter-

ceiro capítulo: o *bandeirante*, o *fazendeiro*, o *paulista* e o *estrangeiro*. E ainda nesse capítulo estuda um quinto *típo* econômico, já não mais humano, mas natural, que influi também decisivamente na história de nossa economia — o *sertão*.

Basta essa enumeração para vermos a originalidade e ao mesmo tempo o carácter concreto do método empregado por esse autor. E' a primeira vez, creio eu, que se faz a história tipológica sistemática da nossa economia, embora figuras essenciais, como o *senhor do engenho*, o *tropeiro*, ou o *bandeirante*, tenham sido já estudadas á parte. Sôbre êsses estudos brasileiros, aliás, é que J. F. Normano baseia a sua síntese tipológica.

A um dêles, ao *paulista*, dá aliás um significado muito mais amplo que habitualmente. O *paulista*, para êle, é o *típo* moderno do brasileiro empreendedor, ativo, enérgico, pertinaz, desbravador dos desertos, iniciador de indústrias, fundador de bancos, que começou a nascer no Brasil na *era Mauá*, mas que em São Paulo é que encontra, modernamente, os mais abundante e típicos dos seus representantes.

E o *fazendeiro* foi o *típo* econômico que estava por detrás de toda a política do Imperio — “o paulista sucedeu politicamente ao fazendeiro, como os *novi homines* das velhas famílias de Roma substituíram os senadores rurais” (p. 77).

Antes de estudar, porém, o *típos* econômicos do Brasil, acentuando a importância fundamental do *sertão*, como o mercado do futuro de que depende o equilíbrio da economia atual do Brasil (p. 68) — estudara Normano no terceiro capítulo, que é sem dúvida o principal de todo o livro, um fenômeno

meno a que liga toda a nossa história econômica e financeira: *the perpetual change in the leading products* (pgs. 18 a 56).

Essa variação de predomínio entre as nossas principais produções agrícolas - açúcar, algodão, cacão, borracha e café - é para Normano o tema principal da economia brasileira. "A história da economia brasileira é uma série de records sensacionais com sensíveis flutuações. E' a história do aparecimento e desaparecimento de indústrias inteiras" (p. 18).

Essa instabilidade impede que o Brasil tenha uma economia independente. Ao contrário — "o carácter mono-produtivo da economia brasileira tornou o país cativo dos preços mundiais" (p. 54). E essa dependência em que se encontra a economia brasileira dos preços externos agrava aquela instabilidade e fecha o círculo vicioso. De modo que, até hoje, a economia brasileira está ainda na fase da repercussão e da passividade". (O Brasil) só é um supridor do mundo em momentos de emergência, quando uma deficiência de produção eleva os preços e permite a competição de produtos caros" (p. 34).

Em capítulo especial, o 4.^o, estuda Normano essa "repercussão, no Brasil, das ondas econômicas mundiais" (pags. 83 a 113). Mostra como sob a égide de Adam Smith e do liberalismo econômico britânico se operou aqui a primeira fase de nossa independência econômica. Poderia ter começado, aliás, por mostrar como as doutrinas econômicas *mercantilistas* explicam muita coisa da nossa economia colonial.

Mas Normano prefere ocupar-se com os fenômenos mais recentes e que mais repercussões ainda revelam no Brasil de hoje. Estuda depois o início do

nosso capitalismo, nos meados do século e especialmente com Mauá, o iniciador dos nossos grandes empreendimentos econômicos, o lançador de empresas, o fundador de bancos, o animador de todo o nosso progresso material, da nossa *industrialização*, segundo os dógmas dominantes do manchesterianismo e do saint-simonismo dominantes então na Inglaterra e na França, nossos modelos. Chama a êsse parágrafo do seu capítulo de *espírito de associação*, tirando-o do discurso com que Mauá inaugurava, em 1851, o Banco do Comércio e Indústria do Brasil: "O espírito de associação, senhores, é um dos elementos mais fortes da prosperidade de qualquer país, é, por assim dizer, a alma do progresso " (pag. 89).

Essa mágica palavra invade então o Brasil, como invadiu o Mundo, e Mauá é um dos seus grandes pregadores, se não o maior. E Normano estuda, em seguida *the nineties* (p. 67), o fim do século XIX, quando a industrialização do Brasil se acelera, para vir, com a República e particularmente a partir da *grande guerra* (p. 103) a constituir o carater novo da economia brasileira, em que viriam predominar os dois últimos tipos que estuda o *paulista* e o *imigrante*.

Normano considera essa industrialização inevitável e chama *política de avestruz* (pag. 13), tudo o que seja pensar na volta á *pura vida agrícola*. Escrevendo, aliás, do ponto de vista inconciente do capitalismo racional e científico, que faz ainda a apologia da *mass-production* (pag. 213), — aceita Normano a evolução econômica, como um fatalismo que se recusa a qualquer demonstração do que deve ser e se subme-

te sempre ao que é. Penso ser uma atitude apenas aparentemente objetiva e provém de uma concepção filosófica insuficiente da Economia, suprimindo-lhe sua subordinação fundamental á Ética.

Essa aliás, a meu vêr, a deficiência do livro.

Ocupa-se da Economia como se essa fosse uma atividade autônoma ou mesmo soberana. E apesar de arejá-la e aproximá-la da realidade concrêta, não vai até onde devia ir e apresenta-a ainda *seccionada* das raízes psicológicas do homem e da sua *vida total*. Daí a ausência de um capítulo sôbre a *psicologia do brasileiro*, que seria indispensável para completar as explicações concrêtas que procura dar de nossa história econômica.

Nos três capítulos finais passa da Economia ás Finanças.

Faz uma síntese bem feita de nossa história financeira, suas aventuras, flutuações, reformas, promessas, dentro daquela linha de permanência de *déficits*, de gastos, de papel-moêda, que a princípio indicámos.

Duas figuras estuda mais de perto: "o romantismo de Ruy Barbosa e o realismo de Murtinho", mostrando como este indica o caminho de nossa saúde financeira e aquele o símbolo do *diletantismo*, típico da nossa vida financeira. "Diletantismo é um traço comum das finas mensagens presidenciais de outros tempos e dos grossos volumes atuais" (pag. 124).

E, depois de páginas interessantíssimas e implacáveis, sôbre a nossa história financeira, que aliás diz êle "não é mais caótica do que a de outra qualquer

nação do tamanho e do estilo do Brasil" (p. 194), dedica o capítulo final á Segunda República".

Critica severamente o relatório de Sir Otto Niemeyer, mostrando que êle desconhece a realidade efetiva do Brasil e propõe remédios financeiros, aplicáveis a Londres e não ao *sertão brasileiro*, quando as finanças brasileiras são uma função da economia, e esta das condições geográficas, raciais, climatológicas, psicológicas e políticas do sertão brasileiro.

E a título de conselho, em suas conclusões "de prognóstico relativamente otimista" (p. 220) diz-nos que — "o plano principal de um programa econômico para o Brasil é a formação de uma verdadeira união econômica, onde já agora existe a federação política e onde não ha obstáculos geográficos ou históricos que impeçam essa união econômica" (p. 210). Podemos subscrever, inteiramente, esse programa, pois a desordem de nossa economia e de nossas finanças estão exigindo um "plano nacional" de equilíbrio e de funcionamento, na base de um conhecimento real de nossas condições e possibilidades.

E como "meio" de sanificação econômica, propõe Normano o recurso aos — "capitais nacionais, a organização desses capitais e sua aplicação no desenvimento da economia doméstica" (p. 220).

A formação desse "mercado nacional" será a libertação daquela submissão aos "preços mundiais", que tem sido a fatalidade de nossos desastres econômicos do algodão, da borracha, do fumo (a que não faz referência e que, entretanto, foi a base de nossa economia no século XVII, cf — "Lucio de Azevedo" — "Épocas de Portugal Econômico"), do cacão.

e é a razão da ameaça contínua de verdadeira catástrofe nacional que pésa sôbre o nosso café.

Esse livro, portanto, apesar de seu naturalismo econômico, é um repositório de ensinamentos uteis para conhecimento da Economia e das Finanças patriícias.

Não esperemos por varinhas de condão. Nem por perfeições inatingíveis. As finanças dependem da economia, como esta da filosofia da vida. E o *homem completo*, na sua imperfeição de fáto, é a medida de todas três. Mas o progresso, nesse terreno, também é possível.

SOCIOLOGIA CATÓLICA

A sociedade existe para o homem e não o homem para a sociedade.

Poderia ser este, creio eu, o lema de toda sociologia cristã. E nestas ligeiras palavras o que eu desejo apenas é evocar os princípios gerais que devem informar uma sociedade cristã, em confronto com os que informam a sociedade de nossos dias.

Tenhamos a coragem de confessar que nada é mais estranho ao espírito de nossos dias, ao que os alemães chamam o *Zeitgeist*, do que esse conceito de sociedade cristã. Nós vivemos, como Devas o apontou com muito fundamento, em uma sociedade nitidamente post-cristã. Foi o Renascimento que marcou decisivamente o início, por assim dizer *oficial*, dessa nova era social que se viria distinguir por um abandono progressivo dos princípios cristãos, como informantes da vida coletiva. Mas ainda antes do movimento *humanista* dos séculos XV e XVI, podemos encontrar tendências claras para essa descristianização social, no movimento absolutista das grandes monarquias vitoriosas do feudalismo, e na restauração do direito romano, essencialmente *individualista*, contra o di-

reito costumeiro medieval, essencialmente *comunista*.

Começou, desde então, em todos os terrenos humanos, quer individuais quer sociais, um movimento de *humanização* crescente. Na *vida internacional* passaram os governos temporais a afirmar cada vez mais acentuadamente, o conceito de soberania nacional absoluta contra qualquer ingerência do poder espiritual em negócios temporais. Na *vida econômica* começaram a prevalecer as escolas exclusivamente mercantilistas, para as quais a *moêda*, em vez de ser um simples símbolo ou estalão de troca, passava a ter um valor absoluto. E a riqueza começou a tornar-se um fim em si, cada vez mais independente de qualquer limitação moral. Na *vida política*, veio Rousseau inverter integralmente todo o conceito de soberania interna, passando o poder a derivar, não mais de princípios morais absolutos emanados diretamente de Deus, e sim de uma pretensa *volonté générale*, de um consenso espontâneo dos próprios homens, baseado apenas na sua livre escolha social.

Na *vida filosófica*, Descartes marcára o início da *cisão*, da dissidência introduzida no mais íntimo do pensamento humano, em oposição ao conceito de *harmonia*, de consenso, de concatenação de toda a vida do espírito humano com a vida da natureza e com a vida divina. A escolástica, em suas expressões mais puras, especialmente no Tomismo, fôra (e é ainda hoje, como o será para sempre) uma filosofia integralista, uma filosofia da continuidade, uma filosofia essencialmente harmoniosa, cujo fundamento é sempre extra-humano, — tendo de um lado Deus, como centro do plano criador, e de outro lado a ma-

téria como extremo do plano criado. O homem, assim, é apenas o mediador entre o centro da vida e a periferia de inércia. E a vida não cria por assim dizer soluções de continuidade nessa ascensão do ser que apenas se desenvolve gradualmente no âmbito de uma vitalidade, de uma perfeição crescente, da pura potenciação até o Áto Puro. Descartes, — assentando sobre a própria consciência individual o fundamento de toda certeza; criando, como método de pesquisa, a dúvida sistemática; cindindo de forma categórica o espírito e a matéria; sustentando a mecanização da natureza, da própria vida animal; tornando precários e relativos os laços entre Deus e os homens; — Descartes foi a fonte moderna dos dois grandes movimentos filosóficos antropomórficos dos nossos dias — o *determinismo científico*, para o qual a realidade é matéria pura e as suas leis psico-mecânicas acessíveis aos nossos sentidos, e o *idealismo filosófico*, para o qual a realidade é o espírito puro e a sua dialética inflexível. Sendo que esta última é a grande corrente dominante em nossos dias — o *monismo idealista* —, que sucedeu á anterior, dominante no século passado: — o *monismo materialista*.

Na *vida religiosa*, enfim, a Reforma veio iniciar outro grande e fundamental dissídio, *individualizando* de modo crescente e inflexível, as relações entre o homem e Deus, e entregando a herança de Cristo ao arbítrio á anarquia de cada veleidade.

Na *vida internacional* como na *vida política*, na *vida filosófica*, como na *vida econômica*, ou na *vida religiosa*, — o movimento descristianizador da sociedade ocidental contemporânea se fez pela revolta do homem contra Deus, pela redução da vida

religiosa ao mundo fechado de cada consciência individual, pelo relativismo filosófico, pelo subjetivismo psicológico, pelo liberalismo político, pelo pragmatismo social, pelo livre exame evangélico, tudo, tudo modalidades diversas do mesmo *antropomorfismo* radical, que é o grande engano mortal dos nossos dias.

O Renascimento humanista do século XV, a Reforma livre-examista do século XVI, o Cartesianismo subjetivista do século XVII, o Enciclopedismo racionalista do século XVIII, a Revolução individualista do século XIX, — eis aí cinco etápas sucessivas da libertação crescente do *homem* de todos os laços que o cerceavam. Toda a história contemporânea, dos fins da Idade Média para cá, é apenas história de uma ruptura crescente, de uma cisão cada vez mais variada no espírito de cada homem e nas idéas que informam todo o corpo social. Para quem estuda, mesmo superficialmente, o *espírito* do mundo moderno, a partir da reação anti-medievalista que se vinha processando, como vimos, na própria Idade Média — o que não pôde escapar, é exatamente aquele problema que angustiou toda a vida de Henry Adams — a *multiplicidade* do século XX em face da *unidade* do século XIII.

O absoluto *individualismo*, portanto, é um dos resultados, um dos extremos a que chegou o mundo moderno, como consequência das libertações sucessivas de quatro séculos de inversão dos valores humanos e divinos, pela subordinação crescente destes áqueles, de Deus, reduzido a puro *conceito*, ao Homem, elevado a Realidade suprema, em forma de *Ação* pura, de puro dinamismo criador.

Se evocarmos de novo, depois dessa vista d'olhos

pela descristianização do mundo moderno, a frase em que acima resumimos a sociologia cristã — “a sociedade existe para o homem e não o homem para a sociedade” — pareceria que afirmávamos um contrasenso. Pois, se a sociologia cristã afirma que a sociedade existe *para o homem*, como pôde ser anti-cristão todo esse movimento *humanista* contemporâneo?

Si o antropomorfismo é o espírito do mundo moderno, não será também antropomorfo um lema como esse que apresentamos?

Antes de explicar essa aparente anomalia, mostremos que o *individualismo* como consequência direta da falsa libertação humana, culminou com a Revolução Francêsa, e com o movimento democrático-liberal que até hoje se alimenta no Código dos Direitos do Homem, nos chamados “imortais princípios de 89”. Esse individualismo, porém, não foi a consequência *única* da insurreição sistemática do homem. Ele foi apenas a *primeira* consequência, aquela que derivava diretamente, como vimos, do *humanismo* da Renascença, do *livre exame* da Reforma, do *egotismo* cartesiano, do *racionalismo* enciclopedista. A Revolução Francêsa individualista foi a consequência direta e imediata de todos as rupturas entre o individuo e a Fonte em que até então se alimentava. Mas o homem não parou aí. E a Revolução Francêsa marca, ao mesmo tempo, o apogeu e o declínio desse individualismo sistemático.

Pois foi justamente por essa época que começou na Europa, (até então o palco da civilização moderna), um duplo movimento revolucionário, — pois

uma vez entrado o homem no caminho das revoluções, dele só consegue sair ou pela inanição ou pela força. Só a violência ou a morte tem curado as civilizações humanas do vírus da insurreição sistemática.

Essa dupla revolução a que me refiro, no século XIX, depois da Revolução Francêsa individualista, — foram a Revolução Industrial, na Inglaterra e a Revolução Social, no continente.

O *socialismo* e o *industrialismo* nasceram justamente quando o *individualismo* atingia a sua culminância. E se examinarmos objetivamente esses três movimentos sociais, sem a enganosa intenção de forçar a realidade por um simples amor á simetria, — veremos que ás aparentes antinomias da superfície se juntam as mais íntimas relações na substrutura de idéas. Pois tanto o socialismo revolucionário, como o capitalismo industrialista nasceram, ao mesmo tempo, como *produto* do individualismo e como *reação* contra êle.

Ambos nasceram, em primeiro lugar, como *produtos* do individualismo de 89.

De fáto, o socialismo que então começou o seu surto moderno, tendia a completar e não a anular o movimento revolucionário de 89. No fundo da ideologia socialista o que ha é justamente a revolta contra as desigualdades sociais, o anseio de aumentar a felicidade do homem sôbre a terra, o desejo de impedir a exploração das classes inferiores da sociedade em beneficio das classes superiores, a proteção dos chamados *produtores* contra os abusos dos chamados *parasitas*.

Essa é a base justa, humana, racional, de todo o movimento socialista contemporâneo. Apenas, para

atingir esse ideal vinham os socialistas prosseguir na falsa emancipação do homem que se processava desde o século XV. A revolução socialista, portanto, vinha ser um élo a mais na série de revoluções anteriores, todas elas feitas em nome dos direitos do indivíduo, do homem individual, sujeito de direitos e não mais objeto de deveres.

Por outro lado, o *industrialismo* nascia também como fruto dessa emancipação individual. Os progressos na técnica maquinista tiveram os mesmos efeitos dos progressos na ciência experimental. Aqueles tendiam á emancipação da *Economia*, como estes á emancipação da *Ciência*. E ambos vinham portanto insurgir-se contra a hierarquia das atividades humanas, fruto precípua de toda a filosofia medieval.

Por outro lado, o individualismo protestante nascido com a Reforma, concorria também para essa autonomia da atividade econômica. E da conjugação daquele elemento material (invenção da *máquina* moderna) com este elemento intelectual (individualismo protestante) vinha nascer o grande *capitalismo* industrial que foi a maior força social do século passado.

Tanto o *liberalismo*, (político ou econômico) como o *socialismo*, nasciam como produtos do *individualismo* da Revolução Francêsa, ele mesmo, por sua vez, produto de todas as pseudo-libertações humanas anteriores.

Não foi, apenas, como consequência do movimento individualista, que nasciam as duas revoluções contraditórias do século XIX a revolução capitalista e a revolução socialista. Ambas vinham também *reagir* contra o individualismo. A Revolução Francêsa

fôra uma explosão de instintos como toda revolução, no início. E o espetáculo que ela deu ao mundo ocidental foi o da desordem e do desperdício. Mesmo áqueles que simpatizavam com seus ideais e que se submetiam ao curso do movimento emancipador dos últimos séculos — ela aparecia como uma força cega e dispersiva, que extenuava, por assim dizer, o corpo social com a aplicação imperfeita e empírica de princípios, que a seus olhos pareciam justos. E como o elemento desorganizador, dispersivo, subversivo era exatamente o elemento individualista, o dógma individualista, formou-se um movimento contrário no sentido de limitar a expansão do indivíduo em proveito da coletividade. E vimos, então, no século XIX, logo depois da Revolução, formarem-se dois campos opostos, um na posse do poder e outro tentando a posse do poder — o capitalismo e o socialismo, — visando ambos entretanto a limitar as consequências desastrosas do individualismo da Revolução.

E esse movimento restritivo dos poderes do indivíduo, em confronto com os poderes sociais, só fez crescer no decurso do último século.

De fato, tanto o capitalismo como o socialismo, que foram as duas grandes forças sociais formadoras da sociedade moderna, desenvolveram-se sempre no sentido de uma correção ao individualismo romântico da Revolução Francêsa e ao individualismo moral da Reforma.

Marx marcou bem vivamente a cisão entre o socialismo sentimental que o precedêra, e o socialismo científico que êle pretendeu instalar. E em nossos dias a tendência não tem feito senão crescer. A Revolução Russa, que é mais uma etapa na série das in-

surreições com que o homem vem marcando sôbre a terra o caminho da sua autodivinização, já não é mais uma revolução *romântica* e *individualista*, como a de 1879, e sim uma revolução *pragmática* e *social*. E toda a ideologia revolucionária de Lenin é fundada na subordinação integral do individuo á coletividade. Toda a política, toda a filosofia, toda a economia, toda a arte sistematicamente materialistas, do bolchevismo, são dominadas pelo conceito da *massa*. O individuo desaparece como factor pessoal para valer apenas como fatôr social. Aos direitos do homem, da Revolução Francêsa, sucedem os direitos da coletividade. O *homem* passa a existir *para a sociedade*.

Se passarmos do movimento socialista, — que no século passado viveu perseguido, para neste nosso século começar o seu domínio, — ao movimento capitalista, — que no século passado viveu dominante, para começar neste o seu declínio — veremos que seguiu, em seu campo, uma evolução análoga.

Nascido do liberalismo, isto é, da teoria que aceita como dógma a expansão *indefinida* e *livre* do homem sôbre a terra, viveu o capitalismo alimentado pela livre expansão das forças econômicas, pelos progressos independentes da técnica, pela acumulação livre de riquezas em poucas mãos, pela expansão das iniciativas individuais. Mas foi a própria concorrência livre, o próprio desenvolvimento ilimitado das iniciativas individuais, o próprio conceito romano de propriedade absoluta, que provocou a negação do principio de que partia. E pouco a pouco o capitalismo significou, cada vez mais, uma negação do liberalismo inicial. A capacidade produtôra crescente e indeterminada, sem o equilibrio correspondente na

capacidade aquisitiva, começou a provocar crises sucessivas, durante as quais crescia o imperialismo econômico, isto é, a absorção crescente dos fracos pelos desprovido da pequena economia privada. Pois começou a formar-se uma espécie de coletivismo capitalista, em oposição à economia naturalista, doméstica ou individual. E esse coletivismo capitalista teve a sua expressão nessa forma de sociedade econômica que foi a grande arma de expansão capitalista — a *sociedade anónima*. A sociedade anónima representou a grande reação anti-individualista do capitalismo. As pessoas jurídicas começaram a prevalecer sobre as pessoas físicas, no mundo comercial e industrial. E da mesma forma que a *máquina* viera criar as grandes concentrações industriais, eliminando gradativamente as pequenas indústrias privadas, — as sociedades econômicas, especialmente as anónimas, vieram criar as grandes concentrações comerciais, os grandes consórcios bancários, de que as empresas mercantis do século XV tinham sido apenas um imperfeito esboço, apenas germinativo.

Estava dado o impulso para o desenvolvimento crescente do grande capitalismo coletivo. A iniciativa individual e a livre concorrência, elementos fundamentais do capitalismo incipiente e individualista, cediam o posto, definitivamente, às coligações de diferentes empresas, não só nacionais como por vezes internacionais, e à concorrência nula ou limitadíssima pela conquista absoluta dos mercados pelo imperialismo econômico desses *trusts*. A concentração industrial e bancária, vinha substituir a dispersão individual. O capitalismo social vinha suceder ao capitalismo privado. O *liberalismo* econômico transforma-

se em *racionalismo* econômico. E, para completar toda a obra, a própria *idéa central* de toda economia capitalista, a *idéa de lucro*, começa modernamente a ser substituída, nas sociedades capitalistas mais avançadas e mais organizadas, pela *idéa de serviço*. Ao otimismo social do capitalismo individualista, de que a livre concorrência privada, com o objetivo de lucro pessoal indefinido, redundaria afinal em benefício coletivo, como pensava um Benjamin Franklin por exemplo, — vem suceder o otimismo moral do racionalismo capitalista rotariano, por exemplo, em que o serviço á coletividade passa a ser objeto de toda a vida econômica.

E da mesma forma que o fizera o socialismo, veio o capitalismo moderno afirmar também que — *o homem existe para a sociedade*.

Apesar do caráter espesso dessa longa explicação, provindo em parte da própria complexidade do tema, que ainda assim está aí simplificado ao extremo, — creio ter pelo menos indicado que o movimento de *humanização* excessiva levou a uma reação de excessiva *deshumanização*. E pretendendo o homem libertar-se de todos os laços naturais, sociais e sobrenaturais, o que fez foi criar novos laços que representam uma forma, inédita se quizerem, mas não menos efetiva de servilismo.

A hipertrofia do Estado moderno representa de fato uma condenação eloquente da libertação individual desmedida a que se jogou o homem ocidental, a partir do Renascimento.

O espetáculo que o mundo de hoje oferece ao observador objetivo e sintético, entretanto, não é um espetáculo *uniforme*. Essa é a primeira impressão

real de quem observa o nosso tempo. Aquela oposição que preocupou, como dissemos, toda a vida de Henry Adams — a unidade do século XIII, em confronto com a multiplicidade do século XX — está hoje mais viva do que no seu tempo, ha vinte anos. A própria tendência universalizadora dos nossos dias, essa aproximação crescente dos continentes e das civilizações, faz com o que o ritmo do universo seja profundamente variado. De modo que, ao longo dos continentes, nós vamos assistindo á coexistência dos estados sociais mais diversos, desde o homem da idade de pedra, que continúa subsistindo em nosso próprio território, com todo o seu primitivismo, até ás sociedades arqui-civilizadas e neopaganizadas do pragmatismo absoluto, do maquinismo integral, que sob certos aspétos (basta lembrar o formidável movimento de emancipação sexual dos nossos dias) se aproximam do homem primitivo, do homem instintivo.

Não é possível, portanto, traçar um quadro uniforme da sociedade contemporânea. Cada país tem seus problemas, cada povo seu temperamento, cada continente sua tradição histórica. E tudo isso — a compenetração de teorias econômicas e sociais; de revoltas das classes oprimidas; de imperialismo de potências financeiras consorciadas intercontinentalmente; de *élites* que se suicidam, aqui e ali, pela disseminação do horror á maternidade, estigma das mulheres civilizadas dos nossos dias; de povos que acordam de sônos milenares; de impérios que ruem; de fanatismos religiosos que renascem; de progrêssos mecânicos assombrosos; de obsessões sexuais generalizadas; de tudo o que faz a multiplicidade desorbitada de um

mundo que perdeu decididamente todo o poder de unidade, — a compenetração de tudo isso e de muito mais do que isso faz com que seja impossível reduzir a um tema simples o perfil social dos nossos dias.

O que vemos, entretanto, ao menos entre os povos ocidentais que por óra marcam o ritmo do progresso e da civilização é mais ou menos a inversão daquele lema que apontámos como sendo uma das sínteses possíveis da sociologia cristã.

— A sociologia moderna diz — o *homem existe para a sociedade*.

— A sociologia cristã, ao contrário, afirma — a *sociedade existe para o homem*.

Como toda fórmula sintética, essa aí encerra uma grande dose de verdade, mas também uma grande possibilidade de erro. Pois é preciso interpretá-la tendo em vista, como vimos sempre insistindo, a imensa complexidade dos problemas sociais concretos, bem como a dificuldade de reduzir a uma fórmula única não só o pensamento social do mundo moderno, mundo essencialmente dividido contra si mesmo, mundo hegeliano que perdeu o senso do princípio de contradição — mas ainda o próprio pensamento social cristão, em sua forma mais pura, isto é, o pensamento católico. De fato, si por pensamento *cristão* entendermos todo aquele que *pretende* à herança de Cristo, chegaremos ao puro caos. Pois a sociologia protestante, ainda é mais anarquizada, si possível, que o dogmatismo protestante, confundindo-se, quasi sempre, com a própria sociologia racionalista. O mesmo sucede com a escassa sociologia dos ortodoxos, de puro individualismo evangélico e modernista.

Só a Igreja Católica, hoje, em dia, possui uma doutrina religiosa integral, que se divide harmoniosamente por todos os ramos do saber, tanto especulativo como prático, e que em todos se guia por uma disciplina de espiritualismo racional, que respeita integralmente os direitos primaciais de Deus e os direitos secundários da natureza humana, em sua interpenetração harmoniosa.

E, entretanto, a própria sociologia católica não apresenta um quadro rígido de afirmações, como apresenta por exemplo a sua dogmática. E isso porque não só o problema social é, em grande parte, um problema que pertence ao plano da jurisdição apenas indireta da Igreja, mas ainda porque esta só pôde estabelecer princípios muito gerais cuja aplicação possa independe das condições concretas de aplicação. As sociedades e os seus problemas não se conservam imutáveis, através dos séculos, de modo que os princípios de sociologia católica que devem valer para todos os povos devem respeitar esse elemento de adaptação ao *imprevisto social*, que é justamente um dos característicos de toda sociologia católica.

Feitas essas reservas, é possível afirmar que a Igreja está hoje em dia, mais do que em qualquer momento, de seu longo apostolado milenar, na posse de um núcleo de princípios sociais que constituem a base de uma organização cristã da sociedade, tal como ela o recomenda em face da Revelação.

E embora não seja aqui, o momento de examinar em detalhe quais sejam esses princípios, baste-nos afirmar que a essência desses ensinamentos é que — *nem a sociedade nem o homem constituem um fim em si.*

Esta é uma verdade que é necessário aproximar da que acima adiantámos como sendo a expressão mais sintética da sociologia cristã.

Quando dizemos que *a sociedade existe para o homem*, não estamos afirmando que o *homem em si* seja a finalidade social. Pois o homem não é a finalidade de si mesmo. O homem possui uma finalidade que o transcende. O homem não existe para si e sim para Deus.

De modo que, quando a sociologia católica afirma, contra a sociologia moderna, que *a sociedade existe para o homem* — não cái absolutamente no *humanismo* que é o êrro central de todo o pensamento moderno. Pois como o disse expressamente Leão XIII, em uma das duas imortais Encíclicas em que definiu a atitude da Igreja em face do problema social e da organização do estado moderno, — “a integridade da fé católica é incompatível com todas as opiniões que se aproximam do *naturalismo* ou do *racionalismo*, e que afinal não tendem senão a destruir radicalmente as instituições cristãs e a substituir na sociedade a soberania do homem á soberania de Deus”. (1)

E nos estudos que modernamente está fazendo a “União Internacional de Estudos Sociais”, fundada em Malines, em 1920, sob a direção do Cardial Mercier — e que foi para a Encíclica sôbre os problemas sociais mais recentes a “Quadragesimo Ano”, o que a União de Friburgo, fundada em 1884, foi para a “*Rerum Novarum*”, que lhe ratificou a maioria das conclusões — nesses estudos já reunidos em um projéto de “Código Social” publicado em 1927 (2) nós vemos bem nitidamente acentuados os caractéres que distinguem

o *humanismo relativo* da sociologia católica do *antropomorfismo* do pensamento moderno. A sociologia católica repudia nitidamente, tanto os exageros do individualismo como os do socialismo. Como diz o citado "Codigo Social" (3):

"Emquanto o individualismo deifica o individuo, o socialismo deifica o Estado e o socialismo positivista deifica a sociedade".

Ao passo que a sociologia católica "prende firmemente os dois extremos da cadeia — isto é, a eminente dignidade da pessoa humana e a necessidade da sociedade para o seu desenvolvimento integral" (4).

Podemos dizer que esse principio geral rege toda a nossa concepção social. A sociedade é um *meio* para que o homem atinja os seus destinos sobrenaturais. E' o homem... que é imortal e não a sociedade. E não se trata de uma única sociedade, da sociedade civil como dizemos, que resume em si o *meio social* do homem. Ha uma hierarquia de sociedades na organização social cristã, que se alarga como se fossem uma série de círculos concêntricos que estabelecem, por assim dizer, os planos intermediários sociais entre o homem e Deus a sociedade familiar, a sociedade profissional, a sociedade civil, a sociedade internacional e a sociedade sobrenatural ou a Igreja.

Vemos, portanto, na sociologia católica, o homem elevado em sua dignidade suprema, colocado no centro de toda a finalidade social e servindo-se por sua vez, para conseguir os fins sobrenaturais a que é destinado por natureza, — de uma série de *sociedades* que alargam o seu poder, aproximam-no dos seus semelhantes, corrigem as suas deficiências tanto na

vida íntima (família), como na vida operosa (profissão), como na vida pública (Estado), como na vida universal (sociedade das Nações), como na vida espiritual (Igreja).

Dá-se, portanto, como que uma expansão da personalidade humana. A vida social já não é mais um simples *contrato* de vontades arbitrárias e dispersas, como queria o individualismo otimista de *Rousseau*, nem um *determinismo sociológico* como o de um *Durckheim*, em que os direitos da sociedade *civil* são absolutos sobre os das demais sociedades e do indivíduo.

Na concepção social e cristã, a vida social passa a ser como que uma dilatação da vida humana. A vida social reflète, em suas diferentes modalidades, toda a complexidade infinita da vida humana. O estudo da sociedade, portanto, em vez de aproximar-se do estudo das ciências naturais, como pretende a sociologia moderna, em sua generalidade, deve aproximar-se do estudo das ciências psicológicas e filosóficas. Em vez de procurarmos aplicar às sociedades as leis que regem os fenômenos físicos, em vez de estudarmos a vida social com os métodos que empregamos nas ciências experimentais, — vamos estudar a sociologia em sua autonomia, por meio de métodos próprios a um objeto diferente e de caráter específico, e que se devem aproximar daqueles que empregamos para o estudo do homem e das ciências que lhe dizem respeito diretamente.

De modo que o estudo da família, das profissões, do Estado, da vida internacional, da Igreja, — de todas as formas sucessivas da *Sociedade* de que o homem se serve para alargar a sua vida individual —

esse estudo sociológico passa a ter uma *humanidade* maior, um respeito mais vivo às verdadeiras realidades sociais. Todo o imprevisto da vida humana, todo o mistério, toda a liberdade, todo o conjunto de valores *qualitativos* que se excluem necessariamente do domínio das ciências experimentais e da natureza, — são assim reintegrados normalmente na sociologia, que passa a ser uma ciência viva, humana, e só assim verdadeiramente autônoma.

Eis numa síntese muito sumária o caráter geral da concepção social católica, neste limiar da Idade Nova. Pois só modernamente podemos dizer, e especialmente a partir de Leão XIII, que a Igreja, depois de ter definido a maioria absoluta de seus *dógmata espirituais* pôde dedicar-se enfim a definir mais precisamente a sua *doutrina social*. Nunca a Igreja deixou de intervir ativamente na vida social, no cumprimento de sua missão sobrenatural. Mas só agora, depois do esforço de *definição filosófica* da Idade Média e de *definição teológica* ao longo de todos os Concílios e de modo especial no Concílio de Trento e no Concílio do Vaticano, — é que a Igreja está procurando a sua *definição social*.

E daí o interesse crescente que desde o pontificado de Leão XIII. Ella está dedicando ao estudo do problema social, problema típico, problema central por assim dizer de todo o mundo moderno. E mais por isso podemos verificar como as preocupações da Igreja, coincidem com as preocupações máximas do mundo em torno dela. A oposição ramais sérias de ambos os mundos, entre os princípios da doutrina católica e o espírito da sociologia moderna, não impede que

linha das pesquisas e preocupações de nossos dias. O problema social é hoje para a Igreja um problema tão capital, tão primacial, como para os governos de todos os povos, e para todos os homens em geral que vivem estes dias sombrios e incertos que estamos vivendo.

Essa oposição dos dois *espíritos*, entretanto, levará á exclusão absoluta da sociologia católica de toda aplicação prática de seus princípios á organização do presente?

E' incontestável, creio eu, que a sociologia cristã terá mais oportunidade no futuro que no presente. Os homens precisam, quási sempre provar dos êrros para se emendarem. E a humanidade repete a falácia dos seus membros. Berdiaeff mostrou, em sua filosofia da história, que o mundo moderno está fazendo "uma imnsa experiência de liberdade". Será preciso talvez que esse mundo esgote essa experiência de sua falsa "liberdade contra Deus", para que possa haver na vida social, de novo, a aplicação generalizada de uma filosofia social harmoniosa, equilibrada, racional e humana como é a sociologia católica.

Entretanto, não devemos desesperar do mundo moderno. E muito menos deixar de aproveitar as valiosas sementes de verdade que nele se podem encontrar. Por modestas que sejam, por insignificantes que pareçam ao lado da formidável organização anti-cristã dos Estados e das sociedades contemporâneas, é neles que se guardam os germens da grande florada futura, quando os homens, desiludidos da sua louca insurreição contra Deus, voltarem a procurar na sua Igreja o caminho da paz e da harmonia.

Em três movimentos sociais contemporâneos, —

cujos germens se encontram nesse esboço de organização social cristã que começou a delinear-se na Idade Média, mas que modernamente se formaram, *fóra da Igreja*, por necessidades *espontaneas* do mundo social moderno — no *Distributismo*, no *Sindicalismo*, no *Cooperativismo* — nesses três movimentos é que nós podemos encontrar a semente da ordem social cristã do futuro. Passemos, para terminar essas nossas sumárias considerações, uma rápida vista d'olhos sôbre cada um desses movimentos, todos três de nítido espírito cristão, mas todos nascidos, naturalmente, sem nenhuma *intenção cristã*.

O *Distributismo* é o mais recente deles. Nasceu na Inglaterra. E tem á sua testa os dois grandes renovadores do catolicismo na Grã-Bretanha — Chesterton e Belloc.

A formação em 1925 da "Liga Distributista", cuja ação já começa a contar um pouco na vida pública inglesa, marca o início oficial do movimento. Mas na obra anterior desses dois grandes observadores do mundo moderno podemos encontrar o germen de tudo o que agora se organizou em corpo de doutrina. Foi a reação contra o espírito *anti-personalista*, tanto do capitalismo como do socialismo moderno, que levou Chesterton e Belloc a estudarem as tendências absorventes do "Estado Servil", que levam a eliminar o indivíduo e a família da vida social, substituindo-os pela tirania invisível do Estado e das Grandes Organizações financeiras e industriais. A vida social moderna se caracteriza por uma mecanização crescente, por uma redução do indivíduo a simples élo social, por um desaparecimento gradativo de toda a liberdade. Ora, a observação objetiva do

mundo econômico contemporâneo mostra que, ao contrário do que dizem, tanto os partidários do capitalismo como os do socialismo — que são as duas grandes forças antagônicas do mundo econômico e já agora político de nossos dias — desapareceu praticamente do mundo moderno o conceito de *propriedade*. O liberalismo econômico préga a propriedade ilimitada. O colétivismo préga a supressão da propriedade. Aquele atribúe todo o progresso moderno á grande propriedade, ás grandes organizações capitalistas que trouxeram ao mundo o formidável progresso material de que todos participámos. Este acusa a própria instituição da propriedade como não sendo mais do que uma usurpação indevida, e como sendo a responsável pela imensa miséria que esconde no mundo de hoje por detrás da fachada suntuosa dos grandes progressos materiais.

Ambos concordam, entretanto, em que a propriedade existe hoje em dia.

Pois bem, o Distributismo vem mostrar, em sua parte crítica, que a propriedade desapareceu praticamente de nossa sociedade. E desapareceu porque se concentrou de tal modo em tão poucas mãos, que hoje em dia em qualquer grande nação, especialmente nas grandes nações industriais e mais ricas, a maioria absoluta do povo está privada de toda espécie de propriedade. Os latifúndios e as grandes indústrias absorveram de tal modo os bens nacionais na mão de grupos tão pequenos, que praticamente não existe a propriedade sinão como privilégio e, portanto, como nocividade social. E o Distributismo vem prégar justamente na parte positiva de seu corpo de doutrina, — “a restauração da liberdade pela distri-

buição da propriedade". Esse é, por assim dizer, o lema dessa nova escola social. "Ha três teorias económicas despertando a supremacia no mundo moderno. São elas, o Capitalismo — a doutrina segundo a qual a propriedade está concentrada, do melhor modo possível, em grandes quantidades, nas mãos de poucos possuidores: o Socialismo — a doutrina segundo a qual a propriedade só é bem possuída e administrada pelo Estado; e o Distributismo — doutrina segundo a qual a propriedade só está bem quando dividida pelo maior número possível de pessoas". (5).

E nesse restabelecimento da *pequena propriedade*, nos países ou províncias de onde ela desapareceu, bem como na sua defesa, nos pontos em que ela ainda existe, é que se concentra a grande obra doutrinária e prática do movimento distributista. (6).

Ora, esses princípios coincidem exatamente com os princípios da sociologia católica. Leão XIII mostrou como — "a inviolabilidade do direito de propriedade é indispensável para a solução prática e eficaz da questão operária. Devem, portanto, as leis favorecer esse direito e fazer de modo que cresça o mais possível o número de proprietários" (7). E fala expressamente no valor da "pequena propriedade".

E insiste ainda, na mesma Encíclica sobre a dignidade precípua da *pessoa humana*, de modo que o Estado, em sua função organizadora da sociedade, tem como dever primordial proteger em cada trabalhador tanto "os bens da alma", como "os bens corpóreos e exteriores".

Ora, o distributismo visa exatamente restabelecer, na organização social, o valor preeminente do *homem*. E para restaurar-lhe a *liberdade*, em grande

parte sacrificada pelo industrialismo mecânico dos nossos dias, préga a *distribuição da propriedade*, a proteção ao pequeno comércio, á pequena indústria, á pequena lavoura, pois o distributismo préga também a volta ao campo, a restauração da vida agrícola em sua importância econômica e moral.

E' toda uma reforma econômica intimamente ligada a uma reforma moral, mas com objetivos práticos e de realização imediata. O movimento merece ser seguido com a máxima atenção, especialmente por nós brasileiros, que já possuímos no Estados do Sul do Brasil uma verdadeira civilização distributista, que deve ser o paradigma para a orientação social que devemos imprimir á nossa legislação do trabalho, ainda incipiente ou anárquica, e ás reformas sociais do futuro.

O distributismo será um grande passo para a reorganização cristã da sociedade.

O *Sindicalismo* é o segundo dos movimentos sociais que apontámos, como germens de uma reorganização cristã da sociedade. E o movimento de organização sindicalista moderno tem nascido de novo, ha um século, a despeito das condenações a que o submetera o individualismo revolucionário da Revolução Francêsa. E esse sindicalismo, que é a tendência mais marcada e mais necessária de defesa profissional de nossos dias, mas que tem sido levado muitas vezes a tendências nitidamente revolucionárias e anti-cristãs, — teve a sua origem franca na Idade Média (8). O movimento medieval corporativo foi realmente a estrutura do que terá sempre, em qualquer momento da história, de ser o fundamento de uma ordem social cristã.

Vimos como a sociologia católica mostra o homem expandindo-se em círculos de ação social cada vez mais ampla, que lhe permitem alargar a sua ação individual por natureza precária e limitada.

E quando a sociedade, como se deu na Idade Média, começou a organizar-se sobre a base de princípios cristãos, a estrutura da sociedade se formou pelas *corporações*, grupos de profissionais reunidos segundo as suas diferentes atividades, possuindo os seus privilégios coletivos e influenciando organicamente na vida social.

Modernamente, o desamparo do trabalhador isolado no Estado liberal e individualista, levou novamente á formação dos sindicatos profissionais, órgãos de defesa coletiva das diferentes profissões e cuja influência na vida das nações só tende a crescer. Na sociologia católica o problema sindicalista é fundamental, (9) pois segundo a sua concepção *orgânica* da sociedade — tão afastada da organização individualista, do Estado Liberal, como da organização coletivista, do Estado Socialista — o corporativismo forma a estrutura social (10) do Estado Cristão.

O *sindicalismo*, portanto, é o segundo movimento social moderno, nascido espontâneamente das necessidades mais profundas da sociedade, independente de qualquer *teoria* social e de qualquer preocupação confessional e que vai perfeitamente ao encontro dos princípios mais puros da sociologia católica e da tradição social católica tanto na Idade Média como na Idade Nova.

Finalmente, encontramos no mundo moderno, — nascido também como necessidade espontânea e inde-

pendente de qualquer ideologia doutrinária — encontramos o movimento *cooperativo*.

Esse movimento nasceu da necessidade de reagir contra o conceito de *lucro* que dominou toda a economia capitalista e a transformou em pura economia especulativa. Deu-se com a *economia*, o mesmo que se deu com a filosofia, com a arte, com a religião e até mesmo com a ciência. (11).

O individualismo crescente levou a vida econômica, como vimos, a ser considerada não mais como parte integrante da vida social e da vida moral, e a elas subordinada, e sim como atividade autônoma. Ao *relativismo filosófico* de nossos dias, ao *solipsismo estético*, também se soma o *especulativismo econômico*, a redução da vida econômica, a simples luta de concorrência ilimitada, com fins puramente lucrativos. Tudo são fórmulas do subjetivismo integral que levou o Estado Liberal a essa atomização anárquica de que está saindo hoje em dia por meio de revoluções violentas, comunistas ou fascistas.

Foi da reação espontânea contra esse conceito de *lucro*, que tinha transformado a vida econômica — por influência do darwinismo dominante nos meados do século passado — em puro dinamismo que nasceu rapineiro e egotista — foi dessa reação, o *cooperativismo*.

Nasceu espontaneamente, de uma necessidade fatal do próprio mundo moderno, como nascera o movimento sindicalista.

“A tendência atual”, escreve um autor isento de qualquer submissão religiosa e muito menos católica, antes com grandes simpatias socialistas, — “a tendência atual é para a sindicalização da indústria,

de um lado, unindo-se todo o corpo dos produtores para a direção das indústrias, e de outro lado organizando-se os consumidores por meio de Cooperativas e de organizações públicas, de forma que a oferta e a procura comecem a ser coordenadas em uma escala nacional... A tendência é para transformar todo o sistema industrial em uma função pública, a função de produzir para uso e não para proveito." (12). E o mesmo autor sustenta a necessidade do Parlamento Cooperativo como um aliado do Estado". (13).

O cooperativismo nasceu portanto como reação contra o especulativismo. E da mesma forma que este se inspirava numa filosofia biológica, como o darwinismo, de pura competição individual, — aquele se inspira em uma filosofia psicológica, de fraternidade e de solidariedade.

E essa só pôde ser, em sua íntegra, a própria filosofia do Cristianismo. Donoso Cortés demonstrou de modo magistral, 14), como todo o Catolicismo, na ordem humana, assenta sobre a independência da pessoa humana e ao mesmo tempo sobre a solidariedade substancial do gênero humano.

E esses mesmos dogmas católicos é que vão iluminar toda a sociologia da Igreja. Ao individualismo das escolas liberais, e ao coletivismo das escolas socialistas, a Igreja opõe o que um famoso economista jesuíta chamou — o *solidarismo*. (15).

E é desse conceito de solidariedade, essencial a toda ordem social cristã, que nasceu o *cooperativismo* em todos os meios desejosos de aplicar à vida econômica os princípios morais evangélicos que o mundo moderno pretende repelir ou quando menos rele-

gar ao domínio estritamente religioso, arrancando-os á ação fecunda que devem exercer em *todas* as atividades individuais e sociais.

Da mesma fôrma que a organização corporativa da produção é um dos meios recomendados pela sociologia católica para chegarmos a uma ordem social mais justa (a Igreja exige mais do que *justiça*, pois exige ainda a *caridade*, que é o amor que dá espontâneamente mais do que *deve* dar), a organização cooperativa do consumo é recomendada igualmente pela sociologia da Igreja para completar a organização econômica da sociedade.

Ninguém se iluda, porém, com as dificuldades tremendas que restam a vencer. O que temos diante de nós são apenas germen. O espirito do mundo contemporâneo é, em grande parte, anti-cristão ou pelo menos a-cristão. As forças de organização materialista da sociedade são formidáveis. A complexidade e a variedade dos fenômenos é infinita. A adaptação dos nossos princípios a eles é difícil e laboriosa. A meia ciência que se espalha, com a alfabetização geral e precipitada, dos povos de hoje, é a grande aliada dos dois extremos que combatêmos — o individualismo e o coletivismo. A experiência dos êrros sociais ainda está longe de se ter esgotado. E a Igreja não tem nenhuma utopia terrena a oferecer. E conhece demais a natureza humana para iludí-la com o otimismo e o pessimismo com que ela gosta de ser periódicamente alimentada.

Tudo isso deve trazer uma grande reserva às nossas precipitações. Mas nunca um abandono dos esforços incessantes para impregnarmos a sociedade moderna dos princípios inimitáveis do Cristianismo,

únicos que poderão levar-nos a uma Idade Nova que harmonize, quanto possível, o indivíduo e a sociedade, o que temos em nós diferente de todos os homens e o que temos de comum com todos eles.

(1) *Encicl. Imortale Dei*. I. XI. 1885.

(2) *Codice Sociale* — Esquema d'una sintesi sociale católica (ed. Istituto Veneto di Arti Grafiche. Rovigo — 1927).

(3) *Cod. Soc.* I, 3.

(4) *Cod. Soc.* I, 1.

(5) K. L. Kemrick — *What is Distributism*, ed. The League — Londres s. d. (1925).

(6) T. de Athayde — *Estudos* (2ª série) pgs. 252|286 — ed. Ann. do Brasil. Rio — 1928.

(7) *Encicl. Rerum Novarum* — 15. 5. 1891.

(8) "O homem comum de nossos dias, aceitará concientemente o modernismo em certo gráu, mas inconcientemente o que está fazendo é voltar á Idade Média. Este fáto póde ser ilustrado pelo exito do movimento das Trade-Unions... E tanto o movimento trade-unionista deve a sua origem ao instinto de preservação dos produtores, quanto á exigência de um Justo Preço deve a sua origem ao instinto de preservação dos consumidores. E entretanto são ambos movimentos de volta ao Medievalismo". — Arthur J. Penty. *A Guilman's interpretation of history*. p. 330 — ed. George Allen & Unwin — London — 1920.

(9) — "A organização de classe ou organização sindical é certamente um dos maiores problemas da sociologia moderna; e mesmo se poderá dizer — e já o dissemos — que é o problema dos problemas, isto é, aquele a que, em ultima análise todos se reduzem. E' o maior problema e a maior necessidade".

Natale Turco — *La questione sociale*, (*Trattato di Sociologia Generale teorico pratica*) — ed. Vita e Pensiero — vol. II, pg. 707 (Milão — 1922).

(10) "A escola social que recebe as suas inspirações dos principios imortais do Cristianismo... compromete-se a restaurar a unidade social sôbre a hierarquia natural das classes, todas diversamente ditribuidas em suas associações permanentes (Corporações ou Sindicatos)... Esta função das classes sociais e de sua organização corporativa, será talvez o traço característico mais original e seguro para distinguir a democracia liberal e socialista igualmente falazes, da antiga e nova democracia cristã". (Tonio-lo) — cit. por N. Turco. ob. cit. 710).

(11) — Ha hoje quem sustente que o conceito objetivo de ciência será substituido por um puro subjetivismo científico, a

que Epstein chamou de "lirosopia". cf. Jean Epstein. *La lyrosophie*. — Paris. — 1922.

(12) Odon Por — *Guilds and Co-operatives in Italy*. (trad. E. Townshend). ed. The Labour Publ. Co. p. 67/68. — Londres — 19.3.

(13) "Um Parlamento Cooperativo organizaria o trabalho no interesse da Nação". (ib. p. 91).

(14) "Do dógma da concentração da natureza humana em Adão, unido ao dógma da transmissão dessa natureza a todos os homens procede, como uma consequência do principio, o dógma da unidade substancial do gênero humano. Sendo o gênero humano uno, deve ser ao mesmo tempo vário, de acôrdo com aquela lei, a mais universal de todas as leis, ao mesmo tempo física e moral, humana e divina, segundo a qual tudo o que é uno se decompõe no que é vário e tudo que é vário se resolve no que é uno. O gênero humano é uno pela substancia que constitui e vário pelas pessoas que o compõem... O homem está sujeito a uma responsabilidade que lhe é própria e a outra responsabilidade que lho é comum com os demais homens. Essa responsabilidade em comum, a que chamam solidariedade, é uma das mais belas e augustas revelações do dógma católico". (Donoso Cortég — *Obras* — vol. I, pg. 265, casa ed. S. F. de Sales — Madrid. 1903).

(15) "O solidarismo econômico é aquele sistema que, partindo da concepção moral e organica da vida pública e social, exige uma organização econômica correspondente ao principio de solidariedade". (Heinrich Pesch. S. J.). *Lehrbuch der National economic*, vol. I, pg. 434, Herder & C. Freiburg — 1924).

(16) "A cooperação, na ordem do consumo, póde ser considerada como a grande escola social dos consumidores, aquela onde aprenderam a pôr em prática o preceito evangélico — "amai-vos — isto é, auxiliai-vos — uns aos outros" —, como a instituição que permitiria conciliar em uma síntese feliz e benéfica, as exigências da verdadeira caridade, com as do interesse pessoal, bem compreendido, o acôrdo de todos os interesses pessoais e do interesse coletivo". R. P. Coulet — *L' Eglise et le Problème Economique*. pg. 204. ed. Spes-Paris, 1924).

ANTECEDENTES E PRIMÓRDIOS DA REVOLUÇÃO RUSSA

I

Homens da terra firme e homens do mar alto... E' exáto. Sempre que penso nos homens, especialmente nos homens de hoje, a imagem do mundo me ocorre. Continentes e océanos. De um lado, os homens que já coordenaram as suas idéas e que se submeteram a uma doutrina. Aqueles que se acolheram a um sistema geral do mundo, a uma estrutura completa de idéas — o Catolicismo, sobretudo, ou o socialismo, o positivismo, etc. —, para melhor expandirem o seu pensamento. Homens da terra firme.

De outro lado, os que, pelo contrário, ainda navegam angustiosamente de porto em porto á busca de um Porto; os que viajam por diletantismo; os millionários que peregrinam por excesso de dinheiro...; os miseráveis que se engajam a bordo por falta de pão... Homens do mar alto.

A estes, que ainda vagam, á procura de um porto ou desiludidos de todos eles, é que os faróes são necessários.

Foi pensando nisso que, em tempo, procurei denunciar o perigo de certas aberrações ou complacências literárias modernas, que ameaçam arrastar a nossa inteligência e a nossa arte para a dissolução no arbitrário ou escravizar-nos á mecanização dos preconceitos libertários.

Agora desejo apontar outro perigo, ainda mais grave, pois ameaça destruir a estrutura e sobretudo o espírito da sociedade ocidental, que o mundo moderno já tem corrompido e abalado por tantas fórmulas: o comunismo.

Fantasia? Uma fantasia que tem raízes mestras de um século, e que dura, mais ou menos realizada, há vários anos, e não apresenta sinal algum de fraqueza. Perigo remoto? O comunismo já tem grupos militantes e numerosos decididos a tudo, espalhados por todo o mundo. Na Italia, já ensaiou, há alguns anos a conquista de certos meios de produção. E é de hontem o protesto diplomático que o presidente socialista do México teve de fazer, contra certas frases do governo do Soviet sobre o excelente ponto de apoio que seria o México (que reconheceu o governo russo), para a propaganda das idéas comunistas em toda a América.

O comunismo puro estaria nessa alternativa: ou para viver organizaria a revolução mundial, — ou se resignaria ao isolamento e provavelmente morreria de asfíxia. Já o previra o próprio Marx. E, por isso, tendo o governo de Moscou desistido, por óra, de derrubar de frente as nações ocidentais, começou a atacá-las corajosamente pelas costas, pelo Oriente, pelo mundo mussulmano, pelas colônias, pelos fanatismos asiáticos e africano, pelas próprias raízes do poder econômico

ocidental. Tendo ainda falido nessa tentativa resolveu entrar no terreno dos compromissos mais ou menos hipócritas e... entrou para a Liga das Nações, proclamando officiosamente, em seus congressos, que o mundo se dividia hoje em duas classes de nações: as *fascistas* e as *pacíficas*. Cúmulo do farisaísmo!

Como a luta está aberta, devemos ter a consciência clara do mal para não vacilar.

Além disso, temos de compreender que o que se está passando na Rússia, não é, como muitos querem fazer crêr, um fenómeno puramente slavo ou restrito em sua evolução. O fenómeno é humano, universal. E está muito longe de encerrar-se no exclusivo círculo dos fatos económicos. Será talvez um episódio capital da grande evolução social que o século XX vai possivelmente operar na estrutura da sociedade ocidental. E digo ocidental, e não apenas européa, porque no caso em que essa revolução radical se opere, teremos, nós, americanos, grande transformação também a sofrer. Apenas, com alguns anos ou decénios de atraso, e com certas particularidades essenciais ao novo espírito do continente.

Estaremos realmente no pórtico da grande revolução, que vai destruir e substituir o democratismo parlamentarista e mais ou menos liberal do século XIX? Pelas linhas que já começam a esboçar-se, essa revolução parece ter um duplo ponto de partida: a revolução de baixo para cima e a revolução de cima para baixo.

Ambas substituindo os métodos indirectos pela acção immediata. Ambas partindo de uma visão realista dos fenómenos sociais. Ambas compreendendo que acima do conceito "abstrato" de "liberdade" — que

o democratismo colocara como ideal social — está o conceito *concreto* de *necessidade*. A um regimen de fórmulas sucederá um de fatos? Ao Estado Retórico e Jurídico de hoje, substituir-se-á o Estado Utilitário ou Moral de amanhã? Passarão as Declarações de Direito a ser Declarações de Deveres? Ao predomínio dos *doutores omnicientes* da democracia atual, sucederá o predomínio dos *técnicos profissionais* e dos *especialistas políticos*?

Um século de experiência já parece suficiente para mostrar que o democratismo atual satisfaz muito mais á fantasia do que á inteligência, aos interesses ilegítimos do que ás necessidades legítimas. Mas a transposição ao democratismo futuro que parece possível será lenta e inteiramente divergente em seus métodos. E já podemos talvez presentir através de que lutas terríveis se dará. Os pontos de partida contraditórios já hoje se delinham em torno do *Comunismo*, partindo de baixo e em torno do *Fascismo*, partindo de cima. São hoje as duas maiores forças ativas de transformação social de todo o mundo. Encontrar-se-ão no meio? E' possível, pois a despeito da radical oposição de ideaes, ha idéas comuns entre ambos. E por isso mesmo devemos considerar atentamente a Rússia, para nos prepararmos para o formidável embate a que provavelmente vai assistir este violento século XX, nas fronteiras da Idade Nova. E para nos defendermos da mecanização comunista.

Longo tempo vivemos aqui ignorantes do que se estava fazendo na Rússia. Era um silêncio impressionante. Toda uma ordem social que se subvertia. Uma revolução que só em 1789 encontrava paralelo. Novos homens. Idéas que pareciam condenadas ao eterno

devaneio e que subitamente se realizavam da fôrma mais positiva. Homens que subiam das tavernas de Montparnasse aos salões do Kremlin. O éco das execuções. Gritos de ameaça. Toda uma família real sangrada a golpes de baionetas e de chuços. Uma resistência napoleónica a todas as invasões armadas. As levas de emigrados. Príncêsas servindo nas salas de chá de Constantinopla. Grãos-duques, porteiros de hotel. A nobrêsa proletária. Merejkowski em Paris definhando á fome. Quadros de sombra e de sangue por toda parte. E lá ao longe o silêncio trágico de uma imensa tormenta interior.

O silêncio, porém, que sucedêra á luta exterior, e que era uma arma, foi sendo vencido aos poucos.

As cortinas se foram abrindo. As vozes chegando pelo sem fio, pelos trilhos, pelo mar. O cordão de isolamento cedia. O comércio se ensaiava.

Os homens procuravam novamente entender-se. Foi possível vêr o que tinha havido. A curiosidade de todo o mundo aguardava o resultado dessa gigantesca "experiência social", como os próprios chefes do movimento e proclamavam. Hoje, falam já com mais segurança.

E ao silêncio sucedeu a paixão. De cada lado um desperdício assimbroso de adjetivação. Ou o laboratório de todas as barbarias ou o pórtico da Nova Era de felicidade humana. Onde a verdade?

Até hoje, procurámos para isso fontes insuspeitas. Informações cuja origem não nos faça logo duvidar da sua intenção. Fontes sem intenção ou pelo menos com uma intenção desapaixonada de observação e de estudo.

Tanto mais quanto o que dá, ao caso da Rússia,

todo o interesse, não é a discussão acadêmica de idéas comunistas ou capitalistas. Sempre se discutiu a respeito e lá não houve teoria nova alguma que surgisse. O que houve pela primeira vez, e o que justamente nos interessa é a "aplicação" das teorias. E' uma questão de fáto. E' vêr como, na prática, se comportou esse ideal revolucionário que, ha mais de um século, anda nas folhas dos livros ou no verbo dos agitadores, abalando todos os fundamentos da sociedade.

Sôbre os *primeiros anos*, tão decisivos e interessantes, da Revolução Russa, desejaria indicar uma fonte de informações que, — embora sujeita a todas as contingências humanas, especialmente com a falta de dados exátos que ainda ha e sobretudo com a proximidade dos fenômenos — reúne em seu autor o desinteresse do puro homem de ciência á sua inegável competência e assombrosa erudição.

Trata-se de Werner Sombart, professor de Economia Social da Universidade de Breslau, diretor por muito tempo, e não sei si ainda atualmente, dos *Archiv für Sozialwissenschaft und Sozialpolitik* e nome universalmente familiar a todos que se ocupam com problemas econômicos.

E' uma das maiores autoridades do assunto na Alemanha contemporânea, apesar das vivas polémicas despertadas por suas idéas. E a feição do seu espírito parece-me particularmente indicá-lo para um julgamento inicial, quanto possivel objetivo da revolução russa, em seus primórdios, tanto mais quanto o que mais nos interessa são as fontes autênticas e as estatísticas, que não regateia em sua obra.

Sombart não é apenas um teórico, um criador

de teorias abstratas e engenhosas tão do agrado do espírito germânico. E' um incansável investigador de "fátos". Seus livros nunca perdem o contáto com a realidade histórica e quotidiana, em que pése a seus adversários, como convém a estudos do homem e da vida econômica. E ao mesmo tempo não se perdem no pormenor. Guia-o sempre um espírito generalizador que interpreta e critica essa massa imensa de fátos contraditórios, que a vida e a história nos fornecem arbitrariamente.

Isso mesmo ele o indicou na Introdução á última edição de sua obra capital — *Der Moderne Kapitalismus*, em vias de publicação. Essa obra monumental estuda em vários volumes a vida econômica dos povos europeus em sua gênese, e sistematicamente, desde as origens carolingias até nossos dias. E ele aí escreve: "O problema que eu tinha de resolver era o seguinte: apresentar ao leitor uma série abundante de fisionomias, fazer-lhe viver a riqueza incomensurável dos fenômenos isolados, e no entanto permitir a cada momento uma visão geral do todo, dando-lhe o sentimento seguro de que se póde entregar á consideração de milhares de particularidades, sem se perder no cáos dos fátos".

Todas as obras de Sombart reflétem essa preocupação fundamental. Sem falar nos trabalhos isolados como que á parte ou preparatórios do seu tratado sistemático sôbre a vida econômica medieval e moderna, isto é, *Gewerbewesen, Luxus und Kapitalismus, Die deutsche Volkswirtschaft in Neunzehnten Jahrhundert, Händler und Helden, Die Juden, Der Bourgeois, etc.* — devo chamar particularmente a atenção para a sua grande obra histórica e economi-

ca — *Die Juden und das Wirtschaftsleben*, que appareceu em tradução francesa (*Les Juifs et la Vie Economique*, trad. Jankélévitch, A. Payot) e que mereceria uma atenção particular, não só pelo excepcional interesse da tése aí magistralmente desenvolvida, mas também por conter muitos dados e informações que interessam de perto a vida colonial brasileira.

Essa obra, apparecida em 1911, em que Sombart sustenta a tése de que o capitalismo moderno é sobretudo obra do judaísmo, despertou as mais vivas polémicas, e ainda ha anos foi agressivamente contraditáda por Lujo Brentano, que em seu interessante livro *Der wirtschaftende Mensch in der Geschichte*, sustenta ser o capitalismo, não só um impulso natural do homem, mas uma feição econômica existente em todos os povos antigos e modernos. Mas não é o momento de entrarmos em discussão da tése, bastando-me chamar a atenção para o fáto de não ser Sombart suspeito de simpatia pelo grande capitalismo, que julga, como vimos, de origem recente, judaica e de existência precária. “Existe”, diz êle no seu livro sobre “O burguês”: — “na própria natureza do espírito capitalista, uma tendencia imanente a se decompôr e a se aniquilar. Já no decorrer deste trabalho, encontrámos várias dessas destruições do espírito capitalista: no século XVI, na Alemanha e na Italia, no século XVII na Holanda e na França, no século XIX (e no presente) na Inglaterra”. O livro appareceu em 1913).

De todos esses livros á margem, por assim dizer, da grande obra central a que dedicou sua vida, o que nos interessa aqui, para as informações e o juizo jus-

to que procurámos sôbre o bolchevismo, é a recente 10.^a edição, consideravelmente aumentada, do seu tratado sôbre o Socialismo, intitulado "Der proletarische Sozialismus (2 vls., ed. G. Fischer - Iena 1924).

Esse livro expõe as teorias do socialismo no primeiro volume. Mas o que nos interessa é o segundo, onde estuda o *movimento* socialista universal, até o presente. Pôde-se mesmo dizer que os quadros cronológicos completos que apresenta, no início desse volume, de todos os fatos sociais relativos á ação internacional do movimento trabalhista, nos diferentes países do mundo, com indicação sincrónica dos fatos essenciais do capitalismo e da Legislação Social, — serão taboas de informação e pontos de referência indispensáveis para quem se dedicar a estudos sociais. Eles vão de 1750 a agosto de 1924.

Essa autoridade, portanto, de que vou extrair alguns dados e indicações para facilitar a compreensão do caso russo em seus primórdios e justificar uma repulsa decisiva a certos métodos e sobretudo aos ideais da Revolução, — é a de um universitário, um professor, cuja objetividade ao tratar dos assuntos é tal que, ao fim do livro sôbre a ação econômica dos judeus se fica indeciso se ele os louva ou ataca.

E' a autoridade de um homem que dedicou a sua vida ao estudo dos fenômenos econômicos e a quem os fatos só interessam como realidade, como elemento para o estudo da evolução orgânica dos povos e para a sistematização gradual das observações recolhidas. E' a autoridade de um pesquisador de fatos para quem as idéas e os sistemas nascem da realidade inicial desses fatos, e não como esquema abstrato a que eles se devam adaptar.

E 'a autoridade, enfim, de um homem que escreveu o seguinte sôbre os chefes da revolução de 1917: — “Como acaso histórico muito importante e decisivo para o êxito da revolução e a longa duração do domínio soviético, devemos finalmente indicar a circunstancia de que a Revolução trouxe á tona três homens muito acima da média e mesmo em certo sentido genialmente dotados: Lenin, Trotzki, Radek.

... Lenin, o estadista genial; Trotzki, o genial organizador do Exército; e Radek, o diplomata genial...

Em comparação a eles, os três guias da Revolução Francêsa, em seu último estágio: Robespierre, Danton, St. Just, surgem apenas como tagarelas vaidosos (eitle Schwatzer)”.

Se êle conclui contra o comunismo, não deixa de citar opiniões opostas às suas próprias (t. II, p. 493) nem nega justiça, como se vê, ao genio de alguns dos seus homens.

Mas será a revolução russa um caso único na história? Ou será apenas um novo degráu na escala ascendente das classes? D a mesma fórmula que a Revolução Francesa trouxe o dominio da burguesia, a Revolução Russa traria o dominio do proletariado e assim por diante?

O problema é imenso. Mas lançando um olhar ao mundo antigo, encontro na Grecia um exemplo que não estaria muito longe de certa analogia com as duas civilizações que hoje se embatem, e que um autor inglês, simploriamente, chamou de *gentlemen and bolcheviki*.

A fonte dorica e a fonte jonica suscitaram na Grecia dois *espíritos* que ao primeiro pretexto se

opuseram: o espírito spartano e o espírito ateniense. Um deles, feito de disciplina, de vontade, de paciência, de coragem; o outro feito de inteligência, de astúcia, de inventividade, de gosto.

E desses espíritos contraditórios iam surgir também duas legislações de caráter oposto: as leis de Licurgo e as leis de Solon.

Licurgo organizou o Estado sobre o comunismo. Suprimiu a propriedade privada, o dinheiro, a liberdade de comércio; instituiu a educação uniforme, as refeições em comum, a frugalidade; fez da profissão das armas a mais nobre das profissões; limitou as artes; enfim, cerceou a liberdade individual ao extremo, para formar compulsoriamente guerreiros e homens virtuosos.

Solon, em vez de mutilar a natureza humana, procurou encaminhá-la e refleti-la em suas leis. Como disse Plutarcho: — “Solon acomodava suas ordenações às coisas e não as coisas às suas ordenações”, e acrescentava, como o traduziu Amyot em seu saboroso francês: — “Faut que celui qui fait la loi ait regard à l'ordinaire possibilité des hommes”. Só o trabalho pôde trazer a riqueza e a prosperidade? Enquanto em Sparta a ociosidade era uma honra, Solon estimulava os pais a ensinarem aos filhos profissões e habilidades técnicas. Só a liberdade de tráfico pôde estimular aquela riqueza? Solon protegeu a liberdade de comércio. Existe na criminalidade uma hierarquia do mal, e portanto da justiça punitiva? Solon revogou as leis draconianas, que puniam inexoravelmente com a morte tanto uma contravenção como um crime, e distribuiu equitativamente as penalidades.

Emfim, procurou em tudo respeitar a personali-

dade, sem por isso deixar de enquadrá-la nos limites da lei. E Pericles pôde assim fazer o elogio da Constituição de Atenas, em oposição a Sparta, com aquelas palavras imortais que todos conhecem: "Ela nada tem que invejar aos outros. Serviu-lhes de modelo e não os imita... Livres em nossa vida pública, não vemos a esquadriñar com curiosidade desconfiada a conduta particular dos nossos concidadãos... E apesar dessa tolerância no comércio da vida, sabemos respeitar tudo que tóca á ordem política".

Duas legislações, portanto, de carácter inteiramente contraditório. A de Licurgo, escravizando o indivíduo á coisa pública, punindo inexoravelmente tudo que denotasse qualquer vestigio de livre expansão do individuo. A de Solon, estimulando essa força de expansão do individuo, procurando que a sociedade não impedisse essa florescência, nem fosse vencida por ela.

O tempo mostrou as grandes falhas da legislação ateniense. A democracia impediu que o Imperio se formasse, que a civilização atica se estendesse, que a Grecia fizesse o que Roma veio a realizar depois. E as armas forjadas no arsenal do Eurotas arrasavam em breve os muros do Pireu.

Mas, a posteridade? Os olhos de hoje? Que vemos nós a 25 seculos de distancia, mesmo sem desconhecer que muitas outras causas intervieram no fáto?

Atenas, imortal em seu espirito, em sua arte, em suas letras, em suas idéas. Cada dia, a cada momento, aqueles homens de que Solon respeitára a personalidade, falam a nossos ouvidos, deslumbram os

nossos olhos, prendem a nossa inteligência. São os mestres de sempre.

Ao passo que, do outro lado do estreito, nessa arida Lacedemonia, batida de ventos, que nos ficou até hoje? Chateaubriand clamando, no silêncio do deserto, o nome de Leonidas. Barrés vindo a Sparta procurar a Grecia e encontrando o deserto. Nada diante dos olhos, sinão os caniços veneráveis do Eurotas, umas pedras rudes do templo de Licurgo, ruínas vagas, frias, mudas.

Nada, a não ser um grande exemplo moral.

Já Thucidides, numa previsão de gênio presentira o juízo dos séculos: "Suposto que a Lacedemonia ficasse deserta, e que só restassem como vestígios os templos e as fundações dos edificios públicos, — a posteridade, creio eu, difficilmente, se persuadiria de que o podêr dessa cidade esteve á altura de sua reputação...

Si, ao contrário, a mesma sorte aguardasse a cidade de Atenas, o simples aspêto das ruínas, faria presumir que o seu podêr foi duplo do que efetivamente o é."

O mesmo que dizemos hoje, 25 séculos mais tarde. Ao passo que Licurgo, julgando eternizar o seu podêr pela mecanização militar da sociedade (e realmente o obteve por cinco ou seis séculos, o que mostra como a coisa é exequível) só conseguiu o silêncio da posteridade. Solon, respeitando a personalidade humana, sacrificou talvez a expansão ateniense, mas conquistou a immortalidade.

Infelizmente, é preciso deixar esses nomes illustres, que apenas evoquei para mostrar rápidamentee o destino do comunismo social de Licurgo. Volte-

mos á terrível realidade dos nossos dias, a esses russos de hoje que estão ensaiando a mais monstruosa mecanização social que desde Licurgo a humanidade conheceu.

Sombart descobre na revolução russa, três espécies de causas: históricas, sociológicas e populares.

A história mostra que o povo russo sempre viveu dominado. "O povo até hoje desconheceu o que fosse o direito. Sempre a violência habitou aquelas paragens. O terror, na Rússia, sempre viveu em sua própria casa". De 1905 a 1910 houve 7.001 condenações á morte e 4.949 execuções.

A escravidão se prolongou até 1860. Mas a servidão rural se prolonga até hoje. E a perseguição aos judeus se traduzia em constantes e sanguinolentos "progroms".

Esse espirito de servilismo se propagou a toda a mentalidade do povo. "Mais do que em outra qualquer parte, o movimento social na Rússia, e especialmente o bolchevismo, é uma revolta de escravos".

Outras causas históricas, além da *knutocracia* *tzarista* provocaram e facilitaram a revolução de 1917, como fossem: a revolução de 1905 e a guerra.



Passando em revista as causas sociológicas cita Sombart, como particularmente veraz, a observação, de Kurt Wiendenfeld, de que o caráter predominante da sociedade russa era a sua contradição interior. Grupos, com interesses e ideais opostos, se opunham sem se contaminarem: as classes dominadoras, vivendo afastadas do trabalho e das outras

classes; as classes médias, da pequena burguesia, que nos outros países do ocidente, estabelecem a ligação entre os extremos, muito fracamente desenvolvidas; e as classes trabalhadoras, do campo ou do proletariado urbano mergulhadas na mais bestial ignorancia ou na mais sombria miséria. Mesmo apesar da reforma agrária de Stolypine, 75 % dos camponeses não tinham terra suficiente para cultura e viviam em condições terríveis de servidão.

Outras causas sociológicas que Sombart aponta como decisivas para a Revolução, foram o espirito revoltado da mocidade mais precoce na Rússia que em outra qualquer parte e o carácter libertário dos intelectuais e em geral de toda a intelligência russa, “nessa terrível liberdade do espirito, nessa capacidade de bruscamente se arrancar da sua terra, de seus costumes e da história, de queimar atrás de si os navios, de repudiar todo um passado em nome de um futuro desconhecido, — está uma das particularidades mais profundas do espirito russo”, escreveu Meykowsky, citado por Sombart, e todos que conhecemos a literatura russa, e algumas raras criaturas dessa terra prodigiosa e terrível, podemos confirmá-lo.

Entre as causas populares, acentua Sombart, o messianismo das massas russas. “A dominação dos bolchevistas, do ponto de vista russo, não significa outra coisa do que o aparecimento do Anti-Cristo”, diz Sombart, estendendo-se sobre o assunto, para concluir que se encontra no movimento o espirito de três raças: “dos judeus provém o racionalismo, dos tártaros o ativismo, dos slavs o passivismo. Os Ju-

deus imaginaram o sistéma, os tártaros o puzeram em prática e os slavos até agora — o suportaram”.

E fecha o livro com essa síntese empolgante.

De todo esse estudo de causas e antecedentes que Sombart faz, o que mais ressalta como particularidade russa na provocação imediata do fenómeno, é o carácter que sempre revestiu o socialismo russo. “O movimento social da Rússia se destacou, em geral, pelo carácter acentuadamente revolucionário que os seus fenómenos sempre apresentaram”.

Ao passo que em outros países, e particularmente na Inglaterra, na Alemanha ou nos Estados Unidos, o movimento operário e trabalhista sempre se distinguiu do movimento propriamente revolucionário, na Rússia êles formaram um todo indivisível e único. E o movimento era conduzido e dominado pelos “revolucionários técnicos”, como Lenin os chamou, com a precisão e a rudeza de linguagem que sempre teve, dizendo as coisas brutalmente pelo seu nome.



Quem fez a revolução, portanto, quem hoje domina a Rússia e está traçando praticamente a Magna Carta dos comunistas de amanhã, — são homens que da sociedade só conheciam o que ela tem de peor: a miséria, a luta implacável pela vida, o esmagamento dos fracos, a policia, o exilio, o cárcere. Estão aplicando, portanto, os principios do materialismo histórico, partindo de um espirito de odio. Dir-se-á que esse odio é inevitável, em seguida ás injustiças de que tinham sido vítimas. Mas o fáto é que na ori-

gem da nossa sociedade atual, encontrámos também como formadores dessa sociedade uma grande massa de homens perseguidos, escravizados, comprimidos na liberdade de suas convicções, de seus ideais, e no entanto animados exátamente do oposto, — de um espírito de amor e não de odio. E por isso é que puderam criar uma estrutura social que atravessou séculos e terríveis vicissitudes e que só começou realmente a desagregar-se quando as ambições individuais de liberdade não quizeram mais respeitar os sábios limites da experiência, da razão e do tempo. E o resultado será, talvez, essa salvação da desordem e sobretudo da injustiça atual pelos remédios violentos e bárbaros com que o futuro nos ameaça, quer nos submetamos á mecanização comunista, quer demarquemos a nossa vitalidade pela reação contra ela.

A esse espírito de odio juntam os revolucionários russos, certo espírito de ingenuidade, que resalta vivamente de um fáto contado por Máximo Gorki, em um livro recente sôbre “Lenin e o camponês russo”. E Gorki consiera Lenin nesse livro como o maior gênio contemporâneo.

O caso contado por Gorki é o das famosas *exumações* de reliquias. O govêrno dos soviets acreditou que, mostrando ao povo, por meio de uma exhibição teatral, que aquelas reliquias de cadáveres intactos de Santos, etc., não eram mais que mistificação dos padres, tinha extirpado do coração do povo o opio religioso e emancipado as massas das velhas superstições. Mais uma das variadas espécies de extirpação que os homens têm inventado, ao longo da história, contra a religião. Mas os comunistas julgam que a sua seja a última. Pois se lutam contra o fanatismo...

A uma dessas exumações, num famoso e milagroso mosteiro, com a presença de altos funcionários, jornalistas, correspondentes de jornais estrangeiros, camponeses, operários, operadores de cinema, etc., assistiu Gorki, como chefe que era, de uma sociedade para a difusão do ensino popular.

Terminado o espetáculo com o maior êxito para os Comissários do Povo, organizadores da cerimonia, dirigiu-se Gorki a um grupo de camponeses idosos, indagando de sua opinião: — “Ah!, disse um deles, os Santos previam o sacrilegio de que iam ser vítimas e retiraram a tempo os seus despojos”. “Ou, então, dizia outro, “foram os próprios popes que esconderam as verdadeiras relíquias em lugar seguro, para subtraí-las á heresia”.

Gorki arregalou os olhos e dirigiu-se a um grupo de camponeses jovens.

— “Não ha dúvida, diziam, a mistificação dos padres está desmascarada. O que falta agora é desmascarar também os embustes dos médicos, com suas drogas, dos engenheiros, com seus cálculos incompreensíveis, e sobretudo os dessas autoridades dos Soviets, com cerimonias forjadas como essa”...

Foi assim que o govêrno da República Socialista dos Soviets, em mãos do Partido Comunista, arrancou, numa manhã de inverno do coração do povo russo, a herva daninha da religião, substituindo a aureola dos Santos pela aureola de Marx e de Lenin...

Mas vejamos em traços gerais a história desses primeiros anos de comunismo.

Já é possível notar nesse periodo *leniniano* três fases sucessivas:

a) — A fase inicial da vingança;

b) — A fase de ideologia, e

c) — A fase de conciliação e propaganda.

A primeira fase da Revolução foi dominada pelo instinto das massas. Os chefes, sentindo a necessidade de saciar a fome ancestral de vingança do povo, deixaram que as comportas se abrissem, como que para aliviar o corpo social daquela sobrecarga de odio recalcado por séculos. Foi um derrame irreprevel do sub-conciente em liberdade, ás tontas, ávido de sangue e de Talião. Sombart transcreve trechos do jornal bolchevista "Krasnaja Gazeta", de 31 de Agosto e 1º de Setembro de 1918, já um ano depois da revolução, em que se escreve o seguinte: "Os interesses da Revolução exigem o aniquilamento físico da burguesia. Façamos do nosso coração uma arma que temperámos no fogo do sofrimento e da luta sangrenta pela liberdade. Tornaremos os nossos corações sombrios, rudes, insensíveis; não havemos de tremer á vista do mar de sangue inimigo que faremos correr. Sem quartel, sem temor, destruiremos os nossos inimigos; eles se hão de afogar no próprio sangue... Que o sangue da burguesia corra em torrentes! Mais sangue, tanto sangue quanto possivel!

Essa visão apocaliptica de uma aurora gotejando sangue humano, esse verdadeiro sadismo sensual, esse delirio de vampirismo não ficou apenas em palavras. O governo soviético publicou oficialmente as cifras das pessoas executadas pela *Tscheka*, cujos poderes eram ilimitados, como vemos de certas ordens também transcritas.

E essas cifras são apenas isto que se segue:

Arcebispos e bispos	28
Padres	1.215
Professores e mestres.....	6.575
Medicos e seus auxiliares.....	8.800
Oficiais	54.650
Soldados	250.000
Oficiais de policia, guarda-civil.....	10.500
Agentes de policia	48.500
Proprietários rurais.....	12.950
Profissões liberais	355.250
Trabalhadores	192.350
Camponêses	815.000
Total	1.755.818

(Um milhão, setecentos e cinquenta e cinco mil oitocentas e dezoito vítimas).

Essas cifras tão alucinantes, que Sombart hesita em transcrever, são *oficiais*. A sede de sangue foi saciada. O organismo social purificado. Moloch, em recompensa a esse milhão e meio de corpos atirados á morte em sua honra, espalhará as suas bênçãos sobre a terra rusa. E o Anti-Cristo virá salvar a humanidade slava.

Os próprios chefes da revolução animavam essa explosão de instintos bestiais. "Roubae o que vos foi roubado", clamava Lenin. E Trotzki acrescentava: "Tomai aos burguêses os sapatos e deixai-lhes apenas os chinelos".

"Segundo informação do Comissário do Povo para a Justiça", escreve Sombart. — "de 1º de Janeiro

de 1918 a 25 de março de 1918 (isto é em menos de 3 meses) foram saqueadas 44.207 residências e 26.317 armazens. Durante o mesmo período foram “comunicados” ao Comissariado de Petrogrado 574.315 ataques armados nas ruas, roubos, etc. As estatísticas oficiais bolchevistas calculam os prejuízos causados em 22.765.000 rublos”.

E a mesma política era seguida nos campos, onde se permitiu que os camponeses atacassem as propriedades rurais e as retalhassem entre si á vontade, convertendo-se de colonos em proprietários e defendendo a mão armada os novos bens conquistados pelas armas. O sinal característico do camponês russo”, diz Gorki, no estudo já citado, “é a crueldade”. E para mostrar como o primeiro período da Revolução foi realmente um repugnante vomito de instintos, basta acrescentar o caso que Gorki conta, de um Congresso de Camponeses em Petrogrado, hoje Leningrado. Os camponeses foram hospedados no famoso Palácio de Inverno. E quando partiram, foram encontrar-se todos os vasos de porcelana e cristal mais finos e preciosos, as tapeçarias de Gobelin ou orientais, tudo o que havia de belo no palácio, ultrajantemente maculado ao passo que as excelentes instalações sanitárias estavam intactas. Era o puro instinto de sujar as coisas belas.

Essa primeira fase revolucionária foi assim dominada pela explosão e pelo extravasamento dos instintos e pela política inexorável de destruição levada a efeito pela terrível Tscheka, cuja fama ficou sendo tão monstruosa, que hoje subsiste com o nome trocado. Mas subsiste. E não pôde deixar de subsistir. Eis como a descreve um anarquista, Rud Boker, de

cujo livro sobre “A revolução russa”, Sombart transcreve estas palavras: — “Um espantoso, barbaro e nunca visto desdém e desprezo pelos direitos mais elementares do homem tornou-se em axioma do governo comunista. Com uma sequência lógica converteram-se as comissões extraordinárias num organismo monstruosamente autocrático, que é independente e irresponsável e tem em suas mãos direito de vida e de morte. Recurso contra ele é impossível, não existe. Os próprios órgãos mais elevados da autoridades pública são impotentes contra essas comissões extraordinárias”.

E outro informante, também revolucionário, George Poppof, relata: — “No campo vê-se com particular nitidez que a *Tscheka* é a própria autoridade administrativa. Nas cidadezinhas e aldeias desertas e quasi mortas das regiões da fome são os edifícios da *Tscheka* o único lugar onde ainda existem vida e ordem”.

E si o poder é conservado á custa dos meios de força mais inexoráveis, á sombra, especialmente, do milhão de homens em armas que hoje formam o Exército Vermelho, a obra genial de Trotski, — a luta deve servir-se de todos os meios, por mais ignóbeis que sejam.

“A um adversário politico”, explicou certa vez Lenin, num discurso de defesa citado por Sombart, — “particularmente quando pertence ao nosso próprio acampamento socialista, devemos combater com armas envenenadas, para procurar despertar sobre ele as peores suspeitas”. E na sua obra sobre o “Radicalismo”, acrescenta: — “Devemos nos decidir a todos os sacrificios, e quando fôr necessário — empre-

gar mesmo a astúcia, a esperteza, os métodos ilegais, a reticência, a sonegação da verdade, etc.

*
**

Essa primeira fase da Revolução foi, portanto, uma libertação de instintos da massa, uma repressão sangrenta de todos os inimigos e tentativas contra-revolucionárias, o aniquilamento político e mesmo físico das classes superiores (1.755.818...) para se resolver afinal na conquista do poder pelo Partido Comunista. Como explicou Zinovief: "Partido Comunista dirige os Soviets. Estes são o tronco, e o Partido a cabeça". Os comunistas nos Congressos anuais de todas as Rússias, em Moscou, passaram de 13 % em Junho de 1917, a 97 % em 1921, segundo cifras oficiais. Como escreve a anarquista Ema Goldmann, expulsa dos Estados Unidos naquele famoso navio de comunistas que foi aportar á Rússia: — "Todos os meios imagináveis são empregados pelos bolchevistas para aumentar os votos comunistas. Quando os métodos habituais não dão resultado, ameaça-se com a redução das rações e com a prisão".

Por tudo isso é que Sombart pôde concluir: "A verdadeira Constituição no tempo de Lenin era a de uma monarquia absoluta: hoje podemos indicá-la como uma constituição diretorial autocrática, ("autokratische Direktorialverfassung"). E, conforme os próprios lemas oficiais do partido: "O Partido Comunista deve assentar sobre um centralismo proletário ferreo... Ele deve criar, nas suas próprias fileiras uma disciplina militar ferrea".

E essa disciplina de ferro, esse processo de me-

canização, é que o Partido procurou aplicar á sociedade russa.

Uma vez saciado o instinto de vingança do povo, uma vez esmagadas as classes dominantes, uma vez organizado o Exército Vermelho e a Tscheka, uma vez assegurado o predomínio incondicional do Partido Comunista, — pôde Lenin pôr em prática o seu programa econômico comunista.

Esse programa se resumiu afinal numa oficialização total dos meios de produção, de distribuição e de retribuição.

A nacionalização começou pelos bancos. Seguiu-se a grande indústria e logo a pequena indústria. Segundo as próprias palavras dos guias bolchevistas: — “A classe proletária deve expulsar os banqueiros e gerentes de indústria para substituí-los por gente própria; pôde porém utilizar-se do aparelho de contabilidade, de fiscalização, de organização que os gatuños do capitalismo tinham criado”.

Foi em seguida efetuada a nacionalização da terra, de fôrma que a produção era dirigida pelo governo, de acôrdo com um plano único e central, para que os representantes dos ofícios isolados não seguissem egoisticamente os seus interesses, porém, se conjugassem coletivamente.

Estabeleceram-se os salários oficiais, — “A principio para aqueles que tivessem um vencimento mensal de mais de 500|600 rubros; depois “para todos”. Cada pessoa recebe uma “caderneta de consumo” e só consegue comprar alguma coisa, quando está na caderneta a observação de que ela produziu um trabalho (o que se considera trabalho, não está dito em parte alguma). Os trabalhos recebem o seu salário,

não em dinheiro, porém, "in natura"; "segundo os lançamentos na caderneta do trabalho são entregues pelos armazens coletivos os gêneros de que os trabalhadores necessitam, sem dinheiro, simplesmente contra o certificado de que a pessoa trabalhou". Transcrevo, na íntegra, as próprias palavras do regulamento do trabalho comunista, pois me parecem bastante eloquentes e instrutivas.

Lembremo-nos de que, por "trabalhadores" se deve entender a "sociedade inteira", já que o lema muito justo, aliás, em princípio, — "quem não trabalha não come", domina toda a vida comunista. Quem não possuir a sua caderneta, com boas notas, morre de fome.

Proseguindo. "O exercito gigantesco dos trabalhadores é dirigido, na base de um cadastro geral de trabalhadores, desde a Central até os locais de trabalho.

"Fiscalização, registo, divisão de trabalhadores, tudo isso é competência da Organização do Trabalho".

O comércio interior e exterior ficou sendo monopólio do Estado. A especulação foi proibida -- em tese, o que na prática a multiplica. A população dividida em pequenas comunas, de consumo existentes em cada bairro da cidade. Essas "konsumkommunen" é que requisitam da Central os produtos e os distribuem pelo consumidores. E por "produtos" é preciso entender todo o necessário á vida, desde o pão até o livro. Nada se póde comprar isoladamente. Tudo por um requerimento especial á Comuna de Consumo, que tratará então de obter, si possível, o que o individuo pede.

A economia doméstica é suprimida e substituída pelas cozinhas públicas, — “para emancipar a mulher da sua escravidão”.

Os proprietários de casas são naturalmente expropriados e as residências distribuídas por ordem das repartições competentes.

Eis, em traços muito gerais e sumários e quanto possível nas próprias palavras do “Programa” de regulamentação comunista ou nas de Sombart, o regime econômico e social do comunismo puro, em sua segunda fase. Era a ideologia comunista aplicada em sua cristalina pureza.

Durou três anos a experiência. E foi... será preciso dizer o que foi a experiência de um tal programa econômico?

Vendo as ruínas a que tinha chegado, Lenin teve a coragem de exclamar: “isso não pôde continuar assim”. E em 1921, introduziu o programma social contra-revolucionário da “Nep”, com a dócil submissão de todos os seus companheiros de ditadura proletária. E mesmo antes, como mostra Sombart, a transformação tinha começado.

Entre as medidas que foram tomadas para obviar um pouco ao desastre econômico figuravam as seguintes:

a) “A concessão de salários mais elevados aos chefes de serviço”. Essa simples medida era o suicídio do comunismo puro.

b) “A introdução de uma disciplina mais rigorosa em todos os ofícios”. E como Lenin acrescentava: “A própria Revolução exige hoje, e realmente no interesse do Socialismo, a subordinação incondi-

cional das massas á vontade unitária do guia do processo de trabalho”.

c) “Aplicação do sistema Taylor”.

d) “A introdução do salário contratual” (akkordlohn) isto é, a liberdade de contrato de serviço.

e) “A adaptação do salário conforme a tarefa produzida”.

f) “A organização da concorrência entre as Comunas de produtores e consumidores”, por meio de “elevação de salários”, redução de horas de trabalho, concessão de maior quantidade de bens culturais ou estéticos”, etc.

g) “Cooperação estreita com o corpo de burgueses... de fôrma a guiá-los, dar-lhes certas concessões e nos utilizarmos deles”.

Era um começo de negação ás ilusões iniciais. Renunciava-se aos pontos capitais do programa primitivo. Reconhecia-se que era preciso premiar ao individuo de acôrdo com o seu mérito e o seu esforço, reconhecia-se uma certa liberdade contratual, entrava-se em contáto com os burgueses restantes da sangria, apertava-se ao extremo a disciplina no trabalho.

Nem assim o desastre se atenuou. E Sombart cita as palavras de E. Varga, técnico economista do governo soviético, que assim se exprime ao cabo de três anos de experiência. — “Encadeiamento intolerável da produção pela politica, por toda parte invasora. Impossibilidade de toda iniciativa local.

Quêda da grande indústria. Regressão da produtividade de trabalho a 40 e 30 % do tempo de paz. Decadência da produção de 30 a 40 % do tempo de paz”.

E assim viu-se Lenine forçado a arrancar “cer-

ca de 85 % da vida econômica russa á dependência comunista". E com isso, abolir por decreto a entrega de salários em gêneros e quasi todo o que fôra a ilusão mais fagueira da ideologia comunista.

Apenas, não tenhamos ilusões, por nossa vez. O que o govêrno bolchevista reconheceu nesse primeiro momento de crise, não foi a inaplicabilidade de seu absurdo programa. Ele quis vêr apenas nos desastres que o programa provocára, uma falta de habilitação dos homens para agirem de acôrdo com os puros princípios da escola, e resolveu adiar a aplicação desses princípios. Mais tarde, foi idêntica a curva seguida por Stalin, da morte de Lenin até nossos dias. Primeiro uma volta á *pureza* do programa econômico comunista; depois a aplicação do Plano Quinquenal; depois a politica de conciliação e a aproximação internacional com as demais nações. Sempre, porém, com a esperança da ofensiva revolucionária mundial e a propaganda revolucionária secreta.

A propaganda no exterior, — que começou depois de desiludidos também da convicção inicial de que, em 1920, por simples ação catalítica, a Europa inteira seria comunista, como pensava Lenin, está se fazendo de fôrma diversa com uma habilidade que trai o "gênio diplomático" de Litvinoff, successor de Radek e Tchitcherin. Onde a sociedade atual está fortemente assentada, apesar de tudo, — a propaganda se faz entre o povo, contra os govêrnos. Onde a sociedade não existe, e os govêrnos ou os chefes, é que têm a força toda nas mãos, — é aos govêrnos e a esses chefes que os soviets se aliam. Assim se diversifica a propaganda revolucionária comunista na Asia, ou Africa e na Europa ou América. Na Europa e na América, a dissolução social é prégada entre as mas-

sas. Os aliados de Moscou, os agentes da III^a Internacional nos países do ocidente estão entre as multidões proletárias, entre os soldados, entre os camponeses, entre a população negra dos Estados Unidos, entre o povo, enfim. E' uma propaganda de baixo para cima, como vimos aqui, com a Aliança Nacional Libertadora.

Propaganda de vermes.

Na Asia, e na Africa, a coisa é oposta. Como a sociedade organizada em geral não existe e portanto o povo, as massas não têm força (um "povo" só é forte, quando socialmente organizado) é aos governos que os soviets se dirigem. E' a Kemal Pachá, é a Abd-El-Krim, (Marrocos é uma extensão da Asia); é ao Emir do Afghanistão, é aos generais chineses revolucionários (pois na China nem governo nem povo têm a força, e apenas os caudilhos militares), é ao governo persa, é aos chefes nacionalistas hindús (pois o "governo" na India é a Inglaterra, e portanto o inimigo politico máximo dos soviets, depois de Hitler — é portanto aos chefes e não ao Povo que os soviets se aliam, fazendo hipócritamente propaganda de nacionalismo, contra toda a idéa fundamental, internacionalista, do programa comunista. Propaganda de cima para baixo, Propaganda de aguias.

Tanto a propaganda nos alicerces como a propaganda nas cupolas, aliás, tem apenas um fim: derubar a sociedade atual. E a exploração do nacionalismo asiático só visa arruinar a Europa em suas ligações econômicas com a Asia. E' o ataque ao império colonial ou ás zonas de influência econômica européa na Asia ou na Africa, e portanto um golpe no cerne.

Se a propaganda no estrangeiro é assim feita na sombra, subreptícia, corrosiva, lenta, a propaganda interna essa é clamada em todos os tons. De um lado, o reclame colossal, como escreve Sombart: — “mixto de americanismo tolo, de fanatismo cego e de brutal tartarismo; o espirito de Barnum, Calvino e Ivan, o Terrível, reúnem-se numa unidade inacreditável... Todo o Imperio foi transformado numa gigantesca praça de mercado, onde as maravilhas do regimen soviético são ininterruptamente louvadas, em milhares de pontos”. Popoff, o anarquista já citado, que percorreu longamente a Rússia, e cujo livro foi traduzido para o francês, sob o titulo de “*Sous l’Étoile des Soviets*” e mesmo para português, descreve o exército de pintores encarregados de brochar, futuristicamente, toda a espécie de quadros de propaganda, que se encontram nas mais miseráveis estações de estradas de ferro, ao lado de bustos de Marx, de Lenin, de Robespierre, entre toda a sorte de sinais cabalísticos, sempre dominados pelo emblema soviético da foice e do martelo cruzados. Museus de propaganda espalham-se pelo país. O film famoso Exumação é passado sempre, em todos os cinemas, com detalhes os mais grotescos. São organizadas contra-procissões em todos os dias santos, com os maiores escarneos ás coisas sagradas, figuras escarnecedoras de Jesus, insultos á Virgem, bustos caricaturais de Budha e Mahomet, tudo misturado para obter o efeito mais grotesco possível, porquanto como diz Sombart — “o maior e mais perigoso inimigo do poder soviético é naturalmente a Igreja”. E finalmente, “como o governo soviético não pôde dar *panem* ao povo, dá-lhe *circenses*... Todas as testemunhas que descrevem a vida russa sob

o domínio dos Soviets são unânimes em afirmar que o teatro é o único ponto da vida russa que não caiu em abandono e desolação.

Mas a obra grandiosa, mas cuidadosamente organizada para chamar ao comunismo a população e criar uma nova geração unânimesmente comunista é a Educação. E é nesse terreno que entra em cena a figura de Lunacharski, hoje falecido. Foi um intelectual, um artista, a quem devemos a proteção dos tesouros de arte russos através da Revolução.

Esse foi o Ditador da Inteligência. O principio fundamental do método educativo, segundo o Programa Comunista, é: "Centralização e concentração incondicionais de todos os assuntos de cultura e educação. O objetivo de toda a educação no Império Russo Soviético é hoje a formação de uma mentalidade comunista. Desde as primeiras lições de leitura até às Universidades de cultura superior, só ha na educação um único desiderato: formar bons soldados do exército civil comunista. Os preceitos são poucos, o propósito é um só. Não ha consideração por qualquer liberdade de orientação. O lema é — formar comunistas." E daí não ha que sair. "Para este fim", informa Sombart, — "submeteram-se os institutos de ensino superior, particularmente as Universidades, aos fins do Partido Comunista, fazendo-se que fossem, segundo a expressão official, "proletarizados".

Fundaram-se novas Universidades comunistas, e as antigas foram reformadas de acôrdo com os seguintes principios:

"Primeiramente (segundo as expressões officiais do Programa Comunista, § 510, in Sombart), foram afastadas todas as "peudo ciências abstrátas", isto é,

aquelas ciências “que não chegam a qualquer dado prático”. As universidades converteram-se em Institutos “com o intuito de formar em um pequeno prazo, técnicos bem preparados que sejam aptos a um trabalho prático num dado terreno”.

Da mesma forma que o programa de ensino era reduzido a esse torno para fazer engrenagens, — renovava-se análogamente o corpo docente. Segundo as palavras autênticas do Programa Oficial: “foi destruído o isolamento da casta dos Guardas da Ciência. Anularam-se as barreiras que os Guardas da Ciência tinham oposto para impedir a penetração de elementos indesejáveis e, do ponto de vista social e científico, revolucionários.”

Para as faculdades de ciências sociais — “só são permitidos professores comunistas ou pelo menos marxistas”, e para os cargos de novos mestres marxistas são chamados frequentemente “antigos revolucionários, com um bom preparo teórico, que nunca seguiram a carreira científica oficial e mesmo nunca tenham frequentado qualquer escola superior”.

Adaptados os programas e os professores ao puro ensino comunista, também se iniciou a política de fechar as escolas a todos os estudantes não comunistas. De Gorew, professor em vários institutos comunistas russos e do qual Sombart extraiu a maioria dessas informações, cita mais tarde esta frase bem expressiva: “A matrícula dos estudantes foi de tal forma regulada, que para este ano de 1922 já está garantida uma esmagadora maioria de comunistas e seus próximos”.

Fundaram-se também Faculdades de Trabalhadores, “para as quais de futuro, — como trabalhado-

res não manuais — só serão admitidos comunistas ou membros da liga de jovens comunistas, e esses mesmos só depois de três anos de estagio no Partido Comunistas ou nas Ligas de jovens comunistas". (Gorew, "A Rússia de hoje").

Além disso, fundaram-se as Universidades Comunistas (essas outras são consideradas como livres...) das quais ha quatro. Entre outras disposições curiosas do programa, citadas no livro apologético de Gorew (in Sombart) existe a seguinte: "O último decreto do Comité Central do Partido Comunista, pelo qual são reguladas as condições de admissão na Universidade Swerdloff, proíbe categoricamente admitir como estudantes pessoas que disponham de uma cultura superior á que lhes é fornecida pelos colégios primários". E Sombart tem o cuidado de acrescentar: "Isso não é nenhuma troça de 1º de abril!".

Mais interessante ainda do que o regime universitário, é a obra prima de Lunatcharski, o que ele chamou de "Proletkult", abreviação do titulo "Organização da cultura proletária".

Em 1920 havia 300 grupos desses com 100.000 membros. Só admite como membros trabalhadores de indústrias e seu fim é o desenvolvimento da literatura e da arte proletária. Mas é preciso citar na integra as palavras autênticas de Lunatcharski e Kerschnenzew, para se apreciar todo o seu sabor: "Foram formados Estudos, Grupos, Comunidades de Trabalhadores para a criação de literatura, de teatro, de música e de artes plásticas. Em cada um dêles se reúnem, sob a direção dos instrutores do *Proletkult*, 20 a 30 pessoas. Esses estudos devem ser melhor compa-

rados a laboratórios... nos quais são feitas pesquisas, em condições particulares e em parte artificiais, para conseguir novas conquistas culturais”.

Esses laboratórios de arte proletária são realmente uma obra prima de engenhosidade comunista. Como diz Lunatcharski: “Os Gogols e os Puschkins proletários hão de vir”. E para isso foi organizando os seus laboratorizinhos, com todos os aparelhos modernos de fabricação de cultura e de arte. E’ o último avatar da indústria.

O ideal comunista, — como se depreende do que procurei apresentar pela fórmula mais objetiva possível e buscando sobretudo no livro de Sombart as fontes originais ou autênticas em que se inspira — é um ideal puramente utilitário. Como não podia deixar de ocorrer numa aplicação do materialismo histórico. Da mesma fórmula que Licurgo procurou criar o puro *homo bellicus*, Lenin e hoje Stalin, obedecendo á ideologia marxista, procuraram criar o puro *homo faber*.

O mundo comunista é um mundo sem Deus, sem Família, sem Pátria, sem Liberdade, sem Contemplação, sem Arte Livre, sem Ciência Pura, sem Beleza desinteressada. Um mundo geométrico. Um mundo monstruosamente materialista, onde “um par de sapatos vale mais do que todo Shakespeare”, na frase de um comunista, citada por Sombart. Proíbe-se ou persegue-se a religião. Reduz-se a educação a uma simples máquina de formar comunistas, isto é, espíritos limitados, sem ambições excessivas, sem veleidades, individuais, bons técnicos, homens práticos e resignados, pensando pelas cartilhas do Estado, visitando os museus em grupos de 20, fazendo espirito

em laboratórios de cultura mental, enfim, o ideal do perfeito súbdito, embriagado de belas palavras e conformado com o seu lugar nas fileiras.

Aos conceitos humanos, naturais, imortais, de raça ou de pátria, de família e religião, de cultura ou virtude, substitui-se o conceito utilitário de classe. Pois de duas uma: ou as várias classes são necessárias á vida de uma sociedade, e nesse caso todas elas têm um direito incontestável á justa recompensa do seu esforço, ou realmente a sociedade póde subsistir apenas com a classe proletária e nesse caso desaparece o conceito de classe, pois a classe é mais uma "relação" que uma existência em si. Aliás, essa inversão pura e simples da sociedade, em benefício de uma só classe, é patente. Segundo as próprias palavras de Lenin, em 1921 — "para levar a efeito a organização coletiva... só é possível conseguí-la por meio de uma estreita colaboração com a burguesia... Dirigindo nós os elementos burgueses, utilizando-nos deles, fazendo-lhes certas concessões isoladas, crearemos as condições para um movimento de progresso... para consolidar as posições que conquistamos". A burguesia é portanto "utilizada" apenas para benefício do proletariado, como os hilotas o eram em Sparta. Foi um dos pontos da "Nep", já o vimos.

A justiça, por sua vez, torna-se simples arma de governo. Segundo decisão do Congresso dos "Trabalhadores da Justiça Soviética", reunido em 1924, ficou resolvido unanimemente levar avante, com toda a decisão o conceito de "Justiça de classe", isto é: "punir os inimigos dos operários (quem serão eles num Estado comunista?), "mais fortemente" do que os criminosos de origem proletaria

“pelo mesmo delito praticado por uns outros”. E’ a escravidão da Justiça.

E a esse respeito me vem á mente aquela obra prima da pintura Trecentista, com que Ambrozio Lorenzetti, em 1300 e tantos, adornou as paredes do Palazzo Pubblico de Siena e que, apesar dos estragos desoladores do tempo, ainda apresenta hoje uma segurança de traço, uma vivacidade de côr e uma grandiosidade de concepção que nos assombram. São as duas alegorias do “Bom Govêrno” e do “Máo Govêrno”. Este é rodeado confusamente pela Tiranía, pela Soberba, pela Vaidade, pela Crueldade, pela Guerra e entre os muros da cidade a Anarquia impera. O Bom Govêrno, porém, ladeado pela Prudência, pela Paz, pela Fortaleza, pela Magnanimidade, pela Temperança, com os homens de armas, as forças da Terra, a seus pés, e com o Santo Espirito, as forças do céu, sôbre a cabeça, recebe a sua inspiração e a sua força de outra figura: Só, no extremo oposto do painel, destacada, grave, sôbre a qual converge a visão e que tem acima da cabeça, como a iluminála, a imagem da Sapiência, e abaixo de si a da Concor dia, estendendo a sua ligação até o govêrno por uma série de homens bons, em trajos locais, como aquele Dante de Giotto tão familiar a todos nós. Essa figura de que tudo deriva para o Bom Govêrno — é a imagem da Justiça. Não é só a pintura que prende o espectador. E’ a idéa que resume todo o pensamento político de uma época, aquele admirável senso de equilibrio católico da sociedade que até na própria arte imprimia, pela primeira vez, com tanta grandeza, o seu sêlo inconfundível. E abaixo dos *affreschi* comentando o símbolo de independência e liberda-

de comunal que aquilo representava e a genial arquitetura política de uma época, o artista escreveu entre outras palavras o seguinte: — “La dove stá legata la Justizia — nessuno al ben comum già mai si accorda”. Palavras inesquecíveis.

Deixemos, porém, essas veneráveis paredes do século XIV, que são um tema de profunda e eterna meditação e voltemos ao “buon govêrno” comunista do século XX...

A inteligência, como vimos, será toda ela nos novos estudantes guiada pelo “Proletkut”, com o fito de que só venha a existir uma pintura proletária, uma música proletária. Tudo obra de laboratório. O monopólio da inteligência pelo Estado. A estandarização do espírito. A *régie* da Arte.

A imprensa, o comércio, a indústria, o exército, tudo dependências do Partido Comunista que dirige o Estado. E nesse Partido o que domina é uma disciplina militar. — “Durante a ditadúra do proletariado”, diz o Programa Comunista, — “o partido comunista deve assentar sôbre um centralismo proletário ferreo... deve manter em suas fileiras uma disciplina militar de ferro”.

Não censuro ao comunismo, por essa noção de ordem e disciplina que reconhece indispensável para o govêrno. Apenas é uma advertência preciosa á nossa Sociedade. E’ preciso que ela olhe de frente o perigo. E não confie demais no senso comum ou em palavras eloquentes e vãs.

Em tudo, portanto, o que vemos é a hipertrofia do Estado, do Estado utilitário, empenhando todo o seu podêr para matar o “homem” e criar, em lugar dessa velha criatura cheia de vícios, ambições, pre-

conceitos, misérias... e belezas, o novo *homunculo* do novo Wagner das estepes: — o *homo œconomicus*. O homem estomago.

Como diz Sombart: — “O Estado bolchevista, em qualquer terreno que seja, nunca se colóca em segundo plano, antes pelo contrário, introduz as suas mãos por toda a parte”.

E aí tocamos o ponto central de toda a questão. Passado todo o idealismo revolucionário, alcançado o ideal comunista, posta a nova sociedade a funcionar como atualmente o faz a nossa sociedade, — o que fica é apenas isso: uma imensa burocracia.

Desde que se suprima a iniciativa individual em todos os ramos do trabalho e da inteligência e se substitua essa iniciativa pela do Estado, — socializando o comércio, a indústria, a agricultura; monopolizando o ensino; organizando esses inesquecíveis “laboratórios de cultura”, obra prima desses Messias do século XX, — o que fica de tudo isso é uma administração gigantesca. Todo mundo trabalha para o Estado e o Estado é que dá a cada um a recompensa que lhe compete. Ou recompensará de acôrdo com o valor do trabalho feito, e os abusos da apreciação oficial em pouco tempo anularão igualdade e desinteresse, portanto, todo comunismo; ou recompensará, como se fez a principio na Rússia, de acôrdo com a equiparação rigorosamente geométrica, pagando ao vagabundo como ao ativo o mesmo salário (o que muito deveria agradar a Bernard Shaw). E como o trabalho mau expulsa o trabalho bom (lei proletária quási tão exáta como a lei monetária de Gresham), o resultado, como se viu na Rússia, será a miséria, a peste, a fome, os flagelos que até o século XVIII figu-

raram nas litanias da Igreja Britânica, e que no século XIX a civilização caluniada conseguiu “atenuar”, tanto que foram suprimidos das histórias dessa Igreja. Digo atenuar e não acabar. Pois a nossa sociedade está muito longe ainda de ter tido a inteligência de resolver um problema, cada vez mais insolúvel, desde que o conceito judaico e anglo saxônico da economia ilimitada, nos séculos XV e XVI, suplantou o conceito cristão de economia limitada, que só ele pôde salvar-nos do comunismo. Mas não nos desviemos do assunto, que já é por si bastante exaustivo.

O comunismo, portanto, é a Burocracia. Uma vez aniquilado a burguesia, uma vez estabelecida a ordem de aço, montada a máquina gigantesca e passado o período idealista da propaganda, — o que fica é o imenso aparelho burocrático.

Sombart apresenta a respeito cifras que são de uma cristalina clareza.

— “Um monstruoso aparelhamento burocrático (ein ungeheurer Beamtenapparat) envolve o império. Enquanto durante os anos de 1917-1920, (segundo os dados do bolchevista Strumlin, técnico em estatística), o número dos operários industriais caiu de 7 milhões e 300 mil a 3 milhões, elevou-se o número dos empregados do Soviet a 1.028.000 (um milhão e vinte e oito mil), aos quais se devem acrescentar ainda 322.000 pessoas empregadas nas cozinhas públicas em serviços comunais. Compare-se: no ano de 1908 contavam-se na Alemanha, em serviços da Corte, do governo dos Estados, dos municípios e da Justiça, 390.005 profissionais”.

390.000 empregados públicos na opulenta Ale-

manha de ontem e mais de um milhão na pobre Rússia de hoje! As cifras dizem tudo. E um bolchevista, A. Martynow, no livro em que conta a sua conversão “de Menchevista a Bolchevista”, publicado em 1923, conta o seguinte: — “Ao passo que as chaminés da fábrica (uma usina de açúcar na Podolia) param de fumegar e o trabalho cessa nas salas e nas oficinas, — anima-se pelo contrário o trabalho no escritório da fábrica e aumenta sempre... Guarda-livros e empregados de escritório trabalham com serão... que escrevem eles? Preenchem os inumeráveis inqueritos que lhes são solicitados dos diferentes escritórios centrais... A contabilidade é completada pela investigação”. E Sombart cita como uma das causas desse imenso aparelho burocrático, a multiplicação dessas comissões fiscalizadoras e de fiscais isolados: — “Onde outróra uma só pessoa, como empregado, dava cabo do serviço, são agora necessárias duas: o funcionário e o homem de confiança do Partido Comunista que o fiscaliza”.

Segundo estatísticas oficiais bolchevistas, antes da morte de Lenin a relação entre os membros do Partido Comunista empregados do Estado e os empregados em trabalho produtivo era 70 % para 30 %. Eis a estatística de fonte bolchevista que Sombart reproduziu: “Sôbre 100 comunistas, ocupam-se:

Nas repartições soviéticas	35
No exercito vermelho e na marinha.....	21
Na organização do Partido e manufatúras..	6
Em outros empregos	6
	—
Total dos empregados públicos.....	70 %

Em industrias	14
Transportes	6
Agricultura	8
Trabalhos braçais	2
Total dos trabalhadores produtivos	30 %

Esse, portanto, é o extraordinário aparelho “estricamente burocrático” que o comunismo substituiu á desmoralisadíssima burocracia czarista. Mas o que distingue propriamente o comunismo é que, mesmo os individuos “produtores” (o marxismo chamava depreciativamente de “parasitas” a todos os funcionários públicos, mas vê-se que na prática mudou de horticultura...) são também burocratas desde que toda a produção de riqueza, de inteligência, de heroísmo militar, de arte, tudo depende “imediatamente” do Estado e do Partido. O que ha é um imenso burocratismo, que tudo absorve.

Para compreender, portanto, o comunismo, não é preciso cansar os olhos em bibliotécas, fatigar o espirito com o estudo de sistemas sociais complicados ou perder-se em discussões académicas de idéas.

O melhor meio de compreendê-lo, o mais exáto, o mais rigorosamente certo é pensar numa repartição pública brasileira. E em toda a sociedade convertida numa imensa Repartição Pública...

A Rússia de hoje, — onde ha oito anos se faz a maior experiência social da história — e como a Rússia os países que a imitam, — é um país atacado de acromegalia. Todos nós temos visto confrangidos passarem esses pobres homens inchados, pálidos, trôpegos, com as extremidades disformes, cabeças desco-

munais, mãos enormes, pés monstruosos. São os acromegálicos, condenados á atrofia da inteligência e do corpo por essa monstruosa hipertrofia das extremidades.

A Rússia está assim. A cabeça macrocéfala é o Partido Comunista, ou, como diz o próprio Zinovief, mais tarde posto "en disgrâce", como Trotzki: — "o Partido Comunista dirige os Soviets. Elle é o cerebro do govêrno soviético... os Soviets são o tronco, o Partido a Cabeça". A hipertrofia do centralismo administrativo.

As mãos enormes: — o Exército Vermelho. Um milhão de homens em armas, uma imensa policia. A hipertrofia da força executiva.

Os pés disformes: — os Camponêses, cujo traço característico, como escreveu Gorki, — é a "Crueldade". E o mais grosseiro materialismo. A hipertrofia do trabalho mecânico.

Esse o caso russo. Mal tal hipertrofia das extremidades será o destino provável de todo comunismo com sacrificio da saúde do corpo, da livre expressão da alma.

Por mais grotesco, porém, que seja o quadro social do comunismo, com as suas levas inumeráveis de mendigos esmolando em cada canto da Rússia (vide Georges Popoff. *Sous l'étoile des Soviets*) quando invectiva com razão a sociedade burguesa, por não ter sabido até hoje resolver o problema do pauperismo; por mais monstruosa que seja a mecanização social que ele pretende instaurar; por mais sangrentos que sejam os seus processos; por mais falsa que seja a ideologia racionalista em que assenta os seus princi-

prios, — enfim, por mais sensível que nos apareçam a discordância entre as palavras e os fatos, bem como as renúncias às utopias iniciais ou o reconhecimento de princípios outrora renegados, — o fato é que tudo indica nesse comunismo um dos pontos de partida da renovação social do século XX. Ainda é cedo para pressentirmos o que ficará dessa experiência sangrenta e tantas vezes vil. Mas desde já podemos observar que está sendo uma dolorosa lição de realidade. Tanto tem a sua mecanização de detestável, quanto tem de exato o realismo com que confirmou a necessidade fundamental de ordem, de trabalho, de hierarquia e de disciplina (pelas suas afirmações ou pelas suas renúncias), bem como a coragem com que jogou por terra alguns mitos, mais retóricos que verdadeiros e eficientes.

Aproximou-nos mais da realidade social — esse é o fato. Cabe agora ao futuro e ao ocidente, se fugir ao lento suicídio atual, fazer o que eles não fizeram. Conseguir um ideal social que em essência se resuma em duas palavras — justiça e variedade. Tudo coroado pela caridade cristã. Dar a cada um de acordo com as suas necessidades fundamentais. E ao mesmo tempo não permitir que esse ideal de justiça tão desdenhado de fato na sociedade egoísta e arrogante de hoje — venha na Idade Nova, de que o Comunismo atual é apenas um dos elementos preparadores, o surto da variedade, a expansão justa da pessoa, a livre afirmação da família, o estímulo da criação e da recompensa individual, o sentimento da responsabilidade, a conservação do passado naquilo que nos legou de grande e justo — tão inexistente no mecanismo social simplista do comunismo.

Não tenhamos grandes ilusões. Todo governo é apenas um mal menor. Partindo desse princípio exato, o democratismo esfacelou o poder nas mãos dos indivíduos, certo de que por esse meio o mal seria reduzido ao mínimo. O resultado foi até hoje, ao lado de um progresso material assombroso e de uma incontestável elevação das massas, uma desordem latente e uma injustiça patente.

Reagindo contra isso, propõe o Comunismo o inverso. A centralização absoluta. Moscou, o Kremlin centro não somente da Rússia, porém, de todo o Universo.

Mas dominando pela extrema mecanização. Pela negação do indivíduo e da variedade social. Pela militarização da sociedade. Pelo burocratismo e pelo oficialismo integral. Esse foi o balanço desses 8 anos iniciais de comunismo, que aqui examinamos, independente das renúncias efêmeras e interesseiras ou da vassalagem humilhante e inevitável das "concessões" a estrangeiros.

Para favorecer a reação contra essa extrema mecanização social, para levar a restauração de uma estrutura social sólida e forte em formas que ainda seria arriscado prevêr, mas que não esmague o indivíduo, antes o estimule a se expandir, — o exemplo do comunismo está aí vivo ante nossos olhos. Através de que lutas terríveis vai operar-se essa transformação social, no decorrer do século XX, o tempo o dirá. O que desde já podemos dizer, é que a Idade Nova só escapará da escravidão comunista, no terreno econômico, pela renúncia inteligente ao mito manchesteriano da liberdade absoluta de ação.

Como no terreno estético, ainda mais no terreno social, o problema moderno por excelência é o da consciente limitação da Liberdade abstrata pela conquista das verdadeiras liberdades concretas.

INDICE DE NOMES CITADOS

A

Abd-El-Krim - 317.
 Acker, Leonardo Van - 131.
 Adams, Henry - 262 - 263 - 270.
 Adão - 69.
 Agassis - 241.
 Agostinho, Santo - 202.
 Alberto, Rei - 135.
 Alencar, José de - 137.
 Amyot - 299.
 Andersen, Sherwood - 171.
 Andraea, Wilhelm - 203 - 205 - 211.
 Antonino de Florença, Santo - 183.
 Aristoteles - 44 - 67 - 82 - 202 - 231.
 Arland, Marcel - 180.
 Aron, B. - 126 - 127 - 129 - 132 - 180 - 187.
 Athayde, Tristão de - 286.
 Azaña - 113.
 Azevedo, Lucio de - 256.

B

Bakounin - 95.
 Barbosa, Ruy - 255.
 Barnard, Eunice Fuller — 175.
 Barnum - 318.
 Barrés - 301.
 Barth, Karl - 119.
 Baur, E. - 241 - 242.
 Beard, Mary - 176.
 Belloc - 65 - 278.

Benda, Julien - 137.
 Bentham - 207 - 208.
 Berdiaeff, Nicoláu - 94 - 96 - 97 - 98 - 99 - 100 - 101 - 102 - 103 - 277.
 Bergson - 61 - 202 - 225 - 226 - 227 - 228 - 229 - 230 - 233.
 Berkeley - 241.
 Bernstein - 210.
 Blondel, Maurice - 61.
 Bloy, Léon - 42 - 54 - 121.
 Butler, Samuel - 136.
 Boas - 242.
 Boeker - 309.
 Bossuet - 226.
 Boubée, S. J., P. - 112.
 Branting - 113.
 Bauer, Theodor - 204 - 206.
 Brentano, Lujo - 296.
 Briefs, Goetz von - 203 - 205 - 207 - 208 - 212 - 218.
 Brilland, Maurice - 186.
 Bruck, W. F. - 204 - 214 - 215.
 Buckarin - 102.
 Budha - 318.

C

Cabral - 245.
 Calles, Plutarcho Elias - 86 - 114.
 Calvino - 318.
 Cardenas, Lazaro - 86.
 Carlyle - 21 - 146 - 225.
 Caxias, Duque de - 111.
 Chamberlain - 237.
 Chang-Kai Chek - 125.
 Chanson, Paul - 154.

- Chase, Stuart - 168 - 169 - 170.
 Chateaubriand - 301.
 Chesterton - 65 - 278.
 Christo, Jesus - 7 - 32 - 37 - 69 -
 141 - 199 - 261 - 271 - 318.
 Claudel, Paul - 201.
 Clémenceau - 109.
 Clerissac, Pére - 42.
 Combes - 109.
 Comte, Augusto - 12 - 21 - 22 -
 64 - 65 - 72 - 124 - 161 - 226
 - 231 .
 Coolidge - 172.
 Copeau, Jacques - 186.
 Cortés, Donoso - 284.
 Coulet, S. J. P. Pe. - 287.

D

- Dandieu, Arnaud - 126 - 127 -
 129 - 132 - 180 - 187.
 Danton - 298.
 Darmstaedter, Friedrich - 204 -
 216 - 217.
 Daudet, Léon - 137 - 194.
 Deborin - 102.
 De Maistre, Joseph - 101.
 Descartes - 42 - 93 - 260 - 261.
 Devas - 259.
 Dias, arcebispo pascoal - 115.
 Diocleciano - 115.
 Dolfuss - 47 - 120 - 125.
 Doria, Sampaio - 116.
 Dostoiewski - 95.
 Du Bos, Charles - 186.
 Durckheim - 275.

E

- Emerson - 21.
 Engels - 209 - 210 - 222.
 Epstein, Jean - 287.

F

- Faro, Stella de - 173.
 Feuerbach - 228 .

- Fichte - 211.
 Figueiredo, Jackson - 63 - 64.
 Finot, Jean - 235.
 Fischer, E. - 241 - 242.
 Ford, Henry - 183.
 Fournier, Alain - 180.
 France, Anatole - 137.
 Frank, Waldo - 171.
 Franklin, Benjamin - 269.
 Fritz - 202.
 Fur- Le - 150.

G

- Galileu - 93.
 Galton - 238.
 Gambetta - 108.
 Gasset, Ortega y - 202.
 Gemelli, Agostinho - 61.
 Gentili, Giovanni - 61 - 118 -
 153.
 George, Stefan - 202.
 Gide, André - 137 - 180.
 Gierke, Otto von - 146.
 Gilson, Etienne - 186.
 Giotto - 324.
 Gobineau - 241 .
 Goldmann, Ema - 311.
 Gonnard, P. - 146 - 147.
 Gonville, Paulmier, de - 245.
 Gorew - 320 - 321.
 Gorki, Maximo - 305 - 309 - 330.
 Gouvêa, Zoroastro - 85.
 Gresham - 326.
 Guidi, Dario - 151.
 Gurvitch - 82 - 145 - 146.

H

- Hegel - 12 - 21 - 44 - 142 - 215 -
 229 - 235.
 Heidegger - 61.
 Heinrich, Walter - 150.
 Helander, Sven - 204 - 213.
 Hel Jnr., John - 173.
 Henrique VIII - 107.
 Herbert - 113.
 Hesse, Hermann - 70.

Hitler, Adolf - 44 - 193 - 240 - 317.
 Hobbes - 128 - 142.
 Holmes, Samuel - 240 - 241.
 Holmes, Stuart - 242 - 243.
 Hoover - 80 - 172 - 176.
 Humboldt - 215.

I

Ivan - 318.

J

Jankélévitch - 296.
 Jefferson - 82.
 Johnson - 125.
 Just, St. - 298.

K

Kant - 44 - 72 - 93.
 Kasev - 192.
 Keynes - 202.
 Kemal, Mustafá - 120 - 125 - 317.
 Kemrick, K. L. - 286 .
 Kerschenezew - 321.
 Keyserling - 45 - 175.
 Kidd, Benjamin - 93.
 Kropotkin - 95.

L

Lagrange, R. Garrigou - 68.
 Lamennais - 65.
 Lapouge, Vacher de - 237 - 241.
 Lassalle - 211.
 Leão XIII - 64 - 121 - 273 - 276 - 280.
 Leibnitz - 82.
 Lenin - 44 - 57 - 138 - 267 - 298 - 304 - 305 - 306 - 308 - 310 - 311 - 312 - 314 - 315 - 316 - 318 - 322 - 323 - 328.
 Lentz, Fritz - 241 - 242.
 Leonidas - 301.
 Le Roy, Edouard - 61.
 Lery, Jean de - 245.

Levaux, Léopold - 138 - 144.
 Licurgo - 299 - 300 - 301 - 302 - 322.
 Lima, Jorge de - 238 - 244.
 Lippincott, J. B.
 Litvinoff - 316.
 Locke - 93 - 229.
 Lunatcharski - 319 - 321 - 322.
 Luthero - 42.

M

Mac Donald - 113.
 Mahomet - 318.
 Malthus - 229.
 Manoilescu, Mikail - 149 - 150 - 151 - 152 - 153 - 154 - 155.
 Marcel, Gabriel - 61 - 186 - 201.
 Maritain, Jacques - 3 - 29 - 37 - 42 - 43 - 44 - 45 - 48 - 49 - 50 - 51 - 52 - 53 - 54 - 55 - 56 - 58 - 61 - 62 - 63 - 65 - 66 - 67 - 68 - 69 - 70 - 71 - 72 - 73 - 74 - 75 - 76 - 77 - 78 - 99 - 180 - 186 - 187 - 188 - 202.
 Martynow - 328.
 Marx, Karl - 11 - 12 - 21 - 22 - 123 - 124 - 203 - 209 - 210 - 211 - 213 - 221 - 222 - 225 - 226 - 228 - 229 - 247 - 290 - 306 - 318.
 Mauá - 254.
 Maurois, André - 181.
 Maurras, Charles - 43 - 64 - 65 - 66 - 124 - 137.
 Massis, Henry - 28 - 43 - 65.
 Meusel, Alfred - 203 - 205 - 209 - 210 - 211.
 Mercier, Cardeal, 273.
 Merejkowski - 293 - 303.
 Mering, Otto - 209.
 Mering, von - 204.
 Mill, Stuart - 209.
 Monroe - 192.
 Montesquieu - 82.
 Moreno, Garcia - 110.
 Murtinho - 256.
 Mussolini, Benito - 81 - 117 - 118 - 193.

N

Nero - 115.
 Niemeyer, Otto - 256.
 Nietzsche - 44 - 147.
 Normano, J. F. - 249 - 250 - 251
 - 252 - 253 - 254 - 256.

O

Ordóñez, Battle y - 110.
 Overstreet, H. A. - 157 - 159 -
 162 - 163 - 164 - 165 - 167
 - 168 - 171.

P

Pacelli, Card. Eugenio - 110.
 Pascal - 51.
 Paulo, São - 152 .
 Pedro II - 111.
 Peguy Charles - 1.
 Penty, Arthur J. - 145 - 286.
 Pericles - 300.
 Pesch S. J., Heinrich - 287.
 Pio IX - 117.
 Pio X - 64.
 Platão - 202 - 211.
 Plutarcho - 299.
 Pombal, Marquez de - 111.
 Poppof, Georges - 310 - 318 -
 330.
 Por, Odon - 287 .
 Prado, Yan de Almeida - 244 -
 245 .
 Proudhon - 247.

R

Radek - 298.
 Raymond, Marcel - 233.
 Reale, Miguel - 72.
 Renard, Georges - 150.
 Renner, Karl - 217.
 Reynold, Gonzague de - 192 -
 193 - 194 - 195 - 196 - 197 198
 - 199.

Ricardo - 298.
 Rio Branco, Barão do - 111.
 Ritter - 204.
 Rivière, Jacques - 180.
 Robespierre - 298 - 318.
 Robles, Gil - 125.
 Rodbertus - 211.
 Roosevelt, Franklin - 79 - 80 - 81
 - 83 - 107 - 125 - 160 - 172 -
 196 - 197.
 Ropke, Wilhelm - 204.
 Rops, Daniel - 180 - 181 - 183 -
 184 - 185 - 186 - 187.
 Rougemont, Denis de - 138 - 139
 - 142 - 144.

Rousseau, Jean Jacques - 42 -
 44 - 67 - 82 - 93 - 195 - 260
 - 275.

S

Salander, G. A. - 204.
 Salazar, Oliveira - 125.
 Sanches, Edgard - 85.
 Saunders, Carr - 241.
 Shakespeare - 322.
 Shaw, Bernard - 236.
 Sinclair, Upton - 170 - 171.
 Smith, Adam - 207 - 208 - 209
 - 253.
 Solon - 299 - 300 - 301.
 Solovieff - 95.
 Sombart, Werner - 163 - 183 -
 294 - 295 - 296 - 302 - 303 - 304
 - 307 - 308 - 310 - 311 - 314 -
 315 - 318 319 - 320 - 321 -
 322 - 326 - 328.
 Sorel - 124.
 Sorokim, Pitirim - 21.
 Spann, Othmar - 149 - 153.
 Spencer, Herbert - 21 - 147.
 Spengler - 11 - 94.
 Stalin - 183 - 316 - 323.
 Stolypine - 303.
 Stuarts - 107.
 Sun-Yat-Sen - 125.

T

Taine - 235.
Taylor - 169.
Tchitcherin - 316.
Thevet - 245.
Thomaz de Aquino, Santo - 44 -
51 - 67 - 68 - 143.
Thucydides - 301.
Tímiriazew - 102.
Tolstoi, Leão - 95.
Toniolo - 286.
Trager - 207.
Trotzki - 298 - 308 - 310 - 330.
Turco, Natale - 286.

V

Valéry, Paul - 181.
Vandervelde - 113.

Varga, E. - 315.
Vespucio - 245.
Vialatoux, J. - 229 - 230 - 231
- 232.
Viance - 142 - 143 - 144.
Vital, D. - 63.
Vogué - 94.
Voltaire - 93.

W

Wagner - 211 - 326.
Wiedenfelf, Kurt 302.
Wilson, S. G. - 243.
Wunsh, George - 204 - 206.
Wust, Peter - 61 - 202.

Z

Zinovief - 211- 330.
Zola, Emilio - 23.

I N D I C E

No limiar.....	5
Idade Nova.....	9
Idade Média, não; Idade Nova.....	39
Maritain e a Idade Nova.....	61
Lutas de transição.....	79
A jovem China e o velho Brasil.....	85
Sésamo não se abre.....	89
Para onde vamos?.....	93
O Estado e a religião no século XX.....	105
Qual a revolução necessária?.....	123
O personalismo.....	135
Personalidade e corporação.....	145
Néo-individualismo.....	157
U. S. A. na encruzilhada.....	167
Renovação social.....	179
Revolução e contra-revolução.....	189
Entre o capitalismo e o anti-capitalismo.....	201
Rehumanização da economia.....	223
Raça.....	235
Economia e finanças do Brasil.....	247
Sociologia católica.....	259
Antecedentes e primórdios da Revolução Russa.....	289

IMPRESSO NAS OFF.
DE OBRAS GRAPH.
DA S. A. A NOITE, A'
PRAÇA MAUA', 7. RIO
DE JANEIRO. ———

Dr. Carne

Dr. Carne

